

INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

B O L E T I M



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

S É D E

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo ++ Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO

Presidente — *Dr. Luis da Silva Ribeiro*

Tesoureiro — *Dr. Teotónio Machado Pires*

Secretário — *Tenente-Coronel José Agostinho*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroísmo

Boletim
do
Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Effectivos

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz — (Prof. effectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes — (Prof. effectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
Francisco Coelho Maduro Dias — (Escritor e Artista)
Dr. Francisco Garcia da Rosa — (Prof. effectivo do Seminário Episcopal de Angra)
Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. — (Secretário Geral do Governo do Distrito)
Ten.-Cor. Frederico Lopes — (Comandante do B. I. I. 17)
P.^o Inocêncio Enes — (Vigário da Igreja Paroquial dos Altares)
João Carlos da Costa Moniz — (Compositor)
P.^o Joaquim Esteves Lourenço — (Vigário da Matriz de S. Sebastião)
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — (Prof. effectivo do Liceu de Angra do Heroísmo)
Ten.-Cor. José Agostinho — (Director do Serviço Meteorológico dos Açores)
Cónego José Augusto Pereira — (Presidente do Cabido da Sé de Angra)
Dr. Luís da Silva Ribeiro — (Secretário da Câmara Municipal de Angra)
Dr. Manuel Cardoso do Couto — (Prof. effectivo do Seminário Episcopal de Angra)
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo)
Dr. Manuel de Sousa Menezes — (Tenente-Coronel Médico)
Major Miguel Cristóvão de Araújo — (Director do D. R. M. N.^o 17)
Raimundo Belo — (Escritor)
Dr. Teotónio Machado Pires — (Secretário da Junta Geral de Angra)

Sócios Honorários

- Prof. Doutor António de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para a Alta Cultura)
Dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares — (Juiz-Conselheiro)
Dr. João H. Anglin — (Prof. effectivo e Reitor do Liceu de Ponta Delgada)
Dr. José Bruno Tavares Carreiro — (Escritor)
Dr. Luiz Bernardo Leite de Athaide — (Director do Museu Regional de Ponta Delgada)
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director do Museu Regional e do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo)
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral — (Escritor e Etnógrafo)
Rodrigo Rodrigues — (Escritor e Genealogista)
Prof. Doutor Vitorino Nemésio — (Prof. Catedrático da Universidade de Letras de Lisboa)

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM



Vol. X

ANGRA DO HEROISMO
Tipografia Andrade

1952

Um episódio da História Terceirense

narrado pelo Dr. Francisco J. da Silva

pelo Dr. CÂNDIDO PAMPLONA FORJAZ

A leitura do manuscrito do Dr. Francisco Jerónimo da Silva, a que adiante se faz mais larga referência, suscitou-me a curiosidade de conhecer melhor a figura do Capitão General Stockler e a sua actuação no período agitado do seu primeiro governo.

A muitas décadas de distância, a sua pessoa e atitudes continuaram a ser deturpadas pela paixão política. As obras de divulgação histórica, precisamente as mais acessíveis e que mais facilmente formam opinião, vem eivadas das mais tremendas acusações. E como não se encontram senão referências acidentais a Stockler nos historiadores de responsabilidade ⁽¹⁾, a sua conduta passou a ser julgada pe-

⁽¹⁾ Exceptue-se o Dr. Joaquim de Carvalho, na «História de Portugal», edição monumental, de Barcelos, vol. VII, pág. 76, que, como bem frisou o Sr. Dr. Valadão Júnior (in «Um Terceirense Notável», pág. 17), dá uma interpretação correcta das atitudes do Capitão General.

los depoimentos de escritores que, tirante Drumond (ainda assim não isento totalmente da influência da época em que viveu e da parte que tomou nos sucessos que narrou) tiveram principalmente em mira divulgar a história e não escrevê-la, fazendo-o contudo mais ao sabor das suas ideias e paixão partidária do que com mira a uma narração imparcial.

E assim, lendo os autores que se ocuparam com maior ou menor desenvolvimento (embora nem sempre com originalidade) dessa época da história terceirense, encontramos repetida a mesma tecla a respeito do famoso Capitão General.

Alfredo Sampaio, na sua «Memória sobre a Ilha Terceira» emprega as seguintes expressões ao referir-se a Stockler e à época do seu governo : *senhor absoluto ; época de terror ; astuto e covarde ; rancoroso ; infame ; fingido ; tirano*.

Alfredo Campos, em «Memória da Visita Régia à Ilha Terceira», não é mais benévolo : *perverso ; indigno e cheio de falsidades* (o relatório de Stockler ao Conde dos Arcos a narrar os sucessos de 1 e 3 de Abril) ; *sabujo servil ; cruel ; feroz*.

J. J. Pinheiro, na «Memória Histórica sobre a Villa da Praia» e Manuel Pinheiro no vol. VI das «Épocas Memoráveis», requintam : *mentiroso ; covarde ; hipócrita ; aleivosos ; astuciosos ; subornado ; rancoroso ; malévolos ; novo Nero*. Acusa-o ainda o primeiro de, na noite de 1-2 de Abril, ter fugido para a Praia *transido de medo* e descreve essa fuga num período em que o possante *moço de fretes* aparece, no final, transformado em *azemola* : *Stockler transido de medo... tem a fortuna de encontrar um possante moço de fretes, que o agarra e nas costas do qual se escarancha, para fugir covardemente, e todos quantos o rodeavam, na direcção da villa da Praia, onde deu entrada na mais vergonhosa posição pouco depois das 10 horas da manhã do dia 2 d'Abril, montado em mal arreada azemola...*»

Drumond, embora mais circunspecto, decerto, precisamente, por mais historiador, não poupa também o Capitão General, apodando-o de *hipócrita, astucioso e aráiloso (para não lhe chamar outra coisa)* ; denuncia as *horribéis ideias duma reacção que occuparam a sua mente e o coração* ; acusa-o de *brindar os assassinos*

do seu antecessor e de inflamado em disfarçado zelo do bem público.

O Dr. Francisco M. Faria e Maia acusa-o de *versátil* e de *doblez de carácter*.

José de Arriaga, cuja «História da Revolução Portuguesa de 1820» é antes uma diatribe contra os legitimistas e a apologia constante dos constitucionais — applica ao Capitão General que teve a ousadia de combater os manejos dos *setembrizados*, os seguintes epítetos: *pér-fido, despótico, mentiroso, feroz, mau por índole, façanhudo, sanguinário e energúmeno*. — Acusa-o de, com o Bispo, *ensinar aos assassinos armados o sítio onde se achavam reunidos aqueles que deviam cair mortos às suas iras* e de, (cúmulo de presteza e ardileza!) *espalhar por toda a ilha cartas da Suécia, de Paris e de Leybach, nas quais lhe anunciavam a marcha de 200.000 russos sobre Portugal*.

Mas, não obstante toda a sua trama, *Stockler*, — conclue Arriaga — *veio dar com o costado na torre de S. Julião da Barra, para castigo dos crimes que cometeu e da sua temeridade*. Linguagem que bem confirma a classificação de *diatribe* acima dada à obra do violento panfletário e pouco circunspecto historiador.

De tudo isto (e convenhamos em que não é pouco) o accusam os seus inimigos. Não será de mais que se ouça a voz de um dos seus admiradores e que se procure interpretar certos factos com um pouco de serenidade. Esta a finalidade das linhas que seguem e que não teem a pretensão vã de trabalho histórico, mas apenas procuram ser uma tentativa de rectificação ao muito e pouco acertado que sobre tão agitada época da nossa história se tem escrito.

*

*

*

Existe na Biblioteca da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo um manuscrito verdadeiramente interessante, tanto pelo seu conteúdo como pelo seu aspecto gráfico. Consta de 106 páginas brochadas, precedidas de VIII de introdução e seguidas de 22 com notas, com as dimensões médias de 18x9,5 centímetros. Toda a obra, inclusivé a

portada, é, como se disse, manuscrita. A letra é extremamente regular e miuda, mas perfeitamente legível tal a sua elegância.

A obra tem o seguinte título :

FIDELIDADE
DA
ILHA TERCEIRA
EM TODAS AS CRISES
DA
MONARQUIA PORTUGUEZA
DESDE A INTRUSÃO DOS PHILIPPES
ATÉ OS TEMPOS PRESENTES
POR
FRANCISCO JERONYMO DA SILVA
BACHAREL FORMADO EM CANONES
PELA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PRIMEIRA PARTE
ANNO DE 1831

Não obstante o título, a obra é quase toda dedicada à narrativa dos sucessos que na Terceira precederam a instituição do Liberalismo. Das 106 páginas do manuscrito, 86 referem-se a essa época, e terminam com a aclamação de D. Miguel em Angra no dia 18 de Junho de 1828.

O autor, miguelista convicto, dá-nos, assim, a sua versão desses sucessos. E quando digo «sua versão», não quero de modo algum

FIDELIDADE

DA

ILHA TERCEIRA

EM TODAS AS CRISES

DA

MONARCHIA PORTUGUEZA

DESDE A INTRUSÃO DOS PHILIPPES

ATE OS TEMPOS PRESENTES :

POR

FRANCISCO JERONYMO DA SILVA

BACHAREL FORMADO EM CANONES

PELA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PRIMEIRA PARTE.

ANNO DE 1831.



Bello é o quadro que até agora se a-
 presenta, e se não é tanto quanto podia ser, o de-
 fecto não vem do objecto, vem da mão que o des-
 senhou. Mas este quadro tão bello vai encon-
 dar-se dentro de pouco tempo. A serenidade
 dos dias que os Terceranos logrão sob o go-
 verno do barão, principia já a ser ameaçada pe-
 las nuvens negras e medonhas, que junte do throno
 real se ajuntam contra elle. Allí se come-
 ça a dar ouvidos aos que, victimas da sua
 mesma imprudencia, também gemido nas cadei-
 ras até a chegada do barão. As propostas
 que até faz a bem da real fugazidade, não conse-
 guem a approvação regia. Algumas medidas
 que toma com o mesmo fim são lhe severa-
 mente estranhadas. Empressa a unica respos-
 ta que se dá a meites dos seus officios é
 uma silencio depravador. O barão, descobren-
 do em todas estas defeitas o dedo do Sub-
 terra, e reflectindo ao mesmo tempo, que
 se edas que lhe tinha este ministro, mais
 cedo ou mais tarde lhe prepararia a queda,
 tratou quanto antes de a prevenir, e firmou
 nesta resolução, escreveu a el-rei, pedindo-

Intercorrendo. Eu A. Rey vos envio muito Sa-
dar. As Cartas (Boas Cartas?) que Me se
enviastes por vias em breuta e hum de elle, e
e desceito do meu paeado, entendi o animo,
e zelo de Meu Soberano, com que ope tida
de se houve na occasião de Minha Acha-
vancã, e Comestimento da Fortaleza de
Monte do Piraul, e o que obrastes de vossa
parte para ser apino, e se succeder com
tanta resolução e valor de que fize com a
devida satisfação e Me hade ser sempre por-
tento, para folgar de fazer a esta Cidade
em Comum, e a cada hum dos moradores
della em particular, todo o favor, tendo por
certo que me sabráo merecer nesta occasi-
ão, e nas que se diante se offerecerem.
D. João IV. cumpriu a sua palavra, pois aos
Tercionarios em geral fez-lhes a mercê de, to-
das as vezes que houvesse côrtes, mandarem a
ellas um procurador que devia apresentar-se
no primeiro banco, e um particular conce-
des varias graças a alguns d'elles, como foi
a João de Bulcão e Bulcão, e ao im-
mortal Francisco d'Ornelles, ao primeiro dos
quaes deu a comenda de Santa Maria
da Fozdella, da ordem de Christo, e ao se-
gundo outra da mesma ordem, de S. Salva-
dor de Pina-maior, e não Pina-maior.

taxá-la de facciosa, mas apenas frisar que se trata de uma versão diferente das que, durante mais de um século, se tem divulgado no público pela pena de autores declaradamente liberais e que, ao escreverem, não souberam ou não quiseram eximir-se a fazê-lo com paixão.

Se me não falha a memória, foi Pinheiro Chagas quem exprobou acerbamente a Simão José da Luz Soriano ter *ousado* escrever algumas verdades amargas — mas verdades — acerca dos malefícios do sistema político liberal. Parece que a verdade era incompatível com o novo credo...

Por isso me pareceu curioso cotejar as duas versões de um acontecimento de relevo na história terceirense: a revolução de 1-2 de Abril de 1821, que derrubou o Capitão General Garção Stockler e proclamou na Terceira a Constituição de 1820, e a contra-revolução, dois dias depois, que culminou com a morte do ex-capitão-General Araújo.

Mas, pergunta-se: poderá ter algum valor o depoimento do Dr. Francisco Jerónimo da Silva? Quem merecerá mais crédito — o autor do manuscrito, ou Drumond, o honesto autor dos «Anais da Ilha Terceira»?

Quem era o Dr. Francisco Jerónimo da Silva?

Sobre a personalidade deste advogado terceirense ilustre (que sem favor o foi) está publicado, em separata da revista «O Instituto» (vol. 83. N.º 3, Coimbra 1931) um valioso estudo do Sr. Dr. Luiz Ribeiro, actualmente presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira («O Advogado Francisco Jerónimo da Silva», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932).

Não interessa, para o fim deste despretencioso trabalho, aludir à genealogia e vida ⁽¹⁾ do Dr. Francisco Jerónimo da Silva. Desejo apenas focar a sua figura moral, de rara estatura, para demonstrar o crédito que nos devem merecer as suas palavras.

Quando, depois de 1834, regressou de um exílio na Galiza, para

(1) V. Nota A no Apêndice.

onde o haviam desterrado as suas convicções políticas, abriu banca de advogado no Porto. — Como exerceu ele a sua profissão ?

«A sua probidade, o seu talento, o cuidado e escrúpulo que punha no estudo das questões, a modicidade dos seus honorários, grangearam-lhe em breve farta e escolhida clientela. As mais importantes causas eram-lhe confiadas e o seu parecer era pedido em muitas, que aos seus cuidados não eram entregues» (1).

Falando da sua notabilíssima actuação na Associação dos Advogados, em que ingressara há pouco, dizia Silva Abranches, *advogado de talento e profundo saber*, que fora antes presidente da Sociedade Jurídica, fundada em 1835: *«O seu nome inscrito por muitos anos no alto dos anais do foro portuense, está hoje gravado entre os primeiros do foro da capital. Ele poderá fazer a comparação e julgar»* (2).

Mas o Dr. Francisco Jerónimo da Silva não era apenas um grande jurista. Conhecia as literaturas latina, francesa, inglesa e italiana e tornou-se excelente helenista. Estudou também o alemão, a ponto de ler nessa língua os principais escritores germânicos e dedicou-se ainda a estudos paleográficos (3).

Não só como homem do fôro e de cultura se celebrizou o Dr. Francisco J. da Silva. O Dr. Luiz Ribeiro define-o assim :

Modesto soldado de um partido de vencidos, apenas advogado, o Dr. Francisco Jerónimo da Silva conseguiu pelo seu talento, pela rigidez do seu carácter, pela vastidão da sua cultura humanista e jurídica, pelo seu indefesso trabalho profissional, não só o respeito e a consideração dos seus colegas e clientes, como uma real celebridade.

Ainda no trabalho do mesmo A. se encontra o seguinte período, a cujas últimas palavras damos o devido relevo :

Um escritor notável, conta António Gil, no elogio do Dr. Francisco Jerónimo, ao convite para assistir ao funeral, respondeu nestes termos, assegurando a sua comparência : «Não

(1) Dr. Luiz Ribeiro, op. cit. pág. 9.

(2) Ap. Dr. Luiz Ribeiro, op. cit. pág. 21.

(3) Dr. Luiz Ribeiro, op. cit.

é só a homenagem ao jurisconsulto que deixou no fôro um vácuo imenso, ao escritor que tanto se ilustrou nas letras, ao cidadão probo que pode ser apontado como modelo; é também o preito devido ao político austero, de uma só fê, que atravessou sem mancha este período de provação, e que, *tão firme na sua crença, como respeitador da alheia, sabia aliar o culto irrepreensível do principio à mais ampla e generosa tolerância*.

Este o homem que escreveu «Fidelidade da Ilha Terceira». Com a sua vastíssima cultura e com as qualidades de carácter que o distinguiram, pode-se acreditar sem receio que as suas informações são verdadeiras, embora retocadas aqui e além com as côres nunca exageradas e deformantes, do entusiasmo — ou da dôr.

A revolução de 1-2 de Abril de 1821

Os «Setembrizados», ou sejam os deportados pela Regência do Reino para a Terceira em Setembro de 1810, foram aqui recebidos com natural desconfiança, mas depois, — diz o Dr. Francisco Jerônimo — *inculcando-se por sábios e prendados começarão de introduzir-se nas casas d'alguns nobres: e por fim passarão a ter com estes as mais estreitas relações* (1).

Esta conhecida pecha da sociedade angrense mereceu ao nosso autor o seguinte remoque: *Tem os nobres da minha pátria um defeito, que um historiador imparcial não deve aqui occultar. Indifferentes e esquivos com os de casa, são quasi sempre extremosos com os de fora. Não me atrevo a decidir se isto n'elles é effeito de orgulho, se meio de ostentação: mas o que eu affirmo é, que se entre elles não houvesse este maldito costume não teriam passado pela vergonha de ser a sua classe a unica na Ilha Terceira em que os missionarios de Setembro cathequisarão alguns individuos* (1).

Entre os «missionários» havia-os de mui diferente craveira. É o próprio Drumond (Anais, III, 204) que assim os classifica: «não se pode negar que alguns destes presos foram mui uteis nos conhecimentos litterários de que eram dotados; ainda que outros não cala-

(1) «Fidel. da Ilha Terceira», pág. 18.

ram seus vícios e fraquezas, com que contaminaram a sociedade: sendo notados especialmente pelas idéas democraticas, que apesar de serem a causa de seus trabalhos, emitiam engenhosa e habilmente, quando se lhes proporcionava a ocasião».

Foram esses deportados que a pouco e pouco iam convertendo às novas idéias alguns, poucos, terceirenses. E quando, em Outubro de 1820, chegou à Terceira o novo capitão-General Francisco de Borja Garção Stockler, os *setembrizados* e seus amigos pensaram que ele devia ter jurado a Constituição e viria, portanto, implantar na Terceira o novo regime. Mas, lamenta-se Drumond, *quanto não perigaram semelhantes supposições? Quão errados não eram taes juízos?* (Anais, IV, 2).

Stockler não só não havia jurado a Constituição como não se mostrava disposto a transigir com os *setembrizados*. E isto não só por não ser grande entusiasta das novas idéias, mas principalmente por, obediente aos princípios de sagrado respeito e obediência ao Rei, e só ao Rei, vigentes na época e em que fora criado, não conceber como possível uma mudança de regime sem a sanção real. Que assim era, demonstrou-o quando, em Maio de 1821, recebeu e acatou o decreto de D. João VI a mandar observar a Constituição em todos os seus domínios, e quando, ao tomar conhecimento da aclamação da Constituição em S. Miguel, proclamou aos micalenses lembrando-lhes ser loucura adoptar uma constituição que eles ignoravam *se seria aceita ou rejeitada pelo Soberano*.

Peranta a manifesta opposição de Stockler, começaram os manejos conspiratórios para, pela força, se aclamar a Constituição.

A manobra não se afigurava fácil aos conspiradores por falta de confiança na tropa e por isso recorreram ao brigadeiro Francisco António de Araújo, ex-Capitão General, que ficara residindo em Angra findo o seu governo, e que «conservava boa influência na tropa... e com a officialidade, que todos eram criaturas suas» (Drumond, Anais, IV, 4). Araújo acedeu a chefiar o movimento com os mais puros sentimentos, segundo Drumond, que diz: «O interesse de tão justa causa fêz com effeito conciliar com o ex-general estes dois magistrados (*o desembargador Loureiro e o Juiz de Fora, Grade*) que por muito tempo andaram com elle ás mãos, quando no Governo. Prevaleceu o

amôr da patria e tudo se convenceu. Araujo entrou de boa mente nesta obra. . . » (*ib*).

O Dr. Francisco Jerónimo não vê as coisas com tão lindas cores. Eis como ele se refere à intervenção de Araújo :

«Francisco Antonio d'Araujo, depois de ser rendido no governo dos Açores por Francisco de Borja Garção Stockler, ficou vivendo em Angra, como simples particular. O desprezo com que todos o tratavão, e a nullidade a que se via reduzido, excitavão-lhe continuas saudades dos tempos da sua cruel, immoral ⁽¹⁾ e ladra ⁽²⁾ administração. Uma mulher ambiciosa ⁽³⁾, que dominava no seu espirito e talvez no seu coração, incitava-o fortemente a que se aproveitasse das circunstancias, para reassumir, senão todo, ao menos parte do governo. Os individuos, pela maior parte forasteiros, que por titulos vergonhosos tinham em outro tempo conseguido o seu valimento, e recebido comissão dos peculatos que elle fez, instavão-no porfiadamente a que aceitasse os serviços, que elles de bom grado lhe oferecião» («Fidel.», pág. 21).

(1) Alusão aos trabalhos mandados efectuar por Araújo no Relvão e Escampadouro. O Relvão, «tentou Araújo endireital-o; e depois de haver, debaixo desse pretexto, extroquido do erario sommas immensas, quando o deo por prompto, deputou-o para n'elle se fazerem esses tyrannicos e mais que barbaros exercicios militares, que, acabando nas calmosas tardes de estio por um forçado banho do mar, povoarão os hospitaes e as sepulturas d'um sem numero de mancebos». — Quanto ao Escampadouro, Araújo aforou-o à sua própria pessoa depois de «arroteado pelos infelizes soldados que a isso erão constrangidos pelo mesmo Araujo, e muitos dos quais alli contrahirão a doença da morte a troco de seis vintens». (Dr. Francisco Jerónimo, op. cit. nota 14).

(2) Nas «Cartas de João José de Bettencourt e Avila» publicadas no vol. II do *Boletim* do Instituto Histórico da Ilha Terceira, a pág. 237, alude o autor aos esbanjamentos de Araújo, *que achou nos cofres duzentos contos em moeda, ordem para gastar e genio para o fazer. . . alem disto, erão muitas as pessoas encarregadas de inspecconar obras publicas e, alem das gratificações, quasi todas punhão cifras de mais nas folhas de despeza, e o cofre tudo pagava: de um official que era capitão de artelharia e cujo nome quero omittir, ouvi dizer e tenho razão para acreditar, que furtou mais de doze contos de reis.*

(3) A enteada D. Francisca, «pessoa de excellente figura, de muita viveza e espirito, de forma que estas prendas singulares a dispuseram (como é notório) para dominar inteiramente o coração do padraсто, a quem chamava *primo*, e assim a dirigir lhe a mão direita». (Drumond, III, 269).

O «interesse de tão justa causa», ou seja o de aclamar a Constituição — não o confirma o Dr. Francisco Jerónimo, como acabamos de ver. Antes, logo a seguir aparecem invertidos os papéis: *«Todos estes estímulos, applicados a um tempo, resolverão Araujo a proclamar em Angra um systema que elle, emquanto general, tinha desacreditado, não só taxando de levantado o reino de Portugal, mas até vedando com elle a comunicação mercantil»*. (Op. cit., pág. 21 ssgg.).

Na nota 13 informa o autor que *«em Angra dizia-se a bocca-chea, que Araujo, pouco antes de ser rendido por Stockler, convocára os seus amigos, e que lhes propozera, se devia ou não dor posse ao novo general, visto que este, tendo vindo por Lisboa, era muito natural que tivesse alli adherido á nova ordem de couzas»*.

Finalmente, aliciada a tropa com *«uma fingida chegada de el-rei, vistosas promessas d'augmento de soldo, e uma grossa bica de vinho»* (pág. 22), Araújo e os conjurados penetraram no Castelo de S. João Baptista e assenhorearam-se do poder, comunicando a Stockler a sua deposição.

Privado da tropa, viu-se, contudo, o Capitão General rodeado dos milicianos e povo de Angra, *indo com elle prostar-se no alto das Covas* ⁽¹⁾ *defronte dos rebeldes, sem ter polvora com que os ensinasse... Esta scena porem nenhuma impressão fez nos rebeldes, que resolverão conseguir pôr meio da força o que lhes negava a geral opinião. Com este fim, fizeram sair da fortaleza uma divisão de artilharia ligeira e uma companhia de caçadores, os quais principiárão a fazer um fogo vivo sobre a gente de Stockler.* («Fidel.», pág. 26).

Cabe aqui uma referência ao texto paralelo de Drumond. Diz este (IV, 7, nota) que *«as patrulhas que perseguiram Stockler atiraram para o ar, segundo as ordens recebidas e porisso não feriram pessoa alguma»*. Ora, a pág. 30 do mesmo tomo IV, o próprio Drumond,

(1) «O alto das Covas», em Angra. Em «Um deportado do «Amazonas», do Dr. Faria e Maia, diz-se que Stockler se retirou para «as Covas, perto da Vila da Praia», erro reproduzido pelo Dr. Joaquim de Carvalho na «História de Portugal», ed. de Barcelos, vol. VII, pág. 76.

sem qualquer alusão ao passo que acabo de citar ou intuito declarado de rectificação, refere-se novamente ao facto e, em nota, esclarece: «*Ainda que naquelle tempo se occultou, é certo haverem alguns feridos nesta occasião em que foi dispersado o povo da cidade. Consta pela devassa, que o official Alexandre Pimenta matara um homem de Santa Barbara que se chamava Raimundo ; e que morreirão outros mais*». Em face disto — que corrobora a versão do Dr. Francisco Jerónimo — *e vendo Stockler que a gente que o cercava não tinha um só cartuxo de pólvora, deu ordem para uma prompta retirada na direcção da Villa da Praia.* («Fidel. Ter.», 26).

Embora esta decisão pareça a única acertada de momento, Drumond pinta o quadro com cores bem mais negras ao dizer que «Stockler se retirou para a Praia sem poder firmar-se em parte alguma, cheio de medo e perseguido de remorsos». De que, *medo e remorsos*, não o explica Drumond. Pelo contrário, ao referir-se ao Conselho militar que decidiu, contra a vontade de Stockler, ser de absoluta necessidade capitular, opina: «Cedeu por consequência o general (Stockler) sómente á necessidade: e de tudo se exarou o competente termo que por todos foi assignado» (IV, 9).

Triunfante a revolta, deposto Stockler, tratou-se de jurar a constituição. Drumond relata que tudo se fez *com numeroso concurso de povo* ⁽¹⁾ e que o desembargador Loureiro orou a favor da Constituição *com muito aplauso*: «e em seguida se jurou esta *espontaneamente*. Dando-se muitos vivas ao rei, etc.». Porém, na mesma página (IV, 9), rectifica esta «espontaneidade» com a seguinte nota: a constituição foi jurada espontaneamente mas «*com pequena duvida suscitada na occasião de assignar-se o auto*». Qual a dúvida que veio perturbar aquella espontaneidade, não no-la esclarece Drumond. Mas vem esclarecê-la o Dr. Francisco Jerónimo da Silva. («Fidel.», pág. 27):

(1) Dos nossos dias podemos avaliar o verdadeiro significado, em tais circunstâncias, deste «numeroso concurso de povo» se nos lembrarmos do que se passou em Angra quando da revolta de 1931. Nalguns actos públicos, durante o período revolucionario compareceram «inúmeras pessoas» conhecidas, pelo menos, como não simpatizantes com os revoltados, a tal levadas apenas por razões mais que sabidas.

«quanto aos cidadãos d'Angra, elles não tomárão neste acto (o juramento da Constituição) a mais pequena parte; e maior numero, porque, acossados pelo fogo dos rebeldes, se tinham retirado com Stockler, e os outros, porque se escondêrão e trancárão em suas próprias casas. Se, pelo decurso d'este dia, alguns houve que assignassem o auto dos rebeldes, foi porque estes os mandárão requerer para esse fim, e porque as baionetas que lhes servião de apoio, estavam bem afiadas. Porém, no meio destas mesmas, houve dois cavalheiros em Angra, dos quaes um recusou obedecer ao governo faccioso, enquanto Stockler sustentasse a auctoridade que d'el-rei havia recebido, e o outro, ao exigir-se-lhe o juramento, declarou, que só o prestava com a clausula de que as novas instituições merecessem a regia aprovação. O primeiro d'estes leaes Portuguezes chama-se Roberto Luiz de Mesquita Pimentel. José Theodosio de Bettencourt Vasconcellos e Lemos é o nome do segundo».

Eis, pois, esclarecida a pequena dúvida.

Mas — o muito aplauso, a espontaneidade do numeroso concurso de povo com que foi jurada a Constituição — e de que nos fala Drumond — quererão significar, como é lícito supor, que tudo se fizera com a concordância e aplauso da população ao novo regime?

É ainda o mesmo Drumond, sempre amante da verdade, que nos vai demonstrar o contrário ao transcrever, em nota (op. cit., pág. 21) um passo do folheto do desembargador Loureiro ⁽¹⁾, um dos sócios de Araújo na revolta de 2 de Abril, e portanto insuspeito: «Fez-se esta aclamação no dia 15 de Maio... a constituição *foi friamente reconhecida e aclamada*».

A causa está há muito julgada para quem quis estudá-la imparcialmente, e nada do que aqui se regista tem pretensões de originalidade. Apenas, pela confrontação de textos contemporâneos e autores

(1) «Noticia resumida dos acontecimentos da Ilha Terceira na instalação do seu governo constitucional». Logo no mesmo ano de 1821 foi publicada em Lisboa «Analyse critica do libelo famoso intitulado «Noticia Resumida», etc.», sob o nome do filho de Stockler, António Nicolau de Moura Stockler.

insuspeitos se procurou tornar acessível a verificação da leviandade com que se galardoou a Ilha Terceira com a fama de baluarte do liberalismo, tão decidido que *espontaneamente e com aplauso* se apressou a reconhecer e a aclamar a Constituição...

Dos receios e hesitações ou *pequenas dúvidas*, como lhe chamou Drumond, com que os terceirenses reconheceram a Constituição, dá-nos ainda uma prova a nota 15 de «Fidelidade», do Dr. Francisco Jerónimo :

«... Porém, em 1821, fizeram os Terceirenses mais alguma coisa que os seus antepassados, pois não satisfeitos com a declaração que pozerão no auto de juramento, mandarão Manuel Thomaz de Bétencourt à corte de Lisboa, afim de ver se fallando a el-rei em segredo, poderia d'elle saber, qual era a sua genuína vontade ácerca do que deverião fazer n'aquella crise os moradores da Terceira. Manuel Thomaz não chegou a cumprir a sua missão, porque, apenas aportou a Lisboa, foi mettido pelos liberais na cadeia do Limoeiro, onde gemeo até à restauração».

Cabe aqui um parêntesis.

Desde a sua nomeação Stockler actuou com prudência. Chegando a Angra e encontrando cortadas por Araújo as comunicações com o Continente, logo as restabeleceu (embora tomando elementares precauções quanto à entrada de publicações subversivas), o que parece indicar que o novo Capitão General não receava as ligações com um território onde imperava a Regência e o Soberano Congresso que já votara as Bases da Constituição. Mas tal caução era insuficiente para os desígnios e ambições dos futuros «regeneradores». Tal como succede com os *regeneradores* de nossos dias (os comunistas), cada concessão era julgada insuficiente e apenas servia de pretexto a novas ambições. Stockler, porém, como ele próprio declara, «considerava ainda incerto o êxito da Revolução já começada em Portugal, e cuja verdadeira direcção lhe não era ainda então assás claramente manifesta» (1).

(1) In «Additamentos» ás Observações ou Notas Illustrativas do Folheto Intitulado «*Voz da Verdade provada por documentos*» (pág. 6), por António N. de Moura Stockler, filho do Capitão General, obra sem dúvida da autoria deste último.

Esta prudência revela-se por mais de uma vez. Já na proclamação aos habitantes de S. Miguel, atrás citada, Stockler declara a necessidade da sansão real para se acatar o novo regime. E na carta em que participa à Regência os acontecimentos de Angra de 2 e 3 de Abril reafirma: «Estes povos e eu, estamos dispostos a annuir a todas as mudanças da antiga Constituição da Monarchia, que forem approvadas pelo nosso legitimo Soberano, e adoptadas pela maioria da Nação bem pronunciada nas quatro partes do globo em que existem dominios portugueses» (1).

Dentro desta prudência, porém, divisa-se firmeza no juramento prestado ao Soberano e confiança no espírito da população e tropa, quando na mesma carta atira estas palavras à Regência:

«Se Vossas Excelências tomando outro arbitrio julgarem a propósito perturbar a nossa tranquillidade, mandando aqui uma força para constragernos, essa força será repelida...» (1). — Frases que «posto que mais timidas, trazem á lembrança» do Dr. Francisco J. da Silva as que Ciprião de Figueiredo escreveu a Filipe II.

Não obstante esta atitude de bravata, Stockler reafirmava, ao fechar a carta, a disposição em que estava:

«Da fidelidade com que nestas criticas circumstâncias nos comportamos, poderão V. Ex.^{as} inferir qual será a com que defenderemos a nova Constituição do Estado que for pela Nação approvada e pelo nosso Soberano consentida» (ib.).

Não foi necessária, porém, a força para levar Stockler a prestar obediência às Bases da Constituição approvadas pelo Soberano Con-

(1) «Carta à Regência», publicada no «Arquivo dos Açores», vol. IX, pág. 100 e ssgg., e em Drumond, IV, 333. — É de notar que a transcrição de Drumond omite um passo que consta da do «Arquivo dos Açores». Com efeito nos «Anais» apenas se lê: «estamos dispostos a annuir a todas as mudanças da antiga constituição da Monarchia, que forem approvadas pela maioria da Nação bem pronunciada...».

No «Arquivo dos Açores» a transcrição é a seguinte: «...mudanças da antiga Constituição da Monarchia que *forem approvadas pelo nosso legitimo Soberano* e adoptadas pela maioria da Nação bem pronunciada».

Não houve só omissão de um passo. Há diferença substancial nas duas versões. Segundo Drumond, as mudanças da constituição deviam ser approvadas *pela maioria da Nação*; segundo o «Arquivo dos Açores» era ao Rei que competia tal aprovação. A diferença, como se disse é substancial. Não me é possível consultar o texto original e por isso me limito a apontar a divergência das duas transcrições.

gresso. Eis como o Dr. Francisco Jerónimo da Silva («Fidel.» pág. 35) narra o successo, sem dúvida pitorescamente :

«...em vez da esquadra bellicosa com que ameaçava a Terceira a Regência enviou-lhe uma simples fragata com uma folha de papel dentro. Mas esta folha continha um decreto mais fulminante, que todos os raios que poderião forjar os Brontes revolucionários. Era o decreto de 24 de Fevereiro de 1821, pelo qual o senhor D. João VI mandava observar a constituição em todos os seus dominios» (1).

O «logro», porém, foi logo compreendido pelos Angrenses.

«Quando Stockler leu este decreto na casa da camara, os moradores da Terceira perceberão logo que o punho que o assignara fôra violentado ; mas como leais vassallos que são, quizerão antes entregar os pulsos ás algemas dos demagogos, do que macular a sua lealdade com uma desobediência aparente. Assim, uma palavra do soberano conseguiu por si só o que não poderão obter nem as ameaças da Regência nem os brigues *Providência* e *Tejo* que ella mandou para os mares da Terceira, com o fim de excitar nesta ilha o incendio, que a lealdade dos seus habitantes acabava de apagar» (pág. 36).

E a 15 de Maio, Stockler jurando as bases da Constituição na Câmara de Angra, dirigia aos «nobres e leais angrenses» uma proclamação que é um verdadeiro *suspiro de alívio* : «raiou finalmente o dia da concordia. Já não existe motivo algum para que hesiteis em reconhecer a Constituição... O nosso amado Soberano... adoptou finalmente a mencionada Constituição e a manda observar em todos os Dominios do Reyno de Portugal, Brasil e Algarve...» (2).

Drumond classifica esta attitude de Stockler de *artifícios* para não deixar o Governo. O desembargador Loureiro na sua *Notícia dos Acontecimentos da Terceira* chama-lhe *astucia*. Não é fácil saber o que pensava o Capitão General. Que ele não era entusiástico partidário do novo regime e sobretudo das tendências demagógicas do Congresso — parece fora de dúvida. Mas do que também não há dúvida é de que *foi coerente*. O Rei mandava jurar — tanto bastou para que o Capitão General obedecesse e jurasse.

Mas Stockler não se limitou a um acto formal. Aproveitou o en-

(1) V. nota B, no Apêndice.

(2) Publicada no «Arq. dos Açores», vol. IX, pág. 103.

sejo para explicar aos povos o que era a Constituição e o que dela se devia esperar, o que demonstra da sua parte bem mais consciência que da parte dos revoltados de 1 de Abril que se apressaram a tal juramento sob o calor da revolta e da indisciplina da soldadesca. — Voltemos, porém, ao assunto principal deste escrito.

A Contra-revolução

Após a capitulação, Stockler veio para Angra. «O povo — diz o Dr. Francisco J. da Silva — não tinha tacto tão fino para conhecer as couzas (*isto é, as razões que haviam obrigado Stockler a capitular*) ; e por isso, quando lhe mandarão depor as armas, julgou-se trahido, e foi tal a sua desesperação, que alguns as quebrarão e muitos atiraram com ellas». ⁽¹⁾

O povo odiava Araújo e, pelo menos, desconfiava muito dos *Septembrizados*. Ver estes aliados àquele numa revolução para depôr Stockler, que, sem dúvida alguma, era venerado pela população — tanto bastava para que o ódio se estendesse a quantos haviam colaborado na revolta, ou melhor no *crime revolucionário*. Na verdade o que houve foi um atentado contra a autoridade do Capitão General nomeado pelo Rei em cujas mãos prestara juramento, autoridade que ninguém lhe podia contestar — senão pela força. Foi o que fizeram Araújo e os seus cúmplices, não obstante os conselhos de prudente abstenção que, em resposta a um pedido do mesmo Araújo, lhe dera o Dr. Vicente Ferreira da Costa, jurisconsulto famoso, deportado da *Amazonas* e residente em Ponta Delgada ⁽²⁾.

⁽¹⁾ O Dr. Francisco J. da Silva refere o caso de uma mãe que «avistando um soldado seu filho, que ia com outros fazendo escolta, assim mesmo armado, investio com elle e poz-lhe as mãos na cara». Acção que o A. classifica de «sem par nos annaes da lealdade». E como bom clássico o Dr. Francisco Jerónimo encontra logo um *simile* na História de Roma: «Eu desafio agora Roma, a que no Catalogo das suas heroínas me aponte uma só que praticasse uma acção d'estas. Se ella me disser que a sua Veturia desarmou Coriolano, eu lhe tornarei que os meios de que esta se servio para esse fim são indignos de uma mãe: uma mãe, sendo soberana natural d'um filho não há caso algum em que se lhe deva lançar aos pés» (op. cit., pág. 30).

⁽²⁾ Em carta reproduzida, em parte, in «Um deportado da *Amazonas*» do Dr. Francisco Faria e Maia, 2.^a edição, Ponta Delgada, 1931, pág. 86.

Capitulando, pois, Stockler rendeu-se a uma realidade, mas não modificou a sua maneira de pensar quanto ao procedimento dos revoltados.

Com efeito, indo Araújo visitar o Capitão General deposto, fez-lhe algumas alusões políticas; «respondeu-lhe Stockler *que não convinha agora tratar de assuntos políticos, com um homem que tinha cedido, sim, mas que não tinha mudado de opinião nem de sentimentos*» (Drumond, IV, 18), resposta que Drumond classifica de *dura e desagradável*, mas que antes, a nosso ver, traduz apenas altivez e firmeza de convicções e um aviso sério para o futuro. Vencido — mas não convencido, e muito menos por homens que haviam faltado ao juramento de lealdade ao Rei.

A simples presença de Stockler em Angra foi suficiente para fazer reagir a população e a mesma tropa atirada para uma aventura revolucionária pelos *septembrizados*. O próprio Drumond regista (IV, 11) «a imensidade de povo miudo que lhe dava os maiores sinais de respeito, manifestando nos seus gestos, e lagrimas uma profunda má-gua. Cada vez engrossava mais a multidão de gente de todas as idades; era mesmo difícil evitar aquele perigoso cortejo. Ch amavam-lhe pai e bemfeitor apressando-se cada um, quando ele se apeava, a lhe beijar a mão e abraçá-lo».

Isto mesmo, embora sem tantos pormenores, conta o próprio Stockler em officio dirigido ao Conde dos Arcos, officio citado e transcrito em parte por Drumond (IV, 8, 10, notas). Stockler, porém, acrescenta: «Este espectáculo comoveu-me profundamente; mas foi ao mesmo tempo para mim uma demonstração clara da boa disposição do espirito publico para uma energica reacção».

Estas palavras indignam Drumond pois demonstram «as *horribeis ideias de uma reacção que occupavam a sua mente e o coração*» (de Stockler). O pior é que a temida reacção caminhava por si. As cenas desenroladas quando Stockler regressou a Angra, após a capitulação, afirma Drumond (op. loc. cit.) «foram parte para que os soldados se inflammassem no empenho de o restabelecer no Governo».

Não há dúvida alguma de que Stockler era idolatrado pela população. O passo de Drumond — insuspeito — acima transcrito sobejamente o confirma. Mas além desta circunstância parece ter havido outra que precipitou os acontecimentos. Eis como Stockler se lhe refe-

re (e penso que o facto de ser o próprio capitão-general a narrar o sucedido não condena a narrativa como necessária e totalmente inverosímil):

«Voltei a casa do meu amigo Rocha aonde achei o Reverendíssimo Bispo, e Deão José Maria de Bettencourt. Poucos momentos eram passados quando veio aviso a Sua Excia. Reverendíssima de que no seu Palácio o estavam esperando, havia mais de duas horas, três dos Srs. Membros do Governo; e dahi a pouco se aproximou a elle o Deão, e lhe disse algumas palavras em voz baixa; levantou-se Sua Excia. algum tanto sobresaltado, e ao despedir-se de mim, deixou escapar estas, ou outras equivalentes palavras: = não há remédio, hé forçoso que eu compareça, e concorra com estes Senhores.

«Não percebi por então o motivo destas novidades, posto que havia alguma coisa, que era ou se figurava de grave importância: depois e mesmo passados dias he que soube que os Membros da Junta estavam já naquelle momento em tal desharmonia, e desconfiança reciproca, que os três, que haviam concorrido ao Palácio Episcopal, hião propor ao Reverendíssimo Bispo a necessidade de unir-se com elles para deporem no dia seguinte Francisco António de Araujo, e que o segredo dito pelo Deão a Sa. Excia. Revma. fôra participar-lhe que do Castello lhe havia Araujo expedido ordem de comparecer alli immediatamente para uma sessão extraordinária» (1).

O Dr. Francisco Jerónimo da Silva (op. cit., pág. 31) também se refere a este facto: «Os próprios membros da Junta rebelde estavam descontentes d'Araujo, e até tratavão de ver o modo porque se havião de desfazer deste déspota, que já então começava d'arrogar a si a suprema auctoridade».

Que Araújo era pessoa violenta e autoritária e «detestado e aborrecido dos povos», como diz Drumond — é ponto incontroverso. Que Araújo estivera até às vésperas da revolta nas piores relações com os seus dois principais cabecilhas (o desembargador Loureiro e o Juiz de Fora, Mascarenhas Grade) — também é o mesmo Drumond que o afirma (IV, 4). Não seria, pois, de estranhar que, atentas estas circunstâncias e precedentes, se reacendessem antigas inimizades e o autori-

(1) In «O Verdadeiro Imparcial dos Sucessos da Ilha Terceira... — carta II», págs. 24 e seg.

tarismo de Araújo pretendesse novamente impôr-se. A sua própria adesão à revolta, a sanção que, com tal atitude, deu à insubordinação contra a única e legítima autoridade (a de Stockler) de antemão condenavam quaisquer veleidades de Araújo de reassumir o poder nas antigas condições. Não custa, pois, muito a acreditar nas dissensões entre os novos governantes saídos da revolta de 2 de Abril.

Do que não há dúvida é que a reacção a favor de Stockler crescia de hora a hora. Por isso Araújo reuniu a Junta «assignando a ordem para o prompto embarque do ex-general Stockler».

Acoima-se este de ter faltado aos artigos da capitulação e chefiar a contra-revolução. Mas já antes disso o mesmo Stockler se queixava de a Junta Provisória ter prendido «o benemérito Capitão de artilharia Francisco Manuel Coelho, e algum outro dos Officiais que o haviam seguido» (a Stockler), o que era absolutamente contrário ao estipulado na capitulação e a Junta prontamente aceitara ⁽¹⁾.

Passada a embriaguês do fácil triunfo, em 2 de Abril, a reacção do povo e da tropa não se fez esperar e logo no dia seguinte estalava a contra-revolução cuja primeira e única vítima seria o próprio Araújo.

Não deixa de ser curioso ler como diversos autores explicam a génese desta reviravolta política.

Drumond alude a *subornos, promessas de dinheiro e postos avançados*.

O Dr. Francisco M. de Faria e Maia (in «Capitães Gerais dos Açores, 1766-1831», pág. 215 ssgg.) afirma que *poucos dias bastaram aos dois* (Stockler e o Bispo) *para... subornar os soldados indispensáveis para tentar um golpe de mão sobre o Governo Interino*.

Em «Um deportado do «Amazonas» o mesmo A. repete esta versão, aproveitada pelo Dr. Joaquim de Carvalho no seu estudo na «História de Portugal» (de Barcelos).

Nenhuma destas versões nem as que se referem à morte de Araújo e intervenção do Bispo D. Fr. Manuel Nicolau — correspondem à realidade como prova o Dr. Valadão Júnior no seu opúsculo «Um Terceirense Notável», a pág. 16 ssgg.

Mas com esses nomes de escritores e de investigadores autoriza-

(1) «O Verdadeiro Imparcial...», carta II», pág. 25.

dos — se firmou uma *verdade* elaborada ou antes deformada pelo espírito partidário. Sobre estes depoimentos se basearam obras de divulgação posteriores, obras que, pelo seu carácter popular, difundiram e arreigaram aquelas versões.

Não vem fora de propósito, e como confirmação do que atrás se afirma acerca da deformação da *verdade* pelo espírito partidário — não é inoportuno, dizíamos, confrontar estes dois passos do mesmo A. (Dr. F. M. Faria e Maia, in «Capitães Gerais», pág. 180 e 215) :

«Quatro centas patacas prometidas a alguns soldados da guarnição do Castelo de S. Braz (de P. Delgada) pelo Alferes Noronha e pelo tenente João S. Albergaria, em nome dos conspiradores, bastaram para assegurar a sua boa vontade e entusiasmo pela projectada proclamação da constituição».

Quando se refere à contra-revolução de Stockler o mesmo A. fala na *traição* do Capitão General que *foi urdindo na sombra a sua trama e subornando os soldados indispensáveis*.

Se se tratava de proclamar a constituição, aliás ainda em hipótese — *com quatro centas patacas assegurava-se a boa vontade e entusiasmo* (sic) *dos soldados*.

Mas se se pretendia derrubar um Governo nitidamente revolucionário que apressadamente aderira a um sistema ainda privado da sanção real — praticava-se *suborno* dos soldados, urdia-se a *trama da traição* !

A lealdade das acções variava conforme o objectivo destas...

Encerrada esta divagação — voltemos à contra-revolução de 3 de Abril.

Stockler, morto Araújo, vê com toda a lucidez o que irá passar-se no caso de não usar da sua autoridade sobre a tropa, tão indisciplinada com os manejos dos Setembrizados, que chegou a recusar um comandante nomeado por Araújo para uma companhia.

Chegado, pois, ao Castelo, deparou com o repugnante espectáculo do corpo do desgraçado Araújo vítima dos mais bárbaros desacatos da soldadesca, — a mesma que na véspera o aclamara !

É fácil calcular a confusão, o terror que se devia ter espalhado entre os sequazes de Araújo, pelas trevas da noite perseguidos pela tropa dementada, ávida de vingança e violências.

O Dr. Francisco Jerónimo (op. cit., pág. 32) assim alude a estes sucessos :

«Stockler, logo que sentio os tiros e o tumulto (*dos soldados que o vinham buscar*) que se lhes seguio, pensou que ia realizar-se o que pouco antes lhe tinha annuciado António Borges Teixeira ; mas em vez de fugir aos assassinos, como este lhe aconselhára, ergueo-se da cama e vestio-se... Quando porém os soldados o informárão que Araujo ficava morto, e que vinhão alli com o fim de elle os acompanhar e reassumir o Governo, Stockler, hesitou por muito tempo ; mas por fim vio-se obrigado a ceder, não tanto ás suas instancias, quanto aos ameaços que elles fazião de ir dar cabo dos outros facciosos. Metteo-se então na sege e foi conduzido em triumpho ao castello, onde o cadaver d'Araujo se achava extendido sobre um lago de sangue, e os seus consócios medindo os momentos da vida com a agonia do padecente, ao esperar o golpe do cutelo. A occasião era opportuna para a vingança, o furor da tropa era tal que o simples silencio do chefe seria um signal para a mortandade».

Esta mesma versão é dada por Bettencourt e Avila nas cartas dirigidas a seus filhos e publicada no vol. 2 do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, onde a pág. 239 se lê :

«O coronel Caetano Paulo Xavier ordenou então a meu tio António Plácido, que alli estava apresentado e prestando os seus serviços, que fosse já com uma escolta participar tudo ao general Estokler, que então estava morando na Rua Direita em casa de João da Rocha Ribeiro ; Estokler estava duvidoso da mudança e, confiando-se na palavra que meu tio lhe deo, entrou no sage e foi para o Castelo».

Drumond não faz alusão à intervenção do bispo, mas acusa Stockler de ser o *motor da sublevação contra o Governo* (de Araújo).

O Dr. Faria e Maia, no seu livro «Um deportado do «Amazonas», repete a acusação formulada em «Capitães Generais» e atraz citada :

«O General e o Bispo aproveitaram este odio popular (contra Araújo, em favor da reacção absolutista». E acusa-os de *recrutarem populares e subornarem soldados*.

Ora Stockler capitulara no dia 2 à tarde na Praia da Vitória. Só alta noite podia ter chegado ao conhecimento do General a aceitação das suas condições por parte da Junta Provisória, que só as recebera às 6 da tarde.

No dia seguinte, 3 de Abril, Stockler chega a Angra perto do meio dia — e hospeda-se em casa do seu amigo Rocha Ribeiro, na Rua Direita, onde permanece até perto das 4 da tarde. Ai mesmo o vai visitar Araújo como atraz se diz. Depois o General deposto sai a visitar a família que se recolhera a um convento, *onde se demora até às Ave Marias*, como ele próprio diz.

Recolhido a casa, Stockler deita-se, pois regressara da Praia «mui fatigado, e mui doente, por não dizer quasi moribundo» (1). E às 10 horas dessa noite rebenta a contra-revolução no Castelo de S. João Baptista, que o deve, naturalmente, ter colhido de surpresa dada a rapidez com que se operou.

Não se pretende afirmar que o General se tivesse desinteressado da situação política local. A sua declaração a Araújo, quando este o foi visitar após a capitulação, («cedi, mas não mudei de opinião nem de sentimentos») (2) bem o demonstra. Mas não parece muito provável que Stockler em escassas dez horas de permanência na cidade, após o regresso da Praia, e parte das quais passadas num convento — tivesse tido tempo de preparar a contra-revolução, subornando soldados e recrutando populares.

E se alguém o fez por ele, forçoso é confessar que bem pouco firmes eram as convicções da tropa que, apenas escassas quarenta e oito horas antes, haviam derrubado Stockler e aclamado Araújo e a Constituição, e agora tão facilmente desfaziam o que haviam feito.

O próprio Stockler frisa todas estas circunstâncias e ainda outras, que sem dificuldade, a meu ver, demonstram a sua não interferência directa no acto revolucionário.

«Parece incrível que possa haver huma só pessoa dotada de senso commum, que não veja que hum General, que capitulou tendo á sua disposição forças superiores ás dos seus contrários, só por evitar os horrores de uma guerra civil: que entregou essas mesmas forças á disposição delles, que se entregou desarmado entre as suas mãos: que nas poucas horas que mediarão entre a sua chegada á cidade, e a Contra-revolução, passou metade do tempo em cumprimentos, e visitas, e a outra metade em huma grade de Freiras com a sua familia,

(1) «O Verdadeiro Imparcial»... — Carta II, pág. 22.

(2) Drumond, IV, 18.

não foi por certo o autor de tal Contra-revolução, nem teve nella a minima parte».

Observando tão sòmente a cronologia dos acontecimentos, registada pelo insuspeito Drumond, sem dificuldade se pode chegar à mesma conclusão do General. Não me parece, pois, que com sólido fundamento se possa dizer que «Stockler *aguardou* duvidoso a revolução» (1), embora no íntimo o desejasse. Mas posto perante o facto consumado, informado das cenas que se desenrolavam no Castelo com a soldadesca desenfreada, sabendo do prestígio que entre a tropa gosava, Stockler não hesitou e dirigiu-se ao local dos acontecimentos, aí deparando com o degradante espectáculo do cadáver de Araújo, alvo, já, das mais abjectas sevícias. Os membros da Junta Provisória, entre eles o Bispo, estavam já presos, bem como muitos outros indivíduos. É de notar que a Junta Provisória havia acabado de assinar a ordem de prisão e embarque de Stockler. Contudo ele não exerceu represália nenhuma contra os que a compunham. Antes, chamando-os à sua presença mandou-os recolher a suas casas acto que Drumond classifica de «generosidade». Nem deixou de beneficiar desta generosidade o famoso Juiz de fora, Grade, que não perdoara nunca ao Capitão General não ter imediatamente atendido uma sua pretensão, aliás ilegal (2). — Outros ficaram presos, e decerto foi esta a maneira de os livrar das vinganças e ferocidade da tropa (3), levada à rebelião contra as legítimas autoridades precisamente por aqueles que agora estavam na eminência de serem suas vítimas. Quem semeia ventos...

Depois, foi a *viradeira* com suas vinganças políticas e possivelmente pessoais, como sucede em todas as crises semelhantes, mas a

(1) Dr. Valadão Júnior, «Um Terceirense Notavel», pág. 19.

(2) Grade fora suspenso das suas funções por Araújo. Empossado Stockler, Grade requereu a sua reintegração que o Capitão General não tinha poderes para conceder, mas que foi presente a despacho Real. Grade não perdoou a Stockler esta recusa, mas esqueceu o agravo de Araújo e ambos se aliaram para derrubar o Capitão General.

(3) O expediente, em épocas revolucionárias, é frequente. Contou-me um amigo que tomou parte na repressão da revolta monárquica, em Lisboa, em 1919, que para livrar um parente da fúria dos vencedores e do seu próprio espírito irrequieto, lhe deu ordem de prisão e o manteve preso até que os ânimos serenassem.

maior parte das vezes sem a responsabilidade das autoridades superiores, mas tão somente de zelosos, excessivamente zelosos subordinados.

Contudo Stockler arca com o pêso de todos os excessos então cometidos. Por isso pululam os epítetos: *infame, rancoroso, despota, hipócrita* — e *covarde*, com que o mimoseiam diversos escritores, desde o próprio Drumond. Até *Nero português* lhe chamou J. J. Pinheiro!

Amargamente se queixa o Capitão General da ingratidão dos que salvou no momento do perigo:

«Os perfidos, os aleivosos, e os ingratos, que me devem a sua actual existência: esses a quem salvei as vidas, e a quem até procurei salvar a honra, são os que actualmente trabalham sem cessar por macular a minha reputação, por perder-me, n'uma palavra, e por completar a desgraça da minha inocente família» (1).

Felizmente, como ele próprio se regosija, *ainda não se acabou a raça dos homens de bem, o fogo da virtude ainda não se extinguiu em todos os corações*. E a prová-lo está a carta que o Dr. José Maria Osório Cabral, secretário com voto da Junta Provisória, dirigiu a Stockler a agradecer-lhe a sua intervenção no momento crítico:

«Não deixarei de confessar que a V. Excia. devo abaixo de Deos, escapar da critica situação em que a minha vida estava a ponto de acabar ás mãos dessa Tropa desenfreada...» (2).

— Reintegrado Stockler no seu cargo, fez o que logicamente devia fazer, considerando-se, como justamente se considerava, único detentor do Poder legal: anular solenemente quanto fora praticado pela Junta revolucionária.

«No dia 4 de Abril mandou Stockler postar os dous batalhões de 1.^a e 2.^a linha na praça, defronte da casa da camara, na qual fez ajuntar a nobresa, clero e povo, e perguntou aos vogaes presentes do governo constitucional: porque rasão se tinham rebellado contra elle,

(1) Ap. «O Verdadeiro Imparcial... — Carta II», pág. 31 sg.

(2) Ib.

que estava authorisado pelo legitimo e unico soberano ? e porque aclamaram um governo rebelde, adherindo á causa dos rebeldes de Portugal, — Doc. B ⁽¹⁾. — Qual seria então a resposta em presença das armas, é facil conjecturar !! Os ex-governadores fizeram a este respeito quantas declarações delles se quiseram extorquir... » ⁽²⁾.

Vejamos, em paralelo, o que diz o Dr. Francisco Jerónimo da Silva ácerca da aclamação da Constituição (apenas dois dias antes): «Se pelo decurso d'este dia, alguns (*cidadãos d'Angra*) houve que assignassem o auto dos rebeldes foi porque estes o mandarão requerer para esse fim e porque as baionetas que lhes servião de apoio estavam bem afiadas» («Fid.», pág 27).

Como se ve, os legitimistas nada mais fizeram do que seguir os passos dos defensores da Liberdade.

*

*

*

Pouco depois — em Agosto — Stockler recolhia a Lisboa e era preso logo á chegada, outro tanto acontecendo ao Bispo e ao Coronel Caetano Xavier. O Soberano Congresso julgava o terreno livre para se instaurar na Terceira o novo regime constitucional sem mais oposições, esperança a breve trecho gorada pela Vilafrancada (31 de Maio de 1823).

Para apurar as responsabilidades do Capitão General. do Bispo e do Comandante do Castelo na contra-revolução, o Governo Interino, de Lisboa, enviou á Terceira, em Abril de 1822, o desembargador José Firmino Gerales Queilhas. Conhecida a aversão daquele Governo a Stockler, pode-se afoitamente afirmar que ele, Governo, não escolheria para aquella missão senão quem lhe desse garantias, pelo menos, de imparcialidade — mas nunca magistrado que julgasse simpatizante com o suposto reu.

Eis como Drumond se refere ao Desembargador e á sua missão :

⁽¹⁾ De notar é que a citação do Doc. B, por Drumond, no local em que o faz, parece indicar que nele se contém aquelas interrogações de Stockler. Mas nesse documento apenas se faz a convocação da Câmara e se indicam os objectivos dela: «anular com toda a solemnidade os actos da Junta Provisoria».

⁽²⁾ Drumond, IV, 14.

«Na importante comissão de que veio incumbido este desembargador foi coadjuvado pelo corregedor José Joaquim Cordeiro, que tinha sido despachado em 12 de setembro de 1821 e pelo Juiz Grade, *que todos por tal forma se ligaram, a termos de se considerar supplantado inteiramente o partido realista*, afrouxando visivelmente das perseguições em que se envolvia e ocupava» (o sublinhado é nosso).

Imparcial ou não, o desembargador Queilhas, vindo a Angra para apurar responsabilidades do Capitão General Stockler, não acha (ou não se acha) ninguém mais idóneo para o coadjuvar do que o Juiz Mascarenhas Grade, precisamente o mais encarniçado inimigo do mesmo General. E ao lado de Grade lá estava o Corregedor Cordeiro, constitucionalista convicto e ousado — a tal ponto que, após o Te-Deum congratulatório da Vilafrancada, isto é, em plena vitória realista, saltou para um muro do adro da Sé para falar ao povo e contrabater as afirmações, no dizer de Drumond incendiárias, que o franciscano Fr. Antônio do Rosário acabava de fazer no púlpito, todas dirigidas contra os constitucionais.

Pois — diga-se em homenagem ao Desembargador Queilhas — não obstante este *cêrco*, o sindicante procurou de facto a verdade. Foi sobre «a indagação e exames do Ministro Devassante» (Queilhas) como se diz na sentença absolutória, que o Tribunal da Relação se baseou para proferir esta. É certo que tal sentença só foi dada a 10 de Junho de 1823, isto é, dez dias depois da Vilafrancada e consequente vitória do partido realista. Contudo o que nessa sentença se lê, sejam opiniões dos juizes, sejam citações e referências à devassa, contém matéria de sobra para confirmar a nossa opinião acerca do tão malsinado Capitão General. Na referida sentença, publicada no «Arquivo dos Açores», vol. VII, pág. 52 e ss, há informações curiosas cuja citação não é descabida.

Logo de começo se fica sabendo que o processo era *volumosissimo* e continha «*numerosos apensos*». Depois afirma-se que o Ministro Devassante (Queilhas) procedeu «à indagação e exames, que lhe foram encarregados, com a inteireza, circunspecção e inteligência que se reconhecem no contexto dos procedimentos instituídos» e que «organizou uma judiciosa informação em a qual coligindo cronologicamente a dedução histórica e política dos factos investigados, enuncia

de uma maneira não menos imparcial que discreta e simples, o juízo que entendeu corresponder aos acontecimentos verificados e expendidos com diligente, claro e miudo desenvolvimento».

Se nos lembrarmos que a devassa foi levada a efeito em pleno domínio dos Constitucionais e com os acusados (General e Bispo) presos em Lisboa, não podemos deixar de admirar a isenção do Desembargador Queilhas, que assim demonstrou ter sabido subtrair-se à influência e parcialidade dos seus auxiliares Grade e Cordeiro.

Ao prestígio pessoal de Stockler a que se deveu sem dúvida a rapidez da contra-revolução de 2-3 de Abril de 1821, encontra-se esta breve mas significativa referência na sentença: «...reconhecendo a parte dos habitantes mais sensata, mais proba e mais ilustrada o que deviam ao Reu seu Governador como revestido de legitimo poder, e como credor do seu respeito e adesão por suas virtudes morais e conduta pública, de que tinham acreditados documentos, e que os convidou a restabelecê-lo no Governo *com o alvoroço e contentamento geral que se depreende do processo*». E no corpo da mesma sentença se transcreve este passo da informação do Desembargador Queilhas: «...que quasi todo o povo enternecido de ver sair dois homens (General Stockler e Bispo) em quem tinham toda a confiança pelo desinteresse, justiça e prudência com que se comportavam e a quem tributavam toda a afeição que passava a extremos de adoração, foram a causa impulsiva e não a desobediência, ou a sugestão, etc.».

O final da sentença, respeitante a Stockler diz: «Esta conferência de provas, acrescentando à satisfatória dedução das perguntas ao Reu no apenso N.º 49, levam à evidência a certeza legal de que o dito Reu Tenente General Stockler, longe de ser criminoso nos factos, que se lhe arguíram, deu provas decisivas de constância, inteireza, dexterdade, e vigor que lhe atraíram a confiança e respeito dos povos, ainda nos momentos mais arriscados: e apesar dos esforços de uma facção, que não escrupulizava nos meios de prevalecer; conseguindo aqueles testemunhos que formam a recompensa do homem de bem».

Os habitantes da Terceira, contudo, nunca se conformaram com a destituição de Stockler. E como, após a partida do Capitão General, tivessem rebentado tumultos e se efectuassem muitas prisões em consequência do que andavam os povos sobressaltados, *unanimente*

pediram as três camaras da Ilha o regresso do seu Governador (Drumond, IV, 59). Os próprios liberais «que não duvidavam da sua reintegração, nem a temiam, visto não terem culpas algumas; e por entenderem que elle seria capaz de tranquillisar agora os mesmos povos e reprehender os excessos dos chefes do partido realista — o desejavam quanto antes» (Drumond, *ibid.*).

Confissão que, parece-me, demonstra o grande prestígio do General, tão fundado que, dois anos após a sua partida, ainda era considerado o único capaz de devolver aos povos a perdida tranquillidade.

«Sua majestade, attendendo por um lado á fidelidade dos Terceirenses, e por outro aos serviços que Stockler tinha prestado á causa da realza, concedeu áquelles o general que lhe pedião, e a este o condecorou com o titulo de *barão da villa da Praia*. Nenhum d'estes indultos foi encarado com indifferença pelo conde de Sub. serra (*então ministro assistente ao despacho*); mas como este se não achasse com as forças necessarias para lhes poder obstar, dirigio aquellas que tinha para inutilizar o primeiro: e eis aqui o motivo porque, na companhia do barão, não só foram mandados dois dissimulados ministros, mas tambem o batalhão 5.^o de caçadores, que, pelos seus recentes feitos em Traz-os-montes, dava bem fundadas esperanças de ser ainda um dia o bárbaro instrumento da infelicidade da Terceira» ⁽¹⁾ — como realmente veio a ser.

Drumond refere o que foi a sumptuosa e entusiástica recepção ao Capitão General reintegrado e que resume nestas palavras: *ainda até hoje não consta fazer-se o recebimento de pessoa real com tanto aparato.*

O Dr. Francisco Jerónimo da Silva conta-nos, a propósito, um episódio curioso:

«O Barão da Vila da Praia, regressando aos Açores, tocou, de passagem, em Ponta Delgada, cidade da ilha de S. Miguel. Alli, precedendo a competente convocação, concorrerão á casa da camara as principaes pessoas d'esta cidade; e o barão lhes fez uma falla, na qual, em nome d'el-rei lhes recomendou que esquecendo-se das passadas dissensões, se reconciliassem uns com os outros, e seguissem o

⁽¹⁾ Dr. Francisco Jerónimo, *op. cit.*, pág. 59-60.

exemplo que elle lhes passava a dar, abraçando-se com o homem que n'aquella terra mais o tinha offendido. Mal que proferiu estas últimas palavras, virou-se o barão para o doctor Vicente José Ferreira Cardoso ⁽⁴⁾, a quem ellas se referião, e na presença da assembleia que acabava de ouvir, deo-lhe um apertado abraço, excitando, por este modo os espectadores a fazerem o paralelo de dois individuos tão parecidos nos anos, no saber e nos infortunios. . . » («Fidel.», pág. 60-61).

Depois foi a chegada à Terceira no dia 17 de Novembro. A pedido das autoridades, Stockler permaneceu a bordo até ao dia seguinte para dar tempo a preparar-se a recepção assim descrita pelo Dr. Francisco Jerónimo, que a ella assistiu :

«Raiou o dia seguinte que tinha de ser o do triumpho. Muito pareceu tardar este dia, porem as suas primeiras doze horas parecerão ainda mais longas. Estávão estas a cair, quando uma salva da charrua (*que conduzia Stockler*) annunciou que o barão da Villa da Praia largára de bordo. Passado algum tempo, soárão mais de perto duas salvas temerosas : erão das fortalezas que com este signal de guerra festejavão o anjo da paz que lhes passava por baixo. Vinha este num lindo escaler, remado por braços musculosos, que o fazião pular por cima das ágoas : mas ainda se não ouvião as ásperas vozes dos remeiros, nem se distinguão as inculcantes feições do barão, quando no caes que se achava atochado de gente á sua espera, se levantou uma nuvem de lenços, rebentárão vozes de alegria, e estenderão-se os braços para o lado donde vinha rasgando as ondas a proa do escaler. Em poucos momentos este atracou ao caes, e então se abriu um passo

(4) É o desembargador cuja copiosa e interessantissima correspondência ministrou abundante material para a obra do Dr. Francisco Machado Faria e Maia, de quem era antepassado, obra intitulada «Um deportado da «Amazonas».— Houve larga troca de cartas entre o desembargador e o General, porque cada um se julgava vítima das queixas do outro aos ministros de D. João VI no Rio de Janeiro. Afinal tudo fruto natural da agitação da época, propicia a gerar desconfianças e a interpretar-se erradamente palavras e actos que se desviassem do conceito que cada um tinha do que «devia ser» a condução da política nacional ou até simplesmente local. Ao cabo os dois homens, que no fundo se apreciavam mutuamente, reconciliaram-se como provam as inúmeras cartas do General ao Desembargador, *reveladoras da máxima cordialidade e cortezia*, encontradas pelo Dr. Faria e Maia entre os papeis do seu antepassado.

que só o mágico poder das tintas seria capaz de retratar com a devida fidelidade. O passo a que eu me refiro é o das congratulações que o barão recebeu dos meus patricios no acto do seu desembarque. Apinhados em torno d'elle em circulos concentricos, os magnatas, que lhe estávão ao pé, apertavão-no contra o seu coração, e os plebeus, que ficarão mais distantes, exprimião o seu contentamento pelos modos mais analogos á idade de cada-um. . . ».

«Acabado este (o *Te-Deum*, na Igreja da Misericórdia), o barão levantou-se, saio do templo e tomou a rua direita; e eu, que nem por sombras me lembrava então que um dia o viria a descrever, fui um dos que assistirão a este acto Solemne, único talvez na história da Terceira. O chão da rua, juncado de folhas de louro e faia, offerencia, na despedida do outomno, um campo de primavera. Ao longo deste campo extendia-se um carreiro vazio, orlado d'uma e outra banda por uma fileira de soldados: era por onde havia de passar o heroi triumphador. De cada uma das extremidades dos ladrilhos erguião-se, a iguaes distancias uns dos outros, tres elegantes arcos, cujas cores arremedavam, com pouca differença, as dos marmores mais finos.

« . . As janelas d'um e outro lado estavão armadas com tal primor, que parecião altares. As damas que as guarnecião não desdizião deste simile suas graças naturaes, realçadas pelas galas que tinham vestidas, trazião á lembrança esses portentos de formosura, a que o paganismo rendeo o culto que negou ao Creador. Tal era o concerto da rua dos mercadores, quando o barão a atravessou. . . » («Fidel.», págs. 62 ssgg.).

Razão tinha Drumond: não constava até então fazer-se recebimento de pessoa real com tanto aparato.

*

*

*

A respeito de Stockler escreveu o Corregedor Fonseca Pereira que o veio syndicar após o seu regresso definitivo a Lisboa, *falou*

muito, escreveu não pouco, e obrou nada; mas deu por isso ocasião a que se obrasse muito mal (1). (Ap. Drumond, IV, 66).

A verdade é que Stockler, mal chegado a Angra, viu-se envolvido nas malhas da conjura dos setembrizados. Todos os seus cuidados, antes e depois dos sucessos do começo de Abril de 1821, se dirigiam contra os manejos revolucionários, da facção *araujana* e *gradense*. Instilado na população o veneno do partidarismo, dividida ela em dois campos ferozmente adversos: um que se via atacado por audaciosos estranhos à terra, cuja tranquilidade vinham perturbar, outro formado por indivíduos que se julgavam senhores de uma nova verdade política dogmática que pretendiam impôr contra tudo e contra todos — as consequências eram inevitáveis. Vencedor um, aproveitaria fatalmente o triunfo para aniquilar a força do outro.

Por isso, reintegrado Stockler no Poder após a morte de Araújo, os processos usados pelos seus partidários foram a repetição, embora aumentada, como era natural da parte de quem se via súbita e violenta-

(1) Como diz o Dr. Francisco Jerónimo, atrás citado (pág. 30), o Conde de Suberra só constringido reconduziu Stockler no Governo dos Açores. Mas se não poudes evitar essa recondução teve o cuidado de o *enquadrar* por magistrados da sua confiança e pelo famoso batalhão de caçadores 5.

Não custa a acreditar que o corregedor Fonseca Pereira tenha encontrado excessos condenáveis nem tão pouco que o próprio Capitão General «parecesse ter-se ligado inteiramente a um dos partidos». O êrro de Stockler, a meu ver, foi ter se deixado reconduzir no Governo como *chefe de partido*. E depois do que se passara no seu primeiro governo, ele já de modo algum podia evitar esta situação, tanto mais que era nesse partido que ele encontrava apoio para a sua actuação de leal servidor do Rei. De mais, já nesse tempo, como novamente em nossos dias (infelizmente para Stockler e para nós), o mundo estava dividido entre *bons* (a quem tudo se consente e perdoa) e *maus* (a quem nada se permite e por tudo se condena).

Na agitação permanente com magistrados da força do juiz Grade, no rescaldo das tropelias de Araújo e da insubordinação por ele promovida, não seria, na verdade, fácil ao Capitão General, tanto no seu primeiro Governo como depois, na situação em que o haviam colocado e em que ele se havia deixado colocar, realizar obra de grande político e administrador. E a história está cheia de exemplos de homens de boa vontade e talento cujos esforços esbarraram com a desordem adrede provocada para os inutilizar. Basta lembrarmo-nos do exemplo de João Franco em Portugal, de Poincaré e Doumergue em França após a primeira guerra mundial.

tamente atacado e despojado da autoridade que legalmente detinha — dos usados pelos araujanos.

Quando das prisões efectuadas na Praia e em S. Sebastião, em Agosto de 1823, pouco antes da vinda de Stockler para o seu segundo Governo — outro tanto sucedera. Os *constitucionais*, os *pedreiros livres*, tinham vindo perturbar a ordem pública. Boa ou má — esta existia e não há dúvida que a população em pêsso estava com o antigo regimen e idolatrava o Capitão General que o defendia, ou melhor, que se mantinha fiel à autoridade do Rei ⁽¹⁾. Por isso não se afigura muito justo atribuir aos partidários de Stockler os maus instintos e intuits que se leem nos cronistas dessa época. As prisões, às violências não eram mais que o inevitável desforço da população contra os «forasteiros» que haviam vindo alterar a serenidade da vida terceirense. Excessos reprováveis? Mais que isso — condenáveis e tanto mais para lamentar quanto prejudicava o crédito das autoridades e de

(1) No tempo de Stockler ainda a *Familia Real era acatada como antigamente Moisés e Josué*, lembra Bettencourt e Avila numa das cartas a seus filhos, publicadas no vol. II do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira (pág. 246). Jurar acatamento a El-Rei o mesmo era que fazê-lo a Deus. Compreende-se, assim, a relutância, ou antes, a recusa de Stockler, de jurar a constituição antes de saber a atitude de D. João VI. Mas depois tudo veio a mudar. Embora subsistisse a pessoa física do Rei, diluiu-se a pessoa moral, a sua autoridade política. Passou a jurar-se respeito e acatamento à Constituição e depois à Carta e novamente à Constituição e outra vez à Carta. O Rei — ou a Rainha — ia sancionando o que o Governo lhe propunha (e não fazê-lo era feio pecado de «absolutismo»), e compreende-se assim como no espírito popular foi perdendo prestígio a pessoa real.

Depois ainda — começaram as revoltas. Vencedores os revoltosos, passaram a exigir fidelidade, sob juramento, à nova situação política por eles criada, e muito se surpreendiam quando outros, por sua vez, se julgavam no direito de se revoltar, passando a exigir novo juramento.

Perdera-se o respeito, a veneração, à pessoa do Rei, chefe de todos os portugueses, e portanto árbitro natural das suas desinteligências, para se cair, numa primeira fase da evolução, num Chefe do Estado anódino, sem possibilidades de acção, mera chancela para os actos do Governo, por sua vez dependente das assembleias legislativas. Com o andar dos tempos, nem restou essa sobrevivência decorativa (decorativa, sim, mas ao menos ainda com a vantagem de a origem do seu poder, conquanto reduzido, não ser discutida) chegando-se então ao Chefe do Estado eleito por aquelas assembleias.

E sabe-se a quanto tal sistema sujeitou esse alto magistrado na vigência da república democrática. E não só em Portugal.

quantos os praticavam. Mas nada pior que população à solta e tropa sem o freio da disciplina. Araújo pervertendo esta para se assenhorear pela força do Poder de que fôra legal e normalmente afastado — abriu a porta a todas as violências que se sucederam. — Quem com ferro mata...

A figura de Stockler, se não sai engrandecida, nos seus dois Governos, como a de um grande administrador e político maleável, aparece contudo como a de um homem fiel aos princípios e ao Rei que os encarna — o que demonstra carácter — e susceptível de aceitar pela razão inovações políticas que as circunstâncias impunham ⁽¹⁾. E não ficou a manchar o seu nome nenhuma das máculas que enodoam o de Araújo, o *primeiro martir da Liberdade nos Açores*, cuja memória era execrada pelos seus contemporâneos, precisamente pelas violências que, com mão de ferro, exerceu sobre a população da Terceira e de outras ilhas, como os historiadores mais imparciais são os próprios a confessar. Violências que bem pouco se coadunavam com um defensor da Liberdade contra o despotismo.

Bem vistas as cousas, não é impossível aceitar, pelo menos no seu sentido geral, a verdade das palavras com que José Augusto Cabral de Melo encerra a sua defesa de Stockler ⁽²⁾ contra as diatribes do periódico «Astro da Lusitania» :

«Un jour viendra, où, de tout ce qu'ils aurent écrit contre un homme de génie, il ne restera que ce qui peut servir à constater sa gloire».

(1) Recordem-se as suas declarações de que aceitaria a constituição mai que soubesse que El-Rei o fizera e a sua fala na Câmara de Angra ao jurar as bases da Constituição. Também é de lembrar que Stockler aceitou entrar numa comissão nomeada por D. João VI para elaborar uma Constituição.

(2) Publicada no «Arquivo dos Açores», vol. IX, pág. 105 ssgg.

APENDICE

— A —

A personalidade de Stockler merece, que mais não seja, uma simples nota.

Natural da Terceira, ingressou na carreira das armas e depois tomou grau de bacharel em matemática na Universidade de Coimbra. Tão brilhante foram seus estudos e provas que em breve era nomeado lente da Academia Real da Marinha e pouco depois sócio da Academia Real das Ciências a cuja custa foi publicado o seu primeiro trabalho, *Compendio da teoria dos limites ou Introdução ao metodo das fluxões*.

Como académico desenvolveu grande actividade, continuando a publicar nas Memórias da Academia valiosos trabalhos científicos.

Com a chegada de Junot a Lisboa, a attitude de Stockler não é muito clara a tal ponto que, partidos os franceses, a Regência o priva de todos os seus cargos.

Das acusações que então lhe fez José Acúrcio das Neves defende-se Stockler em várias cartas a este último dirigidas e publicadas no *Investigador Portuguez*, como consta do catálogo das obras do General.

Porém, não só dessa acusação se libertou junto da Côrte do Rio de Janeiro, como veio a ser despachado Capitão General dos Açores, funções a que mais largamente nos referimos neste opúsculo.

Mas Stockler não foi só matemático distinto. Cultivou a poesia lírica e a crítica literária, compôs elogios históricos de sócios da Academia, elaborou uma *Memória sobre a reforma do sistema monetário em Portugal*, um *Plano de Instrução Nacional para este Reino* e outro *para o Reino do Brasil* e em *Carta de um Pai a seu filho* dissertou sobre a *Liberdade de Imprensa*. Em 1819 concluiu o *Método inverso dos Limites*, ou *Teoria Geral do desenvolvimento das Funções em Series* «obra absolutamente nova nos seus fundamentos e que encerra não poucas novidades no Ramo das Matemáticas, que constitue o seu objecto», como reza o Catálogo ⁽¹⁾.

Escreveu também *Tratado elementar de Direito Social* de que se publicou um extracto juntamente com aquele Catálogo e deliheu ainda um *Esboço do Plano de um Código Criminal Militar*. Desse mesmo Catálogo consta como «obra manuscrita ainda não concluída» uma *História abreviada do Governo do General Stockler nas Ilhas dos Açores*.

O que antecede, embora resumido, chega para provar a categoria mental de Stockler.

Quanto às suas atitudes políticas, foi Stockler, como se disse, alvo de críticas acerbas. Inocência, no seu Dicionário Bibliográfico (vol. II, pág. 354 ssgg.), não lhas poupa e alude à defesa que do Capitão General quis fazer um neto em termos que não agradaram ao ilustre bibliófilo e biógrafo. Posteriormente, Pinheiro Chagas, no seu Dicionário, e o Dicionário «Portugal» (s. v.) reeditaram as acusações. *Jacobino* e *servidor dos franceses* (isto é, de Junot) são os epítetos ultrajantes que lhe aplicam e que justificam a acusação de versatilidade quando o veem arvorado em defensor do *trono e do altar*. Não conhecemos factos em que se funde a primeira daquelas acusações. Quanto à de ter servido os franceses de Junot, seria caso para repetir: «Atire a primeira pedra...». Gomes Freire (a quem o Dr. Ferreira Deusdado chamava «São Traidor» na altura em que a demagogia o glorificava) serviu os franceses e nem por isso deixou de ser consi-

(1) Publicado pelo filho do General em aditamento à «Carta ao Ilm.º Sr. ... sobre o N.º 2 do folheto intitulado *Voz da Verdade* provada por documentos» (Lisboa, 1822).

derado heroi. Os mais graduados liberais e maçons apressavam-se a ir cumprimentar o general francês e até uma deputação dos governadores do Reino compareceu em Sacavém para o mesmo efeito. Onde estava a traição de um e a lealdade de outros ?

Aliás o próprio Stockler se defende de tais acusações, e a verdade é que, ilibado delas pelo Príncipe Regente, passa a servi-lo, a ele e a D. Miguel, com a mais decidida devoção, sujeitando-se a todos os riscos, inclusivamente à prisão, como ficou dito.

Depois de deixar os Açores pela segunda vez, e após a aclamação de D. Miguel, foi nomeado Governador das armas do Algarve e aí morreu em Março de 1829.

APENDICE

— B —

(Nota ao § 1.º da pág. 15)

Nas Memórias Biográficas de Garrett (vol. I, pág. 214), de Gomes de Amorim, há uma referência fugaz a este episódio da história terceirense em que, para nós inexplicavelmente, aparece envolvido o então moço mas já ilustre romântico.

Diz Amorim que depois de Garrett se ter revelado liberal «as sociedades secretas da capital chamaram-no ao seu grémio; e, sabendo da sua próxima viagem, encarregaram-no de preparar os ânimos dos habitantes da ilha Terceira para aceitarem a nova ordem política». Amorim acrescenta que Stockler embora aconselhado do Continente a que «encarcerasse o jovem revolucionário, enviado das sociedades secretas, se limitou à simples mas dura advertência, talvez por consideração à respeitável família do poeta, ou por desdem para com este».

Eis agora como Amorim narra o que se teria passado em Angra quando foi aclamada a Constituição por ordem de D. João VI, em Maio de 1821 :

«No dia 13 de Maio chegou à vista da cidade de Angra a fragata *Pérola*, comandada pelo capitão de mar e guerra Marçal Pedro da Cunha que ia encarregado de fazer proclamar a Constituição. Francis-

co de Borja (Stockler) resistiu às ordens do Governo, intimadas pelo comandante da fragata, até 15 de Maio; nesse dia teve conhecimento de que o moço Garrett convertera todas as opiniões a favor da causa constitucional, e só então reconheceu que o jovem patriota não devia ter sido desdenhado! Era, porém, já tarde. Nomeou-se Governo provisório, composto do bispo, do corregedor e de um brigadeiro, proclamando-se logo a Constituição, e durando os festejos vários dias.

Neste curto passo as inexactidões contam-se pelas afirmações. Com efeito: nem o comandante da fragata intimou Stockler a jurar a Constituição, pois apenas foi portador do decreto real que tal impunha; nem se nomeou governo provisório «composto do bispo, do corregedor e de um (sic) brigadeiro», porquanto esse governo ficou constituído pelo deão José Maria de Bettencourt e Lemos, pelo corregedor João Bernardo Rebelo Borges e pelo governador do Castelo Caetano Paulo Xavier (Drumond, IV, 21), ficando o Bispo e Stockler apenas adidos ao Governo; nem os festejos pelo juramento da Constituição duraram vários dias, antes, como o cita o insuspeito Drumond e se refere a pág. 12 deste ensaio, a *Constituição foi friamente recebida e aclamada*.

Pelo que se refere à actuação de Garrett, a afirmação de Amorim é estranha e inesperada.

Ferreira Drumond, apenas mais velho que Garrett 3 anos, viveu intensamente os acontecimentos da época na Terceira.

Liberal como sem dúvida era, não lhe podia ter passado despercebida a vinda de Garrett, nem a missão que Amorim lhe atribue *de converter a população da Terceira* por incumbência das sociedades secretas. E a verdade é que em toda a minuciosa e documentada narrativa de Drumond nem uma só vez aparece o nome de Garrett. Como explicar então a referência tão categórica e encomiástica do seu biógrafo? Parece-nos que só há uma explicação: a vaidade, a celebrada vaidade de Garrett que, além de o levar, quando Ministro dos Estrangeiros, a manter correspondência com vários cônsules sobre as modas das cidades e perfumes e particularidades da vida elegante⁽¹⁾, o levou também a «redigir ele próprio os anuncios das suas obras

(1) Fidelino de Figueiredo, «Hist. Lit. Romantica», ed. de 1913, pág. 34.

recem-aparecidas e a fornecer aos jornalistas apontamentos que lhes facilitassem a sua tarefa de análise e de elogio» ⁽¹⁾.

Supomos que Amorim, que lhe dedicou extrema dedicação, enxertou aquele passo por informação do próprio poeta.

A «gabarolice» que já na idade madura cultivava quando se referia à sua intensa vida amorosa, não era mais que uma faceta da sua vaidade. Daí transpô-la para o campo da política para se vangloriar de em poucas semanas ter convertido *todas as opiniões* (da Terceira) a favor da causa constitucional. Afirmção que, além de a reputarmos contrária à verdade pelo que à actuação de Garrett se refere, é falsa quanto à essência, pois é sabido que a população de Angra e da Terceira se manteve, com raríssimas excepções, fiel a Stockler e ao antigo regime e que só a sublevação de caçadores 5 — gente estranha — alterou o rumo dos acontecimentos.

(1) Fidelino de Figueiredo, loc. cit.

Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina

pelo Dr. MANUEL DE SOUSA MENEZES

Esquecera já completamente na recordação açoriana esse movimento de emigração dirigida pelo governo português, em meados do século XVIII, para a ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na qual e nas proximidades do sítio onde antigamente existiu a pequena Vila do Desterro, se levanta hoje a progressiva cidade de Florianópolis, capital daquele estado, nas regiões do extremo sul do portentoso Brasil.

Quase esquecera também na lembrança dos dirigentes e dos povos dessas férteis paragens. É certo, que cada vez e mais depressa, se vai desvanecendo no processo histórico da evolução dos povos, a recordação dos episódios que os formaram.

A consolidação rápida do país, o desenvolvimento acelerado da sua formação social, o potencial criador de gerações sucessivas, substituiu ao esquecimento das primeiras dificuldades a realidade existente da sua florescente evolução. E o silêncio desse esquecimento ficaria permanente para a posteridade, se uma pleiade de homens ilustres, descendentes actuais desses antigos colonos, não viesse reacender

das cinzas quase apagadas da recordação, o que esse facto teve de decisivo e de importância para o futuro dessas regiões.

Alguma coisa ficara de indissolúvel que a própria evolução não desvanecera. Tinham-se retransmitido em sucessivas gerações costumes e dizeres de características tão definidas, que indicavam uma procedência comum e isso que é substancial, privativo, indestrutível na continuidade e transmissão de caracteres etnográficos inerentes às populações, não podia escapar a essa pleiade ilustre de homens de ciência e à sua investigação. E deu-se então essa verdadeira ressurreição do conhecimento da sua origem.

A consagração do facto histórico, passou do campo da investigação para o domínio das Academias e para a própria consideração do poder constituído, que lhe deu depois o devido realce na capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, em 1948, num programa de solenidades comemorativas, devidas pela grata recordação das gerações presentes à frutuosa actividade de todos os que os precederam.

Assim, veio esta consagração levantar bem alto o que originariamente se devia aos *Casais açorianos* que ali tinham desembarcado e ali se haviam fixado, sofrendo inclemências da sorte, vencendo dificuldades, amargurando desânimos, para se poder chegar à prosperidade e elevação espiritual dos que existem actualmente.

A comemoração tomou de facto vulto de tamanha importância e solenidade, que a ela não faltou o patrocínio do governo, da Assembleia Legislativa do Estado e da Prefeitura Municipal da cidade, à qual se vieram juntar as bênçãos do seu Arcebispo, cantando um solene *Te-Deum* na sua Catedral metropolitana.

Esteve em festa toda a cidade, recordando o gáudio da sua evolução e progresso, e foi também com júbilo e respeitosa homenagem, a 20 de Fevereiro de 1948, data correspondente, dois séculos passados, à do documento que noticia a chegada dos primeiros colonos açorianos àquele mesmo local, chamado então o Desterro, que todos se juntaram no largo da Prefeitura Municipal, para ali em frente lançar a primeira pedra do obelisco comemorativo desse facto.

Depois, em Outubro deste mesmo ano, reuniu na cidade um Congresso de História, no qual tomaram parte altas individualidades de outros Estados do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul, onde igualmente se fez sentir a influência dessa colonização.

Não faltou a cooperação portuguesa, representada pelo professor Paiva Boléo, que ao estudo do assunto se tinha também dedicado, e como complemento histórico de apreciação, foi organizada uma exposição de documentos, fotografias, peças de mobiliário e outras de apreço etnográfico, relacionadas com o movimento colonizador que se comemorava.

A grandeza, a expressão, o significado da comemoração, patenteia-se nas altas individualidades componentes da sua Comissão Executiva, todas de maior expoente na posição social e na intelectualidade do meio.

Por todas estas razões, não podia o caso passar também estranho ao apreço e à gratidão açoriana.

O ESCLARECIMENTO HISTÓRICO

A investigação brasileira não escapara a colheita de dados precisos sobre esse movimento de colonização, pelo significado e importância que de facto assumiu.

Na reconstituição histórica da evolução do Brasil, o caso foi analisado com pormenor e não são poucos os autores que para ele carearam materiais de elucidação, colhidos nos arquivos e no que ainda podia restar na recordação já muito desvanecida dos descendentes desses primitivos colonos insulanos.

O livro *Casaes*, do general Borges Fortes, edição do Centenário Farrroupilha de 1932, é essencialmente uma obra de fundo, que estuda o caso com cuidadoso pormenor e nos relata o que foi a parte trágica e de sofrimento passada por esses colonos. Mas para o autor, a par da parte penosa que não esconde, faz realçar os benefícios que depois resultaram como compensação para o povoamento e fixação da nacionalidade nessas vastas regiões, então fortemente ameaçadas pelas pretensões e pelos direitos que alegavam os núcleos vizinhos de colonização espanhola.

Em seu seguimento deve-se incontestavelmente à actividade, erudição e diligente pesquisa do Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, um dos melhores trabalhos de investigação, que veio reactivar e fixar no seu devido valor, o conhecimento perfeito da actuação dos colonos insulanos no povoamento do Estado de Santa Catarina.

Descendente dos casais açorianos que para ali foram, formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, homem completo de ciência, figura marcante de Florianópolis, foi ele o melhor pioneiro da comemoração centenária.

Ilustre no exercício da sua profissão, elevado no meio social como deputado seu representante à Assembleia Legislativa do Estado, junta ainda na soma das suas frutuosas actividades, o marcado entusiasmo dum competentíssimo investigador histórico e a provar o seu alto valor nesse campo, seria sempre incompleto tentar enumerar a série de trabalhos publicados, porque se torna bastante referir os títulos honoríficos que acompanham o seu nome como sócio dum grande número de Institutos Históricos e Academias de Letras e Ciências do seu país, dando-nos também a súbida honra de enfileirar a nosso lado como consócio do nosso modesto Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Têve marcado interesse o seu livro *Assuntos Insulanos*, publicado em Outubro de 1948, no qual reúne uma série de artigos que são a sua «contribuição ao estudo do povoamento de Santa Catarina pelos casais açorianos e madeirenses». Dado à publicidade no período das comemorações do centenário, nele se revela o cuidado do investigador e o entusiasmo do iniciador desse movimento comemorativo. E é tão profundo o seu conhecimento, tão esclarecida a sua pesquisa, que está certo tudo que nos diz nos vários capítulos em que aprecia em separado cada uma das ilhas dos Açores.

No mistério da transmissibilidade dos caracteres ancestrais, ficar-lhe por certo ainda viva no sangue a recordação do meio em que viveram os seus antepassados.

Mas onde o problema da colonização açoriana da ilha de Santa Catarina é analisado com pormenor e rigor, é na sua tese *Os Açorianos*, apresentada ao Congresso de História das comemorações centenárias, obra completa em que a erudição do autor, a referência documental e a apreciação crítica do acontecimento, encontram a sua última e definitiva expressão.

Teve o seu ilustre autor a gentileza de nos oferecer um dos seus exemplares impressos e teve o nosso Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, exagerada confiança na nossa escassa capacidade para sobre essa tese emitir ligeiro parecer, pois outro se não poderá

dar em face da excelência da obra e dos títulos do autor, como apreciação ao exemplar remetido à nossa agremiação.

Já no registo bibliográfico do Vol. IX, 1951, deste *Boletim*, por quem de direito, foi feita a apresentação e apreciação oficial do trabalho do Sr. Dr. Oswaldo R. Cabral. O desenvolvimento da presente apreciação não passa de novas e ligeiras considerações em complemento do que então se poudo dizer em sessão de 7 de Junho de 1949, do Instituto Histórico da Ilha Terceira e se elas nada valem que possa acrescentar ou tirar ao que o autor da tese tão completamente assentou, delas ficarão apenas a alegria e o entusiasmo de as referir a par do desgosto de só tão tarde o poder fazer.

Desejaria trazer ao complemento da tese do Dr. Oswaldo R. Cabral, a transcrição dos documentos que possivelmente ainda existam nos nossos Arquivos insulanos referentes ao assunto. Não me permitam tempo e possibilidades, que os podesse procurar com a cuidadosa pesquisa que o caso merecia. Esse trabalho precisava ser feito em todas as ilhas, nos seus arquivos municipais e para isso necessária a colaboração de muitos a quem fica campo aberto a continuá-lo, pelo qual ficaremos esperando.

Excepto os dois documentos adeante transcritos e encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que julgo desconhecidos na investigação do acontecimento, quase me reputo e cito somente aqueles já publicados por outros autores, em especial os que se encontram na tese do Dr. Oswaldo R. Cabral e no trabalho sobre *Emigração açoriana para o Brasil*, do prof. Paiva Boléo em 1945, Vol. XX da revista «Biblos».

OS MOTIVOS DA COLONIZAÇÃO

Não pode deixar dúvida que a razão primacial que presidiu ao esforço do povoamento do Sul do Brasil pelos casais açorianos, em emigração dirigida pelo Estado, foi uma questão de fixação de nacionalidade como diz o general Borges Fortes no seu livro *Casaes*, o «desentendimento sobre questões lindeiras entre Portugal e Espanha», como escreve o Dr. Oswaldo R. Cabral na sua tese.

Era a posse pela ocupação que o povoamento traduzia e vinha efectiva-la a colonização açoriana.

A delimitação dos vastos territórios da América do Sul na posse de Portugal e Espanha, era ainda imprecisa, nunca fôra decisivamente definida e dava sempre origem à proclamação de direitos dum e outro lado. Nunca se chegara a precisar a tal linha de demarcação a 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde, consignada no tratado de Tordesilhas e mais o dificultava não ter ficado assente, a partir de qual dessas ilhas se começariam a contar. Conforme as conveniências, nos seus avanços por ali perto, era fácil às duas partes sustentar a razão de que não havia violação do acordo.

Já vários diplomatas tinham procurado solucionar o assunto, mas nenhum dos trabalhos empreendidos por eles tinham chegado a qualquer resultado definitivo. Pelo agravamento sucessivo dessas disputas e recíprocas ameaças, é que então D. João V, pondo em plano todo o florescimento do seu reinado, encarregou o prestigioso diplomata Alexandre de Gusmão, que chegara de Roma aureolado pela obtenção de sucessos difíceis junto da corte papal, de entabolar negociações para a elaboração dum tratado que pozesse definitivamente um ponto na questão.

Mais uma vez o hábil diplomata triunfava das dificuldades após aturadas discussões e o diploma foi assinado, a 13 de Janeiro de 1750, pelos embaixadores Thomaz da Silva Telles, visconde de Vila Nova de Cerveira, por Portugal, e D. Joseph de Carvejal e Lencastre, por Espanha, ficando conhecido pelo tratado de Madrid.

Nele e consignava que os Sereníssimos Reis de Portugal e Espanha desejavam «eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professão» e para tirar todos os pretextos e embaraços que a podessem alterar «e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos Limites das duas Coroas na America, cujas conquistas se tem adiantado com incerteza e duvida, por se não haverem averiguado atégora os verdadeiros Limites daqueles Dominios, ou a paragem donde se ha de imaginar a Linha divisoria que havia de ser o principio inalteravel da demarcação de cada Coroa».

Referia-se à linha de demarcação do tratado de Tordesilhas e às dificuldades invencíveis que se ofereciam para a assinalar, e examinadas as razões e dúvidas suscitadas por ambas as partes, trazia ao apreço as discórdias que se haviam excitado com a fundação portu-

guesa da Colónia de Sacramento porque ali perto fundaram também os espanhóis a Praça de Monte Video.

No tratado, os problemas eram de novo revistos em totalidade a oriente e a ocidente, com «aquela boa fé e sinceridade que he propria de Principes tão justos, tão amigos e parentes», com o fim de «pôr termo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as acções e direitos, que possuão pertencer-lhes», apoiadas até então no referido tratado de Tordesilhas e outros já existentes que não tinham resolvido o caso. Abstraía, assim, da *Linha* divisória que nunca fôra fixada e muito menos respeitada, e faziam a nova demarcação tomando por balizas as paragens mais conhecidas do território, fazendo recíprocas cessões.

O tratado estendia o entendimento até às Filipinas, também em disputa, e quanto ao Brasil, marcava com minúcia toda a linha de fronteira, mas a colónia de Sacramento era cedida à coroa de Espanha pela dúvida que havia se estava a oriente ou ocidente da demarcação combinada no tratado de Tordesilhas, embora pelo acordo de 7 de Maio de 1681, ela tivesse ficado a Portugal e agora se resolvia o contrário, porque na sua colocação «não chega com muita diferença à boca do rio da Prata a paragem, onde se deveria imaginar a Linha».

Mas, ao contrário do que se esperava, o tratado não pôs termo às discórdias existentes e deu até azo a que elas se agravassem em dado momento, acontecendo mesmo em 1777 ser a ilha de Santa Catarina ocupada pelos espanhoes que ali permaneceram cerca de um ano.

A luta, segundo o general Borges Fortes, começara no ano trágico de 1763, em que ficara sob o domínio castelhano todo aquele imenso território brasileiro, dando o dia 1 de Abril de 1776 como o que trouxe «com os primeiros albores da luz solar, os clarões da reconquista». Na confusão destas datas melhor o explicará o conhecimento perfeito desta campanha, mas o abandono da ilha de Santa Catarina pelo conquistador, ao fim dum ano, enquadra por certo na luta que se travava mais ao sul e na impossibilidade de se manter, como a sua investida à ilha seria um golpe estratégico a ocupar posição para apoio de futuras evoluções.

Se os meios de que dispunha o agressor, como agora se diz, tinham permitido a conquista, o que é facto, é que os direitos de posse,

préviamente preparados pela fixação da população portuguesa não consentiam que ela subsistisse. O princípio absolutamente imutável da posse da terra pelo povoamento, mais uma vez fora verificado e esse facto não pode ser alheio e deixar de ser atribuído à fixação dos casais açorianos, consolidando o direito de posse pelo uso do *uti-posidetis*, segundo a expressão de Manuel Diégues Júnior, autor duma das teses do referido Congresso de História, reunido em Florianópolis.

A preparação da colonização começara com os diplomas reais de 1746 referentes ao assunto, que mandavam fazer a inscrição, estabeleciam as cláusulas a ter em conta e regulamentavam o sistema de transportes, mas só em 1748 começou o envio das primeiras levas de povoadores e tudo isso se documenta nas mencionadas publicações.

É natural que a principal razão dessa intensificação do povoamento ficasse oculta no desígnio documental que a estabelecia, mas é compreensível que fosse aquele o motivo essencial, para vir ao encontro e apoio da deligência diplomática já em marcha, que era preciso fundamentar e não comprometer. Alexandre de Gusmão regressára de Roma a Portugal em 1730 e em 1742 foi nomeado ministro do Conselho Ultramarino, começando naturalmente desde essa data a entabular as negociações do tratado e a preparar os dispositivos essenciais à sua garantia pela fixação dos colonos portugueses.

AS RAZÕES DA ESCOLHA AÇORIANA

Qual a razão de preferência por esta escolha dos casais açorianos, para garantirem direitos de posse sobre as regiões em disputa?

A razão apresentada, a que vem indicada pelos autores que estudaram o assunto, a que perfilha na sua tese o Dr. Oswaldo R. Cabral, é a que expõe nos fundamentos que adiante transcrevemos na íntegra, referindo-se às deligências do brigadeiro José da Silva Pais, que desde 11 de Agosto de 1738 fôra nomeado governador de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro e ali lançara o vasto plano do empreendimento da colonização «para servir de ponto de apoio à conquista e, principalmente à fixação do português à margem esquerda do Prata», no dizer do autor.

Criada a província do Rio Grande do Sul em 1737, a situação era

precária quanto ao exercício da autoridade portuguesa, sendo aquela colônia de Sacramento o principal ponto de discórdia, sujeita a repetidas investidas dos espanhóis e passando alternativamente da posse de uns para os outros.

A vastidão da região, a escassa população fixada, os precários meios de defesa, tornavam a situação sempre instável. Por outro lado, as razões invocadas à face da delimitação prescrita no tratado de Tordesilhas, já então meio esquecido, serviam a entreter a revivescência dos direitos adversos.

Estava-se em 1746 e viera ao encontro dos desejos do governador Silva Pais, favorecendo o seu plano, a seguinte circunstância que encontramos na tese *Os Açorianos*, do Dr. Oswaldo R. Cabral, deduzida do edital régio de 31 de Agosto de 1746, que mandava abrir a inscrição dos colonos, o qual reproduz na íntegra e igualmente se encontra no livro do Dr. Alfredo da Silva Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1904.

«Justamente nesse ano, os moradores das Ilhas dos Açores pediram a El-Rei que lhes fôsse permitido emigrar para o Brasil, pois o arquipélago superpovoado, já não comportava população de tão elevada densidade e a miséria batia a todas as portas, devido às escassas colheitas. O excesso de bocas e a falta de géneros estavam a exigir um remédio heróico. E os moradores propunham ao Rei a retirada para o Brasil dos que excediam a capacidade das ilhas».

O fundamento, embora posto com certo exagero de apreciação pelo autor, vinha ao encontro dos desejos do brigadeiro Silva Pais, que pedia 4.000 casais para o plano de povoamento. Acudia, no dizer do autor, à dupla situação, «aliviava as ilhas e supria o Brasil», na necessidade imposta da fixação do português às terras do sul, ameaçadas pela ocupação espanhola das margens do rio da Prata.

Afigura-se-me mais compreensível, que a razão principal fôsse essencialmente política, então debatida por circunstâncias de posição e de direitos e já em campo de negociações para um acordo por via diplomática.

O fundamento é sempre o mesmo, já do exemplo nas disputas

da antiguidade, o direito de posse pela existência da população rática do conquistador. Na sua brutalidade pela expulsão violenta, em apoio desse direito, acabamos de o ver em nossos dias com volumosas massas humanas, retirando os que estavam nessa posse para garantir depois futuros ajustes de fronteiras como proveito de guerra.

A razão apresentada do esfomeamento açoriano, que na documentação conhecida não era de facto posta em tal extremo, devia servir apenas para ocultar nas habilidades das negociações, o fundamento real que presidia ao envio dos colonos.

Embora o Conselho Ultramarino, por decisão de 8 de Agosto desse mesmo ano de 1746, assim o decidisse e o rei D. João V, pelo edital a seguir de 31 desse mês, mandasse abrir a inscrição, só em 1748 seguiram os primeiros casais. A haver fome e carência de géneros, dois anos de espera, fóra os que demorara a petição, seriam tempo bastante para uma hecatombe da população dizimada por inanição.

De facto, tudo se passava como se o seu envio infundisse mais cautela do que pressa. O fundamento usualmente aceite sugere assim algumas e poderosas dúvidas.

É certo que no edital régio se consigna — «resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem», mas não esconde a seguir a razão máxima da decisão, trazer «ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores algumas partes dos vastos domínios do dito Estado».

Importava tanto o valor potencial dos novos colonos, que exigia para os arrolados — «não sendo homens de mais de 40 anos e não sendo as mulheres de mais de 30».

É certo que na Provisão real de 9 de Agosto de 1747, que «dá forma à acomodação dos novos Povoadores e Povoações», transcrita na tese do Dr. Oswaldo R. Cabral (Anexo N.º 3), se refere a decisão dada sobre a consulta do Conselho Ultramarino, de 8 de Agosto, com motivo na «representação dos moradores das Ilhas dos Açores com que me pediam mandar tirar delas o numero de casais para as partes do Brasil», mas essa razão não aparece na convocatória afixada nas ilhas, que a seguir se transcreve, extraída do L.º 7 de Registos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 1735 a 1752, pág. 198.

«O Dr. João Alvares de Carvalho, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e do Dezembargo de sua Magestade que Deus guarde, seu Dezembargador da relação da cidade do Porto. Corregedor com alsada na Comarca e Correição destas Ilhas dos Assores:

«Aos senhores officiaes da Camara desta Cidade de Angra Ilha Terceira.

«Faço saber que sua Magestade que Deus guarde por carta firmada por sua real mão, de datta de trinta e hum de Agosto do prezente anno de mil sette centos corenta e seis foi servido detreminarme desse cumprimento a tudo o que pello seu Conselho ultramarinho me fosse ordenado sobre o transporte dos cazaes que voluntariamente quizerem hir stabeleserçe nos estados de America para o que se passará ordem pello mesmo Conselho de datta de sinco de setembro do mesmo anno, em que se dispoem as prevenções necessarias; ordenandosseme escrevesse a todas as Camaras para o cumprimento de sua execução como tudo consta da copia da carta do dito senhor, e ordem do dito Conselho que he o seguinte :

«Corregedor das Ilhas dos Assores Eu El Rey vos envio muito saudar. Por resolução deste dia em consulta do meu Conselho Ultramarinho, fui servido que das Ilhas dos Assores se transportem a custa da minha real fazenda, os cazaes de pessoas que voluntariamente quizerem hir estebecerçe nos meos Dominios de America nas partes que se lhes destinarem. E por que para a execução disto hade ser necessario que o dito Conselho disponha varias prevenções e providencias nessas Ilhas, Hey por bem que a tudo o que nesta materia se vos ordenar por via do mesmo Conselho deis inteiro cumprimento com zelo e actividade que pede o interesse que o meo servisso tem neste negocio. Escrita em Lisboa a trinta e hum de Agosto de mil sette centos corenta e seis. Rey.

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa, senhor da Guine & Faço saber aos Corregedores das Ilhas dos Assores que fui servido fazer merce aos moradores dessas Ilhas que se quizerem hir stabeleçer no estado do Brazil de lhes fazer o transporte a custa

de minha real fazenda e as mais conveniências que constão do edital de que se vos remetem com esta coatro centas copias e sou servido que escrevaes attodas as Camaras de vossa jurisdição remetendolhe sufficiente numero de copias para se fixarem em todas as povoaçoens e lhes ordenareis que no fim de cada hua declarem perante quem hãode acudir os que se quizerem aproveitar da merçe que lhes faço, e a quem hãode mostrar documentos de serem cazados, os que quizerem passar como tais, e que idade tem o marido, e molher e mais pessoas que levarem em sua companhia para se lhes fazerem os assentos com clareza, e distinção pondolhe na matricula todos os signaes, que os possam distinguir e tambem as circumstancias de saude, disposição estatura, officio, ou exercicio que tem, afim de se lhes poderem dar os empregos proprios dos requeзитos de cada hum. E as listas nos serão remetidas com a brevidade possivel para que examinandoas vos tenhaes lugar de pedir as clarezas, nas que faltarem algumas, dos que se vos pedem, e poderdes iuntamente informar das pessoas que tiverem capacidade, e sircunstancias para serem providos nos postos da ordenança por que devem hir estes cazaes em companhias formadas de quarenta ou sincoenta homens cada hua e para cada companhia me proporeis com informação da Camara tres pessoas em cada posto de Cappitam, Alferes, e sargento, declarando os requisitos que tem, e fundamentos que vos movem a os propordes para com a vossa informação fazer eu as nomiações dos ditos postos como me parecer. E as listas depois de feitas, e ajustadas por vos, que venham uniformes, mas remetereis por duas vias pello meu Conselho Ultramarinho, e avizareis os portos de mar em que se ham de embarcar os cazaes, declarando o numero que deve embarcar em cada porto, para se fazerem prontos os mantimentos, embarcaçoens e o mais que he precizo para este transporte tendo entendido que este se não deve fazer de todas as pessoas iuntamente mas em diferentes viagens para se puder executar com mais commodidade dessas pessoas as quais mandarei recomendar para se lhes dar bom tratamento assim no mar como no estado do Brazil, aonde se fará o primeiro estabelecimento, na Ilha de Santa Catarina, e nas suas vizinhanças, em que a

fertilidade da terra, abundancia de gados, e grande copia de peixe conduzem muito para a comodidade, e fartura destes novos habitantes. E por outra carta firmada por minha Real mão que vai com esta vos recomendo especialmente este negocio o qual fareis registrar com esta nas Camaras de Vossa jurisdição para constar o que por ellas vos ordeno, e quanto he do meo real agrado este servisso. El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Dezembargadores Alexandre Metello de Souza e Menezes e Thome Gomes Mor.^a consilheiro do seo Conselho Ultramarinho e se passou por duas vias Theodozio de Colellos Pereyra o fez em Lisboa a sinco de Setembro de mil sette centos corenta e seis».

Da redacção deste documento infere-se que tinha mais de convite que concessão, o que fôra resolvido sobre o caso. Será óbvio considerar que a encobrir os intuitos da decisão, se esconderia nos pretendidos pedidos da população, o que fora premeditado plano para a occupação das referidas regiões. Nem todas as verdades se querem ditas e no campo diplomático toda a cautela é pouca porque a forma vale mais que a excelência da verdade.

Procurro nos cronistas açorianos referência informativa sobre a situação insular naquela época, e nada encontro que o esclareça no sentido perfilado pelos autores brasileiros que o referem.

O próprio episódio da saída de tão avultado número de casais, para investigadores da categoria de Francisco Ferreira Drumond, alma, senso e erudição de autêntico historiador, tão minucioso na pesquisa, tão probo na revelação, tão justo e criterioso na apreciação, passa completamente despercebido.

O caso deve ter corrido como episódio banal, que se verificava desde muito e como adiante referiremos, era usual na tendência da população açoriana para a emigração.

E quanto aos motivos de fome, carência de géneros e miséria invocados, dá-nos as seguintes informações na sua obra histórica *Annaes da Ilha Terceira*, 1850, que completamente os contradizem. Em 1745 embarcavam-se cereais; em 1746, só o ramo do Porto Martins, aliás bastante restrito na superfície da ilha, produziu de dízimo 120 moios de trigo, acrescentando com aquela lógica crítica de histo-

riador que lhe é peculiar — «por esta diminuta parte da ilha é mui facil calcular-se, o quanto produziram os mais ramos ; e poderá concluir-se o haver sido este ano de uma prodigiosa abundancia de tri-gos».

No ano de 1749, citando a pragmática de 28 de Maio, relativa à repressão do luxo introduzido em todo o reino e sua extensão a estas ilhas, como medida precisa de economia, refere a excelência do *pano da terra*, «nome privativo ao pano de lã, tecido e apisoado nestas ilhas para o uso exclusivamente dos homens, em calças, vestes e capotes». E dando às palavras o significado relativo à época e ao meio, acrescenta — «e que excelentes fabricas de pano de linho, dados, vistosos xadrezes, e entremeados ordumes se não fabricam nestas ilhas, assás valiosos, no que diz respeito à vista, e muito mais à duração?».

É legítimo concluir por estes dizeres que haveria uma situação económica social de certo equilibrio e é a continuação dessa indústria caseira de tecelagem que ainda hoje se mantém em algumas famílias dos campos, transmitida pelos velhos aos novos na conservação do tear do casal e na confecção das tão características colchas regionais e outros panos para uso doméstico ou mesmo vestuário mais grosseiro.

No ano de 1751 ainda nos informa ser «um dos mais escassos dos frutos da ilha em todos os géneros ; porem não alcansei a causa de que proveio tamanha escassez, nem alguma outra circumstancia sobre que se possa ajuizar dos resultados», dizeres que só por si afirmam a integridade e o rigor das suas apreciações, dando-nos esta notação a certeza de que a carência daquele ano era excepção a mencionar.

Em 1752, «em consequencia da falta de cereais do ano p. passado», narra as providências tomadas pelas autoridades para socorrer as necessidades públicas — «e desta forma se proveram todos os que tinham necessidade de pão», a indicar que os recursos bem regulados davam para todos.

Conclue-se que não havia fome, então como antes, que influísse nos motivos da ida dos casais para o Brasil. Referindo-os, conta apenas o seguinte neste ano de 1752: «achando-se alistados muitos casais por ordem régia para irem em Setembro povoar a

ilha de Santa Catarina», única referência que a eles encontramos, se tomaram providências para que os 13 moios de trigo comprado na Praia para o seu sustento, não fôsem embargados por motivo da escassez do ano anterior.

Depreende-se que o episódio da ida dos casais naquela época e nas tendências emigratórias da população, foi sucesso banal sem registo especial nas crónicas insulares. Francisco Ferreira Drumond, tão cuidadoso na recolha e análise dos acontecimentos da Terceira, apenas lhe faz a referência que citamos e nem ao menos transcreve, ele tão preciso na documentação que enche a sua obra, o documento régio que atraz reproduzimos, extraído do livro de registos da Câmara.

O Dr. Alfredo da Silva Sampaio, no seu livro *Memória sobre a Ilha Terceira*, 1904, não vai também além sobre o assunto. No seu capítulo — «A ilha Terceira durante o reinado de D. João V» — limita-se a mencionar essa emigração de terceirenses para o Brasil, «não à sua custa como hoje se faz, mas sim à custa do governo, com o fim de colonizar aquele poderoso Estado». E transcreve a seguir o edital régio de 31 de Agosto de 1746 como o referimos já anteriormente.

Nem sempre o valor expressivo dos documentos traduz o senso mais aceitável da situação e para isso se tem de acautelar os investigadores. As subtilidades do pensamento e o artil são aquisições humanas já desde as primeiras sociedades. Os seus autores não podem fugir ao impressionismo da própria época, ou, se vêm depois, ao relativo daquela em que vivem e qualquer delas tem de ser pesada, pensando que, então como hoje, o mesmo facto, por singelo ou complicado, tem sempre apreciações diferentes.

Mais do que em qualquer ciência, na história tem de haver o apreço das circunstâncias e é nesse campo que a crítica pode abrir clarões de luz em realce da verdade.

O APREÇO DO SUPERPOVOAMENTO

Haveria, de facto, uma superpopulação nas ilhas dos Açores naquela data?

Só a partir de 1864 há dados estatísticos certos, oficiais, sobre o

seu recenseamento da população. Nesta data existiam em todas elas 248.028 habitantes, assim distribuídos pelos três distritos administrativos que elas formam: Ponta Delgada, 110.832; Angra do Heroísmo, 72.211; Horta, 64.985.

Pelo último recenseamento de 1950, estes dados são respectivamente de: 176.707, 86.979 e 55.000, somando um total de 318.686 habitantes.

Excepto o caso do distrito da Horta, onde ela diminui, a ser certo o que os números indicam, a população total contando com os outros dois, os mais povoados, cresceu nestes 86 anos 70.658 pessoas, ou seja 22%.

A manter-se esta mesma proporção, o que é para duvidar no quantitativo, nos 118 anos que medeiam entre 1864, data do primeiro recenseamento conhecido, e a anterior data de 1746 da emigração, o número de habitantes devia andar em todas elas à roda de 193.000 pessoas, ou seja menos de metade da população actual e não se pode dizer, para regiões essencialmente agrícolas, que haja hoje superpopulação com um índice geral de densidade à volta de 170.

Isto na melhor condescendência com a alegação do superpovoamento dos Açores na data de 1746, porque é legítimo aceitar que nem este último número tivesse atingido a população das ilhas. É natural pensar, à falta de melhores dados, que o crescimento demográfico dos seus habitantes, seguisse o ritmo geral observado na Europa. Ora em toda esta, embora se não conheça ao certo o seu número de habitantes até ao ano de 1800, calcula-se que haveria 60 milhões até ao início da era cristã e que nos 18 séculos decorridos para chegar àquela data, somente atinge 180 milhões, ou seja apenas três vezes mais. Só no século XIX, com o desenvolvimento da agricultura e a organização das indústrias, a população duplicou, atingindo 400 milhões, e isto apenas na Europa.

Há que contar que as ilhas só tinham começado a ser povoadas, mais intensamente, a partir do aparecimento dos flamengos nos Açores, por volta de 1450, e a razão deve ter sido a mesma, a posse pela fixação portuguesa, embora nas crónicas, também presuntivamente por comedimento de conveniência diplomática, figure antes a sua vinda como auxílio e não como disputa da terra.

Que não haveria muita gente, diz-nos o bom senso que assim

seria, porque esse povoamento das ilhas não foi maciço e mesmo porque fisiològicamente o caso não podia ser diferente e sem os devidos respeitos pela biologia, não se pode de facto emitir parecer sobre movimento demográfico.

Mas ainda para que a dúvida não fique em suspenso, ela encontra apoio no documento transcrito pelo Prof. Paiva Boléo, em que o provedor da fazenda das ilhas, Agostino Borges de Souza, em 19 de Agosto de 1645, um século antes, dá conta da dificuldade que teve pela falta de gente na ilha Terceira, devido às levas e às guerras, para levantar 200 soldados destinados a seguirem para o Brasil, mas que o conseguira, orgulhando-se de serem «os melhores e mais luzidos 200 infantes que sairão daquelas ilhas ha muitos anos». Só conseguira então arranjar 150 e esperava depois em S. Miguel e Madeira completar os 200.

Como se depreende e se demonstra a seguir, era usual saírem das ilhas tropas para o Brasil, e o fundamento dos pedidos de recrutamento para esse fim, que adiante veremos ainda um século depois se mantém, tinha por certo apoio na Carta régia de 27 de Março de 1638, transcrita por Raimundo Belo no seu trabalho *Emigração açoriana para o Brasil*, no Vol. VII deste *Boletim*. Nela se diz que D. Diogo Lobo se havia oferecido para ir formar «uma leva de mil homens às Ilhas dos Açores, propondo que fariam alli de custo mais de ametade menos do que em Hespanha fazem» — «em razão do barato que tudo alli vale». E afirmava que «serão todos mui boa gente, por serem creados com as armas na mão, que de ordinário trazem, entrando e sahindo de guarda».

Nas indicações do procedimento a haver, dizia a mesma Carta régia «que à cidade de Angra se ordene de trezentas armas para esta gente, das que tem no Armazem».

O modo como corre o arrolamento dos emigrantes em causa para o sul do Brasil e se formam as levas de embarque, também conduzem a concluir que não havia condições sociais económicas de tão precária anormalidade como seria o motivado por um superpovoamento, porque as de pobreza essas seriam as usuais à época, pela falta de intercâmbio e movimento de produtos a recompensar o trabalho ou inerentes ao regime de propriedade existente, que só outras providências poderiam resolver.

O pedido fôra de 4.000 casais e aberta a inscrição pelo edital de 31 de Agosto de 1746, em Setembro do ano seguinte, o corregedor das ilhas João Alvares de Carvalho, anunciava ao Rei haver só 2.585 pessoas alistadas: «da ilha de S. Miguel 141 casais e 73 solteiros, fazendo ao todo 703 pessoas; da ilha Graciosa 62 casais que com alguns solteiros faziam o número de 373 pessoas; da ilha de S. Jorge 245 casais contendo 1.433 pessoas».

Seria só de 76, número que falta para as 2.585 pessoas alistadas, o contingente apurado na Terceira?

Embora pouco, seria já um índice de apreciação, mas dum registro adiante transcrito dos livros da Câmara de Angra, depreende-se que seriam 139 casais e 73 o número de solteiros que a eles se agregavam.

A possibilidade de encontrar o número suficiente de casais que voluntariamente quizessem ir com a mercê de ser à custa da real fazenda e com as garantias consignadas no edital, tornara-se logo de início tão duvidosa, que sendo intento do Conselho Ultramarino poder encontrá-los só nos Açores, já no ano seguinte, na Provisão real de 9 de Agosto de 1747 (Anexo N.º 3 da tese, já referido), por representação do mesmo Conselho, idêntica graça é concedida à ilha da Madeira.

Segundo o Dr. Oswaldo R. Cabral, «para os últimos transportes já não havia voluntários nos Açores, tendo embarcado gente sob a pressão das autoridades». Um dos últimos transportes, o de 1753, demorou três anos para obter lotação, e só em 1756 partiu, mas tão incompleto que teve de escalar pela Madeira para a completar, levando gente dali.

Nos dados referidos pelo autor, o número de açorianos embarcados teria sido de 4.485 pessoas. Contando com os que morreram na viagem, nem atingia o número global indicado para os casais.

Não parece, portanto, de acordo com a notícia da superpopulação e grande miséria dos moradores das ilhas, a razão porque a elas se deu a preferência e a graça do transporte à custa da real fazenda, aos que obedecendo às condições exigidas «se quizessem hir stabelecer no estado do Brasil», segundo os próprios dizeres do edital.

Mesmo a acreditar que tivesse havido qualquer pedido por dificuldades existentes, estas teriam sido meramente ocasionais. É o que sucede sempre com os maus anos de colheita, com as consequências

de grandes alterações atmosféricas originando perturbações, atrasos e ruínas na cultura usual das provisões alimentares. E o clamor é sempre igual nas populações agrícolas, seja por carência ou seja por excesso. Mas, mesmo em apoio desta suposição, o que atraz transcrevemos dos *Annaes da Ilha Terceira*, leva-nos a pôr completamente de parte qualquer fundamento desta natureza.

Na apreciação histórica dos acontecimentos, a própria expressão documental tem de ser analisada para dela se extrair o que é alma do acontecimento e o que é sentimento do autor. Nem sempre o valor expressivo do relato pode corresponder à realidade vivida do episódio e se fôr por quem o não viveu e o não sentiu, nele mais se contém sempre o sentimento pessoal do autor. Na interpretação e no juízo histórico, o apreço pode ir dos exageros varonis às mais piegas suposições.

A crítica histórica com base na realidade da vida e nas possibilidades humanas, serve justamente para condicionar ao equilíbrio da razão, o que o potencial expressivo da documentação queira elevar acima do que é o real condicionamento para a sua realização.

O EXAGERO DAS REFERÊNCIAS

Não é preciso sair das ilhas para com alguns dados do passado, encontrar neste mesmo campo, o que tem de insubsistente o valor articulado na documentação. Assim, nos documentos transcritos pelo prof. Paiva Boléo, encontro estas sólidas bases de dedução.

Passara apenas 38 anos depois da leva dos emigrantes, em número tão reduzido para o pedido feito, naturalmente por não haver tal excesso de população, o capitão-general dos Açores Dinis Gregório de Melo e Castro, a 22 de Julho de 1786, informava o Ministro do Reino, que era demasiada a gente na ilha Terceira e que se tornava preciso promover a emigração de 600 casais e mesmo se podia ir até 12.000 pessoas, o que justificava com a seguinte comunicação :

«Há 40 ou 50 anos, não havendo tantas terras cultivadas como ha hoje, não só não havia esta falta de pão que presente-

mente se vê, mas havia tanto de sobejo que se exportava uma grande porção. De tudo o mais havia muito». E acrescentava :

«O resultado é as mulheres se prostituem e os homens se fazem ladrões e uns e outros sobrecarregam e incomodam o público. O povo aqui he demaziado e a terra não pode sustentallo», insistindo a seguir :

«Só depois que eu aqui estou se tem augmentado esta Povoação de mais de 9.000 pessoas. E necessariamente porque sendo mais os que nascem, do que os que morrem, e não sahindo regularmente para fora se não poucos homens, nenhuma, ou raras mulheres, he preciso que se chegue a hum numero de habitantes com que a Terra não possa». Concluia :

«Só com a exportação de tantos Cazaes quantos possam comprehender 11 ou 12 mil pessoas, que não sendo necessarias para o fabrico das terras lhe são de mais para o consumo das suas produções, poderá esta Ilha tornar ao seu antigo estado de abundancia e barateza, de mais de se expurgar de hua infinidade de individuos inuteis ou prejudiciais».

Todo o documento, absolutamente deficiente para tamanha categoria de governante, é uma série de contradições e de mesquinices impróprias. O exagero dos dizeres, talvez provocado por uma dificuldade alimentar ocasional, a que se juntava certo ressentimento pelo desrespeito manifestado pelo povo à tirânica autoridade deste capitão-general, se fosse atendido, reduziria a população da ilha naquela data a muito próximo da metade.

Era de tal vulto o exagero, que no ano seguinte, a 24 de Outubro de 1787, para uma ordem de envio de povoadores e alistamento de recrutas para o Brasil, este mesmo governador tinha de confessar, ainda sem querer emendar a mão :

«Prezentemente mando 184 Recrutas do Pico, São Jorge e daqui» (Angra) e que os juizes de fora daquelas ilhas informavam estarem «alistados Cazaes que comprehendem para sima de 600 pessoas».

«Devo porem observar a V. Ex.^a que suposto estas Ilhas se achem sobrecarregadas de gentes, não são as gentes que quer o

Intendente as que aqui sobejão. Homens athe 30 anos não ha demaziados para servirem nos Terços Auxiliares, e cultivarem as terras, e vinhas. Mulheres e Rapazes são os que eu julgo de sobejo».

É manifesto, pela confissão do capitão-general, que se tratava dum problema de assistência e socorro a mulheres e filhos justamente ao desamparo pela saída dos maridos, o que na sua simplicidade de apreciação se traduzia por estes levianos dizeres — «estas Ilhas se achem sobrecarregadas de gentes». Mas, segundo o documento encontrado pelo prof. Paiva Boléo, ainda seguiram 111 casais com 353 pessoas.

Um simples apreço dos números ainda nos diz, que se considerarmos o mesmo ritmo de crescimento da população dos Açores dos últimos recenseamentos, haveria naquele tempo e naquela ilha menos 30.000 habitantes do que há hoje.

De 1746 a 1752, tinha havido a emigração dos casais para Santa Catarina e as dificuldades de contingentes surgiram logo depois do terceiro transporte.

O exagero do capitão-general era, de facto, tão infundado, que já anteriormente por alvará régio de D. José I, de 4 de Julho de 1758, 28 anos atraz, fôra proibida expressamente a saída de pessoa alguma sem causa justificada, a pedido das autoridades, que viam uma ruína iminente para a agricultura nesta falta de braços válidos, e 20 anos depois daquele, outro governador, a 10 de Junho de 1806, insistia em sentido contrário: «que as ilhas se estão a despovoar pelos muitos homens casados que fora delas andam espalhados».

Se os números podiam ter expressão para os aflitos governadores, é evidente que era sòmente o relativo da dificuldade, que surgira apenas ocasionalmente. A lembrança dos embarques à custa da real fazenda para o Brasil, seria recordação fácil para induzir um governador a tentar nova mercê à mais pequena dificuldade ou escassez alimentar.

Que repetidamente se iam fazendo sangrias no quantitativo da população açoriana, encontramos por aqueles tempos ainda referência na documentação transcrita pelo prof. Paiva Boléo. «Em 1 de julho de 1774 porque havia muitos habitantes nos Açores o governo man-

dava por ordem do Rei recrutar 600 praças para o Regimento de inf.^a do Porto da Capitania do Rio de Janeiro».

Sobre este pedido, D. Antão de Almada, capitão-general das ilhas, informava que em 10 dias se apresentaram 100 «todos de boa figura» e esperava que até 15 de Outubro seguinte tivesse as 150 ou 200 praças e em S. Miguel o mesmo número, sugerindo ir a esta ilha fiscalizar o recrutamento no sentido de conseguir gente de igual apresentação.

Por outro documento, de 16 de Setembro do mesmo ano de 1774, o ajudante de infantaria do Faial e Pico, informa estar pago das despesas com o fardamento das 220 praças que embarcavam para o Rio de Janeiro e estes partiam pouco depois, porque a 1 de Outubro dava o governador a informação que dentro em breve estariam prontos mais recrutas para prefazer o número de 600. De S. Miguel estavam já para embarcar 240; o contingente pedido à ilha era de 300. Na Terceira ficavam 80, que com aqueles prefaziam o total fixado. Já antes, em 8 de Fevereiro de 1774, no porto de Angra tinham embarcado 150 recrutas.

Em 28 de Agosto de 1776, seguiram outros 400, que por ordem de Sua Magestade fez expedir o governador Dinis Gregório de Melo e Castro. No próprio Castelo de S. João Baptista, na cidade de Angra, havia nesta data 237 praças.

Como se conclue e adiante o acrescentaremos com outros dados, o número de homens e casais que saíam das ilhas tomava foros de sistemático despovoamento. É legítimo aceitar, para esta preferência militar, o que ficara provavelmente na recordação, a um século de distância, das facilidades que se encontravam para esse recrutamento e constavam da orientação preconizada na Carta Régia de 27 de Março de 1638, transcrita por Raimundo Belo, a que atrás fizemos referência.

O limite de possibilidades que as ilhas continham com a sua escassa população, é mais natural que fosse entrave ao estímulo de produção que se perdia sem lucro. Assim se justifica o permanente desejo de emigração para mais vasto campo de actividade e recompensas de trabalho.

Aproveitava-se o recrutamento para poder sair com a passagem à custa do governo e, finda a obrigação militar, era a liberdade e a

possibilidade de a obter. Na boa previsão com que as autoridades tinham solicitado o alvará régio de 4 de Julho de 1758, proibindo a emigração, não conseguira este dominar o que era já um delírio de embarcar e o serviço militar favorecia. O alarme provocado pela saída de tanta gente era já notório e a ele se refere Francisco Ferreira Drumond nos seus *Annaes da Ilha Terceira*, que o encontrou no L.^o 2.^o do Tombo da Câmara de S. Sebastião e igualmente o Dr. Alfredo Sampaio na sua obra citada, *Memória sobre a Ilha Terceira*.

Mas as referências são de facto desconcertantes. A aumentar ainda mais toda esta confusão, vale a pena citar o officio de 25 de Abril de 1806, do governador do Castelo de S. Braz, na ilha de S. Miguel, Ignácio Joaquim da Costa, pedindo providências porque :

«somando os habitantes dos dous Distritos de Villa Franca de Nordeste que nelles ha 17.432 pessoas; e que deste n.^o pello menos a metade estão na maior miseria como dizem os mesmos Parochos e eu ainda em outra ocasião a mostrarei melhor».

Hoje, qualquer destes concelhos tem o dobro desta população. É legítimo aceitar que naquela ilha haveria então menos 80.000 habitantes do que há hoje, e que 50 anos antes tinham partido de todas as ilhas os contingentes dirigidos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a que se juntavam ainda os militares que citámos.

Não obstante todas estas súplicas por excesso demográfico, a saída de gente continuava e deve ter sido tanta que a 10 de Junho de 1806, dois meses depois ou como já referimos, 20 anos depois dos exageros do capitão-general Dinis Gregório de Melo e Castro, outro governador de Angra, verificando que as ilhas se estavam a despo-voar, pedia para serem restituídos «os muitos homens casados que fora delas nesse Reino e nas ditas capitánias andam espalhados».

Era já verdadeiro clamor, que 60 anos depois, a 10 de Fevereiro de 1873, levava o Bispo de Angra D. João Maria a expedir uma pastoral sobre a exagerada emigração que se estava dando em todas as ilhas, obrigando os párocos a lerem e explicarem cuidadosamente essa pastoral, caso que tratára no ano anterior, publicando uma circular sobre o assunto, como o refere o Sr. Cónego Pereira no seu livro *A diocese de Angra na História dos seus prelados*, 1950.

Nem os tormentos das viagens, nem os infortúnios de anteriores colonos, tinham amedrontado o desejo de tentar a sorte nas vastas amplidões do Brasil. O novo sol abria-se em promessas e sorrisos de felicidade. A série continuava ininterrupta, dependendo apenas do aparecimento dos navios.

Ainda em nossos dias continuavam embarques maciços de novas gentes, rapazes, raparigas, famílias completas por livre decisão e espírito aberto a experimentar a sorte, por convite de parentes já lá estabelecidos, prometendo outros desafogos de vida, enquanto o Brasil foi porta aberta a emigrantes.

Mas, pelos dados referidos, se pode apreciar o exagero das dificuldades e o valor da solução. Mil pessoas a mais ou a menos numa ilha, seria fundamento para perturbar a sua vida económica até ao ponto de trazer a miséria?

As palavras tem de se lhes dar o seu significado justo, ao raciocínio a primasia para a formação do conceito e conclusão a tirar. Se ao valor intrínseco dos números se vai buscar elucidações, há que concluir, que em relação à população existente, a capacidade produtiva das ilhas mantinha-se para muitos mais, tantos que actualmente têm populações triplicadas.

Só por um trocadilho de apreciação se poderia afirmar o superpovoamento: faltaria a terra a repartir porque estava nas mãos de poucos, faltaria trabalho a dar porque não seria preciso maior rendimento. A parte que cabe à organização social de então e ao regime de propriedade existente tem de entrar também em equação.

O caso merecia, no entanto, apreciação e não tem apenas interesse para apreço dos descendentes actuais cuja origem açoriana se não pode aceitar, no que revelou de boas qualidades ancestrais, provenha duma população miserável e esfomeada. Até contra essa suposição o próprio autor da tese nos dá indicações da boa casta fidalga daqueles que a apregoavam e era verdade, embora sem lhes valer de sorte ou predicado de triunfo, como também o aponta. Como sempre e como seria fácil identificar pelas listas dos emigrantes, se fôsse possível encontrá-las, haveria de tudo.

A TENDÊNCIA EMIGRATÓRIA

Sem se provar e mesmo sem ter grande pêsso a razão puramente ocasional que, possivelmente naquela data, trouxesse para os habitantes das ilhas uma situação de carência, que a existir seria fácil de aceitar e interpretar em face dos processos atrasados de cultura da terra ou das inclemências do tempo, que os meios de então e de hoje não podem vencer, outros motivos por certo presidiram à escolha.

Se essa causa servisse de justificação, é justamente nos anos do edital régio de D. José I, proibindo a emigração, 1758 e 59, que maior carência de cereais acusam as colheitas, segundo o encontramos nos *Annaes* de Ferreira Drumond. A providência da proibição era assim remédio mais profícuo à conjuntura, pela união de esforços, pela obrigação da solidariedade no trabalho, pela comunhão do dever e actividade a trazer a solução proveitosa, a vencer a dificuldade, que só dependia afinal do emprego do braço forte da população no cultivo de recuperação, aproveitando a terra.

A razão da preferência açoriana para aquela missão de povoamento, teria por certo um outro mais alto fundamento, que a conveniência política obrigava a apresentar sob o desígnio dum socorro à população insular.

Já pelas vastas regiões do Rio Grande do Sul e na própria ilha de Santa Catarina, meio século atrás, se encontravam açorianos povoando certas zonas. Segundo o Dr. Luís Ribeiro no seu artigo *O emigrante açoriano*, 1940, já em 1677 teriam seguido os primeiros casais para o Brasil. Embora se não precise a sua fixação, diz-nos o Dr. Oswaldo R. Cabral, que para Santa Catarina, em 1692, teriam já ido 260 açorianos chefiados por João Félix Antunes.

Em 1696, o governador Gomes Freire preconizava, que todos os anos viessem 50 homens solteiros dos Açores para casarem com as muitas mulheres que havia e deviam ir em idade de recrutas. Se não havia ainda em 1714 uma organização administrativa definida, há notícia de que em 1720 existiam 27 casais com mais de 130 pessoas de confissão, segundo uma relação encontrada.

Que já havia certa preferência açoriana por aquelas regiões na sua livre e expontânea emigração, parece indicá-lo o documento transcrito pelo Dr. Oswaldo R. Cabral (Anexo N.º 2 da sua tese), a carta

de 24 de Março de 1728, em que El-Rei D. João V manda que se dê toda a ajuda a Frei Agostinho da Trindade, «em razão de haver assistido por Pároco dos moradores da Ilha de Santa Catarina, vindo a rogo deles para esta Corte solicitar alguns particulares em beneficio do comum de todos eles», o qual para ali ia outra vez para «que nela espere os novos habitantes que hão de ir das ilhas para se fundar a colonia».

O documento indica-nos, pelo menos, que já 20 anos antes da proposta de Silva Pais, de 23 de Março de 1742, existia no Conselho Ultramarino e no pensamento do Rei a resolução de formar a colónia e que esta mesmo já começara. A data de 1728 é anterior de dois anos ao regresso de Roma de D. Alexandre de Gusmão e por isso se nos afigura, existindo já antes à sua influência no dito Conselho, para onde entrou justamente em 1742, o pensamento desta colonização. Quando muito apoiaria a decisão já planeada, que expontânea ou sugerida viera à proposição.

Segundo o general Borges Fortes, citado pelo Dr. Oswaldo R. Cabral na sua tese, desde 1745 fôra dada ordem «que cada navio que partisse das Ilhas dos Açores em demanda do Brasil, trouxesse até cinco casais para posterior encaminhamento aos portos do Sul».

Até que ponto participaram também os jesuitas nesse movimento de colonização, que a todos os títulos lhe devia agradar seguindo a orientação desde início preconizada pelo Padre Manuel de Nóbrega, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite S. I., Tomo IV, L. III, Cap. III, repetindo o que dizia o Padre Malagrida, encontra-se a seguinte referência quando trata das despesas e emprego do que iam ganhando, «o que parece indicar uma participação importante nesse movimento: «e no transporte dos Ilheus (Açorianos) coube grande parte ao nosso Colégio que está sustentando os soldados com grandes gastos».

Não é difícil aceitar que se aproveitava a grande tendência das populações insulares para a emigração para o Brasil.

Quem percorrer os livros genealógicos das ilhas, em todos eles e logo a partir das primeiras gerações, é notória a quantidade de indivíduos que seguem para ali e há que notar que os registos desses livros nunca se referem às famílias plebeias. Os Açores tinham começado a ser mais intensamente povoados a partir de 1450, sobretudo

nas ilhas do grupo central para contrabater a tentativa flamenga de se estabelecer em algumas delas, e está provado que foi com núcleos chefiados por gente de categoria, que vieram os primeiros grupos de povoadores.

Se para muitos desses emigrantes, sobretudo os de geração nobre, se pode admitir o carácter de aventura que o novo país despertava ou possivelmente o desejo de adquirir melhores meios de fortuna, que as leis sucessórias do morgadio só reservava aos primogénitos, o que é facto, é que desde muito cedo se notou aquela tendência, até de famílias inteiras se irem fixar nas terras esperançosas do Brasil.

Nesses registos familiares figura como tendo acompanhado Thomé de Sousa na fundação da cidade da Baía, em 1549, Francisco do Canto da Silva, filho natural de Pedro Anes do Canto, o grande e rico provedor geral das armadas na Terceira, que ali e em outras partes ganhou títulos a merecer do pai a instituição dum morgadio igual ao dos dois outros irmãos legítimos.

A realidade dos proventos formidáveis que o provedor das armadas realizava, o conhecimento das riquezas que os navios transportavam, o que contavam as tripulações, seriam por certo uma tentação para os mais audazes e decididos, a se lançarem na grande aventura dessas terras desconhecidas mas de portentosa fecundidade. A riqueza de Pedro Anes do Canto acumulada em sua vida foi tamanha, que deixou três grandes e iguais morgadios aos filhos, procedimento que era já uma novidade e levou o Bispo de Málaga, D. João Ribeiro Gaio, a versejar sobre os Cantos com esta graça e verdade :

De Guimarães naturais
São estes Cantos honrados
Agora são principais
Com os Silvas misturados
E ricos não os ha mais.

Francisco do Canto faleceu em 1573, e isso serve-nos de índice para ajuizar da antiguidade da tendência emigratória açoriana.

O prof. Paiva Boléo cita documentação encontrada no Arquivo Colonial de Lisboa, referindo que a partir de 1617 vão colonos para várias regiões do Brasil. Numa carta do Rei, de 18 de Julho de 1617,

para o capitão geral desse Estado, já se fala para que «das Ilhas dos Açores va gente que povoe aquellas partes (Maranhão e Rio Pará) tenho mandado fazer deligencias». Outro documento refere que em 1621, 200 colonos dos Açores, aos quais se seguiram mais 40, foram para o Maranhão e «vieram reparar os danos causados pelas bexigas». Em 1622, há uma certidão relativa a 40 casais açorianos que povoaram o Maranhão, provavelmente os referidos no ano anterior.

Dos próprios livros de gerações existentes nas ilhas, se podem extrair dados que permitem reportar a tendência emigratória já para os começos da descoberta do Brasil. Aparece depois notícia de migrações em massa, século e meio passado.

Em 1 de Agosto de 1628, Jorge de Lemos Bettencourt informa ter 200 casais de gente das ilhas dos Açores para «as conquistas do Maranhão e Rio», gente que parece não foi bem sucedida, porque em 27 de Setembro de 1635 encontra-se a referência que «esta gente que veio das ilhas na nao anda aqui a pedir socorro de comida».

O autor duma das teses ao Congresso de História de Santa Catarina, Manuel Diegues Júnior — *Contribuição dos casais ilheus á fixação do «uti-possidetis»* — refere a data de 1617 para uma proposta do mesmo Jorge de Lemos Bettencourt introduzir 200 casais açorianos no Rio Pará e a carta régia de 12 de Abril desse ano manda dar-lhe as embarcações precisas, informando mais que eles foram para o Maranhão e não para o Pará, onde chegaram a 11 de Abril de 1619.

Jorge de Lemos era natural da ilha de S. Jorge e de boa linhagem, descendente dos primeiros povoadores. A distância de 11 anos entre as duas datas que o referem, levam a concluir que ele se dedicava a estas conduções de colonos.

Em 9 de Maio de 1638, D. Diogo Lobo, dá conta do levantamento de mil homens que estava encarregado de fazer e que pedira pelo documento atraz citado de Raimundo Belo, com data de 27 de Março deste ano. Em 30 de Agosto de 1638, o capitão Pedro de Lemos Cabral pede autorização para levantar uma companhia de 100 homens, a agregar ao terço de D. Diogo, mas porque «se acha muito pobre e não tem com que se remedear» pedia para lhe «mandar livrar duas pagas a conto do seu soldo».

Já então se ganhava a vida como o fazem hoje os agenciadores de emigrantes.

Em 19 de Agosto de 1645, vão os 200 infantes a que atraz fizemos referência, enviados pelo provedor da Fazenda Agostinho Borges de Sousa. Em 1646, o Conselho Ultramarino voltou a considerar a ida de casais e a seguir, em 23 de Outubro de 1648, o rei determinou que se enviasse à ilha de Santa Maria uma embarcação capaz de levar 100 casais ao Maranhão, sendo aplicado para os gastos a fazer dois anos do Rendimento da Comenda daquela ilha. Neste envio tomavam-se outras precauções para os livrar «do perigo da fome em que estão na ilha de Santa Maria e para não irem padecer em terras estranhas e pouco abundantes». Por isso o governador do Maranhão pedia para ir adiante tratar da instalação.

Em 23 de Abril de 1649, vão 52 casais das ilhas de Santa Maria e S. Miguel com 365 pessoas ainda para o Maranhão e tinham chegado bem, mas a 3 de Agosto de 1650, o governador pede para irem degredados porque a gente que «se enviou da Ilha de Santa Maria não haver sido de nenhũa serviço, nem utilidade, por seu pouco prestimo, e coitadisse que não presta para mais que para fugir ao trabalho, e pedir esmolos pelas portas».

Não obstante a referência, que só um inquérito de circunstâncias podia melhor esclarecer, continuava a existir a preferência por casais açorianos, porque não só a 24 de Janeiro de 1667, o Governador do Maranhão pedia para remeter casais das ilhas, logo a 20 de Outubro de 1675 foram 50 casais com 234 pessoas da ilha do Faial para o Pará, ficando prontos para partir mais 50, além de 100 que se podiam tirar daquela ilha e da do Pico «sem todos estes fazerem falta» segundo o referia o mesmo Agostinho Borges de Sousa.

Em 6 de Agosto de 1677, 200 casais da ilha Graciosa, que foram para o Maranhão, pediam para terem o mesmo subsídio de 8.000 rs. que se deu aos do Faial. Em 1687, Gomes Freire manifesta o desejo de fazer uma povoação no Cabo do Norte «e para lá fossem casais açorianos». Este mesmo, em 18 de Janeiro de 1696, alvitava «que se deviam mandar todos os anos 50 homens solteiros dos Açores para servirem como soldados e casarem com as muitas mulheres que lá havia disponiveis, sem mais dispêndio da Fazenda, e assim se povoaria a terra», como atraz referimos.

Havia, de facto, uma intensão definida e uma organização estabelecida para o povoamento do Brasil. Tem de se regeitar que fôsse a razão do superpovoamento, aliás sem fundamento numérico.

RAZÕES DA PREFERÊNCIA

Em todas as ilhas se registavam triunfos dos que tinham ido primeiro, os fortes, os decididos, os aventureiros. Havia desejos em muitos de os imitarem, havia ambiente para movimentar núcleos maiores no largo objectivo da colonização a fazer, a qual já fôra imposta para a formação do Brasil pela larga visão do Padre jesuita Manuel de Nóbrega ao lançar as bases da sua formação material e espiritual.

Tinham já vindo às ilhas alguns dos primeiros que haviam partido e fôra retumbante o sucesso, prodigalizado nas dádivas que distribuíam.

Conta-nos o Dr. Henrique Braz, no seu livro *Ruas da Cidade*, 1947, que Pedro Cardoso Machado, natural da Vila da Praia e de boa linhagem, tinha ido em jovem para as Índias de Castela, lá casara e adquirira grossa fortuna. Sem filhos, roído de saudades, voltou à Terceira e fundou, instituindo-se padroeiro, o convento de Nossa Senhora da Conceição, onde hoje está o Hospital de Santo Espírito, para nele pôr de abadessa vitalícia uma sua irmã.

Dera origem ao sucesso uma afronta que lhe fôra feita, quando saudoso foi visitar essa irmã, que era então abadessa no Mosteiro da Luz, na Praia, a qual ao recebê-lo, exuberante de alegria, veio à porta regalar com as outras freiras para lhe falar, o que era formalmente vedado, sofrendo a irmã, a Madre abadessa Simoa da Anunciação, não só a reprimenda do custódio, que lha deu em pessoa, como a própria destituição do cargo.

O procedimento tomou tal vulto de ofensa e injúria, que o irmão, ricoço, se propoz imediatamente construir e dotar o novo convento com tal fartura, que lhe não foi difícil obter a bula de autorização, concedida a 5 de Agosto de 1606 e a irmã nele repostas como abadessa, sendo aberto o convento em 13 de Abril de 1608.

O caso dera brado, a tentação de partir tinha assim um estímulo permanente.

Era o exemplo destes triunfos individuais, que acendia nos que viviam enclausurados no ciclo restricto da sua actividade em cada ilha, o entusiasmo pela grande aventura. Assim se explica a facilidade com que se vinham recrutar soldados às ilhas para seguirem para o Brasil. A servidão daqueles anos de obrigação nas armas, era bem compensada pelo transporte àquelas longínquas paragens, sem dispendio pessoal. Depois, findo o compromisso, era a possibilidade para dar largas ao empreendimento e colher as venturas com que se havia sonhado no desabrochar da sua mocidade forte e esperançada.

Na mutação dos tempos e das circunstâncias, o caso voltou a repetir-se numa nova feição. É esse mesmo cálculo de oportunidade que subsiste depois, independente o Brasil e finda a possibilidade de saída pelo alistamento militar, quando surge a tentação da América do Norte nos engajamentos dos baleeiros.

Essa mesma mocidade, na esperança do provir, sem contracto, sem compromisso, fugindo à vigilância da guarda da costa, salta desembaraçada e sem hesitar no calhau combinado, em certo recôndito da costa, para o pequeno bote que a vem buscar e lá vai sem saber para aonde, para o mar infinito, nos três anos seguidos da dura faina de bordo, a conquistar a passagem e a libertação que lhe há-de dar a possibilidade para os seus anseios de fortuna, como nos conta Manuel Greaves no seu magnifico livro *Aventuras de baleeiros*, 1950, dos quais eu ainda conheci alguns, gente singela e calma, almas bondosas duma penetrante simpatia e respeito, quase a tocar a veneração, e aos quais ouvia contar a sua perturbante história, a sua temerosa aventura, com a arrecada na orelha e o corpo tatuado.

Sentados sempre à beira-mar, olhando sempre o mar infinito, por onde pairava a saudade da sua ardente juventude!

Tudo leva a crer que devia ter bom crédito a capacidade potencial do colono açoriano para justificar o interesse e o desejo dele se fixar no Brasil. Ele fôra dos primeiros que se lançaram na grande aventura de penetrar o desconhecido do sertão brasileiro, e dele ainda ficára reserva espiritual para a sua evangelização.

Cita a referida *História da Companhia de Jesus no Brasil*, os dois padres jesuitas açorianos, Francisco Pinto e António de Gouveia, o primeiro da ilha Terceira, partindo como colono em 1568, moço de 16 anos, entra com 55 anos de idade no martirologio da

Companhia, em 1608, sendo morto à paulada pelos indígenas quando caminhava na primeira expedição para o Maranhão. Lá está o seu retrato pintado no teto da sacristia da igreja do Colégio da Baía, hoje catedral da cidade.

O segundo, figura extravagante de imaginação inventiva, transviado na prêgação da doutrina, mais aventureiro que devotado, mais sugestivo que crente. Soldado em Itália, praticante depois de padre secular em façanhas escravagistas, as suas pretensões de alquimista deram-lhe a alcunha de «padre de ouro» e as suas artes de feiticeiro a de «padre nigromante» e «padre mágico». Procurava converter por artes de bruxaria e dominava o gentio, que se lhe entregava submisso, a tremer, com o predicado de realce que exhibia perante a estupefacção do indígena, soltar ao vento penas dum frango ou fôlhas dum ramo que aos seus olhos espantados se transmudavam em figuras de serpentes ou demónios zigzagueando no ar.

Nos registos da Companhia de Jesus encontram-se mesmo referências à apreciável contribuição de pessoas açorianas, que nela trabalharam, com as suas várias actividades sociais, para a civilização do Brasil.

No artigo publicado na *Brotéria*, Fasc. 4, Vol. LIV, de 1952, — Serviços de Saúde da Companhia de Jesus no Brasil — Serafim Leite apresenta uma lista de enfermeiros, cirurgiões e boticários, onde se encontram os seguintes nomes de profissionais naturais dos Açores :

Cirurgiões e enfermeiros :

Manuel Tristão (1546-1568-1621) — Açores ;
António Jorge (1555-1574-1608) — Ilha Terceira ;
P. Francisco Gonçalves (1597-1613-1660) — Ilha de S. Miguel ;
Gaspar Dias (1604-1638-1691) — Angra ;
Francisco Peixoto (1616-1643-1695) — Ilha Graciosa ;
José de Sousa (1629-1648-1663) — Ilha Terceira ;
Manuel Rodrigues (1630-1661-1774) — Ponta Delgada ;
Francisco Cabral (1687-1709-1751) — Ilha do Faial ;
Manuel Freire (1714-1744-1774) — Ilha de S. Miguel.

Boticários ou farmacêuticos :

Manuel Tristão (1546-1568-1621) — Açores ;
Manuel Rodrigues (1630-1661-1724) — Ponta Delgada.

As datas indicadas são sucessivamente as do nascimento, chegada ao Brasil ou entrada na Companhia, e a da morte.

Não era só gente de ocupação rural a que procurava novos horizontes de vida naquelas prometedoras terras.

O campo era vasto para todas as imaginações e para todas as actividades e nelas tomava parte o colono açoriano. E esse crédito afirmou-se tanto, que não são poucas as altas figuras em todos os ramos da actividade e do saber humano, que ilustram a evolução do Brasil e que não engeitam a raiz originária da sua proveniência insular.

Colhendo seiva criadora nessa nova Pátria, desde a exploração inicial das primeiras iniciativas até às elevadas culminâncias do espírito, entre outros que se podiam também lembrar, encontramos o grande nome dum estadista e diplomata como Assis Brasil, com antepassados oriundos do Topo, ilha de S. Jorge, o qual foi ministro do seu país em Portugal em 1895, com 38 anos de idade, apaziguando desavenças existentes entre as duas nações irmãs. Tinha o nome completo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, e até nesta sua composição se nota perdurar nos seus progenitores, uma expressiva tradição familiar com raiz açoriana.

A acompanhar tão alto nome, não podem também esquecer os dos dois últimos presidentes da República do Brasil, Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, com ascendência originária em troncos de geração partidos da ilha do Faial.

Não falta relevo para os que saíram dos contingentes açorianos.

JUNTANDO OUTRAS RAZÕES

Não queiramos arranjar justificações excepcionais para os acontecimentos usuais. Todo o movimento emigratório para o Brasil era um procedimento banal.

Emigrava-se pelo sentido ancestral com que, 300 anos antes, se viera do continente para as ilhas a fazer o seu povoamento.

Percorrendo os livros das gerações das ilhas, vemos essa corrente começada a partir dos primeiros anos da ocupação do Brasil, após a sua descoberta, e entre tantos limito-me a apresentar estes de maior

relevo — João de Bettencourt, governador de Pernambuco; Vasco Homem de Brito, alcaide-mór do sertão; D. Rodrigo Lobo da Silveira a comandar um forte no Brasil em 1633; Francisco do Canto da Silva a fundar a cidade da Baía na companhia de Thomé de Sousa; António Borges Leal, num posto militar no Rio de Janeiro; Manuel da Silveira, chaveiro duma das alfândegas do Brasil, outros dois padres da Companhia de Jesus, Francisco de Vasconcelos e Luís de Vasconcelos, irmãos servindo no Brasil e outros mais, gente solteira que lá casava, gente casada que partia com a mulher e os filhos.

Era bem o exemplo da fortuna e do triunfo o estímulo para a torrente emigratória. Ainda presentemente, muitos dos que em nossos dias para lá foram como emigrantes voluntários, continuam a afirmar essa capacidade criadora que se manifesta em múltiplas actividades sociais. E vem-me à lembrança o labor espiritual do prof. Francisco Ferreira da Rosa, recentemente falecido no Rio de Janeiro e nosso presado consócio, que daqui partindo apenas com o seu exame de instrução primária, muito pobre, atinge naquela cidade a posição de professor da Escola Militar, ensinando a língua comum. São as grandes iniciativas comerciais e industriais que se manifestam já em épocas agitadas de concorrência, como as dos irmãos Goulart, a do Visconde do Porto Martins (José Coelho Pamplona) e tantos outros que daqui partiram de pé descalço e que a virem à citação encheriam páginas seguidas.

Não se nos afigura, de facto, que os motivos postos à justificação da ida dos casais açorianos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já em 1746, fôssem aqueles que prevalecem no apreço dos autores brasileiros. Haveria possivelmente outras razões preponderantes e essas podem, até certo ponto, serem interpretadas na ordem das políticas e etnográficas sobrepondo-se a todas as outras.

Tratava-se no espírito principal da colonização, fixar gente portuguesa nessas vastas regiões do sul do Brasil, ainda em disputa quanto aos direitos que sobre elas teria a Espanha, nas dúvidas suscitadas pela demarcação estabelecida no tratado de Tordesilhas.

A habilidade com que neste fora feita a demarcação das zonas atribuídas a um e outro país, segundo se aceita, já depois de conhecido o saliente do Brasil para àquem do meridiano de delimitação, por descoberta de navegação anterior à viagem de Pedro Alvares

Cabral, é natural que provocasse ainda a disputa, e com fundamento, se o extremo sul em causa, ficava incluído nas regiões para oriente ou para ocidente da referida linha.

A esses possíveis fundamentos, haveria que juntar a efectivação da posse e já por várias vezes ela fôra tentada pelos espanhóis. A colônia de Sacramento, de 3 de Outubro de 1735 a 2 de Setembro de 1737, durante 23 meses, sofrera o cerco das tropas de D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos-Aires.

A ilha de Santa Catarina tornava-se assim um magnífico ponto de fixação e irradiação para sustentar a luta, mas não tinham permitido ainda as circunstâncias, que suficientes contingentes populacionais ali se fixassem, firmando os direitos de posse necessários para os poder sustentar. Até então só havia notícia de terem sido enviados, em 1692, os 260 açorianos chefiados por João Félix Antunes.

A preferência açoriana pela emigração para o Brasil, era uma possibilidade que surgia e era necessidade que se impunha promover a sua intensificação. O movimento orientado pelo Estado tomou características duma emigração dirigida. Mas é possível, que à preferência dada à emigração açoriana, não fôssem estranhos os episódios da luta sustentada por estas populações no movimento da restauração da independência nacional ao domínio filipino.

Na Terceira, a rebeldia chegara ao ponto de não reconhecer Filipe II como rei de Portugal e só à força, vencidos pelas armas o aceitaram, sendo ele então o soberano mais poderoso da Europa em cujos domínios o Sol nunca se punha, como orgulhoso o dizia.

Um século antes desta emigração, logo após a data memorável de 1 de Dezembro de 1640, as populações insulares, por esforço próprio, pelos seus únicos e escassos meios, empreenderam a sua libertação do jugo castelhano. Sem apoio da metrópole, sem qualquer auxílio material, por sua única decisão, conseguiram conquistar a sua libertação. O cerco à poderosa fortaleza de S. Filipe na Ilha Terceira e a sua rendição, levada a cabo pelas insuficientes companhias de Ordenança da terra, ao que era já nesse tempo uma autêntica base marítima, fôra um feito retumbante e uma afirmação poderosa de fidelidade à causa nacional.

É natural que a população das ilhas tivesse alto conceito, como núcleo de valor, para afirmar nas regiões do Brasil em disputa com p

mesmo adversário, a mesma confiança na resistência que era preciso manter. Seria assim ?

No campo das hipóteses tudo é conjecturável, mas no âmbito do pensamento político não deixa de ser aceitável.

A apoiar a razão ainda se pode buscar assento nos dizeres do edital convocatório do arrolamento dos colonos, de 31 de Agosto de 1746 e na própria Provisão real para a acomodação dos novos povoadores, de 9 de Setembro de 1747. Num e noutro se inclue a cláusula de «poderem ir casais de estrangeiros, que não forem subditos a Soberano que tenha dominio na America a que possam passar».

A prevenção cuidadosamente posta, não se encontra porém no edital afixado nas ilhas, atraz transcrito do livro de registo da Câmara de Angra, embora se não deixasse de indicar as minúcias precisas que se deviam tomar nas declarações dos inscritos «para se lhes fazerem os assentos com clareza, e distinção pondo-lhe na matricula todos os signaes que os possam distinguir».

A cautela que se precisava em tudo o mais que dizia respeito às condições de idade, saúde, officio, é natural que excluísse essa cláusula essencial do primeiro despacho real. Mas também há que pensar, que um século depois, os descendentes dos poucos castelhanos que tinham ficado nas ilhas por laços de família constituída, estavam já completamente absorvidos por influência materna caracterizadamente insulana e integrados na população portuguesa, inteiramente nacionalizados, tanto que os apelidos de origem espanhola haviam totalmente desaparecido pelo cruzamento e opção dos apelidos da população. Se para alguns subsistia a indicação da sua origem, a integração no meio levava-os já à pronúncia e escrita sob forma portuguesa.

O que não deixa dúvida, é que o plano do povoamento era sabiamente concebido e na sua irradiação pelo sertão brasileiro aconselhada sempre a prudência para «que não se dê justa razão de queixa aos espanhoes confinantes».

Nem tentativa de posse além do que era nosso, nem contacto que levasse a interferências recíprocas. Mas, insistente sempre a pretensão espanhola, a razão a existir no fundamento em que a pomos, sofria em 1777 uma prova desconcertante. Nesta data os espanhoes comandados por D. Pedro de Zebalos, ocuparam a ilha de Santa Catarina

sem qualquer resistência. Não obstante os meios de defesa apreciáveis que então existiam na ilha, nem um só tiro foi disparado.

Na sua tese e no capítulo intitulado — «Desorganização da vida colonial» — o Dr. Oswaldo R. Cabral descreve esse lamentável sucesso para o qual se não encontra cabal explicação. Nem os sofrimentos da população, nem a decadência do impulso colonial, são razões que o justifiquem. Nem mesmo a miséria cria o desânimo na resistência ao invasor. De resto, o núcleo principal da guarnição era de tropas de profissão, estranhos à região, para ali enviados com antecedência e devida organização.

Quem incriminar? Embora não valha a pena apurá-lo, é sempre o comando quem responde pelo fracasso das suas tropas. Nada se lucra em remexer as cinzas extintas do passado perante o fogo ardente do presente.

A recuperação, passado um ano de domínio estrangeiro, ainda é uma afirmação para justificar o valor do povoamento feito. Se não fôra herói, se não fôra potente, fôra apenas proveitoso. Era o triunfo do seu forte poder de fixação à terra.

É essa justamente uma característica que vários tratadistas consideram inerente à formação psicológica das populações insulares. O seu sentido de independência, o seu apego à terra mãe, o seu amor à liberdade que lhe vem da vista larga do mar, da vastidão sem fim da imensidade que os cerca.

Conta Aubert de la Rüe no seu livro *L'Homme et les Iles*, 1935, estudo apurado de geografia humana, que tendo o duque d'Aiguillon, governador da Bretanha, ordenado a evacuação da pequena ilha de Sein, junto à costa Fenisterra, em 1756, varrida então pelas vagas alterosas duma tremenda tempestade, com o seu ponto mais alto apenas a 12 metros acima do nível do mar, perante o perigo eminente da população ser levada pelas ondas, nenhum dos habitantes a deixou, nem pensa em abandoná-la, não obstante essas sucessivas ameaças repetidas em várias datas, sendo a última e mais pavorosa, em 1929.

É que as populações insulares, por toda a parte, possuem um patriotismo local particularmente desenvolvido. O isolamento influencia de modo especial a sua mentalidade e os seus costumes. Se os limites do espaço fazem com que os conflitos e as paixões locais to-

mem aspectos de certa intensidade, há nelas o sentimento predominante da solidariedade humana e do auxílio recíproco e a esse elevado conceito, produto de observação e estudo do autor, não fogem também as populações insulares açorianas.

A essa característica predominante, transmissível por hereditariedade não fogem os descendentes. No taxativo da apreciação dos autores catarinenses ainda parece permanecer o fogo dessa ancestralidade açoriana, que nem a vista larga do meio conseguiu extinguir e isto alegra-nos por nos trazer mais consolação que reparo de contradição.

E eu conto também que na ilha de S. Jorge, uma das do grupo central dos Açores, existe o povoado de Entre-Ribeiras sobre o alto duma ribanceira a prumo sobre o mar, onde há cinco séculos se instalaram povoadores que ali vivem e ali tem prosperado, com tal apego à terra trabalhada pelos seus antepassados e com tamanha decisão de permanência, que as mães têm de amarrar os filhos enquanto labutam nas vizinhanças da casa, para que eles brincando se não despenhem pelas rochas e venham cair no calhau do mar.

Se já entrava então no conhecimento dos nossos homens de governo, o que nos dizem os estudos de geografia humana quanto às características comuns às populações insulares, a preferência dos habitantes das ilhas para aquela colonização de fixação às terras em disputa, no sul do Brasil, fôra um passo de alta intuição e saber.

E que esse conhecimento frutificou, pode também nele filiar-se a colonização do planalto da Huilha, no sul de Angola, pelos colonos da ilha da Madeira, quando em 1884 se levantaram análogas circunstâncias com a ameaça *boer* naquelas regiões, vencidas e arredadas pela permanência daquele núcleo insular.

O ÂNIMO DOS COLONOS

Que a organização da colonização fôra cuidadosamente preparada não resta dúvida. O conhecimento que nos dão os documentos publicados, são disso prova suficiente. Neles prevalece a preocupação de ser constituída por gente de boa validez física e de sã organização familiar.

O regulamento dos transportes (Anexo N.º 4 da tese) dá-nos disso cabal conhecimento.

Começado o transporte em 1748, nos anos seguintes, até 1752, foi efectuado com regularidade e com número sempre crescente de casais. Segundo cópia (Anexo N.º 10) extraída pelo autor da tese do livro *Casas* do general Borges Fortes, se começou com 85 em 1748, em 1750 atingia 326 casais e ainda se mantém com 269 em 1752.

É natural que os navios no regresso, sendo sempre os mesmos, trouxessem notícia dos tormentos da viagem e da situação precária encontrada pelos colonos ao chegarem ao seu destino.

A persistência da corrente emigratória demonstra que o temor, aceitável pelo que a deficiente situação encontrada podesse despertar, não diminuira o entusiasmo e a esperança ao ponto de haver apreciáveis deserções na inscrição, aliás possíveis, porque era condição do edital régio publicado pelas Câmaras das ilhas, ser para os «que voluntariamente quizerem hir».

De resto, a notícia não seria melhor nem peor do que em todas as outras viagens anteriores e conhecidas. A isso se estava habituado. Nos embarques, o choro dos que partiam e os gritos dos que ficavam na despedida, indicava já a contingência dos sucessos ou desventuras que acompanhariam uns ou perseguiriam outros.

Tinham ido ao todo naqueles anos 1.057 casais com 5.236 pessoas, das quais 677 eram menores. Se havia já falta de gente para o último transporte e se cita a necessidade de violências da autoridade para obrigar ao embarque, o facto pode encontrar explicação em várias causas, no desânimo de alguns, possivelmente no arrependimento do primeiro entusiasmo, na melhoria local duma situação precária anterior, mas mais seguramente no esgotamento da capacidade de emigração.

O alvará régio de D. José I, de 4 de Julho de 1758, proibindo a emigração, ou seja seis anos depois dos últimos embarques, é disso um indício. Notar-se-ia já a falta de braços para a lavoura e isso só confirma, perante a superfície das ilhas e o número de pessoas embarcadas, aliás reduzidas na proporção a haver, que não fôra o aumento demográfico que justificára a emigração dirigida, nem as condições económicas precárias que desse facto podessem derivar, se fôsse aceitável considerar causa de ruína o aumento populacional.

Em verdade não tem apoio a dúvida do General Borges Fortes, «se os trabalhos e contratempos sofridos pelos primeiros retirantes seriam argumento contrário à intensificação da corrente emigratória». Cessou a emigração dirigida pela providência do alvará régio referido.

Para a população que então existia, era já número respeitável aquele volume de gente que partia. Mas ainda em 1756, segundo o Dr. Oswaldo R. Cabral, no último transporte seguiram 520 pessoas.

Embora o arrolamento se fizesse nos Açores e na Madeira, o que parece assente é que a grande massa de emigrantes foi constituída com gente das ilhas açorianas. O general Borges Fortes indica para a Madeira 21 casais com 99 pessoas maiores e 10 menores. O derradeiro navio, o daquela última data, que foi completar a sua lotação com casais desta ilha, não deve ter levado número que ficasse pesando apreciavelmente entre a grande massa açoriana.

Também, segundo os dados do mesmo autor, quanto ao número de pessoas falecidas na viagem e em terra, até ao fim de Julho de 1753, ou seja 355 indivíduos, dispersava-se o conhecimento e a saudade pela recordação dos parentes, sem carácter de alarme geral. Representava uma mortalidade de cerca de 6,5 %, o que para aqueles tempos seria ocorrência usual em viagens de tão longo curso, sem reservas alimentares apropriadas e em tais circunstâncias de congestionamento a bordo. A isso se estava acostumado.

Os casais caminharam resoluta e esperançadamente para a terra prometedor do Brasil, na mesma ância de triunfo como antes o faziam os que foram sòzinhos e por livre vontade.

A mercê régia do transporte à custa da sua fazenda, era um favor e uma facilidade para todos os que queriam partir, olhos postos na fortuna, que já tinham visto em muitos dos que isoladamente e à sua custa anteriormente tinham seguido e depois voltado.

O seu poder de fixação à terra, a sua capacidade de trabalho, o seu desejo de triunfo, transluz naquele documento de 5 de Novembro de 1756, que o prof. Paiva Boléo encontrou no Arquivo Histórico Colonial. São passados apenas quatro anos depois das levas sucessivas de 1748 a 1752 e nele — «Mapa das freguesias que tem a ilha de Santa Catarina» — se encontra que em 9.758 almas, a população se caracterizava do seguinte modo :

casais das ilhas

1.084

filhos das ilhas

3.421

casais da terra

1.097

filhos da terra

3.446

Nos casais da terra estariam já incluídos os que, segundo se depreende das referências feitas anteriormente, desde 1677, havia 70 anos, ali se fixaram ?

O que o documento essencialmente indica, é que já existia a organização administrativa por freguesias, o que também afirma as possibilidades que começavam a nascer. O que era primordial à formação social ia-se fundando com a colônia.

O VALOR DOS COLONOS

Diferem os autores que tem tomado apreço sobre o valor desta emigração, no seu juízo e opinião, quanto ao seu real proveito como potencial de formação.

Para o Dr. Oswaldo R. Cabral, o conceito é manifestamente desfavorável, na sua tese, quanto ao valor agrícola do colono açoriano. Considerando-o como «elemento básico da sociedade catarinense» não obstante a sua índole «negativa para o trabalho rural em larga escala», aprecia-o porque «venceu pela sua descendência».

Um apreço mais cuidado das circunstâncias, levariam justamente a outra conclusão. Os açorianos são por excelência um povo agricultor, até por imposição geográfica, e essa qualidade não se adquire, transmite-se, herda-se como os predicados do pescador. Toda a evolução agrícola das ilhas o demonstra.

É notável o seu poder de aceitação para novas culturas e elas vem do passado na sua continuada afirmação : o florescimento da época do pastel, decadente depois pela química da tinturaria ; a exploração frutícula da laranja e das vinhas até há um século, que a praga insecticida veio aniquilar ; a pujança da cultura do milho e outros cereais que davam margem a grandes exportações ; agora os novos empreendimentos da cuidada cultura do ananaz, da banana, do chá, do tabaco, da beterraba para o açúcar preciso a todo o arquipé-

lago, constituindo desenvolvimentos que afirmam a actividade das populações e o seu poder evolutivo de adaptação e trabalho.

Quanto prepondera o poder atávico característico da capacidade agrícola do açoriano, demonstra-o a preferência pelo colono das ilhas nas regiões de cultura da América do Norte, onde há sempre cabimento para o seu trabalho. O desenvolvimento económico desta grande nação, a orientação dada pelos que já lá estão aos que chegam de novo, o aproveitamento sob a sua direcção da qualidade do colono, bastam para explicar o seu apreço e o seu triunfo, mas servem também para justificar o seu fracasso onde essas condições essenciais não existiam, como no caso em análise, se fracasso se pode chamar ao empreendimento que virtualmente não existia, porque se havia o meio não havia a direcção.

E que essa capacidade se mantém, atávica, inerente ao açoriano, vemo-la ainda hoje nesse pequeno grupo de gente da ilha de S. Jorge, fixando-se no Catofe, perto da Quibala, entre Luanda e Nova Lisboa, em Angola, formando um núcleo de colonização livre, por espontânea resolução individual e à sua custa, que compreende neste momento 26 homens, 12 mulheres e 10 menores.

Ali se agarraram à terra portentosa da África, há cerca de 20 anos, por decisão própria, e já frutifica o seu empreendimento em trabalho de exploração agrícola e criação de gados, a merecer a atenção das vistas oficiais em apoio e estímulo para o seu labor.

Para o ilustre autor da tese, elevado às culminâncias das aquisições do espírito, o problema só entra nos resultados e não no apreço das conjunturas.

Em seu parecer, o açoriano era mais pastor do que agricultor, e leva-o a esta conclusão, o contraste dos destino dos descendentes em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirmando-se aqui os que se dedicaram à vida do pastoreio. Mas no caso haveria que distinguir o que era já posse real dum valor e o que ele podia satisfazer como meio fácil de transacção.

Dos valores inerentes à exploração da terra, a posse de gados e a sua repartição pela população agrícola, é sempre um alto índice de desafoço económico e de bem estar social.

Para outros, toda a evolução da colónia demonstraria justamente o contrário. Mais contemporizador, o próprio Presidente do Instituto

Histórico de Santa Catarina, desembargador Henrique Fontes, presidiendo às comemorações centenárias e ao inaugurar o monumento que as assinala, diz : «os ilheus aqui cresceram e triunfaram contribuindo preponderantemente para rija base de cultura luso-brasileira, que enfrentou e absorveu ou modificou outras culturas, sendo elemento de segurança e de progresso para o Brasil». Para o catedrático, na sua própria expressão, «os factos históricos são como as montanhas altas e os edifícios elevados : precisam de distância para serem devidamente contemplados».

O exame sociológico do caso em mais larga amplitude, para todo o país, leva o prof. Gilberto Freire a concluir que «o sucesso da colonização portuguesa do Brasil se firmasse precisamente em base rural», embora «muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura».

Haveria que pesar no apreço, o velho adágio popular — terra quanta vejas — e nele se encontra a solidez das grandes fortunas em propriedade agrícola, que nada devem a labutas de origem rural. Mas de qualquer modo é sempre amor pela terra, se em todo o amor a posse é tudo.

A posse da terra foi mesmo o móbil de toda a evolução social até à organização industrial, que só começa em meados do século XIX.

Esse desejo de posse da terra, que acompanhou sempre o homem na sua evolução e deu causa a todas as grandes modificações sociais, vive permanente no seu ânimo com a mesma intensidade. Ele vem sempre à frente em todas as promessas políticas de bem estar económico, ele é permanentemente apontado como o ponto preciso para se atingir a felicidade humana.

A posse da terra é sempre o desejo de toda a população rural e para as populações dos Açores foi mesmo o grande estímulo para a emigração, à procura de fortuna que na volta permitisse adquiri-la.

Quando o prof. Paiva Boléo nos revela aquele documento de 1787, relativo à emigração de gente da Terceira para o Algarve, após o mau ano de 1785, é esse mesmo anseio de posse da terra que a move. O documento, creio que desconhecido até esta revelação, é ainda uma súplica desses 11 casais perante o desengano de nada do

prometido lhe ter sido dado, as terras, casa pronta para morar toda a vida, carro de bois, ferramenta, sementes e 50.000 rs. a cada casal. No logro em que haviam caído, só tinham encontrado miséria e maus tratos e pediam à Rainha os soltasse da prisão onde os tinham metido e onde os levára a maldade dos homens, abusando da sua boa fé e da sua fácil credulidade.

Ter casa e ter terra é o desejo de todo o agricultor, e ela não faltava na sua ilha, grande parte inculta, incorporada nos grandes patrimónios dos morgados, o que era o mesmo que não existir.

Seria interessante, num cálculo de percentagens, saber de entre os emigrantes para o Brasil, qual era a parte dos agricultores, mas estes ao partirem não fogem também à tentação de pensarem sempre mais na lendária árvore das patacas, onde a colheita se julga mais fácil e menos penosa, do que no rude labor da terra.

No seu apreço pelos colonos açorianos, o general Borges Fortes não lhes negou o qualificativo preponderante de «gente inegalável», com estas características — «honrados, simples e austeros os homens; santas e virtuosas as mulheres».

A boa razão quanto ao fracasso agrícola dos colonos dos casais, está nestas mesmas palavras do general Borges Fortes :

«aconteceu no Rio Grande o que já se verificara em Santa Catarina, os colonos abandonarem as terras pela impropriedade delas quer para a construção, quer para a lavoura, por serem exageradamente arenosas. E, outra coincidência, a formiga foi, lá como aqui, elemento prejudicial à prosperidade dos lavradores que vinham trazer-nos o contingente dos seus braços para o enriquecimento da terra!»

Nestes dizeres encontra-se explicação cabal. O meio, a constituição do terreno, era bem diferente do chão fértil, macio, cheio de humus, a que estavam habituados nas suas ilhas. O triunfo agrícola só poderia depender das condições que uma política agro-económica previamente traçada e dirigida tivesse instituído. Era o abandono e era o impossível.

É ainda este mesmo autor que nos fecha a justificação com estes apreciáveis conceitos de análise, olhando o que subsistia quando a

1 de Abril de 1776 raiou o sol da libertação pela reconquista de todo o imenso território, que desde 1763 estava sob o domínio espanhol:

«Trinta anos separavam a data do edital que promovia o transporte dos casaes dos Açores para o Rio Grande e só depois de tão grande lapso é que os colonos estavam finalmente radicados à sua nova pátria, integrados nela a custo de muito sofrimento, muita decepção e também resignação ilimitada».

O caso, afinal, não merece mais disputa, vale pelo que foi, incontestavelmente proveitoso.

Como o escreve o general Borges Fortes, «a história dos casaes é a história do Rio Grande. Eram do Brasil».

Seria preciso recuarmos à época em que o episódio se passou para o viver e para o sentir em absoluta plenitude.

Já o mundo, segundo o *Génese*, foi criado do nada, mas se toda a maravilha da criação foi feita em 7 dias, as sociedades humanas têm levado todos estes séculos, chegando até nós ainda na imperfeição que a todos desagrada. Se se conta na evolução do homem em sociedade mais de 50 séculos, bastaram só dois para que o episódio da colonização açoriana do Estado de Santa Catarina merecesse ser exaltada, em reconhecida comemoração, pelos seus homens ilustres do presente ao que esses pequenos pioneiros começaram a construir. Para se chegar à actual grandeza e florescimento, é essencial não esquecer o trabalho humano que o começou. O que existe presentemente, é começo também do que se lembrará mais tarde.

Seria preciso voltarmos a essa época de perturbações e de inconstância, para se poder apreciar o valor do trabalho e o seu proveito, seria necessário ver a terra a desbravar, a rudeza do solo, a dificuldade do seu cultivo e a hostilidade do meio. Seria sobretudo essencial saber para que fim se agia, qual o destino do labor a dispendir.

O desenvolvimento social acompanha sempre as necessidades económicas. Trabalha-se apenas no estímulo de as suprir com os lucros da exploração. Que importava aquela porção de terra «de quarto de légua em quadrado para principiar a sua cultura», as duas vacas, a égua e os dois alqueires de semente, se os produtos colhidos não tinham consumidores, se o trabalho não tinha prémio?

Teríamos de voltar às condições existentes, à vastidão da área, grande demais, para que um só par a podesse cultivar; tinha-se de saber qual o escoante do que saía da terra; precisaríamos ir ao balanço da oferta e da procura. Para o sustento das pessoas existentes à roda de cada lote, uma só porção daquela terra distribuída mais que bastava. Para nada serviria cultivar a restante, se o porto sem navios e os produtos sem mercado, apodreciam na própria terra donde não valia tirar mais que o preciso para cada dia e para cada um.

É sempre o problema do trabalho e a sua compensação o que acompanha o movimento social, o que origina o desenvolvimento e o progresso humano. Já caducou há muito a doutrina da geração espontânea para que o desenvolvimento económico nela encontre um símile de apoio. É sempre o movimento da procura que equilibra a produção e o consumo. Economia e biologia vivem sempre juntas por toda a vastidão do globo.

Vimo-lo também com o mesmo fundamento nas terras férteis do planalto da Huilha, no sul de Angola, quando em 1884 para lá foi dirigida a colonização madeirense. A mesma causa estiolou à nascença a capacidade operosa dessa magnífica gente, afirmada na sua ilha numa exuberante intensificação de cultura que tudo aproveita, que não perde um palmo de terra e se estende pelas próprias rochas acima, sobrepondo estreitos tabuleiros de amanho e planificação desses pequenos fragmentos de chão, que a inclinação da penedia não permitiria cultivar.

A terra fértil do planalto africano enchendo os celeiros, não tinha escoamento para a produção recolhida, à falta de comprador e de transporte, que a carresse e deixasse o prémio do trabalho produzido. Mas essa população, esses 1.247 colonos que para ali foram, são incontestavelmente os pioneiros do que é hoje uma florescente região.

A eles se devem os alicerces da formação actual, «verdadeiros heróis, obscuros e autênticos heróis», como se reconheceu e se lhes disse em homenagem oficial do governo, quando da sua recente vinda em romagem de saudade à sua ilha, velhos com mais de 80 anos, filhos e netos sem mescla de côr que deturpasse a pureza do seu cruzamento insular.

Traziam já consigo, pouco mais de meio século passado, a aura

do triunfo que compensára os primeiros tempos de fortes penas e desilusões e para lá voltaram finda a romagem, ali fixados, ali dando a sua contribuição ao desenvolvimento social do meio que ajudaram a fundar. Já agora se não diz que a sua capacidade, o seu potencial de trabalho, se limita apenas a cavar os 12 regos de sementeira para o seu sustento anual, sendo um mais pequeno, o correspondente a Fevereiro, como ingratamente se dizia quando por ali passei, porque agora há condução para o movimento dos produtos da terra e prémio para o seu trabalho.

Se importa louvar os benefícios actuais, não tem oportunidade, a não ser por necessidade de esclarecimento histórico, apreciar as conjunturas passadas no que elas possam derivar das qualidades humanas, que as circunstâncias não permitiram desenvolver.

A civilização estende-se por uma cadeia de sentimentos e procederes a que devemos igual homenagem e nem todos se podem considerar de louvor ou gratidão.

Se os desbastes da floresta de pau Brasil pelos colonos das ilhas, possivelmente única mercadoria de preço a embarcar na volta dos navios de transporte, puderam trazer essa madeira até nós e nos deram a riqueza do mobiliário, ricos travejamentos, balaustradas e decorações que engrandecem as igrejas açorianas, e outra origem se lhe não encontra, o que podia ser desgaste e motivo de represália para os colonos das ilhas idos para Santa Catarina, é hoje regosijo e lustre para as terras da sua procedência.

A obra construtiva dos homens é sempre consequência de semelhantes diversidades de apreço.

SINAIS DO TRIUNFO DOS COLONOS

Mas que a situação precária dos colonos continuasse de pungente ruína, não o parecem confirmar os anos seguintes à libertação do território, certamente os mais angustiosos, os que dariam mais que falar nas notícias aos parentes que ficaram nas ilhas, porque nas investigações de Raimundo Belo publicadas nos Vol. V a IX deste *Boletim* sobre *A Emigração açoriana para o Brasil*, encontramos dirigidas expontâneamente, à sua custa, para as regiões do sul

deste país, os indivíduos que a seguir se mencionam, todos eles chamados por parentes que ali estavam e que por certo o não fariam com o intuito de juntar à sua desfortuna aqueles a quem convidavam. E assim partiram :

Em 1785 — 33 anos depois da colonização :

«João de Sousa, das Lagens, à Ilha de Santa Catarina, para a companhia de seu tio Padre Manuel de Sousa, que o mandara buscar para o favorecer».

Trata-se provavelmente do P.^e Manuel de Sousa de Menezes, que fôra, nos termos da Provisão régia de 9 de Agosto de 1747 (Anexo N.º 3 da tese), a qual «mandava avisar aos Bispos do Funchal e de Angra, que convidem alguns clérigos daquelas Ilhas para irem em companhia dos mesmos casais».

O autor da tese, no seu livro *Assuntos Insulanos*, a ele faz referência, e eu também o encontro no *Livro Genealógico*, de Francisco Coelho Machado, como partindo para o Brasil, sendo aqui vi-gário da Vila Nova. Era de nobre linhagem, descendente de Álvaro Gonçalves Camelo, um dos primeiros povoadores da Terceira, que se dizia primo do Condestável D. Nuno Alvares Pereira e por linha colateral foram buscar o apelido Menezes a troncos derivados da Rainha D. Leonor Teles.

«João Borges Homem, dos Altares, à Ilha de Santa Catarina, a deligenciar procuração bastante de seu tio António Correia Borges».

«José Coelho Machado de Melo, de Angra, ao Rio Grande onde tem seu estabelecimento».

E isto significa que colhera proventos bastantes para poder vir e voltar.

No citado *Livro Genealógico*, encontra-se um José Coelho Machado Fagundes de Melo, filho do autor, que foi sargento-mór de cavalaria em Vila Rica, tendo seguido para essas partes do Brasil à

roda de 1745. Será o mesmo, indo depois para o Rio Grande nas tropas da reconquista ?

Em 1789 --- 37 anos depois da colonização :

«Francisco António Coelho da Costa Borges da Silveira, de Angra, ao Rio Grande, com sua mulher D. Ignez Francisca e 5 filhos menores, Manuel José Coelho, José Coelho, António Coelho, D. Ana e D. Maria e um moço para o seu serviço chamado António Picanço».

Toda uma família com o seu serviçal, que pelo nome indica ser de destacada posição social onde não faltaria boa fonte de informação para as possibilidades a haver ou para os dissabores a esperar, ao que não haveria necessidade de sujeitar a mulher e os filhos menores.

«Maria Catarina Josefa, de Angra, à Ilha de Santa Catarina, a procurar a companhia de seu marido José Inácio Ferreira, que a mandara buscar com seus dois filhos menores, chamados Josefa Mariana e Francisco José».

Caso que nos traz a convicção que tendo partido sozinho, posteriormente aos casais, tinha situação satisfatória, mandando buscar os seus ao fim de pouco tempo, o que se deduz dos filhos serem ainda menores, por ter encontrado meio favorável para a sua capacidade de trabalho.

Em 1791 — 39 anos depois da colonização :

«Francisca Inacia e sua irmã Ana Teodora e sua sobrinha Maria do Carmo, de Angra, à Ilha de Santa Catarina, para a companhia de seu irmão o capitão Vicente Ferreira de Andrade, que as mandara buscar para as favorecer».

Outra pessoa de categoria a chamar duas irmãs, e não será aceitável que fôsse para as favorecer com penúria. Havia possibilidades já para mulheres, nota evidente que o meio se desenvolvera.

«Padre Alexandre José Coelho da Costa, presbítero secular da freguesia de S. Bartolomeu, ao Rio Pardo, a procurar a companhia de seu cunhado o ajudante Pedro Inácio Borges, que o mandava buscar, levando seu irmão João Jose Machado».

Em 1807 — 55 anos depois da colonização :

«Rosa Joaquina, natural do Faial, ao Rio Pardo, a procurar a companhia de sua irmã Joaquina Luiza e de seu cunhado Carlos da Costa, que a mandaram buscar».

Para qual dos 4 Rios Pardos, conhecidos no Brasil, se dirigiam estes emigrantes ? Será este Rio Pardo, a cidade e município do Estado do Rio Grande do Sul, na margem esquerda do Rio Jacuby, o de S. Paulo, o de Minas Gerais ou o do Espírito Santo ?

Tudo leva a pensar que seja o do Rio Grande do Sul, não só porque nunca para qualquer dos outros se acentuou a emigração, como pela razão, mais conjecturável, de serem os que para ali tinham ido nas levas da emigração dirigida, que mandavam buscar os seus. E por isso julgo cabida a referência e com eles contar para o conceito a formar sobre os resultados próximos desta colonização, e para o pensar, encontro apolo nas referências que faz o general Borges Fortes a casais fixados no Rio Pardo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1819 — 67 anos depois da colonização :

«Luiza Maurícia, da Ribeira de Flamengos, à Vila de Porto Alegre, do continente do Sul, para a companhia de seu marido Francisco Silveira Azevedo, que a mandara buscar».

«José Marques Torres, natural da Ilha de Santa Catarina, de 43 anos, tendo vindo ao Faial dispor da casa de seu pai, o capitão António Marques Torres, e porque tivesse disposto das ditas propriedades, regressa a Santa Catarina».

Indica o primeiro caso, que se trataria dum emigrante já posterior ao embarque dos casais, que a fama da região não era má e que lhe

era favorável a vida ; indica o segundo, que o seu pai seria um desses colonos e que ele ali nascera, onde por certo encontrára meio propício, porque vinha liquidar os bens da sua casa para não mais voltar.

A exigência posta em todos, do conhecimento da razão para o embarque, era determinante que subsistia, provavelmente, do Alvará de D. José I, de 4 de Julho de 1758, proibindo a saída de pessoa alguma sem causa justificada.

Provam estes dados de Raimundo Belo, que não obstante a situação angustiosa porque tinham passado os colonos, não ficara no seu ânimo nem na recordação familiar, a rejeição de possibilidades de triunfo nas regiões do Sul do Brasil. São 23 pessoas que a partir de 33 anos passados sobre o último embarque, ainda para ali se dirigiam.

Falharam muitos ? Triunfaram poucos ?

É condição humana que nem todos possuem as mesmas capacidades. É mesmo perfeitamente aceitável e está já demonstrado, que o colono, em geral, não é o melhor dotado. Ser pobre, para alguns sociólogos, é já condição de inferioridade e incapacidade pessoal.

O desejo de emigração, excluído o caso de espírito de aventura ou propósito deliberado duma actividade definida, é já uma rebeldia contra o seu meio ou uma manifestação de insuficiência. Nas colonizações dirigidas, não obstante as condições de selecção postas, não escasseia o número dos que tem menos aptidões. Até se explica e o justifica, o favorecimento e as ajudas do meio para a sua eliminação. É natural que muitos tivessem essa deficiência pessoal.

O APREÇO DOUTRAS CAUSAS

Teria de facto falhado o lavrador açoriano ?

O caso só poderia ser apreciado em melhor campo com a identificação de todos os que seguiram, mas já quase perdemos a esperança, que as diligentes pesquisas de Raimundo Belo, nos encontrem as listas da inscrição dos casais.

Mas ainda nos servem aqueles dados, que ele nos fornece, pelo menos para alguns deles de origem campesina, que essas chamadas se fizeram muito antes da primeira metade do século XIX, depois da qual, segundo o Dr. Oswaldo R. Cabral, «é que a agricultura em

Santa Catarina, tentada com outros elementos, a ela dispostos e inclinados, com outros métodos e outras possibilidades, pôde ressurgir e prosperar a sua industrialização, fonte de toda a riqueza actual de Santa Catarina».

Naquele documento — «Índice das concessões das sesmarias contidas no 2.º Tomo do Registo Geral» — apresentado ao Congresso de História de Santa Catarina pelo prof. Custódio Campos (referência *Brasília*, Vol. V, relato do prof. Paiva Boléo) e nas relações que se encontram no livro *Casaes*, do general Borges Fortes, estará possivelmente a chave que possa abrir a porta do segredo, que nos oculta esse apreço.

Dura 60 anos, pelo menos, a formação de possibilidades para se entrar no aproveitamento da terra pela sua distribuição. Quem as possui actualmente? Firmou-se na descendência do doado ou estiolou na insuficiência do jornaleiro?

Em qualquer dos casos, distribuídas aos casais, não pode esquecer quanto pesa no triunfo ou na desventura, o que valia o poder interior, construtivo, intrínseco, de quem a possuía. Mas nos «outros métodos e nas outras possibilidades» está o verdadeiro depoimento para o julgamento.

O objectivo da colonização pela letra dos próprios editais convocatórios, pretendia fundar povoações, visando à formação de agregados populacionais de todas as actividades sociais, e para isso impunha a indicação — «pondo-lhe na matricula todos os signaes, que os possam distinguir... officios, ou exercicio que tem afim de se lhes poderem dar os empregos proprios dos requizitos de cada hum».

Talvez na discriminação destes mesteres, se fôsse possível apurá-la, se pudesse encontrar o fundamento de triunfo para cada um dos que, segundo o autor da tese, «libertando-se da tirania da gleba, elevava-se para uma existência de acordo com os seus pendores e com as suas inclinações». Mas enquanto essa existência não começou a delinear-se, foi incontestavelmente do trabalho dos da gleba que provinha o pão necessário que a todos sustentava.

O desvio que levaram muitos dos colonos, indicados como os melhores para a agricultura, na incorporação do serviço militar, só pode ter explicação, além das razões da organização da defesa, que era preciso instituir e manter perante a permanente ameaça da

vizinhança, nas razões que abordámos sobre o proveito económico do seu esforço de cultivadores, manifestamente nulo na situação existente.

Apontam os autores e perfilha essa razão o Dr. Oswaldo R. Cabral, que o serviço militar a que foram sujeitos muitos dos colonos, obrigada ou voluntariamente, seria um dos grandes motivos da decadência em que caíram. Mas a principal razão, é mais natural encontrá-la nas causas por eles apontadas sobre a inutilidade do trabalho à falta de possibilidades de transporte e consumo dos produtos.

A agricultura intensifica-se sempre a par do desenvolvimento industrial e o que vem apontado respeitante a este sector, ainda não contava para o estímulo que podia trazer. Se é certo que o edital de 31 de Agosto de 1746, convidando à inscrição, prometia que «ficarão isentos de serviço nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no fim de dois anos, nos sítios que se lhes destinarem», o facto é que as necessidades de defesa impunham mais fortes razões, sem mesmo contar com estas que acabamos de apontar como meio mais expedito de trazer remuneração.

De resto, naqueles tempos a organização militar obrigava todos os homens à defesa comum pela constituição das companhias de ordenança, formadas nas freguesias rurais, com os seus quadros devidamente organizados. Na Provisão real de 9 de Agosto de 1747, que dá forma à acomodação dos povoadores, vem indicado que à sua chegada «em cada lugar dos sobreditos fareis levantar logo uma companhia de ordenança, nomeando oficiais, no caso em que não vão de cá nomeados alguns capitães e nestas companhias se alistarão todos os moradores casados e solteiros».

D. Diogo Lobo, quando encarregado do levantamento de 1.000 homens, segundo o documento transcrito por Raimundo Belo, de 27 de Março de 1638, oficiava em 9 de Maio a seguir, alvitrandos para se evitar «decenções com as justiças de V. Mg.^e que se querem intrrometer na jordição da guerra», se fizesse a eleição dos naturais para capitães «sempre que houvesse capacidade de gente para hua companhia natural daquela ilha». E esse preceito se seguia pelo que adiante transcreveremos.

Os próprios colonos embarcavam com idênticos dispositivos de segurança, como se vê no Edital que atrás transcrevemos, encontrado no L.^o 7 de registo da Câmara de Angra de 1735 a 1752.

Nele se prescreviam as indicações que deviam figurar nas listas dos arrolados — «informar das pessoas que tiverem capacidade, e circunstancia para serem providos nos postos da ordenança porque devem hir estes cazaes em companhias formadas de quarenta ou sincoenta homens cada hua e para cada companhia me proporeis com informação da Camara tres pessoas em cada posto de Cappitam, Alferes e sargento, declarando os requisitos que tem, e fundamentos que vos movem a os propordes para com a vossa informação fazer eu as nomiações dos ditos postos como me parecer».

Ora, nesse mesmo livro 7 da Câmara de Angra, entre as datas de 21 de Junho e 19 de Agosto de 1747, encontra-se a relação relativa a essas nomeações, indicadas por eleição, que transcrevemos a seguir. Ela não tem data, mas encontra-se a fl. 209 do referido livro de registos, que abrange as datas de 1735 a 1752, e como está lançada entre os dois registos mencionados de 1747 e faz referência aos casais, é admissível concluir, que a eleição foi feita para as companhias de ordenança que acompanhavam os emigrantes.

ELEIÇÕES MILITARES

Revendosse em Camr.^a desta nobre e sempre Leal Cid.^e de Angra Ilha 3.^a a lista dos Cazaes e mais pessoas livres que a elles se agregarão alistados para as partes do Brazil na forma das ordens de sua Mag.^{de} q.^e D.^s G.^{de} se achão importarem os Cazaes em 139 e as pessoas livres q.^e a elles se agregarão em 73 e como nas ditas ordens e precatório do Dez.^{or} Correg.^{or} actual desta Comarca João Alves de Carvalho se devia fazer nomeação de Capitães, Alferes, e sargentos para coatro Companhias, sendo hua dellas ou pessoas livres e solteiras declaradas na dita lista, se nomiarão p.^a Capp.^{aes} na forma seguinte

Para Capp.^{aes} da pr.^a Comp.^a

Em pr.^o lugar a Manoel João Pereira q.^e vai na lista numero primeiro por ter servido m.^{tos} annos nas ordenanças de sarg.^{to}, e Alferes, e ser pessoa nobre capaz do dito emprego. — Em segundo lugar a seu filho Manoel João Pereira q.^e vai na lista numero terceiro. — Em treceiro logar a seu filho Thomaz

Pereira q.^e vai na lista numero coatro saberem os ditos ler e escrever como na dita lista se declara. — Para Alferes da dita Comp.^a Em pr.^o lugar Antonio Machado Borba, numero 227. — Em segundo lugar a Francisco Nunes Sylva, numero 313. — Em terceiro lugar Matheus Vieira Pacheco, numero 334, pellas razões declaradas na dita lista. — Para sarg.^{to} da dita Comp.^a — Em pr.^o lugar a João Cardoso, numero 114 — Em segundo lugar a Francisco Sylveira, numero 176 — Em terceiro lugar a Gaspar de Souza, n.^o 200.

Para Cap.^{am} da segunda Comp.^a

Em pr.^o lugar a Manoel Pereira da Sylveira q.^e vai na lista numero 11 por ler, e escrever, e ser filho do Alferes Manoel Pereira Cardoso — Em segundo lugar a Manoel Pereira Cardoso por saber ler e escrever e ser filho do sobredito Alferes do mesmo nome numero 12 — Em terceiro lugar Jose Pereira numero 520, pelas razões declaradas no asento de suas listas — Para Alferes da dita Comp.^a. Em pr.^o lugar Manuel Jose numero 513 — Em segundo lugar João João Antonio numero 521 — Em terceiro lugar Jose Pereira numero 520 — Para sargentos na dita Comp.^a. — Em pr.^o lugar Pedro da Costa numero 317 — Em segundo lugar Manoel Machado Toste numero 453 — Em terceiro lugar João Vieira de Brito numero 481.

Para Cap.^{am} da 3.^a Comp.^a

Em pr.^o lugar a João Alves numero 509 — Em segundo lugar a Jose Pereira numero 510 — Em treceiro lugar a Francisco Pereira Xavier numero 511 pellas rezões declaradas nos asentos de sua lista. — Para Alferes na dita Comp.^a — Em pr.^o lugar a Jose de Souza Vieira numero 530 — Em segundo lugar Mathias Fancisco numero 609 — Em treceiro lugar a Manoel Vieira numero 653 — Para sargentos na dita Com.^a — Em pr.^o lugar a Andre Martins Coelho, numero 56 — Em segundo lugar a João da Costa de Mello numero 341 — Em treceiro lugar a Francisco Caetano numero 505.

Para Cap.^{am} da segunda (sic) Comp.^a (quarta)

Em pr.^o lugar a Carlos Pereira Machado numero 46 — Em segundo lugar a Caethano Furtado de Faria numero 656 — em treceiro lugar a Francisco Pereira Xavier numero 511 — Para

Alferes da dita Comp.^a — Em pr.^o logar a Jose Pereira numero 510 — em segundo logar a Francisco Nunes da Sylva numero 313 — Em treceiro logar a João da Costa de Mello numero 341 — Para sargentos na dita Comp.^a — Em pr.^o logar a Pedro de Souza numero 68 — Em segundo logar Antonio Martins Faleiro numero 63 — Em treceiro logar a Manoel de Souza numero 58 — E por ser verdade eu Andre Francisco Nolette escrivão da Camr.^a o fis escrever. Diogo Alvaro Pereira de Lacerda, Thomas Paym de Betencourt, Antonio Pimentel de Mello Camara de Lacerda Ortis, Dom João Flores da Sylva Castilbranco, Jose Francisco de Vasconcellos e Costa.

Mostra esta relação outro meticoloso cuidado com que a colonização foi dirigida, e pode servir também para os seus descendentes actuais, de possível orientação para ulteriores pesquisas quanto a apuros genealógicos. Por outro lado, indica-nos a existência das listas de inscrição com a sua devida numeração.

Creio que não estão completamente compulsados os arquivos açorianos para se considerarem perdidas essas relações e os nomes de todos os arrolados, de modo a ficar no esquecimento das ilhas o conhecimento dos primeiros que para ali foram e fixaram as bases da sociedade actual, de tal forma, com carácter duradouro e continuado pelos seus descendentes, que levaram o Dr. Oswaldo R. Cabral a escrever ao concluir a sua tese, foi «a contribuição da alma açoriana, da civilização lusa que ela legou aos descendentes dos povoadores, o espírito da sociedade, as linhas mestras do complexo social de Santa Catarina. Grandes e numerosas famílias, ilustres e destacadas, tem as suas origens nos modestos troncos vindos do arquipélago. O Açoriano venceu pela sua descendência».

A finalizar estas considerações e em homenagem ao general Borges Fortes, que iniciou os estudos sobre este movimento de emigração, deixo à recordação açoriana e aos que as não poderem ler, para que não mais esqueçam, as palavras de admiração e gratidão com que fecha o seu livro *Casaes*, de análise e apreço aos problemas desta colonização :

«Os longos lustres de agruras e decepções, as lágrimas

pungitivas dos que haviam sofrido, as canseiras exaustivas dos que trabalhavam na gleba, o sangue derramado pelos que combateram na defesa da honra e do solo, as cinzas dos que jaziam na paz dos túmulos, sucumbidos sob a acção do tempo e das dores; os filhos e netos que as esposas e filhas lhes haviam dado e que haviam aberto os olhos sob a constelação do Cruzeiro do Sul, tudo os prendia agora ao Rio Grande».

.....

«Os homens dos Açores eram quase incultos, as suas indústrias elementares, o abandono a que se viram votados atrofiara-lhes a actividade e as iniciativas. Em compensação nenhuma das rijas fibras de suas qualidades morais se quebrantara. E foi essa a melhor herança que nos legaram.

Deixaram-nos o admirável exemplo de fidelidade invariável ao dever, sempre bons, sempre resignados, sempre serenamente trabalhando para a família, para a colectividade, pela Pátria.

Honrados, simples e áusteros os homens, santas e virtuosas as mulheres.

Foi dos lares dessa gente que saíram as esposas que se fizeram as mães dos rio-grandenses.

Bendita semente, a dos açorianos !»

AS CARACTERÍSTICAS QUE FICARAM

Não podia escapar ao complemento dessa gratidão, o estudo de tudo que respeita ao problema humano nas características que ficam, de costumes, usos, tradições, dizeres, tudo isso que se engloba na designação geral do *folclore* regional.

É esse estudo, que constitue campo de investigação para conclusões sobre a origem dos povos pelo que fica subsistindo e persiste de influências ancestrais e características próprias, de modo a diferenciar os seus agregados dispersos.

Não o esqueceu a pleiade ilustre de homens de ciência e de investigadores de Florianópolis, e desde Setembro de 1949 ali se constituiu a *Sub-Comissão Catarinense de Folclore*, tomando os seus trabalhos tal vulto e tal importância, que mantém a publicação dum

magnífico *Boletim Trimestral*, tão rico de elucidações como de apresentação.

Merecem registo especial, no apuro da investigação, os valiosos trabalhos já publicados e é com desvanecida satisfação, que vemos nessas páginas reviver costumes, saltar dizeres, prevalecerem usos, que nos deixam surpreendidos e encantados com a sua analogia aos nossos.

Pela investigação, vão-se assim juntando materiais, que afirmam terem perdurado nítidas características açorianas entre os seus descendentes, a dois séculos de distância dos primeiros que para ali foram e isso é princípio assente, define, pela sua persistência, a homogeneidade da sua origem. E quando elas se fixam a tão longa distância, em meio e acção tão diferente, revelam a sua consolidação no local donde partiram.

Já o notára no seu estudo sobre o problema da língua, o prof. Paiva Boléo, no seu trabalho *Brasileirismos*, de 1942. Encontrára também nos Açores muitas das expressões que julgára características do Brasil e era, em especial, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que elas existiam. Também no Vol. V deste *Boletim* se publicaram trabalhos do prof. Walter Spalding, de sábia interpretação nesse género de investigações.

Não são poucos, de facto, os materiais já carreados nos vários ramos do *folctore* por todos aqueles que se dedicam ao assunto e entre eles, no seu entusiástico labor de revivescência, vão tomando volume gigante os que, pacientemente, vem juntando o Dr. Oswaldo R. Cabral, secretário geral da agremiação, já a encherem preciosa colheita da que guarda o *Boletim Trimestral*, também da sua direcção.

A paciente investigação e ao brilho da interpretação, não foge o espírito do experimentado clínico, que as vai colhendo no seu próprio consultório, nos dizeres dos doentes. No complexo inseparável do corpo e da alma, que formam a essência do ser humano, constituem sintomas ou reacções da sua própria formação. Elas não tinham escapado à observação do médico, mas foi a intuição do historiador e do sociólogo, que lhes revelou a importância do apreço, como o manifesta nos estudos já publicados e dos quais nos chega agora às mãos A

medicina caseira, sua nova contribuição para o *folclore* de Santa Catarina.

As suas recomendações aos estudiosos do *folclore*, índice completo do que importa coleccionar, distribuídas em circular de propaganda e inserta no seu *Boletim Trimestral*, são a revelação da posse e conhecimento completo do assunto.

Constitue, de facto, prazer espiritual de alto expoente cultural, a leitura dessa preciosa publicação. Página a página, nela vamos colhendo as analogias, e são tantas, nas benzeduras, nas superstições, nas credences, nas adivinhas, nos adágios, nos cantares, nos folguedos, que até parece que lá estamos porque os estamos a ouvir também aqui.

Parece-me estar ainda na infância a brincar com o pião, enrolando o fio para o fazer zunir, a dar o nico e ficar depois, apanhado à unha para a palma da mão, ora dormindo, ora bailharinho, como o fazem os pequenos de Santa Catarina nos descansos da escola.

A funda de forquilha é a mesma que encontrei na mão daquele rapaz por quem passei há pouco, a atirar seixos aos pássaros e outros alvos que ia visando.

Serão iguais por toda a parte as brincadeiras dos rapazes? Se o não são, se são costumes que acompanham os povos na sua migração, quase todos os que nos apresenta o Dr. Oswaldo R. Cabral no n.º 12 do seu *Boletim*, se encontram também por aqui.

Aquele oleiro a trabalhar, vi-o ontem passando pela sua tenda e os potes, os alguidares, as próprias prateleiras de arrumação trouxe-as de Santa Catarina ou levou-as daqui quando para lá foi. E essa impressão ainda mais se nos reforça na certeza que nos traz o artigo do Dr. Oswaldo R. Cabral — *A olaria josefense* — publicado no Vol. IX, 1951, deste nosso *Boletim*.

Embora o autor se incline à ideia que só de S. Miguel foram oleiros, aquelas esplendidas reproduções fotográficas que ilustram o seu trabalho, dão-nos flagrantes imagens do que aqui vemos quanto à posição dos homens a trabalhar, instrumentos que usam e formato das louças.

Todas aquelas peças, alguidares, cangirões, potes e caboucas, são rigorosamente as mesmas que aqui vemos todos os dias.

A arte de oleiro foi, certamente, das primeiras que o engenho das

mãos humanas criou. Deve ter mesmo acompanhado o homem desde os mais rudimentares princípios da sua vida social ou ainda em plena liberdade na selva.

A água retida nas cavidades das rochas, nas curvas das folhas largas, o feitio da própria concha, que o ajustamento da sua mão pela oponência do polegar permitia imitar facilmente, era vista habitual a sugerir a ideia do primeiro modo de a transportar.

Tem forte fundo de aceitação aquela conjectura, pura fantasia, que eleva a preguiça a estímulo do progresso. Para o homem da caverna, vendo a água lá em baixo a correr, já seria penoso, pelo menos fastidioso, ter sempre que ali ir quando precisava beber. O desejo de a ter ao pé de si, pronta, fresca, para matar a sede, deve ter dado origem à prodigiosa invenção do primeiro pote, do primeiro recipiente para a poder transportar e tê-la sempre ali à mão.

Julgar que em 1746 só havia oleiros na ilha de S. Miguel, é extremo de fantasia nas conjecturas históricas sobre as artes dos povos das ilhas. Como justificar que não iriam entre os casais oleiros das outras ilhas?

Foi também aquela *Bandeira do Divino*, a mesma que eu vi nos festejos do ano passado, de casa em casa a colher donativos, levada pelos foliões, com uma igual pomba branca bordada e o seu tufo de fitas pendentes, que o Dr. Plácido Gomes nos descreve. E eram também três os foliões, acompanhando a cadência do tambor na sua monótona cantilena, toda ela cheia de louvores e agradecimentos.

O que acabo de ler nos n.ºs 9 e 10 do *Boletim Trimestral*, escrito por Bento A. Vieira, reproduz usos inteiramente idênticos aos de cá. Lá estão nas ilustrações, entremeando o texto, o grupo da coleta constituído pelos irmãos do Divino Espírito Santo; lá está também o grupo dos três foliões, onde se divisa a sua capa garrida.

A vista destas figuras típicas encontra-se na reprodução da fotografia — «Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira — Os Foliões» — extraída do album enviado pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira e se contém como explicação da tese *Síntese Histórica do Arquipélago Açoriano*, de Olynto San Martin, publicada nos *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, Vol. II, Florianópolis, 1950.

A pequena variante é a bandeira ser conduzida por uma moça, quando aqui é por um dos foliões, tocando outro o tambor e o último que recebe as ofertas só acompanha na cantoria. Tem a mesma base rogatória e agradecida, os motivos das cantigas e o próprio altar para a coroa, de maior aparato ou mais reduzida singeleza, é bem o mesmo dispositivo para a adoração ao Divino.

Mas se certos costumes da festa se vão desvanecendo com o tempo e a evolução, se o folião também aqui tende a desaparecer, a festa ao Divino Espírito Santo perdura sempre inseparável de crença e fincada tradição na devoção do povo. É aquela mesma que trouxeram para aqui os primeiros povoadores, os freires de Cristo, porque a vemos ainda com flagrante analogia na festa dos *Taboleiros*, em Tomar, séde da Ordem, a quem as ilhas tinham sido doadas.

Muito se tem escrito sobre as festa do Espírito Santo, ora louvando o rigor da sua pureza que se vai perdendo, ora lamentando as novidades que lhe têm sido introduzidas.

Afigura-se-nos que o conhecimento dessas alterações nada tem que admirar em face do próprio imperativo da evolução. Mesmo nas ilhas, que o seu isolamento podia favorecer para a conservação dos usos primitivos, apreciáveis modificações se vão já notando, a que nós próprios vamos assistindo.

O facto acompanha naturalmente a própria evolução dos costumes, dos trajés, do convívio social, do volume da promessa a cumprir, da grandeza do agradecimento a dar, tudo isto mudável com o próprio decorrer da vida e dos sentimentos humanos.

Mas se fizermos a análise decompondo o conjunto segundo os preceitos do método, seremos conduzidos sempre à essência primitiva de toda a devoção, primeiro, a oferta ao Divino dos três elementos essenciais à vida, o sacrifício do pão, da carne e do vinho, segundo, a manifestação de homenagem no culto ao Altíssimo que o cortejo traduz, tão significativo no acompanhamento da coroação na aldeia, como nos vistosos precursos das cidades das ilhas ou nas faustosas exhibições nas colónias açorianas da América do Norte.

É que o próprio *folclore* também evoluciona. O que hoje se julga atropelo da pureza do passado, decorridas algumas décadas, já será relíquia de arquivo perante as novas variantes que a evolução

vem trazendo. É essa mesmo a razão primacial porque se intensifica por toda a parte a recolha do *folclore*.

Já contém de facto outras usanças no Estado de Santa Catarina a festa ao Divino, mas do que dela resta, está bem vincada a tradição açoriana que ali a levou, como tantas outras que perduram na linguagem e costumes do povo.

São os mesmos termos que o Dr. Oswaldo R. Cabral ouviu no seu consultório aos doentes, nessa persistente continuidade das palavras que aqui tem igual significado — assistida, aduela, boca do estômago, cadeiras, o menino travado, intanguido, rendedura e tantas outras tão argutamente colhidas pela perspicácia do clínico no expressivo do seu exacto significado.

O carro de bois da lavoura, que vem no n.º 8 do *Boletim Trimestral*, reprodução do quadro a óleo de Willy Zumblick, passei por ele há pouco numa das estradas da ilha. E aquelas galantes raparigas vinham da apanha do milho, na mesma desenvoltura e com os mesmos chapéus de palha a protegê-las do sol ardente.

Aquelas «*Duas Velhas Dansas Gaúchas*», a *Chimarrita* e a *Tirana*, que Silvio Júlio analisa no seu trabalho publicado no *Anuário do Museu Imperial*, publicado pelo Ministério da Educação e Saúde, Petrópolis, 1948, não pode levantar fortes dúvidas que foram levadas pelos colonos açorianos de 1747.

A *Chimarrita*, segundo o autor, em uso durante muitos decénios, em 1919 já tinha desaparecido e parece estar hoje perdida na recordação dos mais velhos. Ela deriva, por certo, da *Chama-Rita* ou *chamarrita* que existia em todo o arquipélago açoriano, e suponho que mesmo na Madeira. Hoje extinta nesta ilha e suponho em S. Miguel, é usual ainda nos festejos das outras ilhas do grupo central, onde apresenta variantes de vivacidade nas ilhas do Faial e Pico.

Segundo o autor, a *chimarrita*, bem como outras danças gaúchas, tinham origem açoriana, mas todas evoluíram por influência, contacto e penetração de dansas dos vizinhos espanhóis do Rio da Prata. Dela até se julga influenciado o próprio *samba*.

Os versos que se encontram nas *Festas do Espírito Santo*, 1932, de Gervásio Lima, segundo o autor, são quase os mesmos que noutras partes do Brasil acompanham a dança, que ainda se mantém

em núcleos fortemente influenciados por correntes emigratórias dos Açores.

Analizado o assunto em profundidade pelo autor, atribue-lhe a origem inicial na *Chibarrita*, dança cantada no sul de Portugal, donde é legítimo aceitar viesse para os Açores, trazida pelo apreciável núcleo de povoadores que do sul do país vieram para as ilhas nos começos do povoamento. O predomínio do grupo de emigrantes açorianos nas vastas regiões do sul do Brasil, embora não fosse volumoso, fê-la durar pela circunstância de não terem encontrado outros povos com que se cruzassem.

Para as variantes dos motivos do canto, ainda a influência do mar ou da selva explicam a evolução. O que nos Açores se dirigia a uma mulher, na selva passou a outro designio, mas no fundo evocativo manteve-se sempre adstrito a uma figura feminina.

Igualmente o *ludum*, possivelmente o que deu depois o *lundú do marruá*, foi conhecido na Terceira, segundo informação do Dr. Luís Ribeiro, mas hoje está completamente esquecido nesta ilha.

Quanto à *Tirana*, ainda é usual cantar-se em todos os festejos populares desta ilha, como o refere Gervásio Lima na obra citada, e o ouvimos amiude nas emissões do Rádio Club local. Aceitando mesmo que seja de proveniência espanhola, como o afirma Sílvio Júlio, a sua existência nos cantares do Rio Grande do Sul, é mais provável que fôsse levada também pelos das ilhas, que anteriormente o tivessem recebido do domínio castelhano e pelas mesmas razões atrás referidas, de ausência de cruzamento com outros povos da região, se conservou integral nos seus cantares e folguedos.

Há quem pense que tanto pode valer fixar-se a canção levada pelo emigrante como a que trouxe o que regressa.

A aceitar-se a possibilidade, seria negar a importância do *folclore* como fixidez de característica popular. De resto, é mais natural supor, que só perdure o que é já tradicional, porque nem mesmo o poderia justificar a dispersão do pequeno número dos que regressam.

O «boi-na-vara», brincadeira característica, a mais popular de Santa Catarina e em especial nos «lugares onde o açoriano e seu descendente se tornaram agricultores», segundo os próprios dizeres de Walter F. Piazza, por todos considerada como originária dos Açores e trazida pelos colonos, não é outra coisa na predilecção pelo folgue-

do e na sua persistência, que a recordação da *tourada à corda*, tão típica da ilha Terceira e festa preferida da população rural.

O meio deu-lhe aquela variante para obrigar o boi manso a um símile de bravura que não possuía, mas o mesmo boneco vimo-lo há dias, suspenso pela cintura numa corda que atravessava a rua e dois rapazes sustentavam pelas pontas em dois balcões fronteiros, deixando-o cair quando o toiro passava, para o fazer voltear no ar com a marrada que lhe dava.

Alguna coisa de profundamente estrutural, atávico, constituía já forte impregnação naquela população migrante que daqui partira.

Volto a olhar algumas das fotografias que figuraram na exposição das comemorações do centenário do povoamento de Santa Catarina, e nelas encontro vincadas, definidas características somáticas, perfeitamente idênticas naqueles tipos humanos, no porte físico e no traje, aos que por aqui vejo quotidianamente.

Devo-as à gentileza do meu patrício, compadre e amigo Luís Leal de Amaral, residente em S. Paulo, que assistiu a alguns dos actos comemorativos como açoriano de recente emigração para as terras férteis dos seus progenitores. Foram especialmente escolhidas por ele e foram as que mais lhe chocaram o ânimo, porque ainda tinha nos olhos e na lembrança os tipos iguais que aqui deixára ao partir há bem poucos anos.

São dois autênticos pescadores de S. Mateus, aqueles dois homens da fotografia — *preparam fios (Garopaba)* — o do casaco pelos ombros e o das calças pardas em mangas de camisa. Ainda o são no próprio físico e vestuário os das fotografias — *reparam as tarrafas (costeiro)* — e — *os pescadores (Garopaba)*. Os chapéus parece que os compraram aqui do modelo característico, e é frizante a comparação com o que traz o homem de côr, já do tipo regional gaúcho, que o seu atavismo racial prefere.

A mesma feição de chapéu e de vestuário ainda mantém aquele outro da fotografia — *é levada para perto do forno* — no trabalho de cozedura da loiça, bem como o que figura na — *zona rural vem leite* — todos descalços, num uso atávico, que muitas vezes é mais comodidade no trabalho e folga de pés, que carência de meios para comprar o calçado.

A sebe do carro de bois da fotografia — *vem à cidade (Es-*

treito) — tem o mesmo entrançado de cá, embora o carro já sofresse alteração na implantação do cabeçalho, mas o maciço das rodas não tem modificação apreciável, nem a canga do tipo pobre para os usos diários do trabalho agrícola. Aquela mulher é bem uma açoriana que, por certo partiu ontem, com o seu vestuário de ajudar o homem na lavoura e com o taleigo à cintura, a mesma saca e posição com que percorreu as ruas antes de entrar no bote que a levou ao navio.

Se esta persistência de dados etnográficos e tantos outros semelhantes, servem para caracterizar as populações quanto à sua origem e condições de homogeneidade, não há dúvida que muito ficou em terras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul do sentir e costumes do povo açoriano.

Parafraseando as conclusões do Dr. Oswaldo R. Cabral na sua magnífica tese *Os Açorianos*, podemos também dizer — ficou ali nos descendentes a alma do açoriano.

De Belle-Isle aos Açores

(*Excerto da obra Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833).*)

Traduzido por JOÃO H. ANGLIN

Ao principiãr a narrativa dos acontecimentos relativos á Expedição organizada para a defesa da causa constitucional em Portugal, não é condição essencial ao meu propósito referir com minúcia a série de circunstâncias, preparativos e deliberações que precederam as providências mais *activas* destinadas a favorecer aquella causa.

Bastará delinear tais medidas activas a partir do momento em que elas surgiram, continuando daí a narração com a regularidade compatível com a natureza do assunto e com o espirito de imparcialidade de que me encontro possuido.

No outono de 1831, após numerosas dificuldades e desilusões, principiaram a revestir em Inglaterra um aspecto mais lisonjeiro as perspectivas da projectada expedição.

Compraram-se três grandes navios e este primeiro e importante passo começára a convencer os agentes e officiaes mais zelosos de que os seus trabalhos preliminares ou dificuldades pecuniárias viriam em breve a terminar.

Esses navios, o *Congress*, o *Asia* e o *Juno*, estavam ancorados no *Canal da City*. Fora o primeiro construído para o serviço da Colômbia e tinha capacidade para 46 canhões; o segundo (antiga fragata *Francis Drake*, da marinha inglesa), possuía 42 canhões; o *Juno* era um navio mercante de 600 toneladas.

Deu-se começo ao armamento. Duas firmas influentes da *City* entraram em negociações para um pequeno empréstimo, de que resultaram contractos com agentes de navegação para o aprontamento dos navios, em cujas vizinhanças se observavam a animação e o ruído inerentes a tais preparativos.

Nenhum progresso real correspondia, de começo, a tais actividades, tornando-se manifestos os vários obstáculos ligados a uma empresa planeada em circunstâncias desvantajosas.

Não faltaram nesta ocasião as delongas tão frequentemente verificadas na execução de contractos, as quais deram origem ao dito de que «um empreiteiro tem uma alma de Fábio».

Depressa se viu que se mostravam mais fartos em promessas do que em actos os indivíduos que se haviam comprometido a aparelhar os navios rapidamente e a po-los em condições de navegar no espaço de três semanas.

Por tal motivo foram os seus serviços dispensados, fazendo-se novos contractos com outras pessoas.

Continuou, porém, a prevalecer o mesmo mal, até ao fim, ainda que em menor escala, e se não fossem os esforços infatigáveis do Almirante Sartorius e dos outros oficiais de marinha que voluntariamente se dedicaram a uma causa difícil e arriscada, o aprontamento dos navios ainda se prolongaria por alguns meses, com grave perigo de se frustrarem por completo os objectivos da Expedição.

Apesar disso, não deixaram tão aborrecidas demoras de motivar outras contrariedades igualmente incômodas, visto que os agentes miguelistas neste país ficavam assim habilitados a organizar as suas tentativas de oposição e a combinar com Lord Aberdeen e Lord Beresford e com outros *tories* seus amigos, os meios de desorganizarem um empreendimento tão contrário, em princípio, ao seu modo especial de pensar e sentir.

É doloroso pensar em como espíritos honestos podem transviar-se e tomar por caminhos facciosos, e homens honrados e generosos

se deixam, às vezes, com fins políticos, arrastar pela baixa intriga.

Deste modo, veem á superfície algumas das piores paixões da natureza humana, a ponto de vermos homens que descem a representar o papel de caluniadores e insultadores dos seus inocentes «irmãos de armas», apenas com o intuito de defenderem certos princípios, cuja justiça ou sentido humano nunca talvez se deram ao trabalho de esquadrinhar. Estes comentários, devo dizê-lo, applicam-se á maravilha a certos ferrenhos partidários de D. Miguel neste país.

O fulcro official de tais intrigas na Inglaterra era o Snr. Sampaio, cônsul geral de Portugal, coadjuvado em seus esforços por uma hoste de auxiliares secundários, criaturas de um Governo caído no seu próprio país e admiradores humildes do moderno Nero, cujo poder há muito pesa em Portugal.

Entre os da arraia miuda, um havia cuja inclinação para aquele lado parece inexplicável. Refiro-me a um Snr. Young, nem mais nem menos do que aquele mesmo indivíduo que fôra cruelmente tratado por D. Miguel em 1829; que publicara um apelo pedindo misericórdia para os seus erros e por cuja causa fôra apresentada enérgica queixa, por quem? por Lord Aberdeen, então ministro dos negócios estrangeiros.

Esta gente dedicava-se, dentro e fóra do pequeno círculo da sua influência, a espalhar o pânico, em relação á Lei dos Alistamentos Estrangeiros, entre quantos se sentissem dispostos a perturbar o reinado exemplar do real objecto da sua devoção (a). E não se limitavam a esta forma simples de opposição.

Segredavam com segurança aos ouvidos dos seus amigos, a quem asseguravam, como facto indiscutível, não ser possível que o ministério *whig* se conservasse no poder por mais de seis semanas, não se esquecendo de apregoar a inevitável desgracia que cairia em cima dos officiaes e soldados alistados do exército britânico, que se deixassem seduzir pela causa, irremediavelmente perdida, de Dona Maria.

Todas estas manobras, ainda que urdidas com insídia e habilidade, não produziram o efeito de impedir, materialmente, o progresso da causa, resultado este devido a várias razões, entre as quais se conta o

(a) Refere-se o autor a D. Miguel (*Nota do trad.*).

generoso ardor militar dos que se alistaram em primeiro lugar; o desejo da fama, que animava outros; a impaciência causada por uma inactividade inglória, experimentada por outros ainda, que já haviam de facto servido ou aguardavam em vão a oportunidade de poderem servir na pátria; e, acima de tudo, o entusiasmo que a todos arrebatava por lhes ser dado o ensejo de favorecerem a causa da liberdade e a restauração de uma monarquia constitucional sob a Rainha que eles, em face da atitude do próprio governo britânico (a), não podiam deixar de considerar como a legítima soberana de Portugal. Bem desejaria eu provar, no decorrer desta narrativa, que nenhum inimigo de índole mais grave encontrámos, nos nossos esforços para a vitória da liberdade constitucional no desorientado Portugal.

Neste ponto, não posso deixar de fazer desde já alguns comentários quanto à natureza dos obstáculos com que deparámos. Não é exagero insistir que em Portugal, com poucas excepções, o espírito de facção da pior espécie, a mais negra tirania, a ambição egoísta e a baixa intriga se encontram, por assim dizer, na massa do sangue dos habitantes, desde o palácio ao convento, e à cabana do mais humilde campónio.

Tais são os defeitos capitais dos portugueses, as causas fatais da sua posição decadente em épocas findas, que continuarão a minar-lhes a independência nacional, a não ser que a Providência de tal modo regule o curso dos acontecimentos que se lhes abram os olhos, por meio de uma severa e sã disciplina, para que vejam os males que os princípios mesquinhos da conduta dos indivíduos não podem deixar de trazer à comunidade nacional.

O espírito destas observações não se aplica apenas a Portugal, mas também a todas as nações que infelizmente vivem sob idêntico regime arbitrário, e cujos temores são semelhantemente suscitados e a liberdade de pensamento do mesmo modo encarcerada e paralisada pela tirania religiosa e política.

(a) É preciso não esquecer que o Governo Britânico não praticara nenhum acto que se pudesse tomar como de reconhecimento dos direitos de D. Miguel ao trono de Portugal. Este, portanto, não podia ser considerado, por qualquer título, pelos súbditos britânicos, como príncipe amigo da Grã-Bretanha.

Os acontecimentos deixarão o povo português na mesma ignorância enquanto o seu espírito continuar abatido pela influência, não do que se poderia chamar religião e devoção, embora de natureza censurável ou errônea, mas do simples fanatismo e manobras clericais.

A queda desta influência, que não pode ser imediata, tem de preceder a regeneração política do país; só então poderemos esperar ver Portugal ocupar aquela situação na Europa a que lhe dão indiscutível direito a sua posição geográfica e alguns factos da sua história.

É a estas causas e predisposições internas, a que acima aludi, que devemos attribuir a falência dos esforços do «exército libertador», e não ás tentativas pueris da facção *tory* na Inglaterra nem á hostilidade do «exército apostólico» (como absurdamente o designavam), do usurpador em Portugal.

Sem embargo, temos de admitir que, ao menos por algum tempo, as manobras de Sampaio e dos seus companheiros não deixaram de causar contrariedades. A menor suspeita de infracção da Lei de Alis-tamentos Estrangeiros, começavam os processos judiciais cujas consequências demoras tiveram por efeito, durante algum tempo, não só esfriar os sentimentos dos homens de dinheiro que já algumas pequenas quantias haviam adiantado em benefício da causa, mas também de alarmar muitos officiaes arrojados, da marinha ou do exército, que desejariam alistar-se na Expedição.

Finalmente, recommçaram com mais actividade os preparativos, devido aos persistentes esforços de M. Mendizabal e dos outros commissários.

Abriam-se depósitos em várias partes da cidade e da provincia, para o recrutamento de homens para serviço terrestre e naval; o aprontar dos navios prosseguia com maior actividade; os armadores apressavam o seu acabamento; preenchiam-se com rapidez as fileiras da pequena força britânica de tropas de terra. Tudo parecia indicar que estava próximo o momento da nossa partida da Inglaterra.

Não se deve, porém, negar o facto, antes convém acentuá-lo, que entre os que de todos os pontos do reino afluíam a aproveitar-se do emprego que agora se lhes offerecia, se incluíam não poucos aventureiros de espécie muito duvidosa, havendo, por outro lado, alguns de

reputação já suficientemente estabelecida e outros, que dariam honra a qualquer exército (a) e dos quais muito havia a esperar.

O núcleo menos desejável destes pretendentes deu origem a que no público se encarasse a empresa com desconfiança, aumentada esta pela imprudência de certos indivíduos que já haviam sido contratados como membros da Expedição.

Escusado é lembrar quantas vezes o amor da liberdade é afogado pelo amor ainda maior do ganho. Este deplorável desacordo entre a justiça e o interesse, causou, no momento a que nos referimos, certa redução nas forças navais e terrestres. Projectava-se obter um efectivo de 1.200 homens para as primeiras, mas na realidade só se conseguiram 400. Esta diminuição foi um dos acontecimentos mais infelizes que acompanharam a expedição.

Se os 1.200 homens tivessem saído logo de começo, haveria tempo suficiente para lhes dar instrução e disciplina e o efeito da presença de tal força pode avaliar-se pelo que se conseguiu com o porte e a valentia de apenas um terço daquele número. Estes 400 homens, que formavam o Batalhão Britânico, tinham de prestar serviço de marinheiros enquanto permanecessem a bordo dos navios da esquadra.

Os três navios encontravam-se agora prontos a fazer-se ao mar. Necessário era que eles de qualquer maneira directa não caíssem na alçada da lei. Leis como esta, bem como outras excelentes *regras* gerais, tem de admitir, às vezes, excepções virtuais e formais.

A nossa empresa era considerada, por quantos nela estavam empenhados, como constituindo uma excepção tão honesta quanto seria possível esperar, tanto mais que se tratava de um caso respeitante a um estatuto que fôra decretado apenas com um fim temporário e especial e cuja execução traria vantagens recíprocas a ambos os partidos contendores.

Fora em tempos usança política dos soberanos britânicos, espe-

(a) Se considerarmos que até 1814, a guerra se tornára coisa trivial aos ingleses, e que a juventude britânica se habituára a encarar o serviço militar como profissão aberta a toda a gente, facilmente compreenderemos, nas circunstâncias que actualmente impedem a entrada na carreira militar, a ansiedade que a todos impelia de aproveitarem esta oportunidade que se lhes proporcionava.

cialmente depois da subida de Jaime I ao trono inglês, estimular e não impedir o alistamento em exércitos de príncipes estrangeiros, não em guerra com a Gran Bretanha, concedendo-se facilidades especiais, para tal fim, aos naturais da Escócia e da Irlanda.

Despacharam os navios para um porto francês; pois foram comprados em nome de um negociante daquela nacionalidade, apenas com o número de homens, a bordo, indispensável para a travessia. Com excepção do *Juno*, nenhum deles transportava qualquer espécie de material de guerra. Podiam assim largar do Canal da *City*, e o *Con-gress*, que fôra o primeiro a partir, chegou à altura dos Downs.

O *Asia* ancorou ao largo de Gravesend, ficando-lhe perto o *Juno* e um brigue mercante, estes dois últimos fortemente carregados com os canhões das duas fragatas, munições e outro material bélico.

No entanto, empregavam-se diligências no rio para o embarque em separado das tropas e das tripulações. Em consequência, porém, das maquinações do Snr. Sampaio e dos seus amigos, que fizeram consistir a sua opposição sob a forma de certos certificados, as autoridades aduaneiras ordenaram o embargo de todos os navios.

Idêntica representação havia sido feita ao Governo, com o mesmo fim, pelo solícito indivíduo acima mencionado.

Esta notícia desanimadora chegou logo ao conhecimento de todos os amigos da causa, provocando a maior desilusão e alarme.

Obtiveram-se ordens das autoridades policiais para se proceder contra quantos se houvessem mostrado mais activos no alistamento dos homens. A alguns destes foram oferecidos subornos, no caso de haverem jurado servir como *soldados*, embora os termos em que haviam sido contratados expressamente estipulassem que «serviriam sem prejuizo algum para quaisquer súbditos britânicos, por dois anos».

Com um contracto de teor tão vago, o juramento exigido seria um perjúrio.

Os homens, dotados de mais alto sentido do valor da obrigação moral de um juramento do que os seus engajadores, rejeitaram as oferendas e contentaram-se com a pensão diária de um xelim por homem, para seu simples sustento, até à data do embarque.

Durante estas perturbadoras maquinações, considerou-se prudente que o Almirante Sartorius e vários outros officiaes que lhe estavam associados, evitassem ser observados.

Em breve, porém, se renovaram felizmente, as nossas esperanças, com o afastamento dos impedimentos. Algumas semanas antes, chegara á Inglaterra, vindo da Terceira, o Marquês de Palmela.

A sua hábil intervenção, conjugada com a dos comissários e de certo membro do parlamento de tendências liberais, levou a uma investigação das bases legais que determinaram a detenção dos navios, do que resultou a decisão dos magistrados da coroa a favor da sua libertação. Em consequência disto, largaram os navios imediatamente em direcção a Belle-Isle, porto escolhido para a concentração da Expedição.

Malgrado assim o seu intento, executou Sampaio as suas manobras no intuito de impedir a partida de algumas centenas de homens então prontos a embarcar. O número destes fôra já reduzido com o apresamento e detenção dos navios, porquanto os comissários, na incerteza da provável duração desta dificuldade, haviam julgado necessário suspender o pagamento de um xelim diário aos homens, chegando mesmo a aconselhar que estes fossem mandados para casa, o que, em alguns casos, se fez. Por tal motivo perderam-se para o serviço 150 dos melhores homens.

Tal redução teria sido coisa de pouca monta, se não fôra a falta de fundos para um recrutamento eficiente.

Convém observar aqui como o sempre crescente ciúme dos portugueses em face da intervenção estrangeira atrazou posteriormente o recrutamento para o exército, devendo também registrar-se o proceder incoerente destes infelizes exilados, que se esqueciam da fraqueza do seu país e da gratidão devida aos seus auxiliares, para só falarem em termos pomposos da sua conquista dos Açores e declararem ao mesmo tempo que só necessitavam de transportes para conduzir o seu pequeno exército dali para as praias de Portugal, onde a sua presença, acompanhada do estandarte real, bastaria para provocar a revolta em todo o reino e determinar desde logo a queda do usurpador (a).

(a) Um dos portugueses que então considerávamos como pessoa bem informada, asseverou-me, quando na Terceira, que não teríamos de disparar um tiro, porque bastaria que o Imperador agitasse o seu chapéu de General, para que toda a nação se declarasse a favor da Rainha e da Constituição. Este estranho profeta e extravagante estadista foi ultimamente nomeado para os conselhos de Sua Majestade, como ministro de Estado.

O objectivo voltou a ser o iludir a vigilância dos miguelistas. Devido ás diligências dos oficiais incumbidos de me acompanhar, estavam 250 homens prontos para embarcar. Entre eles, havia alguns inteligentes sargentos do exército britânico e muitos antigos soldados. Fora contratado o transporte de 350 toneladas *Edward*, para os conduzir. Eu travara conhecimento com um certo Snr. A., admiravelmente indicado, pelo seu conhecimento das condições locais, para ajudar na tarefa de fazer sair as forças, com segurança e tranquilidade, através do porto fluvial. Tratava-se de um homem inteligente e activo, habituado à vida do rio, absolutamente familiarizado com todas as enseadas e pontos de desembarque no curso serpenteante do Tamisa. Desde logo me pus em contacto com ele. Imediatamente se fez sentir a vantagem da sua presença de homem de rosto corado e de modos decididos e rudes. Quando lhe comuniquei com clareza o fim que tinha em vista, logo ele se lhe dedicou de alma e coração. A franqueza e a ousadia que eram os traços do carácter deste indivíduo, afastariam todas as dificuldades que se opusessem aos nossos desejos, a tal ponto que exclamou, segundo as suas próprias palavras:

«Se necessário fôr, senhor, pela causa da liberdade, comprometo-me a contratar 5.000 homens deste país para qualquer parte do Continente, apesar de todos os decretos e de todos os polícias e agentes preventivos que apareçam».

Com um auxiliar destes, não me seria difícil executar a minha tarefa.

Era em geral desconhecida a minha intenção de tomar parte na Expedição. A minha intimidade com o Almirante Sartorius levou a conjecturar que eu trabalhava apenas como amigo dele e simpatizante da causa. De facto, nenhum dos soldados contratados me conhecia, embora se houvessem disposto as coisas de modo que cada indivíduo fôsse visto por mim, antes de ser considerado apto para o serviço.

Os trabalhos enfadonhos e desagradáveis imediatamente ligados aos contratos haviam recaído principalmente no Capitão Staunton, que desde o começo se mostrou incansável nos seus esforços, revelando até ao fim um zêlo, inteligência e espírito de previsão, pouco de esperar da sua inexperiência.

A fim de evitar melhor ser observado, mandei posteriormente que os homens fôssem divididos em três destacamentos, com lugares de

reunião em diferentes partes da cidade, ficando dois oficiais encarregados de fiscalizar o pagamento diário de cada destacamento. Como os locais de reunião mudavam quase em dias alternados, ficou em grande parte iludida a espionagem da seita miguelista, reduzindo-se também as dificuldades dos preparativos de embarque.

A 14 de Dezembro de 1831, dei por pronto para o mar o transporte *Edward*, ancorado ao largo de Deptford.

No mesmo dia, com o auxílio precioso do indivíduo a quem já alludi, tratei de escolher sítio donde os homens pudessem passar para o transporte. Fixámos um local próximo da taberna dos Sete Olmos, a pequena distância acima da ponte de Vauxhall, onde o Snr. A. havia já contratado quatro barcas que ali deviam estacionar ao encher da maré, isto é, às 9 horas da noite.

Quem se mete a narrar aventuras tem de entrar em minudências e por isso não quero deixar de registar que nesses barcos havia uma porção de palha seca para cama e uma provisão de pão, queijo, cerveja, tabaco e cachimbos.

Deram-se ordens para o transporte levantar ferro e estacionar ao largo de Gravesend, com uma luz vermelha no mastro grande e um quarto de carne de vaca fresca suspenso à popa.

Nada sabia o capitão deste navio sobre o seu porto de destino, devendo aguardar instruções sobre tal assunto, do proprietário, que viria a bordo receber os homens e transmitir as ordens de navegação.

Durante a primeira parte do dia tinha o Snr. A. incumbido seis pessoas inteligentes de conduzirem os homens dos respectivos locais de reunião, através dos vários itinerários, das pontes de Waterloo, Westminster e Vauxhall, para o sítio combinado do embarque.

Os *destacamentos* deviam chegar com meia hora de intervalo uns dos outros.

Às cinco da tarde os oficiais fizeram-se substituir pelos guias na condução das tropas. Eles próprios haviam recebido instruções para se dirigirem às 10 horas da mesma noite, para Bricklayers Arms, donde partiriam em companhia do Snr. A. para sítio onde se effectuasse convenientemente o embarque.

Os oficiais haviam deixado a sua bagagem noutro navio, que os acompanharia e por isso se encontravam privados dos mais simples

objectos de uso pessoal ; não levavam senão um pequeno saco da noite, apenas com uma muda de roupa. Um ou dois haviam tomado a precaução de enviar de manhã para bordo do transporte uma mala ; mas eu dera ordens terminantes para que não entrasse a bordo nada que se parecesse com um uniforme ou tivesse aspecto militar. A ordem foi plenamente acatada.

Na verdade, tão absorvida se encontrava toda esta gente nos preparativos para o bom êxito da empresa, que parecia não se preocupar nada com incómodos ou privações pessoais.

Os agentes miguelistas haviam estado alerta por vários dias e noites, auxiliados por agentes da polícia e munidos de mandados de prisão contra os oficiais em Wapping, Deptford e outros pontos.

Forçado a manobrar, em face das maquinações do adversário e da delicadeza do caso, eu fora informado de tais movimentos por certo espião de actividade dúplice, cuja honestidade se acomodára ao equilíbrio entre os interesses opostos dos dois partidos e que foi para nós, até ao fim, um informador fiel (a). Por intermédio deste individuo consegui afastar dos nossos movimentos a atenção do adversário e assim se efectuou com facilidade o embarque para bordo dos batelões, operação que por poucos, relativamente, foi observada, ainda que, quando para lá se dirigiam, tinha de tal modo aumentado o número de mulheres e rapazes que acompanhavam os diversos grupos pelas ruas e faziam tal barulho, que era de recear a intervenção da polícia.

Finalmente, alguns antigos soldados, que não desconheciam os propósitos da Expedição, conseguiram manter a ordem e até mesmo um silêncio tolerável, excepto quando uma resposta estranha ou evasiva se ouvia, às perguntas de : Para onde vão vocês ? à qual replicavam, p. ex., «á apanha do lúpulo, para Kent», ou então, em tom de indiferença : «Não sabemos nem nos importa saber».

Este tiroteio de perguntas e respostas provocava às vezes o riso dos pobres diabos, de modo a despertar, em alguns casos, a atenção dos transeuntes casuais.

(a) Diga-se de passagem que este homem tirou bons lucros enquanto se organizava em Londres a Expedição. Dos miguelistas recebia 10 xelins por dia e dos constitucionais quinze. Em tempo estivera a soldo da repartição da polícia de Bow Street e depois servira como *mouchard* (polícia secreto) em Paris.

•

Mal sabiam aqueles, em tais momentos descuidados, o que viriam a passar no futuro ! Mais ainda : Não há dúvida de que muitas pessoas ligadas à parte militar e naval da Expedição e dotadas de inteligência superior à destes homens humildes, se encontravam também iludidas, nada prevendo sobre a posição que mais tarde deviam experimentar. Não pequeno trabalho foi necessário para convencer a parte feminina do cortejo a separar-se do seu corpo principal, os homens, e a desistir de tentar embarcar com estes nos batelões.

Como a conduta destas mulheres se revelasse em excesso violenta, tenho de fazer-lhes justiça, para as desculpar, dizendo que elas eram as companheiras irregulares dos menos regulares entre a miscelânea dos nossos homens.

Não tinham pretensões a respeitáveis matronas. Para falar claro, pertenciam às mais baixas camadas do seu sexo e vinham dos bairros mais pobres da cidade. Quanto aos homens que em especial lhes interessavam, bem desejariam elas que ficassem em terra. Mas eles não tiveram outro remédio senão embarcar naquele momento.

Possuiam tais mulheres, sem dúvida, boas razões (que nada tinham que ver com receios de prisão) para fazerem também parte do nosso rol.

Durante a cena que ficou descrita, conservei-me na taberna dos Sete-Olmos, ali próximo. Pouco depois, desci à beira do rio, onde fui abordado por um inspector da policia, que me perguntou para onde iam aqueles homens. Fingindo ignorância, observei, não obstante, que, logo que não alterassem a ordem, não via razões para a intervenção da autoridade. De facto, o homem nada mais me objectou.

A fim de chamar o menos possível a atenção, ordenei que todos os homens se alojassem nos porões das barcaças. Assim acomodados e enquanto desciam o rio, deram largas ao seu bom humor, *cantando*. Isto atraiu os agentes da policia fluvial do Tamisa, que se aproximaram nos seus barcos, interrogando sobre o destino dos homens. A resposta, pronta e seca de «para Kent, à apanha do lúpulo», foi dada pelo Sr. A., que estava no batelão chefe. Os inquiridores, percebendo logo a excêntrica resposta, deram três vivas, e, com desejos de boa sorte, afastaram-se. Só às 7 horas da manhã do dia seguinte é que as barcaças atracaram aos transportes, para onde os homens se transferiram ; foram então distribuídas rações (as mesmas que às tropas britânicas), parecendo que todos ficaram satisfeitos.

Não foi permitida a aproximação de barcos, ficando nas cobertas os que pertenciam aos transportes. O Snr. A., que deixára os batelões a cargo do capitão Staunton, foi em busca do Major Williams, de dois capitães, quatro subalternos e um cirurgião, os quais conduziu para a margem do rio e dali para bordo, cerca de meia hora depois da chegada dos soldados.

Pouco depois da chegada dos oficiais começou a manifestar-se descontentamento entre alguns homens, ao receberem ordem de comparecer no convés a fim de se separarem os que haviam sido contratados, daqueles que na véspera se tinham introduzido à força a bordo. Estes últimos indivíduos, pelo seu aspecto indesejável, de nenhum modo podiam ser aproveitados para o serviço, com excepção de alguns que pediam indulgência pelo facto de serem coxos e cegos! Deu-se então uma cena de violência e confusão, difficil de descrever. A autoridade dos oficiais foi desrespeitada com a maior semcerimónia e mesmo em alguns casos foram estes agredidos e derrubados pelos rufiões atrevidos.

Nesta crítica situação, tornaram-se notáveis o zelo e a decisão de todos os oficiais, em especial dos capitães Shaw e Staunton; não obstante isso, se não fora a firmeza e a attitude decidida de alguns dos próprios homens, poderiam ter resultado consequências fatais.

Depois de larga discussão, foram expulsos 43 indivíduos, dos que mais se haviam evidenciado na insubordinação. Em seguida, por intermédio do proprietário do barco, transmitti ordens ao capitão para se dirigir a Belle-Isle, em caso de vento a favor; caso contrário, devia rumar a Flissinga, a fim de abandonar sem demora as águas inglesas.

É curioso notar que o cônsul português perdera todo o rasto deste navio. Só três dias depois é que lhe descobriu o nome. Porém, na tarde de sábado, 18 de Dezembro, recebi a informação de que Sampaio requerera a detenção do barco, tendo também contratado um barco a vapor que lhe fosse no encalço até aos Downs.

Procurei immediatamente os comissários, que logo transmitiram a comunicação ao dono do transporte, que com relutância confessou que este se encontrava *fora de observação* no Canal da Rainha, aguardando vento de feição.

Sob pena de anulação do contrato, recebeu o homem ordem de

seguir imediatamente para bordo e mandar levantar ferro com rumo a Flissinga.

Assim se fez ; e na manhã seguinte recebemos a alegre notícia de que o transporte navegára com vento favorável para aquele porto, onde fundeou a 21 de Dezembro.

Aqui, voltou a manifestar-se o descontentamento. Alguns dos homens mais indisciplinados entregaram um requerimento ao almirante holandês, pedindo-lhe protecção para poderem regressar a Inglaterra.

Não havia razão para este pedido, visto que o major Williams, de acordo com instruções que recebera, estava no propósito de conceder aos descontentes todas as facilidades para desembarcarem em Flissinga.

Tal autorização teve de ser, porém, retirada, pois que o almirante holandês enviara um oficial a bordo, a averiguar qual o destino dos homens, e ao saber, pelos oficiais, que aqueles se destinavam aos Brasis como colonos, julgou conveniente não intervir, mas proibiu o desembarque de quem quer que fosse. Para fazer cumprir esta ordem, ordenou que duas canhoneiras se postassem ao lado do transporte. Só depois de repetidas instâncias é que o capitão Shaw, com o sargento quartel-mestre, obtivera licença de ir a terra por quatro horas, para comprar tabaco, sabão e outros artigos, que se receava viessem a faltar antes do termo da viagem.

Ventos contrários detiveram o navio por dez dias ao largo de Flissinga, depois do que aquele fez excelente viagem para Belle-Isle, onde encontrou as duas fragatas e os barcos mais pequenos da força naval em plena actividade de preparativos.

O pavilhão do vice-almirante havia sido hasteado a bordo do *Congress*, agora chamado *Rainha de Portugal*, ao passo que o seu gémeo, *Asia*, passára a ser designado por *Dona Maria II*.

É curioso observar aqui como o espírito caviloso e frívolo dos portugueses se manifestou neste novo baptismo das duas fragatas.

Num momento em que parecia que assuntos de maior peso lhes chamavam, em parte, a atenção, realizaram-se em Paris três conselhos (se assim os podemos chamar) para decidir este assunto grave. Até a jovem rainha e a imperatriz não deixaram de assistir à discussão. Os elementos mais liberais dos conciliábulos propuseram que o navio

almirante se chamasse *Constituição* e que o *Asia* tivesse o nome que agora ostenta, *Dona Maria II*.

Quanto ao primeiro, porém, os do partido do centro, ou do *meio termo*, teimaram em sustentar o apelativo de *Rainha de Portugal*, que não era tão *comprometedor* como o que os ilustres cavalheiros do partido oposto propunham.

Prevaleceu esta moderada opinião.

Informaram-me de que já nessa ocasião se tornavam não só visíveis as dissensões mas que também se manifestavam as facções mais ásperas e o impaciente espírito de partido, de tal modo que impressionavam os amigos mais prudentes e ponderados da causa, provocando-lhes sérias apreensões quanto aos resultados da Expedição.

Não desconhecem quantos se encontram familiarizados com as questões portuguesas, a antipatia irreconciliável entre o Marquês de Palmela e o Conde de Saldanha.

Quando decorriam em Paris os preparativos para a partida do Imperador, daquela capital, mostrou-se Sua Majestade desejoso de que se empregassem diligências para estabelecer a concórdia entre estes dois chefes desavindos. Por indicação do Imperador foi escolhido o General Lafayette como mediador directo, sem que consultasse nenhum dos dois, quanto às suas intenções.

Ambos, de facto, haviam declarado, separadamente, que nada tinham a opor a um encontro e que até concordavam em fazer parte do mesmo ministério, para o efeito de estabelecer os direitos constitucionais do seu país.

Nesta conformidade, efectuou-se uma reunião no hotel em que se hospedára o Imperador.

De ambos os lados, porém, renasceram os antigos ressentimentos. O Conde de Saldanha veio com as costumadas acusações, ás quais ripostou o Marquês com as suas recriminações. É claro que esta discussão acalorada e indiscreta deixou ambos os lados na mesma, senão em pior, inimizade, com grande desgosto tanto de D. Pedro como do amável veterano Lafayette.

A atitude de Saldanha ofendeu os sentimentos naturalmente impetuosos de D. Pedro, que em consequência, mas não com grande entusiasmo, se pôs ao lado de Palmela.

A frieza em D. Pedro tende a degenerar em antipatia. Foi o que

sucedeu no caso de Saldanha, que recebeu a notificação de que era para desejar que não acompanhasse a expedição aos Açores. Este facto, para um espírito como o de Saldanha, constituiu um duro golpe. Procurou amigos e adversários, a quem mostrou a ingratidão e a injustiça do Imperador, que assim tentava evitar que ele tomasse parte na libertação do seu país.

Saldanha tinha em Paris partidários fogosos, que advogaram a sua causa em panfletos violentos contra o Imperador e seus sequazes.

Estas virulentas acusações em breve chegaram aos ouvidos imperiais, agravadas em não pequeno grau com a ajuda de Cândido José Xavier, confidente e amigo dilecto de D. Pedro.

Expediram-se ordens de prisão contra o suposto autor de alguns dos folhetos, logo que pusesse pé em território constitucional português. Xavier enviou sobre o assunto a este individuo uma carta altamente ofensiva, em que se continham comentários muito pouco lisonjeiros para Saldanha.

Depois de tudo isto, como se poderia esperar que Saldanha servisse com entusiasmo sob as ordens do Imperador, sabendo-se que tais ordens seriam, naturalmente, transmitidas pelo seu secretário militar, Cândido Xavier ? (a) Com risco de ser considerado em demasia difuso, devo aqui deter-me em dois ou três esboços pessoais, relacionados com o que acabo de tratar.

É o general Saldanha um homem amável e bem intencionado, calorosamente devotado às liberdades e à felicidade do seu país, bem como à conquista de popularidade e de distinção militar.

Se, por um lado, conseguiu tornar-se amado dos soldados e de numerosos oficiais, não escapou, por outro, à influência enganadora das ciladas de um partido insidioso.

É obra de caridade desculpar por este modo os actos da sua vida política dignos de censura ; pois seria mais que crueldade imputá-los a intenções sinistras. Diante dele estende-se um campo no qual o seu país deseja oferecer-lhe a oportunidade de reparar estes defeitos e reconstituir a sua reputação.

(a) Xavier sabia perfeitamente como Saldanha detestava quantos haviam pegado em armas contra o seu país nas invasões francesas. Nestas condições, outra coisa não era possível entre eles senão uma profunda antipatia.

Antes, porém, de o fazer, deve deixar de se prestar a ser foco de concentração do facciosismo e do descontentamento e repellar animosidades individuais; de contrário, nunca concorrerá para o bem geral.

Cândido José Xavier é um cortesão astuto e intrigante; não é, portanto, modelo aproveitável do carácter português ou de qualquer outro país.

Não obstante o seu aspecto pessoal antipático, seu porte desgracioso e falta de talento na conversação; não obstante, ainda, a sua origem plebeia, tem tido a habilidade de adquirir ascendente completo sobre o espirito do Imperador — ascendente a que infelizmente se pode atribuir não só o descontentamento que tão fundo tem lavrado entre as tropas estrangeiras empenhadas na causa, mas também o malogro dos principais objectivos da própria expedição (a). Xavier alistou-se no exército francês durante a guerra da independência e combateu contra a liberdade do seu país, crime pelo qual tem ainda suspensa a pena de morte.

Desnecessário é dizer o conceito em que geralmente o tem os seus compatriotas; mas conta também com sequazes e servidores, por motivo da influência que exerce sobre D. Pedro, que dispensa a este homem tal protecção, muito para deplorar.

O receio do seu carácter implacável deve ter também o efeito de calar, até certo ponto, a opposição que sem dúvida ele sente à sua volta. Conhecendo os fortes e os fracos do feitio do Imperador, não se lhe dirige abertamente com o fim de intrigar, preferindo, em tais ocasiões, recorrer a algum dos seus manhosos agentes. Destes, o mais pronto é o criado de quarto de D. Pedro, por nome Carlota, que nos Brasis fora seu laçao e cujo irmão foi acusado de assassino do falecido Marquês de Loulé.

O filho deste fidalgo (que era também cunhado do Imperador) sofre, por conseguinte, a humilhação diária de encarar o irmão do presumido assassino de seu pai, que figura como um dos indivíduos mais estimados em volta da pessoa do Imperador, em cujo séquito ele ocupa, por sua vez, o posto de tenente.

(a) Cândido Xavier não esteve nos Brasis com D. Pedro, que só o conheceu no seu regresso à Europa; Xavier era protegido da poderosa casa de Penalva e foi o Marquês de Resende, filho mais novo da casa, cortesão e amigo dilecto de D. Pedro nos Brasis, quem primeiro o apresentou a este.

Para se avaliar o grau de intimidade com que este homem é tratado, basta dizer-se que é costume dar-lhe o Imperador todos os dias audiência no seu quarto de cama, depois de estar vestido, ou também de vez em quando ir até aos aposentos do criado, e ali conversar com ele.

Xavier não perde de vista tais oportunidades de livre acesso e assim dá instruções a este homem para que se aproxime do Imperador e lhe diga «certas coisas ao ouvido» sempre que haja alguém a riscar do rol da confiança imperial.

A pergunta usual de D. Pedro ao Carlota, de manhã, é: «Que há de novo? Que dizem?»

O objectivo ou desejo secreto daquele *cândido* servidor é então habilmente insinuado sob a forma de uma opinião, atribuída a portugueses de influência ou a oficiais do exército.

Em tais ocasiões, quando o Imperador transmite a Xavier o que lhe disse o Carlota, confessa talvez o ministro ter já ouvido boatos forjados para o mesmo efeito, que estão a assumir aspecto grave, mas que, esperando que se dissipassem, não ousara, até então, incomodar Sua Majestade por tal motivo.

O espírito do Príncipe, tomado de assalto, mostra-se suficientemente penetrável, e assim se faz grave dano não só aos interesses particulares, mas também ao bem público.

Entre as qualidades que destoam dos méritos do Imperador, avulta a da obstinação. Não é fácil, pois, que se desprenda dum favorito que, como Xavier, tão afeiçoado se lhe mostra, pela força do hábito; e talvez pense que, se assim procedesse, criaria contra si um inimigo inveterado.

Antes da minha partida de Londres, enviei alguns oficiais para Sussex e Kent, bem como para Portsmouth e ilha de Wight, com a missão urgente de recrutarem homens.

No dia seguinte, 28 de Dezembro, deixei Londres para Brighton, onde combinára encontrar-me com dois oficiais a que acima aludo. Verifiquei que um estranho caso ocorrera em Battle, lugar que o capitão Staunton visitára, de acordo com o infatigável Snr. A., em consequência destas operações de recrutamento.

Estavam ambos sentados na cozinha de uma taberna, atentos à sua missão e rodeados por cerca de trinta jovens trabalhadores, a

quem explicavam o objecto em vista, respondendo a perguntas quanto às condições oferecidas e ás vantagens que adviriam da emigração, quando entrou no recinto um velho, que preveniu os ouvintes, de forma inequívoca, contra as duas pessoas suspeitas a quem escutavam, «apoiando a sua afirmativa na convicção em que estava de que se tratava de dois assassinos!»

Três ou quatro circunstantes, num acesso de virtuosa indignação, caíram sobre o pobre Staunton. Tencionavam atirá-lo ao lume, que naquela ocasião ardia muito vivo. De tão triste destino livrou-o o seu companheiro e colega Snr. A., ou antes, o livraram alguns desgraçados conhecidos naquela costa pelo nome de «batmen», a quem, no momento, ele se deu a conhecer.

Assim, foram os revoltados impedidos de levar a cabo o seu propósito, ao passo que a sua inocente e projectada vítima foi salva, com vantagem para o serviço, que assim adquiriu quinze homens de ótimo aspecto, tal o número dos que, na manhã seguinte, se dirigiram a pé para Rye, a alistar-se voluntariamente como «colonos», confessando ao mesmo tempo que muito bem sabiam que iam combater por D. Maria em Portugal.

Durante mais dois dias, alistaram-se mais 51 homens em Rye e cercanias, os quais embarcaram na noite de 3 de Janeiro de 1832, dirigidos por um official subalterno, a bordo da escuna *Linnet*.

Deixei em Rye o capitão Staunton e o tenente Chinnock, sob os nomes supostos de capitão Sinclair e Dr. Cook, com a missão de contratarem mais homens e com ordem de se juntarem o mais rapidamente possível em Belle-Isle e partirem para Paris, via Dover, chegando à capital francesa no domingo, 8 de Janeiro.

Costuma o Inglês, mais do que os naturais de outros países, sentir, ao deixar a sua terra, certo travor de saudade, confessado ás oculto. Declaro que não fiquei isento de tais sensações, embora confiado nos resultados da arrojada empresa a que eu ia dar o concurso do meu humilde esforço.

Sem embargo dos meus antigos hábitos de soldado, não pude afugentar immediatamente do meu espírito um sentimento de melancolia ao deixar a minha querida terra, especialmente num momento de agitação política motivada pela absorvente questão da reforma parlamentar — questão que foi depois felizmente resolvida por uma legis-

lação sábia e liberal promovida por um ministério de patriotas, sob os auspícios de um soberano benevolente.

Enquanto me achava sob a influência destes sentimentos, a que acabo de aludir, consolava-me e animava-me materialmente a reflexão de que a causa a que eu emprestava os meus humildes esforços era a da *liberdade geral* — querida a todos os espíritos honestos e pensantes.

Tanto que cheguei a Paris, pus-me em contacto com os agentes da Expedição, que me informaram haver-se perdido muito tempo por causa do brigue que do Tamisa acompanhára o *Juno* e as duas fragatas e estava carregado com canhões, munições. etc.. Aquele brigue sofrera avaria no mar e fizera rumo a Plymouth, onde, por ser julgado incapaz de navegar, trasbordara a carga para um transporte, que o substituíra. Só algumas semanas depois é que este navio se nos juntou em Belle-Isle.

Na manhã de 10 de Janeiro, visitei o Marquês de Palmela que me apresentou a Cândido Xavier. A pedido deste, procurei na manhã do dia seguinte o Imperador no seu hotel, Rue de Courcelle, Faubourg de Roule. Aqui esperei por largo tempo, visto Sua Majestade se achar ocupado a almoçar.

Bastante me diverti, porém, ao observar os semblantes e as expressões dos rostos das várias pessoas, que, como eu, se encontravam na ante-câmara.

O mordomo e promotor de pequenas intrigas, políticas e domésticas, Cândido José Xavier, sentava-se numa cadeira de braços, num canto do quarto, envolto num agasalho, com severa dignidade, excepto quando condescendia, de vez em quando, em honrar-me, ou a qualquer dos circunstantes, com um sorriso obsequioso (se é que tal manifestação de vida podia sair de feições tão cadavéricas), ou talvez com um aceno de protecção.

A uma janela estava o confessor de Sua Majestade Imperial, o afamado e reverendo Padre Marcos, cujo aspecto geral e hábitos originais o indicavam para a situação especial que ocupava.

Parece, porém, que a parte *espiritual* da vocação do padre Marcos fora aquela para a qual a natureza mais avaramente o dotou. O seu zelo tende para as funções temporais de cortesão e *confessor*, com as quais se casam à maravilha, não só as suas qualidades externas

de franqueza e bondade, mas também o seu fundo íntimo de subtileza, constituindo o todo um amálgama feliz de pomba e de serpente, com o qual conquista a confiança e a aproximação das pessoas mais facilmente do que o faria um indivíduo de mais evidente astúcia.

Não possuindo dotes especiais de inteligência, tem, todavia, conseguido, por meio de pequenas habilidades de lisonja e pela força persistente do hábito, adquirir certo ascendente sobre o Imperador e assim veio a ser útil instrumento do astuto Cândido Xavier.

O quarto indivíduo dos que constituíam «l'assistance», como os franceses a designam, era um Snr. Serpa, espécie de adido, ou homem de sete officios, de situação semi-official, mas pessoa estimável e bem intencionada na sua vida particular.

Por fim, o secretário, Xavier, foi chamado à presença do seu imperial amo, e, poucos momentos depois, era eu anunciado ao Imperador e à sua amável e encantadora consorte.

Tive a honra de apresentar a Sua Majestade uma carta que amavelmente me entregara um almirante britânico que, quando em estação no Brasil, travára relações de amizade com D. Pedro. Ao apresentar a carta, declinei o nome do seu autor. Fiquei não pouco surpreendido e contrariado com a recepção que me foi feita.

A atitude da personagem real para comigo foi caracterizada por uma frieza e uma visível falta de cortesia. Devo confessar que, se não fora a minha profunda e *inabalável* devoção à causa, provavelmente me sentiria tentado, pela indignação que no momento de mim se apossou, a abandonar todo e qualquer contacto com a Expedição.

Consegui, porém, manter a compostura exterior.

Visto à luz da boa conduta geral, tinha alguma coisa de inexplicável tal procedimento para com um ardente colaborador da causa comum.

Muito diferentes, aprás-me dizê-lo, foram a disposição e o procedimento da Imperatriz, cuja afabilidade de maneiras de certo modo compensou a ausência delas por parte de D. Pedro.

A Imperatriz confirma, em absoluto, na expressão do rosto, os créditos de que goza, não só de pessoa bondosa, mas também dotada de bom senso e de talentos naturais. É outrossim muito instruída.

É esta Princesa a segunda esposa de D. Pedro, de quem tem uma

filha, nascida em Paris, algumas semanas antes da sua partida. É filha de Eugénia de Beauharnois e sobrinha do actual rei da Baviera.

Diz-se que exerce considerável influência sobre o marido e é pena que, para felicidade daquele Príncipe, tal influência não seja ainda maior, pois que tem ele tido conselheiros muito inferiores à sua mulher.

Seja como fôr, estou convencido, por certos factos que chegaram ao meu conhecimento, de que ele lhe consagra verdadeiro affecto e tem grande respeito pela intelligência dela.

Segundo informações fidedignas, foi a Imperatriz quem com mais entusiasmo incitou D. Pedro a dar um passo arriscado na defesa dos seus direitos.

Consistia nesta época a casa de D. Pedro inteiramente de indivíduos que o haviam acompanhado no regresso dos Brasis e que eram brasileiros de nascimento ou por naturalização. A pessoa de maior influência que ficou com a Imperatriz e com a jovem Rainha foi o Marquês de Resende, filho mais novo, como já dissemos, da casa de Penalva.

Este fidalgo conhecia tão pouco Portugal e os hábitos e necessidades do seu povo como o próprio D. Pedro.

O Marquês, que, como já observei, fora o protector especial de Cândido Xavier, parece que tinha o sentido vivo das vantagens que para os seus interesses, nas relações com o Imperador, lhe adviriam dos serviços daquele astuto satélite, que se esforçava por conservar viva, no espírito real, a recordação favorável dos seus sequazes brasileiros, com exclusão de outras pessoas de autêntico mérito, talento e dedicação à causa de D. Maria, mas que não eram de origem sul-americana nem com este continente tinham ligações.

A seguir em valimento palaciano ao Marquês de Resende, vinha o Snr. Rocha Pinto. Embora português de nascimento, era naturalizado brasileiro. As suas qualidades especiais faziam dele o confidente seguro dos desgostos e das alegrias de um príncipe da Casa de Bragança. Era homem prudente e reservado; e embora dotado de razoável aptidão para as *linguas*, era indivíduo incapaz de dar à língua, sempre que lhe confiavam um segredo.

Tudo agora se aprestava afanosamente para a partida do Imperador e eu também desejava seguir com urgência para Belle-Isle.

Antes de deixar Paris fui a determinada residência apresentar os meus cumprimentos, que eu sabia seriam aceites sem indiferença nem fria reserva. Fui acompanhado pelo General Mina e pelo Dr. Bowring na minha visita de despedida ao nobre e firme campeão das liberdades humanas, o General Lafayette.

Ainda neste momento, parece que estou ouvindo a voz daquele bondoso patriota, quando, da cama onde se encontrava reclinado, pegando-me numa mão com uma das suas e colocando a outra sobre a minha cabeça, respondeu às minhas palavras de despedida, invocando uma bênção para os nossos esforços — não (como dizia) para benefício de um só, mas para o bem de toda a população da Península!

Viva recordação (outros lhe darão o nome de superstição) desta bênção me acompanhou mais tarde em muitos episódios difíceis. E não poucas vezes me vieram à mente as palavras do General Lafayette, nas rápidas oportunidades que se me ofereceram para descanso e reflexão.

Deixei Paris a 16 de Fevereiro e cheguei a Belle-Isle, passando por Nantes, em 19 à noite, vindo de Quiberon para a ilha em barco aberto, que trouxe as cartas.

Aqui tive a satisfação de ver as duas fragatas, uma escuna (a *Terceira*), o transporte *Edward*, o navio de mantimentos *Tyrian* e o vapor *Superb*.

Não me demorei em procurar o Almirante Sartorius, que estava em terra vivendo na casa dos comissários com o Cavaleiro de Miranda e um dos principais armadores de Londres (a). Convidaram-me os

(a) Interessava-se a valer este último cavalheiro pelo êxito da Expedição, mostrando-se, pelo seu talento e habilidade para o negócio, um útil colaborador dos snrs. Mendizabal, Miranda, Ramon y Carbonal e vice-almirante Sartorius. Tinha o capricho de adotar o ar e o modo marcial de preferência ao comercial. Arranjou grande bigodeira e passou a ser conhecido por «Capitão Wilmot».

Não era, porém, homem que se limitasse a vestir a pele do leão, pois que em várias ocasiões posteriores deu amplas provas de qualidades guerreiras, distinguindo-se em especial no Douro, ao forçar aquele rio a bordo da escuna *Fayal* (depois a *Eugénia*), que ele tripulara, armara e equipara à sua casta, trazendo-a da Inglaterra para a Terceira, por causa da Expedição.

comissários a habitar com eles até á partida da expedição, oferta que de bom grado aceitei, porque a pequena vila de Palais, lugar principal da ilha, tinha apenas duas hospedarias, já cheias de indivíduos ligados á nossa empresa.

Na manhã do dia seguinte ao da minha chegada, acompanhei o vice-almirante numa visita aos vários navios da força naval, ficando muito satisfeito com o grau de eficiência que eles apresentavam, embora não estivessem ainda por completo prontos para o mar.

Fardamento, armamento e equipamento havia-os então apenas para 150 homens, isto é, para os que deviam servir permanentemente como tripulantes a bordo das fragatas e das escunas. O restante fardamento, etc., devia ser enviado directamente para os Açores, onde o encontraríamos á nossa chegada ali. Procedi com rapidez á escolha de veteranos aptos para o fim immediato que ficou indicado e á nomeação de oficiais para o serviço nos diversos navios.

Ao *Rainha de Portugal* foram destinados, um subalterno e sessenta praças; ao *Dona Maria* o mesmo número de oficiais e quarenta praças; e menor número para os navios mais pequenos.

Fiquei mais tarde a bordo do navio-chefe como hóspede do vice-almirante; ao passo que o Major Williams, que comandava 200 homens, que não haviam ainda recebido fardamento nem equipamento, estacionava a bordo do transporte *Edward*.

Já tive a oportunidade de falar do descontentamento entre as praças que faziam parte da nossa tropa.

Devo agora referir-me, com desagrado, á desarmonia entre os seus superiores, que já nesta época começara a mostrar-se tanto no ramo naval, como no militar, do serviço.

O desacordo mostrou-se mais vivo no sector naval. Várias alterações indispensáveis haviam sido feitas nas nomeações dos comandantes dos diversos navios. Esta circunstância provocou certo mal-estar entre os oficiais, bem como despertou fortes antipatias pessoais para com o vice-almirante, cuja natural franqueza e honestidade de carácter deviam colocá-lo acima de suspeitas de parcialidade ou de qualquer outra atitude incompatível com o bem do serviço em que se empenhara e com os interesses gerais e o bem estar dos seus subordinados.

O almirante Sartorius é suficientemente considerado na sua classe

e entre os seus numerosos amigos e conhecidos, para que se torne necessário, por minha parte, deter-me a qualificar o seu carácter varonil como marinheiro e a sua cordealidade como amigo.

Não é pois, doloroso, verificar que um homem como este se visse obrigado a lutar, logo de começo, com intrigas indignas e ambições malogradas e que os seus melhores esforços, a bem da causa, fossem contrariados e prejudicados, por pessoas de quem ele tinha o direito de esperar conduta muito diferente ?

O navio-chefe *Rainha de Portugal* era comandado pelo capitão Bertram ; o *Dona Maria* pelo capitão Mins, oficial que vinha a seguir em hierarquia ao almirante ; ao passo que o valente capitão Crosbie, que servira com distinção às ordens de Lord Cochrane, nas guerras da América do Sul e do Brasil, foi nomeado para comandar uma «força naval volante» constituída pelos navios mais pequenos (a). Estes últimos eram naquela época os preferidos no serviço, a tal ponto que tanto os oficiais como as praças empregavam os maiores esforços para obterem situações sob as ordens do intrépido Crosbie.

Estas preferências, levadas ao excesso, não deram senão resultados contraproducentes, de forte irritação.

E logo se me apresentaram claramente as dificuldades com que o Almirante Sartorius teria de se haver e a necessidade, que se lhe impunha, de tomar uma attitude firme e decidida.

Sabendo quanto lhe seria difficil a ele, como homem extremamente amável, assumir tal disposição de espirito, immediatamente e com ansiedade, pensei em conseguir alguém que ficasse em immediato contacto com ele, quer como seu secretário, quer como capitão da esquadra e cuja energia e conhecimento da técnica do serviço, aliadas a certa urbanidade, o habilitassem a auxiliar o Almirante nos preparativos, de modo a satisfazer todos os partidos. Infelizmente, não foi possível collocar junto da pessoa de Sartorius nenhum individuo que reunisse as condições indicadas.

Ele escolhera um seu velho amigo, capitão Boyd (que tinha o posto de tenente na armada britânica), homem amável e honrado, mas, como me informaram quase todos os oficiais da esquadra, não possuindo sufficiente conhecimento dos deveres importantes, delicados

(a) Esta força volante nunca chegou a ser constituída.

e especiais que tinha a desempenhar e, na verdade (devido ao seu longo afastamento do serviço do mar) de pouca eficiência como marinheiro.

A este cavalleiro tem sido attribuida a maior parte dos males e desavenças que tem lavrado na esquadra, até o actual momento. Se a accusação tem fundamento ou não, é assunto que me não compete decidir, porque procurei alhear-me de questões que só à marinha dizem respeito, falando, portanto, neste caso, por ser ele voz corrente.

Uma pequena escuna, a *Terceira*, de dez canhões, que transportára dos Açores o Marquês de Palmela, permanecera depois em Portsmouth desde a data da compra das fragatas, ao passo que o capitão Rose (que tinha a patente de tenente na marinha inglesa) fora destacado para aquele porto a fim de contratar officiaes e marinheiros.

Este official era incansável nas suas diligências e manifestou grande zelo e intelligência durante todo o curso da Expedição. Teve de fazer face a muitas contrariedades provocadas pelas ciladas dos migueelistas, dos quais tinha a habilidade de se afastar, conseguindo levar dois capitães e dois subalternos e mais cinquenta homens, da ilha de Wight para Belle-Isle, para reforço das fileiras do Batalhão Britânico. Esta unidade chegára a Belle-Isle, antes do transporte *Edward* e o Almirante Sartorius criteriosamente determinou que um dos officiaes acima referidos voltasse a Inglaterra, com o encargo de recrutar tantos homens quantos lhe fosse possível e depois juntar-se a nós nos Açores. Aquele official fez-se acompanhar de um capitão Ramus, que se alistára na Expedição em Paris e era o único official que nessa época fazia parte das forças terrestres e que eu não conhecia pessoalmente.

Aguardava eu agora com ansiedade a chegada da pequena chalupa *Linnet*, que partira de Rye antes da minha saída de Inglaterra, bem como a do transporte que se esperava com os homens que o capitão Staunton houvesse conseguido recrutar e com as bagagens e uniformes de todos os officiaes.

É de justiça registrar que estes cavalleiros, desde a sua partida de Inglaterra, haviam experimentado não poucas privações e incómodos pessoais, sem que a tal respeito me chegasse aos ouvidos uma única murmuração, embora eu fosse a causa involuntária de tais

circunstâncias (a). Antes de sair de Paris, conseguira que o Imperador me nomeasse, e aos restantes oficiais, para os postos em que tínhamos de servir. Este facto veio a colidir, infelizmente, com algumas disposições que o Almirante tomára antes da minha chegada e foi causa, triste é dizê-lo, de muitos aborrecimentos e discórdias com que, posteriormente, tive de me haver.

Logo percebi que o Almirante conhecia tão pouco os pormenores dos assuntos militares, como eu os do serviço naval; em consequência, achei acertado resistir imediatamente a qualquer interferência indevida da parte dele.

O aparecimento de um ramo separado do serviço deu motivo a apreensões por parte de alguns dos meus amigos da marinha, ou mesmo de todos eles, ao passo que, por outro lado, eu tinha de vencer o descontentamento de grande parte dos meus oficiais e praças pelo facto de serem considerados apenas como marinheiros.

É triste verificar que circunstâncias de tão pouca monta como estas tivessem criado dificuldades ao serviço. Estes pequenos melindres, porém, não conseguiam interromper a marcha dos nossos preparativos. Além disso, recebemos todas as facilidades e auxílios das autoridades militares e civis de Belle-Isle.

De facto, pode com verdade asseverar-se que a empresa dos nossos preparativos prosseguiu com tanto ou mais vigor em território francês do que quando estávamos nos Açores e em ilhas sob a jurisdição e dentro de territórios sujeitos ao Imperador.

O Governador militar de Belle-Isle era um certo coronel Martin,

(a) Aproveito a oportunidade para apresentar os meus melhores agradecimentos a estes senhores, pela confiança com que sempre me honraram e da qual, ousado declará-lo, nunca me mostrei indigno, até ao último momento em que os tive por companheiros. Apesar das divergências e desacordos que naturalmente acompanham um serviço desorganizado, como o de que se trata, decerto que me farão a justiça de concordar que tudo fiz quanto ao meu alcance estava, para o seu bem-estar e que nunca deixei de manter, por todo aquele tempo, o interesse do soldado e o carácter do oficial britânico. Espero ter a oportunidade, no decorrer da minha Narrativa, de aduzir provas convincentes destes esforços, perante os meus leitores, bem como de satisfazer, a tal respeito, os meus poucos camaradas de armas, que, em questões públicas, discordaram das minhas opiniões.

que servira na cavalaria francesa sob as ordens de Napoleão, em quase todas as campanhas deste.

Astuto, calculista e inteligente, era um bom discípulo da escola napoleónica. Além de veterano, era um velho solteirão, e, apesar disso, franco, divertido e hospitaleiro.

Soube conduzir-se politicamente com tal prudência que conseguiu manter a sua posição com Luís Filipe e Carlos X. Em suma, como bom soldado, tinha o cuidado de fazer o que lhe ordenavam, não correndo riscos desnecessários para agradar a quem quer que fosse.

Sempre se encontrarão numa corporação de oficiais franceses (ainda que as nossas noções aristocráticas nos levem a abstrair do facto de eles terem provindo das fileiras) homens de talento profissional e possuidores de conhecimentos gerais. Era este o caso em Belle-Isle e como exemplo característico posso mencionar Monsieur Faulcett, chefe do departamento de engenharia.

Ao contrário das autoridades da ilha, a gente do campo a princípio olhava-nos e aos nossos preparativos, com aversão.

Quando apareceram as fragatas, não foi tarefa fácil convencer os camponeses de que os ingleses não abrigavam más intenções e que, de facto, não tinham chegado sob uma bandeira falsa para se aposarem da ilha.

O governador autorizou que os marinheiros e soldados ingleses (se estes últimos se podiam chamar soldados) viessem a terra em quaisquer números e a qualquer hora que o Almirante julgasse conveniente permitir; e a polícia tinha constante trabalho em prender os irregulares que, em não pequeno número, se não encontravam munidos da licença dos seus navios. Em tais ocasiões, se não havia barcos disponíveis para os conduzir a bordo, estes refractários eram metidos na cadeia.

Quando dela fugiam (o que sucedia repetidas vezes) iam ocupar o espaço disponível na masmorra da cidadela.

Era curioso observar o bom humor e a indulgência dos *gens-d'armes* franceses nos seus encontros oficiais com estes turbulentos insubordinados, que nessa época tinham tão fraca noção dos seus deveres que não hesitavam em agredir os seus oficiais e em ausentar-se por dias em algum agradável ponto da ilha.

Tenho a certeza de que o vice-almirante e todos os oficiais

ligados à Expedição naquela época, confirmarão este meu humilde tributo de gratidão ao coronel Martin e às autoridades civis de Belle-Isle.

Os nossos oficiais sentiam-se, de facto, gratos a todos os habitantes. Muitas horas de amistosa convivência se passaram com eles, nos nossos tempos de folga. O ponto de reunião era em casa de M. L'Oriel, principal negociante da terra e agente do Governo da Rainha. Além da conversa animada e da *eau sucrée*, habitual nas províncias francesas, havia ali acolhedores chás e merendas e por duas vezes nos obsequiou o dono da casa com um esplêndido baile e ceia, para os quais foram convidadas todas as beldades e elegâncias de que se ufanava a ilha. Entre estas ocupava lugar de destaque a esposa do anfitrião.

M. L'Oriel, além doutras funções, desempenhava a de comandante da guarda nacional da ilha (a), uma força de 600 homens, armados

(a) A ilha de Belle-Isle fica a quinze milhas de Quiberon, na costa da Bretanha. Ainda que, vista do mar, apresenta altos e enormes penhascos, tem poucas ou nenhuma elevações no interior. Tem dez milhas de comprimento e cerca de três de largo.

O cereal que produz é mais do que suficiente para o sustento dos habitantes, os quais se empregam também na cultura do linho e no fabrico do respectivo pano, bem como no trabalho das salinas.

Não produz frutas, havendo, porém, suficientes pastagens para o gado necessário, bem como grande abundância de caça.

A localidade principal é Palais, cidade fortificada, com uma cidadela. Foi tomada pelos ingleses em 1761 e restituída à França em 1763. Há ali uma interessante curiosidade natural que atrai a atenção dos estrangeiros, chamada localmente «La Mer Sauvage», com origem no efeito estrondoso e agitado da maré, quando enche, açoitada pelo vento de sudoeste em certa caverna que se supõe ter a profundidade de 400 jardas. O ímpeto da água ao penetrar nesta profunda cavidade e a sua saída à boca do abismo, ocasiona um ruído que frequentemente se ouve nas partes mais afastadas da ilha. A confusão dos elementos, o embater das enormes massas de água cobertas de lençóis de espuma e o aspecto selvático da cena, fazem do conjunto um quadro caracteristicamente grandioso. Diz-se que os primitivos habitantes da ilha se notabilizavam por sua beleza. A esse facto se deve, ao que parece, a circunstância de serem os seus descendentes uma raça formosa, em acentuado contraste com os seus vizinhos menos belos das costas da Bretanha e da Vendeia.

por variadas formas, sem fardas, mas todos habituados à prática da artilharia e de canhões pesados.

A má vontade da parte dos camponeses pela nossa missão, facto a que já me referi, foi em breve substituída pela satisfação dos lucros que tiravam do comércio conosco, a tal ponto que a nossa saída passou a ser considerada como coisa lamentável.

Os géneros em Belle-Isle são singularmente baratos; passada, porém, uma semana sobre a chegada da Expedição, logo aqueles subiram 50 por cento, elevando-se ainda muito mais com a expectativa da chegada do Imperador e a consequente retirada dos navios.

Todos os dias numerosos portugueses de todas as classes vinham engrossar as fileiras do «Exército Libertador». Entre esses contavam-se alguns infelizes na maior miséria e outros cuja idade e enfermidades logo os contraindicavam como elementos úteis em tal empresa.

Os nossos limitados meios de transporte não nos permitiam levar tais indivíduos para os Açores. Por esse motivo surgiam ruidosas e violentas queixas contra o Imperador e os seus conselheiros.

É, porém, de justiça declarar que Sua Majestade Imperial mostrou louvável vontade de aceitar os serviços de todos os portugueses que manifestavam o desejo de reparar os males do seu país e que exprimiu o seu desgosto pela necessidade de deixar atrás mesmo os patriotas idosos e decrépitos, para os quais deixou dinheiro depositado nas mãos do agente, para os sustentar enquanto se não encontrassem meios de os transportar para os Açores.

Ao governador de Belle-Isle foram dadas instruções para receber D. Pedro como príncipe estrangeiro, a quem, além dos cumprimentos devidos, seriam prestadas honras por uma companhia de granadeiros. O governador, o almirante Sartorius e todas as autoridades civis e militares, das regiões do trajecto que D. Pedro tinha de seguir, foram notificados oficialmente da chegada do Imperador a Nantes. O almirante despachou o seu capitão de bandeira Bertram no vapor *Superb*, para conduzir a ilustre personagem para Belle-Isle.

Para ser coerente com a minha confessada intenção de «dizer a verdade», tenho de fazer aqui referência, embora com relutância, à extraordinária falta de consideração da parte do Imperador para com toda a gente, excepto para os que constituíam o seu séquito.

Manifestára ele o desejo de que se preparassem a bordo do

navio-chefe camarotes e acomodações, para trinta e seis pessoas, incluindo ele próprio. Sendo praticamente impossível satisfazer tal desejo, viu-se o vice-almirante na necessidade de proceder de modo diferente, tomando as providências que em casos tais são de uso entre os oficiais da sua patente nas marinhas das nações europeias.

Os únicos indivíduos de categoria para quem, além do Imperador, se tornou possível arranjar acomodações a bordo do navio-chefe, foram os Marqueses de Loulé e Palmela; os Snrs. Mousinho da Silveira, Agostinho José Freire, Cândido Xavier, Almeida (camarista), o conde de St. Leger da Bemposta e Tavares (médico e poeta laureado), Padre Marcos (capelão), Lasteyrie (neto do General Lafayette) e um moço de nome Bastos, capitão da artilharia brasileira.

Constituíam estes o real séquito e jantavam à mesa do Almirante, ao passo que os adidos e os secretários, em número de dezoito pessoas, ocupavam o refeitório, com prejuízo completo da comodidade dos oficiais do navio.

A maior parte destes passageiros evidenciaram-se pela sua falta de consideração e delicadeza; alguns exprimiam abertamente a sua surpresa e descontentamento pelo facto de os oficiais de bordo lhes não cederem, para conveniência deles, descontentes, os seus camarotes e beliches, visto serem portuguesas as fragatas e portanto deverem os portugueses receber ali acomodações, com prejuízo dos estrangeiros, designação com que, invariavelmente, nos distinguiam, com mais verdade do que civilidade.

De nada valiam os esforços e as sacrificios feitos, de facto, para os alojar. Nenhuma consideração lhes mereceu o facto de os oficiais mais novos haverem abandonado os seus camarotes. Nem os satisfazia a circunstância de todos os membros do séquito, atrás mencionados, gozarem a vantagem de um camarote separado, ao passo que os cavalheiros mais jovens ou os de segunda categoria tinham amplo espaço para prender uma rede no refeitório, ou em lugar retirado na coberta principal.

A bordo da *Dona Maria* fizeram-se também preparativos para acomodar muitas outras pessoas, oficiais distintos, entre os quais embarcaram o Marquês de Fronteira, o conde de Vila-Real, D. Tomás

de Mascarenhas, Barão de Rendufe, Silva Carvalho e generais Azeredo e Pizarro.

Durante o tempo em que ansiosamente aguardávamos a chegada de D. Pedro (que ficara demorado em Nantes esperando a compra de alguns barcos de fundo chato e de abastecimentos necessários à esquadra), ficámos satisfeitos com a vinda, a 1 de Fevereiro, da chalupa *Linnet* e do transporte *William*, que conduzia o capitão Staunton e o tenente Chinnock, com 150 homens e as bagagens dos oficiais, nas quais se encontravam os uniformes destes, etc.

Com tal reforço não chegaram, infelizmente, porém, roupas, armas e equipamentos para as praças.

O fumo do vapor, avistado do tope do mastro grande do navio chefe, às 11 horas da manhã do dia seguinte, anunciou a chegada do Imperador.

Imediatamente se puseram todos em actividade: logo as vergas foram guarnecidas de homens e se prepararam as honras do estilo, que aguardavam o há muito desejado Príncipe, de cujo êxito em seus futuros esforços devia depender a liberdade do seu país natal e talvez a libertação de toda a Península das opressoras garras da tirania que há muito a paralisára. Naquele momento, o entusiasmo nascido deste sentimento abrasava, estou certo, os peitos de quase todos os oficiais pertencentes à Expedição. E tenho razões para afirmar, em nome dos estrangeiros que se consagraram a este empreendimento, que eles se moviam por motivos muito mais generosos do que aqueles que lhes eram atribuídos na linguagem sórdida de certos jornalistas facciosos, no seu próprio país (a). O vapor aproximara-se agora tanto que podíamos distinguir os que vinham a bordo. Logo em frente do capitão Bertram estava o Imperador, agasalhado num quente sobretudo e com um barrete de peles.

(a) Não pretendo com isto dizer que fosse impróprio de oficiais britânicos receberem, no caso de serem os seus esforços coroados de êxito, qualquer recompensa pelos serviços prestados, tanto em prémios pecuniários como em distinções militares. Pelo contrário, considero justo e razoável esperar e confiar, que, com o triunfo da causa, o Portugal libertado mostre ao mando, claramente, que não é avaro de gratidão para com aqueles que, em hora de grave perigo, se apresentaram para o salvar, indiferentes a todos os riscos e obstáculos que se lhes apresentaram no caminho.

Rodeavam-me alguns dos seus servidores; mas a pessoa mais em destaque na coberta, a seguir ao Imperador, era o Snr. Mendizabal, que olhava em redor, parecendo contemplar, com altivo e grave triunfo, o grau de perfeição alcançado por seus extraordinários e românticos esforços. Estava visivelmente emocionado, ao passo que a atitude mais alegre do Imperador para com ele parecia indicar certa ironia, impressa no real semblante.

As estradas de Belle-Isle, com os penhascos vizinhos e a cida-dela, apresentavam agora um espectáculo deveras animado. Nas muralhas da fortaleza e ao longo dos diversos fortes, hasteava-se o estandarte real da França; as vergas dos navios da esquadra estavam guarnecidas com marinheiros, de uniformes domingueiros, oferecidos expressamente pelo Imperador; e a bandeira constitucional de Portugal, flutuava, como que impelida por um instinto de alegria, sob o impulso da saudação real e de três entusiásticos vivas britânicos ao ramo mais velho da Casa de Bragança.

O vapor, que parecia conduzir «César e os seus triunfos», ancorou junto do navio-chefe, depois do que o almirante desceu para o seu escaler e foi ao encontro do Imperador para o acompanhar para o seu navio. Formou-se uma guarda de honra constituída por sessenta praças, de óptimo aspecto e excelentemente armadas e fardadas, como nunca assim se viram em cobertas das fragatas da marinha de Sua Majestade Britânica. Numeroso grupo de oficiais e fidalgos portugueses alinhou de cada lado do convés da *Rainha de Portugal* para apresentar os seus respeitos ao régio recém-chegado. No entretanto, a banda tocava o hino constitucional português. Ao chegar à coberta todos os olhares se lançaram sobre D. Pedro, tornando-se evidente que a mais alta dedicação pela sua pessoa se ligaria então fortemente ao entusiasmo que toda aquela gente ali reunida sentia pela causa que ele representava. Oferecia-se-lhe, pois, a oportunidade, fácil e eficaz, não só de aumentar a satisfação dos seus correligionários portugueses, mas também de conquistar desde logo os corações do pequeno grupo de ingleses generosos que então se achavam na sua presença.

Não foi, infelizmente, aproveitada tal oportunidade. A pessoa que era alvo desta quente homenagem limitou-se a lançar aos circunstantes um olhar frio e reservado. Tirou apenas o barrete de viagem, curvou-se com rigidez para os dois lados quando apressadamente se

dirigia ao camarote e recusou asperamente o beija-mão com que desejavam cumprimentá-lo alguns velhos servidores da corte de seu pai.

Procurou-se justificar esta falta de cortesia, afirmando-se mais tarde que o Imperador passára muito incomodado com o enjoo na travessia de Nantes e que, além disso, se encontrava levemente indisposto na ocasião da sua chegada. As desculpas foram tidas como verdadeiras, visto D. Pedro se conservar de facto no camarote durante todo o dia seguinte. Tornara-se, porém, infelizmente, demasiado claro, que este Príncipe não possuía os predicados e encantos que tornam uma pessoa atraente, logo à primeira vista. A 4 de Fevereiro exprimiu D. Pedro o desejo de me receber e aos oficiais do Batalhão Britânico.

Experimentei nesse momento uma sensação de honesto orgulho pela oportunidade que se me oferecia de lhe apresentar um corpo de oficiais, cujo porte distinto, boa conduta geral, e, em alguns casos, experiência profissional, prometiam fazer honra à minha escolha e a eles próprios, além de serem uma garantia de bom serviço à causa.

Apresentei cada oficial individualmente. No final da cerimónia, confesso-o com pesar, nenhuma palavra de curiosidade natural saiu dos lábios imperiais, nenhum cumprimento além de uma fria vénia e de um *je vous remercie*, ao retirar para o camarote. Mostravam os oficiais, nos seus semblantes, visível descontentamento, que se tornou também *audível* nesse mesmo dia, ao jantar, em terra.

Não se excederam eles na expressão do seu justo ressentimento, que, por minha parte, procurei acalmar, insistindo na indisposição temporária do Imperador e aludindo à falta de distinção das suas maneiras, provavelmente originada na sua ausência da Europa, desde a infância, como causas do procedimento de que eles se queixavam.

Até então só uma parte dos nossos companheiros portugueses se haviam instalado a bordo dos navios; os restantes continuavam a viver em terra.

Desde o começo da minha permanência a bordo, eu fora hóspede do Almirante, a cuja mesa me sentava. As únicas restantes pessoas pertencentes à parte britânica da Expedição que comigo partilhavam diáriamente de tal prerrogativa, eram o capitão Bertram e o capitão Boyd, secretário do Almirante. Foram correndo as coisas satisfatória-

mente por alguns dias, com excepção de certa impaciência desculpável da parte de D. Pedro em levantar âncora e partir para os Açores.

O tempo estava esplêndido e a monótona vida de bordo alegrava-se de vez em quando com incidentes que ocorriam nas cobertas dos navios. Um dos passatempos do Imperador consistia em atirar às gaivotas ou em observar as palhaçadas e macaquices de alguns aspirantes.

A atenção que ele dava às tinetas destes últimos estimulava os rapazes, arrojados e imprevidentes, a executarem as suas façanhas predilectas e as suas mais vistosas habilidades por entre os aparelhos dos navios.

A diversão teve resultado mais sério do que se esperava. Um dos jóvens, por nome Jones, caíu, infelizmente, do mastaréu e se não fora a circunstância de a violência da queda ter sido quebrada de encontro à pessoa do general Azeredo, que estava no convés e foi derrubado pelo embate, o moço decerto teria morrido logo ali.

Fosse como fosse, Jones escapou com fractura composta numa perna e o inocente opositor da sua descida ficou momentâneamente atordoado, sofrendo quase só o susto.

Quando se soube que o acidente não tivera consequências graves e que não houvera perda de vidas, entregou-se Sua Majestade Imperial a várias considerações sobre a consistência do crâneo do General Azeredo, que era capaz de aguentar todo o peso de um homem novo caído das nuvens.

A 5, um domingo, celebrou-se missa perante o Imperador e a sua comitiva, pelo Padre Marcos, na sala de jantar do Almirante, onde fora levantado um altar provisório, decorado com bom gosto.

Foram convidados a assistir os oficiais e marinheiros do navio, que eram católicos.

Na coberta principal leu o Almirante à tripulação o serviço religioso, em conformidade com os ritos da igreja anglicana (a).

(a) Esta prática foi escrupulosamente seguida durante toda a viagem até aos Açores, e, creio-o bem, continuada depois com a mesma regularidade. Sabe-se que divergem as opiniões sobre a conveniência, ou antes, a utilidade, deste uso devoto a bordo dos navios; a minha, posso dizê-lo com conhecimento, está de acordo com o que tenho observado através de uma longa carreira militar — isto é, que todos os indivíduos observantes sinceros

Depois destas cerimónias, foi feito sinal a todos os oficiais para se dirigirem a bordo do navio-chefe, onde se devia prestar o juramento de lealdade à Rainha D. Maria II.

Devo aqui observar que na ante-véspera deste dia, depois do jantar, no camarote do Almirante, ele e eu, retirando-nos para um canto, mas ainda na presença do Imperador e de todo o seu grupo, discutimos o teor deste juramento, tal como havia sido principalmente redigido, sem dúvida, por Cândido Xavier e Agostinho José Freire.

Ambos tivemos a impressão de que seria necessário rever a sua redacção, antes que nós, súbditos britânicos, pudessemos, com decoro, dar-lhe cumprimento.

Esta discussão entre mim e o Almirante, que, evidentemente, atraía a atenção do Imperador e da sua comitiva, foi mais tarde motivo de parcialidade desfavorável, em especial contra a minha pessoa.

Muito longe estava eu de suspeitar, naquele momento, que tal viria a acontecer.

O facto de eu me preocupar com escrúpulos que possivelmente resultariam da fiel execução do juramento em causa, parece-me que devia antes ser considerado como motivo de confiança, dada a minha solicitude em evitar comprometer, de qualquer forma, a obediência e a dedicação devidas ao meu país e ao meu soberano. Este modo de sentir, da minha parte, era uma garantia da honestidade que me ligaria a qualquer causa que me fosse dado coerentemente servir. Quem poderia supor que a atitude de indiferença perante os deveres de lealdade para com a minha pátria e o meu Rei, faria de mim um servidor mais desejável e mais fiel da causa de Dona Maria? Além disso, ao principal interessado na empresa para a qual fora implorado o nosso auxílio, incumbia não só a obrigação, senão também a atitude sagaz, de remover os escrúpulos honestos.

Se os portugueses compreendessem com exactidão e apreciassem devidamente este sentimento a que acabo de aludir, os escrúpulos de consciência dos estrangeiros que auxiliam a sua causa eleva-los-iam na sua estima, em vez de provocarem a dúvida e a desconfiança. Estou

dos deveres religiosos que tinham a oportunidade de praticar, mostravam-se sempre os melhores soldados não só nos quartéis e em tempo de paz, mas ainda diante do inimigo.

convencido de que seria este o efeito produzido no espirito de D. Pedro, se as suas opiniões não fossem pervertidas pelos que o cercam.

Fosse como fosse, o que é certo é que neste momento a curiosa dedução que se tirou da minha preocupação especial sobre o caso do juramento, foi que eu era affecto aos princípios republicanos e que me havia alistado nesta empresa com o único propósito de provocar uma revolução na Península! Os escrúpulos a que aludo foram, porém, respeitados, resolvendo-se, em consequência, com o assentimento de todos os partidos, adoptar a seguinte fórmula de juramento:

«Juro fidelidade e obediência a Sua Majestade Fidelíssima, Dona Maria Segunda ou á Regência que governa em seu nome, e á Carta Constitucional tal como foi outorgada por Sua Majestade Imperial, Dom Pedro, em 1826 — isto é, durante o tempo em que eu estiver obrigado ao serviço de Sua Majestade Fidelíssima, contanto que essa obediência nunca e de modo nenhum se torne prejudicial aos interesses do meu país natal. Com a ajuda de Deus, etc., etc.».

No mesmo dia em que este juramento devia ser prestado, publicou Sua Majestade Imperial, em nome de sua filha, um Manifesto que afastava todas as dúvidas, se algumas existiam, quanto á sinceridade das suas intenções liberais. Refiro-me ao Manifesto que proclamou a Constituição de 1826, essa mesma Constituição que foi trazida por um eminente diplomata britânico, Sir Charles Stuart (actual Lord Stuart de Rothsay) dos Brasis para Portugal, reconhecida por todos os Estados europeus excepto a Espanha e introduzida no País sob os auspícios da Gran-Bretanha e que se disse ter sido mantida mais tarde contra a agressão estrangeira por baionetas británicas, de acordo com tratados existentes, embora, por mais paradoxal que isto pareça, fosse essa mesma força supostamente protectora que poderosamente contribuiu para derrubar a mesma Constituição e estabelecer o ignominioso poder do usurpador (a). Recordo-me de que ao jantar, no dia da

(a) O estranho caso é claramente demonstrado por Lord Porchester na sua obra «Sketch of the Last Days of the Portuguese Constitution», bem como pelo autor de um panfleto eloquente, cheio de argumentação «Historical Illustrations of the Portuguese Question, by a Portuguese Lawyer». Creio que este último cavalheiro era o Snr. Sarmento, membro das extintas Cortes e pessoa de boa formação política e de opiniões seguras.

publicação deste Manifesto, o Imperador, dirigindo-se às pessoas presentes e ao Snr. Mendizabal em especial, disse: «Agora, senhores, estão satisfeitos? Não cumpri a minha promessa? Não faltei e espero que nunca faltarei à minha palavra. Se a minha filha vier a reinar, será com o amor do seu povo».

Estas últimas palavras eram a expressão de um belo sentimento, que, estou convencido, existia de facto no coração deste Príncipe e que é susceptível de se revelar mais tarde em actos de utilidade, se não for retardado ou corrompido pela cresta e pelo cancro de funestos conciliábulos.

Foram feitos preparativos para a solenidade que devia revestir a prestação do juramento de fidelidade. As tripulações dos navios occuparam os lugares que lhes foram destinados—os marinheiros armados e nos tombadilhos, alinhados, os oficiais da marinha e do exército, de uniformes de gala; próximo, ficaram os fidalgos portugueses e os oficiais de alta patente, com suas insígnias e condecorações, o que tudo formava um quadro brilhante e imponente.

À uma hora compareceu no convés o Imperador, trajando rico e esplêndido uniforme, com banda e estrelas. Fazia-se acompanhar apenas pelo camarista e pelo secretário. Imediatamente desfraldou o estandarte real de Portugal, que conservou na mão enquanto todos os oficiais britânicos prestavam juramento, por turnos, segundo as suas antiguidades e respectivas patentes.

Concluída esta cerimónia, entregou-me o Imperador, por intermédio do Almirante Sartorius, o estandarte, desacompanhado, porém, de quaisquer palavras prévias ou de sinais de cortesia.

Ao receber a bandeira, assegurei ao meu illustre dador, em nome dos oficiais meus camaradas e no meu próprio nome, que a defenderíamos com as nossas vidas e a nossa honra e só a restituirmos depois de terminada a gloriosa luta pela regeneração de Portugal constitucional, quando a sua real filha se sentasse no seu legítimo trono. Cada navio da esquadra disparou então uma salva e os oficiais, com excepção dos convidados a jantar à mesa imperial (que eram poucos, por falta de espaço), regressaram aos respectivos barcos.

Estando prestes a fazermos ao mar e esperando a primeira mudança de vento para tal efeito, aproveitei o belo dia para fazer apressada visita em terra a alguns bons amigos residentes em Palais,

em especial aos meus bondosos companheiros de messe, o Cavaleiro Miranda e o já célebre suposto capitão Wilmot. Do primeiro, creio de justiça afirmar que ele oferece meritório exemplo do carácter português, de princípios honestos e sinceramente devotado ao bem do seu país.

Na sua situação de comissário em França, a sua conduta está acima de qualquer suspeita e essa mesma situação, felizmente para ele, colocou-o à margem das turbulentas facções e intrigas que noutras partes tanto distinguiam os seus compatriotas.

Confio em que de futuro continui a evitar a contaminação desses males e que a sua influência venha a pesar nos esforços dos poucos homens que estão de facto destinados, no actual momento crítico, a conduzir os destinos de Portugal a um resultado feliz.

Na manhã do dia seguinte, o Imperador, madrugador impenitente, divertiu-se com a ideia de ir a terra e surpreender as pessoas da sua comitiva, cujos hábitos matinais tardios ele se comprazia em meter a ridículo.

Partiu logo a seguir ao «tiro da manhã», fazendo-se acompanhar a terra apenas pelo Almirante, na sua guiga.

Ao desembarcar, encaminhou-se logo para a casa do comissariado e, (a) sem mais cerimónias, entrou no quarto dos senhores Miranda e Silva Carvalho, que estavam ainda deitados.

(a) Ao mencionar este estabelecimento, que fornecia alojamento a vários indivíduos do nosso grupo, devo dizer algumas palavras a seu respeito. Não obstante o nome um tanto pomposo e oficial, nada havia de dispendioso ou ambicioso na sua administração. A *coterie* que ali se reunia, consistia, a princípio, do Almirante, do Cavaleiro Miranda, do Capitão Wilmot e de mim. Cozinheira e criada era a bondosa e palradora Catarina, já entrada em anos e notável pela extravagante originalidade do seu traje e curiosa especialidade de fala e de maneiras. Uma coisa de que muito se gabava era de ser natural da ilha. O seu falar demonstrava muito daquele *espírito de comadre* que caracteriza as mulheres francesas da sua idade e posição. Como todas essas boas pessoas, possuía uma lista regular dos seus medos, bem definidos. Costumava dizer que, depois de um *tiro de peça*, o que temia acima de tudo era *um padre*! Esta confissão rendeu-lhe depois várias troças, sendo costume ameaçá-la, para que nos desse o jantar a horas, com uma queixa especial a algum padre ou com uma salva de canhão. No primeiro caso, apela-se para a sua consciência; no segundo, para os seus nervos.

Grande confusão se seguiu a esta súbita e augusta visita, cuja notícia a fama se encarregou de espalhar rapidamente por toda a pequena cidade de Palais.

Esta visita, ou antes, inquirição, estendeu-se aos alojamentos de vários outros cavalheiros sonolentos, que empregaram ao mesmo tempo activos e cómicos esforços para evitar serem encontrados em trajes menores pelo real inquiridor. Aos olhos do régio intruso desenharam-se cenas de efeito mais singular e surpreendente do que é permitido descrever. Pelo menos, assim o insinuava a maledicência.

Pouco tempo houve para estes mandriões despidos apresentarem suas numerosas desculpas, porque o Imperador rodou nos calcanhares e rapidamente regressou à fragata, à hora do almoço.

Ali contou a aventura com certo humor, parecendo, de momento, realmente afável e condescendente. Eu próprio fui abrangido nos seus gracejos, pelo facto de haver tomado parte na preguiça geral, visto não saber que ele fora a terra. Asseverou-me então que eu perdera um bom bocado com não ter visto a confusão dos seus cortesãos.

Depois do almoço, acompanhado do Almirante, continuou D. Pedro a visita aos diversos navios da esquadra. Com surpresa e desgosto soube que ele não fora nada amável nas observações e comentários que fizera. Por exemplo, quando a bordo do transporte *Edward*, não teve dúvida em referir-se ao aspecto miserável dos homens. Os pobres diabos, que estavam reunidos no convés para serem inspeccionados, receberam-no com três vivas cordiais, expressão de sentimento verdadeiramente britânica, a que têm ficado insensíveis muito poucos corações que a teem ouvido. Esta saudação é um sinal de dedicação e lealdade, que nunca deixam de se verificar, sempre que algum reconhecimento se manifesta pelos serviços dos que a proferem. Infelizmente, se D. Pedro conhecia imperfeitamente os seus súbditos portugueses, ainda entendia menos o carácter britânico.

Inquiriu do officio ou profissão de alguns homens que tinha na sua frente. E ao saber que um deles era jardineiro e que outro era operário, voltou-se rapidamente para o Almirante e disse-lhe: «Julga você que se podem fazer soldados destes homens ou que tais tipos nos podem vir a ser úteis no ponto de vista miilitar?»

O Almirante ressentiu-se bastante desta observação e tenho boas

razões para crer que lhe respondeu com tal aspereza que impediu que comentários de igual modo irritantes me fossem feitos também.

Só alguns dias depois tive conhecimento destes factos, quando já nos encontrávamos no mar. Ainda que eles aumentassem as minhas antigas razões de descontentamento, resolvi calar-me, por amor da causa que defendíamos, causa que pertencia, de facto, mais à Humanidade do que a D. Pedro ou a Dona Maria. Muitas pessoas da comitiva foram para bordo nesse dia, provavelmente com receio da repetição da visita domiciliária em terra. A' mesa conversou-se durante largo tempo, aludindo-se ao recente caso dos violentos e confusos debates tão frequentes nas Câmaras francesas.

Observou o Imperador que, quando ele estabelecesse um Parlamento em Lisboa exigiria que cada deputado *lavasse a cabeça com água fria* antes de entrar no exercício de funções!

Aproximava-se o momento da nossa saída de Belle-Isle, sendo penoso verificar que numerosas pessoas, por falta de meios de transporte, não poderiam acompanhar a Expedição.

Estes infelizes exilados, sem meios de subsistência, vindos, alguns deles, de pontos longínquos da Inglaterra e da França, tomavam-se de desespero ao pensar que tinham de ficar atrás, porque se convenceram quase todos de que, dentro de três meses após a saída da França, a Expedição desembarcaria nas proximidades de Lisboa. Tal era a ignorância mesmo dos que estavam mais bem informados. Na sua desgraça, chegavam a atribuir este inevitável resultado a espírito de partido e a intrigas.

Nesta ocasião encontrava-se o Marquês de Palmela de cama com um forte ataque de gota, não podendo, portanto, deixar o vapor *Superb*, em que viajára com o Imperador, vindo de Nantes.

Cândido Xavier e o seu grupo não deixaram perder a oportunidade. Foi-lhes tarefa fácil influir no espírito demasiado crédulo do Imperador, aumentando no ânimo deste os sentimentos de animadversão contra Palmela, sentimentos que, segundo se dizia, já existiam no espírito de D. Pedro (a).

(a) Este desafecto do Imperador para com o Marquês de Palmela julga-se que teve origem numa séria desavença entre ambos, ainda em tempo de D. João VI, cuja causa, porém, se não conhece ao certo.

O principal colaborador dos planos de Xavier era uma pessoa que já mencionei, chamada Agostinho José Freire. Tinha este o posto de major no exército português e servira no departamento do quartel mestre general com o official distinto e empreendedor, major general Sir B. d'Urban, sob as ordens do Marechal Beresford.

Quanto às suas qualidades de soldado, nunca ouvi atribuir-lhas, nem morais, nem físicas. Possui decerto alguma capacidade, em especial certa fluência verbal acima do comum, o que lhe deu créditos de orador eloquente nas Côrtes de Lisboa, de que foi presidente.

Nessa assembleia defendeu as principais medidas de carácter popular, não tanto, segundo se diz, pela justa atenção que lhe merecessem os interesses do povo, como pela sede de destaque pessoal.

A sua antipatia por tudo quanto fosse britânico, não se sabe bem por que razões, era coisa deveras notada.

Mostrou-se, com o andar do tempo, um dos mais insidiosos adversários dos esforços ingleses a favor da mesma causa que ele affectava defender.

A explicação desta attitude incoerente encontra-se, possivelmente, na sua antipatia pelo Marquês de Palmela, cuja confiança no esforço dos auxiliares britânicos poderá ser considerada como motivo suficiente do desafecto que ele, Freire, mostrava para com estes.

Não posso deixar de registar que a confiança que Palmela em nós depositava, era-lhe amplamente retribuida da nossa parte, pois estávamos convencidos da sua vasta experiência política, da correcção dos seus juízos e de vários outros méritos de que era possuidor.

Se as qualidades do Marquês como estadista não teem sido tão profunda e amplamente apreciadas no seu país, como indubitavelmente mereciam, ele usufrui, em compensação, a vantagem de ser altamente considerado como homem público e de gozar de profunda estima pessoal em quase todas as cortes da Europa.

A opinião pública a seu respeito em Portugal tomou aquele aspecto de ódio para o qual deve estar preparado todo o homem que no ardor das lutas partidárias tenta seguir o caminho da prudência e da moderação.

Como é sabido, os partidos que em Portugal disputam o predomínio são os democratas extremistas e os absolutistas, igualmente

extremistas e ainda mais fanáticos. Os que se collocarem entre ambas as facções, ficam expostos ao rancor comum de uma e outra.

Poderá dar alguma luz ao leitor inglês sobre as tendências políticas do Marquês, o afirmar que as opiniões deste se identificavam, em quase todos os pontos, com as de Mr. Canning, estadista ilustre de quem Palmela, como se sabe, fora amigo íntimo, e que, com o andar do tempo, os seus sentimentos se harmonizaram com os do partido liberal, que no actual momento detém o poder neste país.

Designa-lo-íamos, portanto, em Inglaterra (se é permitido, a título de illustração, aplicar o termo a um estrangeiro) como um Whig, no sentido favorável do termo.

Em Inglaterra, onde as lutas partidárias se mantem sob certa disciplina, um homem com as ideias moderadas do Marquês nunca seria objecto de grandes ódios, não sendo por isso fácil encontrar entre nós um paralelo, quanto ao modo como ele tem sido tratado. Não é, todavia, difficil, exemplificar o caso do Marquês com uma referência à Irlanda onde os Lords Wellesly e Anglesea, adoptando attitudede semelhante, atrairam sobre si o desagrado e a opposição dos elementos de ambos os partidos influentes.

Há, porém, um facto que nunca será demais acentuar.

O Marquês de Palmela, pela sua fidelidade aos interesses constitucionais do seu país, perdeu fortuna e influéncia, chegando quase a sacrificar os meios de subsistência para si e para a sua numerosa família (a). Não poderia com rigor ser classificada de imparcial a minha narrativa se não reconhecesse que o Marquês tem sido considerado por muita gente como não possuindo aquelle grau de energia exigido para uma acção eficiente, durante uma grande crise nacional.

Uma forte e decisiva confiança em si próprio e uma afirmação vigorosa da sua superioridade, embora postas à prova na árdua situação em que ele se tem encontrado, tornaram-se particularmente difi-

(a) A Marquesa de Palmela está agora em Paris com os seus oito filhos. Esta amável família sofreu um rude golpe em S. Miguel com o falecimento do seu filho mais velho, o conde de Calhariz, jovem altamente esperançoso, educado na Universidade de Londres, onde obteve as principais distincções literárias, sob a direcção do Dr. Lardner.

Estranha escola esta para onde mandar o filho adquirir ideias, se o Marquês fosse um «servil», como o designaram.

ceis de se exercer, no seu caso, em virtude dos hábitos de delicadeza e de gentileza de trato adquiridos nos círculos diplomáticos em que por longo tempo viveu. Sob a constante influênciâ destes hábitos amáveis, sentia Palmela, infelizmente, forte relutância em assumir a variedade de tom e de porte indispensável para reprimir as manobras dos intrigantes que lhe obstruíam o caminho.

Não é possível simpatizar em absoluto com esse género de modestia que, em quaisquer circunstâncias, permite que indivíduos de inferior quilate tomem a primazia, onde quer que esteja em jogo um grande princípio ou os interesses vitais de um povo inteiro.

Disse Talleyrand que a maior infelicidade de Palmela consistia em haver nascido num *Estado pequeno*, pois que se fora natural da Inglaterra ou da França teria alcançado larga influência pela intelligência dos seus pontos de vista, que então se poderiam desenvolver em toda a sua plenitude em largo campo de acção.

Só em 9 de Fevereiro (véspera da nossa saída para o mar) é que o Marquês pôde juntar-se-nos a bordo da fragata. Ali parecia isolado entre os seus próprios compatriotas, sem amigos, nem companheiros — ele era a única cabeça superior de todos eles.

Logo no primeiro dia, toda a gente notou a frieza e a indiferença do Imperador para com Palmela. Sentava-se este ao jantar em frente da Sua Majestade, mas quase não trocavam uma palavra. O Marquês tomava parte, porém, na conversação geral. Nesta ocasião, como noutras semelhantes, dirigia-se o Imperador principalmente ao seu médico, ao confessor ou ao camarista, para os quais, em todos os momentos, não tinha reservas. Cheguei muitas vezes a admirar-me da familiaridade, levada ao extremo de lhes pregar partidas, que D. Pedro com eles mantinha.

Uma parte da conversação, ao jantar deste dia, recaiu num ponto de superstição, cuja discussão não deixou de divertir os que não pertenciam ao grupo dos assustadiços. Discutia-se se era conveniente sairmos no dia seguinte, que acontecia ser uma *sexta-feira*.

Escusado será dizer que a sexta-feira é olhada por muitos marinhheiros com profunda aversão, sempre que nesse dia teem de se fazer ao mar, sentimento de que neste particular partilha também muita gente de terra.

Tive o prazer de verificar que, além dos do nosso grupo, também o Imperador e o Almirante se encontravam isentos de tal pecha.

Puseram-se eles ao lado do partido da *sexta-feira* que, embora não o mais numeroso, era o que tinha a força e o poder. Em consequência, e sem embargo de todas as histórias desanimadoras concernentes a desastres de navios que se fizeram ao mar à *sexta-feira* (a), foram dadas ordens para se içar o sinal de partida da esquadra, que devia levantar ferro à luz do dia, desde que o vento estivesse de feição e o tempo se apresentasse bonançoso.

Na noite desse dia, depois de o Imperador haver recolhido ao camarote, recebi, inesperadamente, ordem para ir à sua presença. Por me encontrar então no tombadilho, a ordem não me foi transmitida imediatamente. Tanto que a recebi, porém, apressei-me a dar-lhe cumprimento.

Com o intuito de ganhar tempo, em virtude das condições em que recebera a intimação, não me fiz anunciar e entrei abruptamente no aposento. Encontrei-o à secretária, a escrever, com duas miniaturas na sua frente — uma da Imperatriz e outra da pequena Princesa. Pedi desculpa da minha aparente falta de respeito, mas as palavras do Imperador tranquilizaram-me. Pedindo-me que esperasse um momento, disse-me que estava a escrever à Imperatriz, coisa que, continuou, fazia todos os dias, sempre que as circunstâncias lho permitiam, acrescentando que, nas actuais condições, raramente podia escrever sem se sentir emocionado com a recordação dela, que tinha pela

(a) Uma destas histórias, contada com a esperança de nos fazer mudar de opinião, narrava certa tentativa feita em Barbados por um negociante que se propunha acabar praticamente com a superstição lágubre da *sexta-feira*, arreigada entre os marinheiros e os negros. Começou o homem por construir um grande navio numa sexta-feira; lançou-o à água numa sexta-feira, chamou-o «Sexta-feira», mandou-o começar a sua primeira viagem numa sexta-feira e (mirabile dictu!), o navio naufragou numa sexta-feira com toda a tripulação, com excepção de quatro homens, dentro de doze meses (ou de 52 sextas-feiras) depois de construído. Esta trágica história, contada como verdadeira, estarreceu toda a gente, excepto os mais cépticos. Alguns, não se atrevendo a discordar abertamente do Imperador, empregavam pequenas e inocentes artimanhas com o fim de levarem o Almirante a transferir a partida para o outro dia, ou, o que na opinião deles seria preferível, *começar bem a semana*, saindo na segunda-feira.

melhor das esposas, e com a lembrança da sua jovem família, tão longe *dele* e em hemisfério diferente.

Ao dizer estas palavras, mostrou-me os dois retratos. D. Pedro subiu naquele momento mais alto do que nunca na minha estima. Era coisa delectável observar no Príncipe as amáveis emoções do homem, sentimentos naturais de marido e pai.

Passados alguns minutos, D. Pedro mudou de tom e perguntou como é que eu consentira que uma pessoa de nome Dixon, se alistasse, sem o seu consentimento, no batalhão do meu comando.

Desejava que eu mandasse o tal Dixon imediatamente para terra. Pedi a Sua Majestade que me dissesse as suas razões. Nenhuma me deu, mas repetiu a ordem de que a pessoa em questão fosse mandada desembarcar naquela mesma noite, e ficasse desligada por completo da Expedição.

Como não havia alternativa, foi a ordem executada sem demora, sem embargo da minha declaração, feita naquele momento, de que considerava grande provação imposta a qualquer indivíduo, o despedirem-no de modo descortês e sem lhe darem mais satisfações do caso (a).

Antes de me despedir de Belle-Isle, não devo deixar de registar que ali se realizaram repetidos conselhos para se decidir se deveríamos, no trajecto para os Açores, aparecer ao largo da Madeira, e, no caso de não encontrarmos recepção favorável nesta última ilha, se desembarcaríamos (eu e os homens desarmados e sem fardamento que deviam constituir o Batalhão Britânico) na pequena ilha de Porto Santo.

Eu tinha por muito aconselhável a demonstração ao largo da Madeira e susceptível de ser coroada de êxito. Mas a ideia de fazer desembarcar um corpo heterogéneo de 500 homens, indisciplinados, desarmados e despidos, num lugar miserável, destituído de recursos para a manutenção dessa gente e apenas a 35 milhas da Madeira, onde o inimigo tinha um governo regular, era de tal natureza que

(a) Eu desconhecia por completo este Snr. Dixon. Mais tarde apareceu ele pela segunda vez com M. Cochrane, no Porto, sob o nome de Capitão Dixon. Desertára algumas semanas antes do depósito de cavalaria em Maidstone, onde servia como soldado no regimento n.º 16 de Dragões Ligeiros, com o nome de Frederico.

rivalizava em extravagância com qualquer concepção jamais formada nos miolos do próprio D. Quixote.

É justo confessar que o abandono deste projecto se deveu mais à opposição que lhe fizeram os Snrs. Cândido Xavier, Freire e Silva Carvalho do que à de qualquer outro indivíduo. Ao romper da sexta-feira, 10 de Fevereiro, ouviu-se um tiro de canhão, soltou-se a vela da mezena do navio-chefe e deu-se o sinal de levantar ferro.

Logo se produziu certo alvoroço, vendo-se largar da ilha, apressadamente, numerosos barcos, conduzindo à última hora roneiros retardatários que preferiam as acomodações em terra, apinhadas de gente, às acomodações, ainda mais apinhadas, a bordo dos navios.

Não posso negar que neste particular eu emparceirava com estes últimos, porquanto, se as circunstâncias mo houvessem permitido, ou faria também parte do número deles, visto concordar em absoluto com a opinião expressa pelo Dr. Johnson quanto às misérias da vida do mar.

Estando tudo a postos, levantámos ferro às 11 da manhã, com bom vento de nordeste e tempo claro e bonançoso.

O navio-almirante, que hasteava a bandeira francesa, salvou, sendo correspondido com 21 tiros da cidadela, no meio de entusiásticas aclamações da marinhagem e dos bondosos e hospitaleiros moradores desta interessante ilhota.

O *Juno*, em razão de quaisquer avarias insusceptíveis de reparação imediata, foi deixado atrás, para receber quantos emigrados portugueses em Belle-Isle lhe fosse possível acomodar e aguardar fornecimentos de Nantes, depois do que devia seguir a esquadra com a maior urgência para os Açores, sendo a ilha Terceira escolhida como ponto de concentração.

A fragata *Dona Maria*, capitão Mins, recebera instruções para escoltar os outros navios. A escuna *Terceira*, de dez canhões, comandada pelo tenente Wilson, recebera ordem para desempenhar difícil e perigosa missão ao longo da costa de Portugal, onde devia tocar em todos os pontos julgados convenientes, para distribuir exemplares do manifesto e das proclamações do Imperador (a). Fez-se o navio-

(a) Este serviço foi desempenhado pelo tenente Wilson com grande zelo e inteligência, muito a contento do Governo e do Almirante.

-chefe a todo o pano e na manhã do dia seguinte encontravam-se os barcos da esquadra muito próximos uns dos outros e fora da vista de terra.

A monotonia da vida no mar tem frequentes vezes servido de tema, perante o leitor, de narrativas sem interesse. Todavia, para quem estiver disposto a observar caracteres e a tirar partido de pequenos incidentes, o interior de um navio decerto apresenta oportunidades que não são para desprezar.

Foi este o caso, sem dúvida, a bordo do nosso barco, com tão grande diversidade de pessoas reunidas, em íntimo contacto. Por isso o tempo corria veloz e não sem interesse.

O que é certo é que tivemos amplo ensejo de nos conhecermos e de nos darmos a conhecer antes do termo da nossa viagem aos Açores.

O almoço servia-se regularmente às 9 horas e o jantar às 5. O cozinheiro francês do Imperador não contribuiu pouco para a excelência das refeições. Havendo os Comissários fornecido em abundância os géneros para a mesa do Almirante, passámos muito bem durante a travessia.

Logo no nosso primeiro dia de mar, seguiu o Almirante o uso estabelecido na marinha britânica, de convidar para jantarem com ele um oficial da guarnição do navio e um aspirante. O Imperador manifestou o seu desagrado por esta usança, mostrando-se mal humorado ao ver o camarote acrescentado com uma mesa lateral para três pessoas. Aqui nos sentávamos todos os dias, o capitão Boyd e eu, permitindo assim que os convidados da guarnição tomassem lugares à mesa do Imperador.

Logo que pela primeira vez se tornou necessário aumentar o número dos comensais, a aprimorada educação dos nossos amigos franceses, conde de St. Leger e M. Lasteyrie, levou-os a manifestarem o desejo de se sentarem a esta mesa suplementar, a qual, passado pouco tempo, parecia ser lugar mais apetecido do que a mesa a que se sentava Sua Majestade Imperial.

O descontentamento a que se faz alusão, não se limitava à troca de olhares, mas exprimia-se também em queixas formuladas em voz alta, embora em português, pelo facto de tomarem assento, como convidados regulares, à *sua* mesa (assim julgava o Imperador conve-

niente designá-la) outras pessoas além do Almirante e do Comandante do navio.

Ainda que tal descontentamento se tornasse notório ao Almirante e à maior parte dos do nosso grupo, fingimos não o perceber, mostrando todos os oficiais o maior respeito e consideração não só pelo Imperador, mas também por todos os portugueses a bordo.

Com tal attitude, tivemos de sacrificar frequentes vezes as nossas conveniências; mas não conseguimos dissipar o espírito de insatisfação e a tendência para achar defeitos em tudo no navio e em toda a gente que nele prestava serviço.

Não deixava igualmente de se tornar vexatória a interferência directa de D. Pedro em assuntos estritamente profissionais. É disto prova o caso seguinte:

Na terceira noite de viagem, certos alvissareiros da privança de Sua Majestade, desejosos de ganhar créditos de zelosa vigilância sobre a segurança do Imperador, vieram comunicar-lhe que as luzes, àquella hora da noite (9 horas) se não encontravam apagadas na camarata. Sua Majestade, em vez de mandar chamar o Almirante, foi fazer pessoalmente a ronda, acompanhado do seu informador officioso, verificando ser verdadeiro o facto.

Chamando immediatamente o sargento de serviço, e sem que nada soubesse o Almirante, nem o comandante do navio, nem o official de quarto, ordenou D. Pedro que se apagassem todas as luzes e que de futuro nenhuma estivesse acesa depois das oito horas, com excepção da do seu camarote.

Na manhã seguinte, no tombadilho, onde geralmente aparecia às oito horas, mostrou D. Pedro fortes sinais de irritação, exprimindo-se em francês, com receio de que o não entendessem em português.

Comparou a fragata a nada menos que um navio mercante, declarando que havia visto muitos destes últimos barcos nos Brasis em melhor estado de disciplina.

Escusado será fazer alusão à falta de consideração manifestada nestas observações, em que se não tinham em conta as dificuldades com que lutáramos, tanto em Inglaterra como em França, desajudados, como estávamos, pela falta de um arsenal, dispondo de escassos meios pecuniários e embaraçados com restrições rigorosas.

Facilmente se percebe que com esta última expressão quero

referir-me à Lei dos Alistamentos no Estrangeiro, e às cautelas com que se tornava necessário proceder para evitar comprometermo-nos com os governos que talvez se vissem obrigados, embora dolorosamente, a opor-se aos nossos desígnios.

Os comentários que acima se mencionam feriam de modo especial a susceptibilidade dos oficiais de marinha, os quais, depois de dias e noites de fadigas e ansiedades, haviam conseguido dar à força naval condições de eficiência, pelo menos muito maiores do que era de esperar.

Não seria, porém, generoso nem leal atribuir ao impulso imparcial do Imperador estas e outras manifestações desagradáveis e impolíticas. Além dos quatro ou cinco intrigantes-mores já mencionados, rodeava-o uma chusma de indivíduos de secundária importância, que por seu acesso fácil serviam, infelizmente, de instrumento utilizado para lhe encher os ouvidos de sugestões em extremo malévolas, tendentes a indispor-lo com os seus aliados britânicos e ocultando os seus verdadeiros intuitos sob a capa da solicitude pelo bem estar pessoal de D. Pedro.

Esta gente era sem dúvida movida, em parte, por baixas razões de interesse próprio.

Compreendiam que qualquer influência britânica que se instalasse no ânimo do Imperador atiraria com eles para longe da pessoa de D. Pedro, diminuindo-lhes as probabilidades de uma ascendência vantajosa no futuro.

Em consequência disto, não perdiam nenhuma ocasião de denunciar, com laboriosos comentários, as mais insignificantes aparências de negligência ou desordem que a sua maliciosa actividade pudesse descobrir. O infeliz resultado destas manobras foi o sofrer mais um abalo a confiança de D. Pedro no Almirante e em todos os oficiais.

O capitão Bertram constituía a única excepção, pois era tido nessa época pelo Imperador como um dos mais completos oficiais da marinha. Esse oficial, porém, já verificou a justiça do velho preceito que manda não confiar nos príncipes. É de desejar, tanto para ele como para outros, que tenha aproveitado com os avisos que então lhe dei para esse efeito.

A constante interferência do Imperador em assuntos relacionados com a disciplina de bordo obrigou finalmente o Almirante a falar cla-

ro. Houve troca de explicações, nas quais o Almirante mostrou a D. Pedro quanto se tornava imprudente a intervenção pessoal de Sua Majestade na disciplina e nos regulamentos do navio, bem como o perigo que para os interesses imperiais possivelmente resultaria da continuação deste procedimento.

Arriscou-se também a aludir em termos enérgicos aos modos frios e desanimadores de D. Pedro, para com os oficiais britânicos e à perigosa tendência de tal conduta.

Com grande satisfação do Almirante recebeu o Imperador as suas razões cortêsmente e até com bom humor. Declarou que estava longe do seu intento mostrar frieza para com quem quer que fosse e pediu-lhe ardentemente que tal impressão se dissipasse do espírito de todos, no caso de ainda persistir.

Não é difícil compreender com clareza o carácter de D. Pedro, até pelo observador mais desatento, visto encontrar-se ele sempre pronto a acolher abertamente as manifestações de todos os sentimentos momentâneos que impressionam o espírito. Possui, em elevado grau, algumas das mais valiosas qualidades que distinguem a humanidade, obscurecidas, porém, forçoso é confessá-lo, por defeitos susceptíveis de reduzir materialmente o bem que ele está tentando levar ao seu país.

Franco, sincero e valente, de constituição rija e robusta, capaz de suportar em alto grau a fadiga e as privações, mostra natural repulsa pelas empresas perigosas e arriscadas.

Todas estas qualidades estão agora em pleno vigor, visto o Imperador ter apenas 36 anos de idade.

O seu carácter distingue-se em especial pelo amor da verdade em tudo quanto diz e pelo desejo de cumprir escrupulosamente todas as suas promessas, coisa de não pequena dificuldade num príncipe e em especial nas circunstâncias em que este se encontra.

São de todo o ponto questionáveis a energia e firmeza das suas opiniões, como o comprovam muitos acontecimentos da sua vida passada e como se verá no decorrer desta narrativa. O caso explica-se, porém, em grande parte, pelos defeitos da sua educação.

Nunca teve o hábito da leitura e em consequência o seu conhecimento dos homens vem-lhe apenas dos que o tem rodeado.

Seria tarefa demasiada indicar as ideias inevitavelmente errôneas

que ele concebe sobre a humanidade, em alguns pontos, e a sua completa ignorância, noutros. A falta de direcção judiciosa da sua conduta na juventude nota-se claramente no seu comportamento actual.

Encontra-se em geral sujeito a impulsos repentinos, cedendo por vezes a violentos ataques do seu génio, sob cuja influência dá largas a quaisquer ideias que no momento lhe ocorram, pouco delicadamente e sem consideração pelos sentimentos dos seus mais dedicados amigos e servidores.

Esta conduta gera, em muitos casos, arrefecimento de zelo no seu serviço e em outros completo desinteresse.

É de justiça, porém, observar que a sua extrema generosidade serve em não pequeno grau para reduzir os maus efeitos que um hábito tão nocivo infalivelmente produz.

Compreender-se-á facilmente, depois destas observações, que o Imperador se não distinga por aquela dignidade de porte régio que tão poderosamente impressiona os espiritos dos homens.

Ao contrário, a sua conversação tem em todas as ocasiões um ar simples e familiar, que não pretende nem se esforça por revestir um cunho de distinção (a); é porém, essencialmente correcta. Nem ele se permite o uso de expressões licenciosas, nem as consente nos outros.

A sua conduta nas relações domésticas é não só irrepreensível, mas admirável.

É em geral conhecida a sua affectuosa atenção para com os mais

(a) Para dar exemplo da familiaridade, um tanto excessiva, a que este príncipe de vez em quando se entrega, com menosprezo completo da gravidade exterior, menciono uma pequena aneddotica, dentre as minhas recordações. Durante a época da missão diplomática de Lord Stuart de Rothsay's aos Brasis (1826), encontrava-se este certo dia na imperial presença num momento em que a costumada intimidade se manifestava em elevado grau; foi a coisa a ponto tal, que o Imperador tirou a coroa e collocou-a experimentalmente na cabeça do diplomata, exclamando, ao verificar que não lhe assentava bem: *«Ah! mais cela ne vas paz donc!»* e acrescentando algumas observações jocosas para explicar que o aspecto de Sua Excelência, embora muito apropriado para impressionar o espirito do *belo sexo*, não obtinha os mesmos resultados estéticos ao cingir uma coroa.

pequenos desejos da Imperatriz e a profunda amizade que consagra aos filhos.

Como já disse, sempre que fala da Imperatriz, é em termos de alto louvor. É ela muito inteligente e dotada de sentimentos generosos.

Diz-se que as suas opiniões pesam consideravelmente no espirito de seu imperial senhor, sendo para desejar que tal influência venha a exercer-se mais a miude, com o fim de neutralizar ou destruir as más sugestões dos seus conselheiros malévolo e egoistas, sugestões que é de recear sejam algum dia fatais ao seu amo, demasiado confiante.

Prova evidente dos sentimentos generosos do Imperador é o facto de nunca usar nenhum epíteto injurioso ou de forte hostilidade, quando fala de D. Miguel.

A sua expressão habitual é simplesmente «Mon frère». De maneira idêntica, ao referir-se ao Rei de Espanha, diz: «Mon oncle».

Quanto à sua religião, o Imperador professa, com honestidade e escrúpulo, a religião católica romana, parecendo, ao mesmo tempo, profundamente convencido dos grosseiros abusos da Igreja Católica em Portugal. Se o Governo de sua filha, sob a sua direcção, vier finalmente a estabelecer-se no país, é de contar como certo que a reforma da Igreja não será menos profunda, e eficaz, do que a reforma do Estado, e, em resumo, que a distância entre o actual despotismo do governo e a forma constitucional pela qual ele, com todas as suas melhores energias, procura substituí-lo, não é maior do que a que será entre o actual amálgama de engano, fraude e extorsão, enxertadas na Igreja de Portugal e a mesma Igreja depois de efectuada a sua projectada depuração.

Ja me referi aos hábitos madrugadores e activos do Imperador; é de notar também a sua extrema temperança. Nunca bebe vinho (a), sendo a água a sua bebida habitual e abstando-se mesmo do café. Uma saúde vigorosa e constante é a consequência necessária do seu modo de viver. É considerável a sua força muscular, sendo um dos

(a) Numa manhã, no tombadilho, conversava-se sobre o vinho, e nesse momento observou-me D. Pedro, que outrora usara largamente dessa bebida, mas que, depois de uma doença grave de que sofrera nos Brasis, resolveu abster-se por completo de vinho e seguir o exemplo de seu pai, que só bebia água. Nunca se desviou desta decisão.

seus maiores divertimentos levantar e transportar grandes pesos, executando outras façanhas semelhantes, para provar a sua energia corpórea.

Entre todas as suas admiráveis qualidades, o seu alto e natural sentido de justiça, o seu ódio ao despotismo, os seus sentimentos liberais e a sua usual benevolência, devo confessar que há uma qualidade oposta, que muito reduz o valor das outras; refiro-me à sua grande vaidade.

Talvez isto, num particular, não passe de fraqueza perdoável, mas num Príncipe pode assumir forma perigosa ao bem estar de uma nação.

O Imperador forma elevado conceito dos seus conhecimentos náuticos; mas, acima de tudo, gaba-se do seu talento de general. Daí a origem de toda a interferência nos deveres do Almirante, a que já aludi, bem como o facto, ainda mais prejudicial, de haver assumido o comando supremo do exército, circunstância a que, mais adiante, terei oportunidade de me referir.

Voltemos aos incidentes a bordo da fragata. Três dias depois da nossa saída de Belle-Isle apartámo-nos dos restantes navios e navegámos adiantadamente.

Na primeira parte da viagem manteve-se o tempo singularmente bonançoso para a estação do ano, parecendo que sorria à nossa empresa.

De manhã e de tarde recebiam os marinheiros regularmente instrução no tombadilho.

Lamento ter de dizer que aqui novamente se permitiu o Imperador interferir de um modo inútil e vexatório, fazendo observações desonrosas sobre o aspecto e os movimentos dos soldados, sem preparação militar, a tal ponto que me senti obrigado a fazer-lhe ver, respeitosamente, os perniciosos resultados que tais atitudes poderiam ter no espírito e na conduta das praças.

Ele aceitou os reparos, mas recebeu-os, devo dizê-lo, com desgosto e mau humor.

Depois de um destes incidentes, uma circunstância divertida ocorreu, que mostra a versatilidade do espírito de D. Pedro.

Quando os marujos terminaram o exercício, formou ele um grupo constituído por pessoas da sua comitiva, à direita das quais colocou

o seu conselheiro religioso, Padre Marcos, e à esquerda o Doutor Tavares, poeta oficial, com o Snr. Freire e outros.

A este grupo de neófitos — designação mais cortês do que a de «tropa fandanga» — distribuiu mosquetes (um a cada homem, quinze ao todo) e, armando em chefe de fila, começou a fazer com eles exercícios de manejo de armas e de pelotão. Terminada a cena, perguntou a minha opinião.

Não pude deixar de perceber a troça intencional, pelo paralelo estabelecido, sátira prática à disciplina dos homens que eu trouxera como soldados. Mas deixei que a parte cômica do caso apagasse a impressão séria que o mesmo causou.

Eu contratara para o serviço os melhores recrutas que as circunstâncias haviam consentido, não sendo culpa minha se eles não constituíssem um corpo em ótimas condições. Nem me poderiam acusar de falta de interesse pelo futuro melhoramento da disciplina.

Era motivo de grande desgosto para nós, ingleses, ver que os esforços que fazíamos para proporcionar distrações e diversões ao Imperador durante a viagem, não logravam êxito. Um dos processos adoptados foi o de organizar um teatro, em que representassem homens da tripulação e da marinhagem. Sua Majestade, porém, só por duas vezes condescendeu em honrar os espectáculos com a sua presença (a). O reverendo Padre Marcos desempenhava não pequeno papel nos passatempos que eu buscava encontrar a bordo. Era de um cômico extraordinário a narração das suas ofensas e agravos.

Estando descontente com o beliche que lhe fora destinado, insis-

(a) Ao falar destas representações teatrais, é de elementar justiça mencionar um indivíduo que nelas desempenhava notável acção, um elemento da banda de música, cujo verdadeiro nome nunca se apurou ao certo, mas que era jocosamente conhecido no Batalhão pela alcunha de *Teddy Row*. Os papeis que representava eram cheios de carácter, e, em faculdades de imitação, não faria má figura ao lado dos mais célebres actores de profissão — Mathews ou Yates. Quase todas as noites se exhibia este rapaz folgazão, com grande gáudio da tripulação do navio e alegria dos aspirantes. O único defeito de *Teddy Row* não era, porém, infelizmente, de pequena monta. Entre-gava-se em excesso a libações, que lhe arruinaram a saúde, pelo que teve de dar baixa do serviço. Quando saí do Porto, lá ficou empregado numa loja de vinhos, de que era proprietário um homem por nome French Joe.

tia por que eu fosse seu intermediário, para dar a conhecer ao Almirante que, visto considerar-se não só capelão do Imperador, mas também capelão de toda a força naval, tinha, como tal, o direito de ocupar lugar logo a seguir ao primeiro tenente, sendo esta situação essencial para o desempenho das suas «obrigações diárias».

Acrescentou que estava preparado para cumprir os deveres de capelão do navio e para absolver não só o Almirante, mas também a mim, dos numerosos pecados que ele sabia pesarem fortemente nas nossas consciências, assim como daria a absolvição a qualquer indivíduo da esquadra, que desejasse utilizar os seus socorros espirituais.

Com o capitão Bertram, consegui arranjar mais conveniente acomodação para o seu amigo Padre Marcos, coisa que trouxe certas consequências incómodas tanto para o Almirante como para mim, pois que o dito Padre passou a adoptar o costume, todas as tardes, de se meter no camarote do Almirante e ler (*por obrigação*) certo número de longas páginas que por serem em latim e em voz alta e tom monótono, se tornavam não só supérfluas, mas também impediam que qualquer de nós lesse ou se ocupasse noutro assunto qualquer. A's sextas-feiras o meu reverendo amigo tomava lugar, habitualmente, na já mencionada mesa do lado. Para isso, tinha razões tanto *sólidas* como fluidas. Não se atrevia a comer carne naqueles dias *diante do Imperador*; e, o que era também coisa séria, não podia, na presença deste, deliciar-se com a sua garrafa de vinho, em toda a jovial plenitude da sua propensão (a). O nosso navio teve por esta ocasião a visita desagradável e prejudicial de uma doença epidémica, a febre escarlatina.

Ficaram por isso de cama muitas praças e oficiais; não houve, porém, felizmente, casos fatais. A impressão produzida pela epidemia

(a) Se estas páginas algum dia caírem sob os olhos do Padre Marcos, peço-lhe sinceramente que não veja nos pormenores acima referidos, nenhuma intenção de o ofender ou de ferir os seus sentimentos. Tenho em tão elevado conceito o seu natural bom humor e a sinceridade dos seus hábitos joviais, que me não convenço que ele se ofenda com o que fica dito. Pelo contrário, não perco a esperança de, algum dia, vir a gozar o prazer de receber um hospitaleiro convite para em sua companhia apreciar um velho Porto de 60 anos, na sua adega de Lisboa; depois de restaurada a dinastia legítima e da sua nomeação para algum bispado rendoso.

foi, todavia, de tal modo exagerada pelo séquito do Imperador, que criou no espírito de D. Pedro alarme e crescente insatisfação. Foram consideráveis as dificuldades que esta doença acarretou aos oficiais médicos do navio, que passaram a ter excesso de trabalho e a sofrer muitos incómodos (a). O caso tornou-se particularmente notado com um destes cavalheiros, cujo talento profissional e boa disposição habitual o fizeram muito estimado de toda a gente, com grave prejuízo do seu repouso e bem-estar, que raras vezes deixava de sacrificar aos desejos e conveniências dos outros.

Era frequente vê-lo deixar a sua cama, a favor de qualquer português errante e imprevidente e passar a dormir sobre tábuas, tendo como simples travesseiro uma mala dura. E sendo o oficial médico mais novo a bordo, até mesmo nesta última situação de precário repouso e acomodação o iam incomodar, e às vezes só para tratar de casos de doenças imaginárias ou muito triviais.

Certa noite, ouvi no meu camarote o oficial de quarto clamar em alta voz pelo médico. Este último, o mesmo a que acabo de me referir, havia aproveitado uma aberta para cair em profundo sono, tão pesado sono que para o acordar foram precisos repetidos gritos e ameaças de uma queixa contra ele, por negligência.

Quando despertou de modo a poder inquirir do que se tratava, disseram-lhe que um português se encontrava em perigo de vida, por *estar enjoado* !

Não esquecerei facilmente o quanto me diverti ao ouvir a cómica rapsódia de resmungos que esta observação arrancou ao pobre e aborrecido clínico.

«Senhor», disse ele por fim (dirigindo-se ao oficial de quarto, que não se encontrava ali, pois havia voltado para o tombadilho) «não sei curar o enjoo — nenhum médico jamais o soube. Mas vou dar a este português uma dose que o há-de virar de dentro para fora e o ensinará a não tornar a chamar um médico para uma coisa destas».

No momento, nem mesmo a habitual bonomia deste médico mártir fora suficiente para lhe conter a irritação.

(a) Devo observar que, quanto a este importante ramo do nosso pessoal, iam os muito mal servidos, com algumas, poucas, excepções à incompetência geral.

Ao voltar para o conforto da tarimba que por momentos deixára, era em extremo divertido ouvir o seu solilóquio, antes que pegasse novamente no sono : «Será isto uma ocupação para uma pessoa *convenientemente educada* e aluno de Trinity College, em Dublin ? Tornar-se em tintura de jalapa para um português e em curandeiro de enjoo ?»

A frase «*pessoa convenientemente educada*» era frequentemente empregada por este indivíduo excêntrico, mas estimável. Além de pretender aplicar tal expressão a si próprio, distinguira-se por haver tomado parte na última gloriosa luta política na Polónia.

Outro incidente noturno de natureza sério-cômica merece ser aqui recordado de passagem, visto haver provocado grande gáudio no refeitório e na *entourage* do Imperador.

Sofríamos muito com o calor devido à grande aglomeração de pessoas que dormiam na camarata ; por isso, certa noite, como o tempo estivesse bonançoso e o mar perfeitamente chão, às 11 horas, quando me meti na cama, julguei poder deixar com segurança a escotilha aberta. Até tarde estiveram comigo dois amigos no camarote, gozando a brisa leve e fresca. Quando saíram, adormeci. Mas eis que, pelas três da manhã, acordei com um súbito abalo. Entrara-me no camarote água às catadupas !

Por motivo do balanço ou de movimento fortuito do navio, penetrara grossa vaga a bordo, que me deixou completamente encharcado na cama ; a água subiu no camarote a cerca de meio pé de altura e naturalmente alagou os meus vizinhos que se encontravam mais a meio do navio, os quais sucedeu serem o camarista e o médico do Imperador.

Por minha parte, espantado e desorientado com tão inesperada situação superveniente a um sono pesado, julguei a princípio que o navio se estava a afundar e com tal impressão corri á camarata, com grande terror e aborrecimento dos seus pacatos ocupantes. Um momento de reflexão, porém, fez-me cair em mim e pensar na imprudência de deixar aberta a vigia e logo corri para o camarote, a fechá-la. Infelizmente estava destinado que tomasse novo banho forçado, pois que logo que cheguei a distância conveniente, mandou Neptuno novo borbotão do seu elemento, que me prostrou no chão do camarote. Tive então de buscar o remédio que a minha má situação impunha. Com o

auxílio dos meus criados, esvasiei a água da «cabine» e fui ocupar o beliche do primeiro tenente Brackston, que entrara de serviço. Ali, depois de mudar de roupa, descansei por algumas horas. Quando na manhã seguinte foi a minha roupa de cama posta a secar no convés, o caso tornou-se objecto de galhofa, acompanhada, porém, de comentários ásperos do Cavaleiro de Almeida e do Dr. Tavares sobre a paixão pela brisa marítima, que havia reduzido o seu conforto a tão aguada situação.

No dia 12 revelou o Imperador acentuado descontentamento pelo já conhecido motivo da presença, ao jantar, de dois oficiais da camarata, que, conforme ele se queixava, lhe enchiam por demais a *sua* mesa. O Almirante não cedeu num ponto de tão antigo e categórico uso na marinha britânica, mas protestou com certo calor contra a imprudência da objecção, tendente a alienar a boa vontade dos oficiais. Os argumentos foram recebidos com o ar de quem se encontra vencido, mas não convencido. E continuaram inabaláveis as atitudes descortezas para com todos os oficiais ingleses.

Na manhã seguinte, às 6 e meia, continuando o tempo magnífico, apareceram à vista um brigue português e uma escuna francesa.

Era coisa de fazer rir o ver a perturbação e a confusão causadas entre alguns portugueses, que supunham, no caso do brigue, tratar-se de um navio armado. Veio a bordo o capitão, indivíduo inteligente e astuto. Deixára Lisboa a 30 de Dezembro com destino a Liverpool. A carga do brigue consistia de *ossos*; todavia, conseguimos que nos fornecesse certa quantidade de bom rapé e de laranjas e doces.

Divertido diálogo se trocou entre o capitão do brigue e o Imperador, afectando este grande satisfação em ter encontrado aquele, mas no fundo odiando-o cordialmente, a ele e a nós. D. Pedro perguntou-lhe como ia em Lisboa o irmão D. Miguel e se ele mantinha a ordem na capital.

«Ah, senhor», disse o embarcado com ar fingidamente faceto e com um sorriso tão espontâneo quanto lhe foi possível contrafazer, «ele distribui cacetadas a torto e a direito por toda a gente que trabalha nos fortes e nós todos, *do fundo do coração*, estamos ansiosos pela chegada de Vossa Majestade».

Para lhe provarmos a nossa confiança na sua sinceridade, trouxemos para bordo uma parte da tripulação do brigue e mandámos-lhe

um mestre de presas, com cinco homens, para tomar posse do barco.

A 13 tive uma interessante conversação com pessoa notável do séquito do Imperador, homem de considerável influência e talento, isento, pelo menos em parte, dos preconceitos dos seus companheiros. Concordou inteiramente comigo acerca da tendência perigosa das atitudes por vezes desagradáveis e mesmo insultuosas de D. Pedro para com os oficiais ingleses.

Disse mais, que encarava o futuro com um forte sentimento de alarme, pois muito receava que aquelas atitudes de manifesta antipatia concitassem também os portugueses contra ele.

Ao mesmo tempo, louvou em termos altamente elogiosos o nosso procedimento em face do aborrecimento em questão e referiu-se em particular à alta importância e justiça da causa em jogo; um ponto em que insistia, para nossa consolação, era que devíamos confiar na futura gratidão do país, pelo justo reconhecimento dos serviços que poderiam resultar da nossa dedicação aos interesses da liberdade portuguesa.

Tendo o vento refrescado neste dia durante a hora de jantar, fomos forçados a retirar o joanete, circunstância que affectou tristemente a perspectiva que formáramos de ver rapidamente terminada a nossa viagem. Este incidente, conjugado com outro de muito menor importância—partira-se a máquina de filtrar água—perturbou tão fortemente o equilíbrio mental de Sua Majestade Imperial, que não tenho palavras com que descreva o estado em que este ficou.

O destempero da sua irritação por causa do filtro não poupou nem o Almirante, nem os oficiais, de mistura com os criados, todos acusados por D. Pedro de não terem consideração pelo seu bem estar pessoal, sabendo, como sabiam, que a sua única bebida era a água; nem faltou a observação de que era seu convencimento que mais se cuidava do champanhe do que do filtro da água!

Pouco depois deste alvoroço tive a boa sorte de descobrir em sítio próximo da camarata uma velha pedra de goteira que mandei lavar e que depois de polida daria um filtro muito aceitável. Em seguida tratou-se de protegê-lo contra quebras, sendo depois submetido à aprovação imperial.

Era coisa divertida observar a alegria com que foi recebido este

«raro depósito», alegria que formava forte contraste com o desespero anterior. A aquisição deu em resultado um acesso de bom humor, infelizmente não muito duradouro.

Voltando a serenar o tempo, toda a gente se empenhou em levantar o novo mastaréu, operação não efectuada, porém, com a presteza suficiente para lograr a aprovação imperial. Só a 16 ficou o mastro fixo e aparelhado. Nessa data uma excelente brisa de noroeste deu-nos a esperança de que chegaríamos aos Açores no dia seguinte.

Uma ocorrência movimentada veio desentorpecer-nos os sentidos na véspera do dia 16, por cerca das seis e meia, depois de terminado o jantar. A notícia de navio estranho à vista fez tocar o tambor chamando a postos de combate, e logo ficou o convés aprestado para a luta. Pela aparência e mastreação do intruso, quando este se aproximou, toda a gente se convenceu de que se tratava de uma das fragatas de D. Miguel, que se dirigia à Madeira com reforço de tropas; todavia, com o escuro da noite, era difícil fixar-lhe o tamanho e outros pontos. Os homens conservaram-se nos seus postos, com as peças carregadas, para o que desse e viesse.

O Imperador foi um dos primeiros a chegar ao convés, pondo-se logo ao lado do Vice-Almirante, em lugar visível. Firmeza semelhante não mostravam alguns componentes do seu séquito, cujos rostos manifestavam claramente, o desânimo que os atormentava. O navio aproximou-se e foi saudado. Tratava-se do paquete *Britomart*, em viagem do Rio de Janeiro para Falmouth. Os soldados e os marinheiros, que se haviam mostrado animados com a ideia de lutar com o inimigo, não ocultavam agora quanto o caso os contrariava.

Logo que se conheceu a procedência do navio, mostrou D. Pedro amavelmente o desejo de saber notícias de seu filho, o Imperador do Brasil, e dos seus outros dois filhos do primeiro matrimónio. Dirigindo-se-me, pediu-me que fosse a bordo e lhe trouxesse todas as informações possíveis respeitantes à sua família. Assim o fiz, acompanhado de M. Anderson, segundo tenente, e do capitão Staunton e ao mesmo tempo fiz-me portador de cartas de quase toda a gente a bordo para os seus amigos na Inglaterra e na França.

O paquete estava a cerca de 2 milhas a bombordo do nosso navio. Os seus únicos passageiros eram um certo reverendo Mr. C., com

sua mulher e mais família. Vejo a saber-se que este pastor era um antigo condiscípulo do Almirante Sartorius.

Havendo obtido toda a informação possível, voltei para a fragata, onde o Imperador me mostrou o seu agradecimento e satisfação pelo cumprimento dos seus desejos — tarefa nada convidativa nas condições em que tinha de ser executada, a descer o costado de uma fragata, de noite, e percorrer a distância de duas a três milhas entre os dois navios, num bote, em pleno Oceano Atlântico, onde há quase sempre forte ondulação.

A 18 e a 19 soprou vento rijo de sudoeste, que de tal forma refrescou no primeiro destes dias, que o navio sofrera fortes avarias, ficando sem o anteparo, etc.

Entrou tão grande quantidade de água a bordo que era impossível passar sem grande incómodo no tombadilho. Pelo estado de relaxamento das madeiras, o navio fazia uma bulha que nada tinha de musical aos ouvidos dos não habituados à vida do mar. O vento amainou na tarde de 19; nesse momento, segundo os nossos cálculos, achavamo-nos a noventa milhas da ilha Terceira.

GOULARTS

Monografia histórico-genealógica

por MARCELINO LIMA

Os Goularts — estes que vou enumerar e os muitos outros do Faial e Pico — procedem dum homem flamengo de nome Govaert, muito entendido na indústria do pastel, que veio de Bruges (Flandres) trazido por Guilherme da Silveira (Willem van der Haghe) um dos primeiros povoadores do Faial, chegado à ilha um ano após Jorge d'Utra (Josse van Hurtere) primeiro donatário.

Os nomes de todos os flamengos que se fixaram na ilha, portanto o deste Govaert, em consequência da promiscuidade com a gente portuguesa, depressa se adulteraram, e a tal ponto, que ficaram, na quase totalidade, irreconhecíveis. Nem outra coisa era de esperar. A colonização nacional, crescendo dia a dia, exerceu em menos de meio século, tamanho poder de absorpção, que Valentim Fernandes, em 1507, referindo-se ao Faial na sua *Descrição das ilhas Atlanticas*, dizia: «...os navios de portugal visitaram e foram morar ali, assi que já cerca a lingua framenga he nella perdida...»

Vejamos como evoluciou, desde o começo, o Govaert. Primeiro desapareceu o *e* que soava demasiado forte, como intruso no vocábulo, eliminação que se explica pela acção preponderante da lei do

menor esforço. Notemos, porém, o caso inverso do *t*, letra dura que sempre foi para nós, em vez de omitido, se nacionalizar, acentuar mais, silabando-se. Destas alterações o Govaert transformou-se em *Govarte* — ou Gouarte, porque outrora, como é sabido, *u* e *v* eram valores idênticos, facto amiudadamente observado, por exemplo, em João de Barros. De seguida, o *v*, consoante áspera e constrictiva, influenciada pela Instante lei fonética do menor esforço, caiu também, resultando daí ficar o Gouarte (*Govarte*) reduzido a *Guarte*. Esta transição do nome já era evidente quando o cronista Gaspar Frutuoso compôs as *Saudades da Terra*: — «...e outro homem flamengo chamado Gouarte Luís, o qual Guarte Luis Guilherme da Silveira teve em sua casa...»

Sucedeu, porém, que a queda do *v* criou entre as duas vogais *u* e *a* um hiato (o breve hiato dos ditongos crescentes) que a língua, no seu meneio duma para a outra, preencheu com o fonema brando *l*, chegando-se desta arte à forma, que foi definitiva, do *Gularte*. F assim — Govaert > Guvart (ou Gouarte) > Guarte > Gularte — a contar de antes de 1500 até fim do século XVIII, se passou a usar, comunmente, na escrita, na leitura, no falar.

Nas centenas, senão milhares de documentos referidos a esse período, que tenho rebuscado para urdir e legalizar as minhas arengas históricas — assentos paroquiais, testamentos, autos, escrituras, papeis de natureza particular, etc. — nunca encontrei outra coisa senão *Gularte*. Ainda estou esperando alguém, de provas concretas na mão, que me convença do contrário. Sempre *Gularte*!

E o Goulart — objectar-me-ão — o moderno Goulart?

Isso agora é outra cantiga. Chegados a este ponto, o problema apresenta um aspecto algum tanto estranho, algo patusco, que ainda nenhum glotólogo ou leitor sagaz conseguiu dissecar e pôr a limpo.

Ninguém conhece a génese legítima ou legal do Goulart. Sem precedentes a que nos apeguemos, sem argumentos básicos a captarem-nos, forçados a considerá-lo uma invecção. De nossa lavra nada tem que o caracterize. Surgiu ao terminar do século XVIII, dum momento para o outro, mercê duma vontade individual e fantasista, e vulgarizado por meio da escrita — pela escrita, notem bem, pois, como *expressão oral*, nunca foi outra coisa senão *Gularte*. Irrompeu

esporadicamente, como desponha e se adulta um tortulho nos segredos da selva.

Foi o padre Francisco Vieira Goulart, figurante da presente genealogia, homem douto, mas de temperamento irrequieto, quem afrancesou o nome. Fê-lo por sua alta recreação, sem nos deixar dito quais as razões que o moveram, e quais o étimo, funções ou preceito histórico de que se socorreu para metamorfosear o Gularte em Goulart. Seria interessante saber-se a origem de tal arbítrio. Sem explicação alguma que me elucide, levo o caso à conta de vaidade — vaidade de sapiência, ou então porque houvesse julgado o Gularte plebeu de mais para assinalar a sua qualidade de universitário em filosofia. Sob a capa de pessoa sábia era-lhe fácil alardear. Enfim, um mistério que levou para o outro mundo.

O estrangeirismo é evidente: *Goulart*. A grafia só por si, em sua simplicidade, está a denunciá-lo. Vejam bem: o *ou* da primeira sílaba admitido com a sonância de *u*, equivalência que jamais se usou cá por casa, e a segunda sílaba terminando pela consoante *t*, modo ortográfico genuinamente francês contrário à índole do nosso idioma. Um nome fabricado a martelo, não tenham dúvida.

E tanto o novíssimo Goulart é híbrido, que nem sequer falado está certo. Pronuncia-se muito descarada e inconcebilmente metade em francês (*gou=gu*) e metade em português (*lart*).

Sendo francesa a estrutura dada ao nome, como acabo de apontar, ao lê-lo nessa conformidade, para sermos criteriosos, devíamos pronunciar *Gular* — o que afinal não sucede, nem consta que jamais alguém da minha terra o tenha praticado. Por outro lado, se o soletrarmos na qualidade de portugueses de que nos presamos — obedecendo ao novo estatuto prosódico, dentro do qual o ditongo *ou* vale *ô*, e porque, ainda acatando o mesmo estatuto, o *t* final dos nomes próprios, sobretudo franceses, de letra forte e dura que é, se torna mudo — temos que silabar, sem a menor hesitação, *Gólar*. Estão percebendo?

Pois nem uma coisa, nem outra se faz: nem em francês, nem em português se procede certo. E não se faz pela simples razão de que duas funções antagônicas não podem coexistir, para um mesmo fim, num só lapso de tempo. Escreve-se Goulart, autêntica invencionice a ressumar galicismo por todas as costuras, e profere-se muito desimpe-

dida e portuguesissimamente Gularte ! Estou a ver, não entendem o absurdo. Nem eu. Só encontro uma explicação : é a língua no pleno exercício da sua independência, fiel à tradição, a puxar para a verdade.

Sejamos coerentes. Ou bem... Até a memória me está a ressuscitar aquela popular e esfusiante cançoneta de outrora :

Ou bem que o pão é fresco,
ou bem que o pão é quente ;
se é quente não é fresco,
se é fresco não é quente.

De duas uma. Ou bem que o nome é francês, consoante a fantasia do padre o criou e a grafia o indica (Goulart) e nesse caso dá-se-lhe, como de direito, a autonomia própria ; ou bem que é português, como sempre se pronunciou durante a lentidão de quatro séculos, e nesta hora, tal-qualmente os nossos avós, ainda se pronuncia (Gularte) e então reconduzam-no, na escrita, ao seu inicial nacionalismo. Ou bem que o pão é quente... Ou então a lógica é uma batata. Um vocábulo representado de dois modos, um para uso da palavra falada, outro para uso da palavra escrita, não se compreende. E' um aborto. E' irrisório.

E não fica por aqui. Há ainda outro e irregular aspecto da questão a considerar. Perante a desenvoltura com que se lança ao papel uma coisa muito diferente daquilo que se diz, a posição onomástica dos Goularts torna-se equívoca, senão, digamos antes, um pouquinho divertida. Não são Goulart, nem Gularte. Não são Goulart, porque a voz corrente por toda a parte, sempre os denominou e denomina Gularte ; não são Gularte, porque se assinam e toda a gente escreve, convictamente, *tout court*, Goulart. Que dizem a esta ? Até parece de comédia.

Grande trapalhada !

Mas... Cá temos o mas obstrucionista do costume. Infelizmente, é impossível baldear agora ao limbo o artifício do reverendo. Dada a sua ficção exótica, era de esperar que, a comêço, esbarrando com a passividade anónima, o nome se não adaptasse, e não fizesse carreira, como fez. Engano. Fê-la e afortunada. Não sei porque sortilégio

(snobismo, sem dúvida) o Goulart foi aceite por ilustres e não ilustres, e com tainanha rapidez se propagou que hoje aí o temos no tráfego ilhéu, a pedra e cal — *ever and ever*, creio eu.

Esta realidade aconselha-me, pois, a «não ir mais por diante c'ò sermão que ninguém me encomendou». O querer emendar ou anular aquilo que o tempo consolidou é tarefa precária. *Vox clamantis...* Nem essa era a minha finalidade. Pretendi apenas, dentro das possibilidades do meu engenho, esclarecer um tema que tem andado sempre confuso e semear nas consciências um grão de verdade. Atingi o máximo que podia ; — e não vou mais por diante. O resto já não é comigo.

Demais Gustavo le Bon está a segredar-me que não é fácil a qualquer eximir-se ao senhorio das multidões — e eu acredito. Acredito, e, pacificamente, me detenho, que não há outro expediente. O que está feito, feito está. E' melhor assim que pespegar-me para aí, sem honra nem proveito, a alanzoar, tal qual brame o mar, de teima pegada, contra a imobilidade das falésias. E ainda arriscado à mofa dos que não sabem ou não querem entender... Nada! Deixemos correr o marfim.

Mas o protesto fica lavrado.

M. L.

§ 1.º

- 1 — *José Martins* — c. c. Maria Gularte, ele natural das Lages (Pico), ela da Madalena. Por falta de fontes de investigação não me foi possível recuar mais na busca da ascendência. Tiveram :
- 2 — *Francisco Gularte Teles* — natural da vila das Lages, c. 8-8-1729 com Mariana de Jesus, de quem houve :
 - 3 — Manuel Francisco Gularte, que segue
 - 3 — Rita Clara de Jesus Gularte.
- 3 — *Manuel Francisco Gularte* — natural da Madalena, n. 23-2-1735, c. 15-7-1761 com Maria Inácia de Jesus.

Manuel Francisco Gularte era pessoa abastada, natural e morador na Madalena (Pico) onde agricultava vinhedos e explorava barcos de transporte entre o Faial e Pico. Tinha também residência na freguesia das Angústias (Horta) ali demorando-se grande parte do ano. Do seu consórcio houve :

- 4 — André Francisco Goulart, que segue
- 4 — Rita Aurélia Goulart, n. 8-4-1764, c. 4-5-1785 com José Luís Carolo, ao qual e seus ascendentes me refiro mais abaixo ao ocupar-me de André Francisco Goulart
- 4 — Maria Micoil (Micaela ?) Goulart, n. 7-6-1778, c. 22-4-1805 com José Bernardo Goulart, n. 7-8-1774. (V. § 3.º, n.º 1)
- 4 — António Goulart da Silveira.

O exímio açoreanista Ferreira de Serpa estranha que José Nunes

(V. § 2.º, n.º 4), primo deste António Goulart, se apelidasse Silveira, não se lhe conhecendo nenhum ascendente assim denominado, em vez de Goularte, que legalmente lhe competia pelo lado da mãe. Pois este António Goulart também adoptou o Silveira, sem contudo repudiar o Goulart como fez o primo. Alguma razão tiveram eles para o enxêrto.

Emigrou António Goulart para Macau, e por lá ficou, por sinal bem arrumado na vida, como vamos ver : fez fortuna e casou vantajosamente. Por certo ausentou-se a conselho e patrocínio do primo José Nunes. Sendo assim, nada mais certo também que se tivesse interessado, senão talvez associado ao importante comércio que este mantinha entre Lisboa e aquela possessão. O contrário é que seria menos provável.

Devemos crer que ambos, em consequência do negócio, grangeassem relações com o conselheiro Manuel Pereira, personalidade de grande destaque em Macau, por seus empreendimentos e grossa fortuna. Calculando que estas relações se houvessem estreitado, facilmente chegamos à hipótese de que houvessem sido elas a causa primária para o notável êxito de António Goulart — o seu enlace matrimonial com Rosa Pereira, filha do conselheiro. Era natural, lógico, digamos. Mais ou menos estava na órbita do negócio.

Saibamos quem era o conselheiro Manuel Pereira. Nada tem que ver com a linhagem dos Goularts ora presente ; mas o destino quiz que alguma coisa de sua parte ficasse a influir nesta história.

O conselheiro nasceu na freguesia de S. Tiago de Carvalhais, concelho de S. Pedro do Sul, a 9 de Abril de 1757, e ao redor dos trinta anos emigrou para Macau, onde conquistou riqueza e constituiu família, deixando numerosíssima geração. Ali faleceu em 10 de Março de 1826, jazendo sepultado em Lisboa, no jazigo n.º 1769, rua 9, do cemitério dos Prazeres.

O conselheiro Alfredo Pereira, que se notabilizou como director geral dos Correios e Telégrafos, era seu bisneto, nascido a 8 de Outubro de 1853, e apadrinhado junto da pia baptismal da Sé de Macau por José Bernardo Goulart (§ 3.º, n.º 1) que se encontrava naquela cidade, não sei se de permanência, se acidentalmente, em casa de outro do mesmo nome, seu filho, também ligado à família do conselheiro, em razão de consorciado com uma neta deste. É curioso este

facto duma criatura da ilha do Faial ter ido a lugar tão distante do Oriente paranimar um infante que veio a ser figura de destaque portuguesa.

O conselheiro Manuel Pereira era fidalgo cavaleiro da Casa Real e comendador das Ordens de Cristo e N. S.^a da Conceição. Teve a mercê do Conselho de Sua Majestade por carta régia de 1 de Março de 1816.

Dedicou-se ao exercício do comércio bancário, e tal fortuna adquiriu neste mister que vulgarmente o conheciam por Creso de Macau. Era um dos primeiros accionistas do poderoso estabelecimento de crédito The Hong-Kong and Shanghai Corporation e um dos fundadores e vice-presidente da Casa de Seguros de Macau, à qual, daqui a nada, me vou referir detalhadamente.

Possuía uma vasta quinta no morro Patane, afamada por nela se encontrar a decantada gruta do nome de Camões, ao abrigo da qual, segundo reza a tradição, o nosso vate compôs parte da sua epopeia. A quinta, outrora propriedade da companhia inglesa da Índia Oriental e que foi sede da embaixada britânica na China, adquiriu-a o conselheiro Manuel Pereira em 1815, e vendeu-a seu genro, Lourenço Marques, ao governo de Macau em 1885 pela quantia de 30.000 patacas.

O padre Tomás Aquino, entusiasta macaísta, descreve assim a gruta: «A gruta, situada à entrada do morro Patane, perto da igreja de Santo António, é formada por três grandes rochedos dispostos em dolmen: os dois laterais, formando duas paredes quasi paralelas, distam entre si 135 centímetros, num prolongamento de 332, com a altura de 450; o terceiro assenta sobre estes protegendo do sol e da chuva o busto do poeta». Na face fronteira do pedestal de tronco quadrangular foram esculpidas as três primeiras estâncias dos *Lusiadas*, e ao lado da gruta, em placas de granito, estão gravados um trecho extraído do poema *Camões* de Garret, o soneto de Tasso a Vasco da Gama, e diversas outras poesias em chinês, espanhol e inglês. O busto, trabalho escultórico de Bordalo Pinheiro, foi erigido em 1866 a expensas de Lourenço Marques.

Como eu disse há pouco, foi o conselheiro Manuel Pereira um dos fundadores da Casa de Seguros de Macau. Este estabelecimento fundou-se em 29 de Novembro de 1817 por carta régia datada de 18

de Maio de 1810, com o capital de 430 mil patacas — valor de 86 acções subscritas por 37 accionistas. Os dois principais, conselheiro Manuel Pereira e Leal Senado, tomaram cada um dez acções. António Goulart, genro do conselheiro, subscreveu com quatro.

Ao cabo de três anos de comércio o estabelecimento liquidou, conforme disposição dos seus estatutos, distribuindo um dividendo de 63.000 patacas. De seguida foi a sede mudada para Calcutá, instituindo-se nova sociedade com a quasi totalidade dos accionistas da anterior, em 6 de Dezembro de 1820. Mas o bom êxito alcançado pela primeira redundou em catástrofe com a segunda, Em consequência da falência duma empresa congénere, Joseph Barreto and Sons, na qual se achava depositada grande parte do capital da Casa de Seguros, esta viu-se forçada a uma liquidação que foi morosa e só dada por finda em 1878.

O senhor José de Campos e Sousa, no seu livro *Herança de Calcutá*, da qual me estou servindo na composição desta notícia, escreve: «Ultimada a liquidação da Casa de Seguros, os accionistas residentes em Calcutá receberam as suas partes. As quotas rateadas aos ausentes foram, para maior segurança, depositadas no Hong-Kong Banking Corporation de Calcutá. Sucedeu, porém, que, destes últimos, quasi todos, devido à insuficiência do quantitativo das acções, e à dificuldade, risco e dispêndio duma viagem de Macau a Calcutá — viagem que, nesse tempo, excedia amplamente o valor das acções — não levantaram o dinheiro. O resultado foi uma acumulação de juros que produziu uma quantia colossal, sem que ninguém, a bem dizer, disso se apercesse, até que o banco depositário fez, há uma dezena de anos (Campos e Sousa escreve em 1943) a devida participação ao vice-consul de Portugal em Calcutá».

Em 1901, quando a existência de tal depósito se tornara quasi totalmente esquecida, houve, ao que parece, uma tentativa pouco lícita por parte duns particulares (aproveitando-se do desinteresse por via desse tal esquecimento, e tentando iludir a boa-fé com promessa de indemnização a quem competisse parte na herança) para se apoderarem da enorme quantia depositada. A rectidão e perspicácia da autoridade jurídica fez gorar a consumação do ardil.

Neste meio tempo, os dinheiros que estavam em depósito no Official Trustee of Bengal na soma de 37.163,84 rupias provenientes

da liquidação da falência de Joseph Barreto and Sons, foram transferidos para a Tesouraria Governamental. Da reunião de tal importância com a existente no Hong-Kong Shanghai Banking Corporation, que os accionistas da Casa de Seguros não haviam levantado, proveio a enorme e deslumbradora herança de Calcutá, que tanto tem entretido as imaginações.

Em 15 de Fevereiro de 1908 o *Boletim oficial da provincia de Macau* inseriu um anúncio citando os herdeiros e interessados incertos, que se julgassem com direito a partilhar da referida herança, a deduzirem seus direitos e habilitações. Em resultado deste aviso surgiram deligências de que foram principais requerentes os herdeiros do barão de Porto Alegre, sogro do célebre faialense Miguel de Arriaga, ouvidor das justiças e governador interino de Macau, ali falecido em 13 de Dezembro de 1824. Contudo, porque havia duas liquidações — a da Casa de Seguros e a da firma Joseph Barreto — e porque convinha, antes de tudo, descreminar quais os accionistas da primeira Casa de Seguros e quais os da segunda, o que não era fácil, em razão de se desconhecer a lista destes últimos, o assunto caiu em compasso de espera.

No ano de 1920, cada acção, com seus juros acumulados avaliava-se em 1.200.000 rupias. Hoje, decorridos mais trinta e dois anos, a quanto montará? E, se por ventura possível conhecer até que cifra se eleva esse montante — quanto valerá agora cada uma dessas acções em moeda metropolitana, computada a rupia, como actualmente está, em 6\$20 escudos?... Calculem.

Nesse ano de 1920, o Leal Senado de Macau deliberou empregar os seus esforços para haver aquilo que de direito lhe competiria na disputa do colossal depósito. O presidente foi encarregado de averiguar primeiramente o que havia de verdade a tal respeito. Sem dúvida esbarraram com as mil e uma dificuldades que o decurso dum século emaranha ao redor de qualquer história, porque o Leal Senado não mais tugiou, nem mugiu àcerca da sua pretensão. Permanecia o caso de se descreminar primeiro que tudo quais os accionistas da primeira Casa de Macau e quais os da segunda. A isto se circunscrevia o bu-sillis, porque não havia maneira de se descobrir o paradeiro da lista dos associados da Casa de Calcutá.

E assim continuou emperrado o problema — e continua.

Subsistem, pois, a ansiedade, os sonhos, os desânimos que a famosa *herança de Calcutá* tem mantido no espírito de quantos (e numerosíssimos são) se julgam por ela abrangidos — por exemplo, aqui para nós, os descendentes directos ou colaterais de António Goulart da Silveira e José Bernardo Goulart, que eram, nada mais nada menos, um tio, outro primo co-irmão do morgado Manuel Francisco Goulart.

De facto o caso, praticamente, é complicado, e, quanto mais tempo decorre, maior a complicação. Certidões de nascimento, de casamentos, de óbitos, de partilhas para provar o direito à quota parte que cabe a cada, as despesas de buscas ou de viagens, os bisantinismos burocráticos — isto sem deitar conta ao tempo e à paciência a empregar.

O senhor José de Campos e Sousa diz que os interessados não têm desenvolvido uma acção inteligente e eficaz. E conclue os seus comentários com as seguintes palavras que eu, terminando esta exposição, me apraz transcrever: «Preferindo deligências individuais e egoistas, monetariamente fracas, burocraticamente complexas, nunca se resolveram a pôr o problema em equação da única maneira radical e lógica: unirem-se em poderoso grupo, já com possibilidades financeiras, e representado em juízo por três advogados, um em Lisboa, outro em Macau e o terceiro em Goa e Calcutá. Provada a existência e constituição da Casa de Seguros, estabelecer-se-iam a lista definitiva dos accionistas e os direitos de cada um; provar-se-ia também que os accionistas ou seus representantes não haviam, de modo algum, alienado os respectivos direitos. Deduzir-se-ia, por fim, genealógicamente, a descendência dos accionistas, determinando-se a parte respeitante a cada um dos herdeiros».

Era o remate. O mais são escolhos, palavras...

António Goulart da Silveira, do seu consórcio com Rosa Perpétua Pereira, filha do conselheiro Manuel Pereira, teve:

- 5 — Maria Antónia Pereira, n. 5-6-1812, 1.º c. c. Bernardo Duarte, 2.º c. c. Francisco José da Costa Amaral, nascendo deste segundo consórcio:

- 6 — F... Goulart da Silveira Costa Amaral

4 — Francisco Vieira Goulart, clérigo, n. 16-11-1765

Bacharelou-se em filosofia na universidade de Coimbra, em 1794, segundo afirma o seu biógrafo Silveira Macedo (Ferreira de Serpa diz que não) ingressando de seguida na Academia Real das Ciências por influência do célebre naturalista abade Correa da Serra.

Em 1796 foi para S. Paulo (Brasil) como secretário do bispo Mateus Pereira, com o qual se desentendeu, ficando depois na intimidade e também secretário do governador, capitão general Castro Mendonça. Exerceu ali o lugar de professor régio de filosofia racional e moral, cumprindo ao mesmo tempo algumas comissões de serviço, como, por exemplo, a reorganização da Botica Real, estabelecimento dum hospital militar e dum jardim botânico.

Demitido o governador, regressou Vieira Goulart a Portugal, conseguindo ser nomeado vigário da Matriz da Horta, por carta régia de 17 de Outubro de 1805. Opôs-se, porém, o bispo de Angra, D. José Pegado, à sua colação, sem a precedência dum exame sinodal. O espírito mundano do padre, versejando poesias de amor e afeito a materialismos científicos, assustaram certamente o prelado. É possível que houvesse também interesses particulares na Horta, a defendem-se.

O exame foi prestado em Outubro do ano seguinte, declarando os reverendos examinadores no seu relatório, com rudeza e atrapalhada gramática: «...duma tal ignorância de Teologia Moral, mas até tão pasmosa e lamentável Teologia Dogmática». Na sua informação o bispo carregou a mão, salientando ser o interessado demasiado surdo para exercer convenientemente o cargo que pretendia, portanto incapaz para ouvir a preceito as pessoas, de confissão.

Durante cinco anos esperou o padre Vieira Goulart a sua colação, que nunca se realizou, em consequência da ronceirice das secretarias e obstrucionismo de sua Ex.^a Reverendíssima. Nem havia que admirar, porque o prelado, segundo voz pública, era um renitente dos quatro costados. Neste meio tempo permaneceu Vieira Goulart no Faial, ocupando-se em práticas medicinais, especialmente na vacinação contra a varíola, que a Câmara Municipal muito se empenhava divulgar.

Despeitado pela demora, mudando de ideia, obteve então, em

Janeiro de 1810, possibilidade de se ausentar para o Rio de Janeiro, onde se encontrava a Côrte. Todavia, não sei porque, só embarcou para lá um ano depois.

Mal chegou, como represália à obstinação do bispo, fez-se nomear chantre da própria Sé de Angra, por decreto de 3 de Abril de 1811. O prelado ainda tentou reagir; mas um aviso régio em geito de censura aplacou-lhe a pertinácia — e o padre Goulart, na pessoa dum seu procurador, foi, enfim, colado na referida dignidade, em 8 de Fevereiro de 1812. Mas nunca se apresentou a exercer o cargo. O que lhe importava, sem dúvida, era vencer o bispo. Teve autorização para se conservar na Côrte, exercendo as funções de director do Laboratório Químico e Prático. Nesta situação faleceu.

Foi um apreciável poeta de género arcadiano, então muito em voga. Algumas das suas composições são dum mimo e sentimento pouco vulgares. O quinzenário *Grémio Literário*, que se publicou na Horta, recolheu grande número das suas produções, que, à minguia de imprensa local na época do reverendo, nos foram transmitidas manuscritas.

4 — *André Francisco Goulart* — n.º 1762, c. 10-1-1805 com sua sobrinha Rosa Micaela Goulart Carolo, n. 1789, m. 10-11-1830, filha da irmã dele, Rita Aurélia, casada com José Luiz Carolo.

Foi por virtude deste casamento de André Francisco Goulart que o grande vínculo instituído por Simão Luís Carolo veio parar às mãos da família Goulart-Medeiros, e na sua posse se extinguiu, por força da lei de desvinculação.

Presumo que Simão Luís Carolo fosse natural da ilha do Pico, em particular dos lados de S. Roque, onde, ainda há bem pouco tempo, se topava o apelido Carolo. Segundo os meus cálculos, inclino-me a que tenha nascido no decurso do primeiro quartel do século XVII. Quanto à sua progenitura, por ausência de fonte e documentos coevos, que imagino ainda existirem, mas de que me não foi possível obter a cedência para a conveniente e, de certo, proveitosa investigação, nada sei. É pena, porque, sem dúvida, colheria informações de sumo interesse para a história do vínculo, sobretudo para mais completo conhecimento da figura de Simão Luís Carolo e das obras importantes que subsidiou. Assim, valendo-me só do que sei, escasso é

aquilo que posso dizer, e isso mesmo obtido em grande parte por tradição e na exiguidade histórica de Silveira Macedo.

Em novo, como genuíno açoreano afeiçoado ao mar, elemento inspirador de deserções aventureiras, embarcou para longe, indo parar às Antilhas, recesso do mundo então ainda pouco conhecido. Ignorava-se o que por lá fez. Foi à busca de fortuna, e, de facto alcançou-a a julgarmos pelos benefícios que espalhou a mãos largas, ao regressar à sua terra. Felizmente as suas generosidades de maior vulto ficaram de boa memória, salientes, a exaltarem-lhe o nome; mas quantas outras se sumiram no anonimato, talvez por mínimas, e que, mesmo assim, ajudariam também a acrescentar-lhe a honra e fama...

Antes de recolher ao cantinho natal demorou-se em Lisboa, não se sabe com que propósito, sendo, porém, de se supor que a regular interesses monetários — talvez a rogar alguma mercê, braço de armas, a instituição do vínculo... Quando já no solo ilhéu, prodigalizou-se em bem-fazer. Esmolou magnanimamente os hospitais de Angra e Horta; dotou para freiras no convento de S. João quatro sobrinhas suas, pobres; foi o principal benfeitor na reconstrução da igreja dos padres franciscanos da Horta, que se encontravam sem a casa de Deus.

O convento e igreja de S. Francisco na Horta eram situados à beira-mar, no sítio ainda hoje conhecido por *Pedras-dos-frades*. Em Novembro de 1669 uma furiosa tempestade levantou vagalhões colossais, que investiram contra a terra, destruindo por completo a casa e templo dos monges.

Já anos atrás esse mesmo mar, de igual sorte enfurecido, lhes arruinara bastante o pobre cenóbio, que à custa de esmolos acabaram de reedificar em 1609. Uma dúzia de anos antes tinham sido os demónios da armada do inglês, conde Essex, que, saqueando a vila e destruindo pelo fogo quatro igrejas, lhes incendiaram também igreja e convento. O cronista Fr. Agostinho de Monte Alverne informa que os ornamentos, imagens e objectos do culto escaparam por terem as freiras acautelado tudo num esconderijo «que fizeram debaixo da escada de pedra que sobe da portaria ao dormitório».

Veio, no entanto, aquele fatídico 1669 e outra vez mosteiro e templo ficaram em ruínas. Cuidaram os freires de erguer novo abrigo, então em lugar mais seguro. Mas porque a sua penúria era sempre a

mesma, não houve remédio senão tornarem a implorar o auxílio da caridade pública, que, louvado Deus, acudiu generosa.

Não caraceram de rogar muito a Simão Carolo, que de pronto se distinguiu entre os benfeitores, tomando sobre si os gastos, nada pequenos, com a feitura da capela-mor do templo, nomeando-se dela padroeiro. Mais a dotou com 35 moios de trigo perpétuos, e lhe ofereceu dois pontificais completos e uma lâmpada de prata.

A capela fez-se e magnífica, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. É um primor de arte em talha dourada, ornada com dois *panneaux* de azulejos, estilo da época, em roda-pé, alusivos à vida de S. Francisco. e de abóbada apainelada, em talha do mesmo género, enquadrando vinte e cinco telas, que têm por assunto os mistérios da Virgem. O trabalho de escultura custou, só por si, a avultada soma de 5.000 cruzados.

Concluída a igreja e aberta ao público em Novembro de 1700, cuidaram os frades de cumprir a vontade do doador, trasladando-lhe para ali os ossos que se achavam devotamente acautelados no capítulo do convento franciscano da cidade de Angra, onde ele havia falecido em 1676. Trouxeram-nos e deram-lhes repouso num sepulcro de pedra branca, sob a credência do lado do Evangelho, conforme desejo dele.

A esmola que fizera e confirmára em testamento, de dotar para freiras quatro sobrinhas suas, pobres, rectificaram-na elas, então já recolhidas e ao tomarem o véu de professoras, por escritura de 15 de Fevereiro de 1677. Este instrumento, incluso no livro IV do arquivo do mosteiro — livro que pesquisei e outros mais — insere o seguinte trecho, que, de elucidativo que é, não posso deixar de transcrever: «vindo das partes das Indias de Castela para esta ilha o dito seu tio com parte dos bens que Deus foi servido dar-lhe com desejo de fazer as suas mais chegadas parentes pobres virtuosas e recolhidas e por serem elas deste numero, etc.».

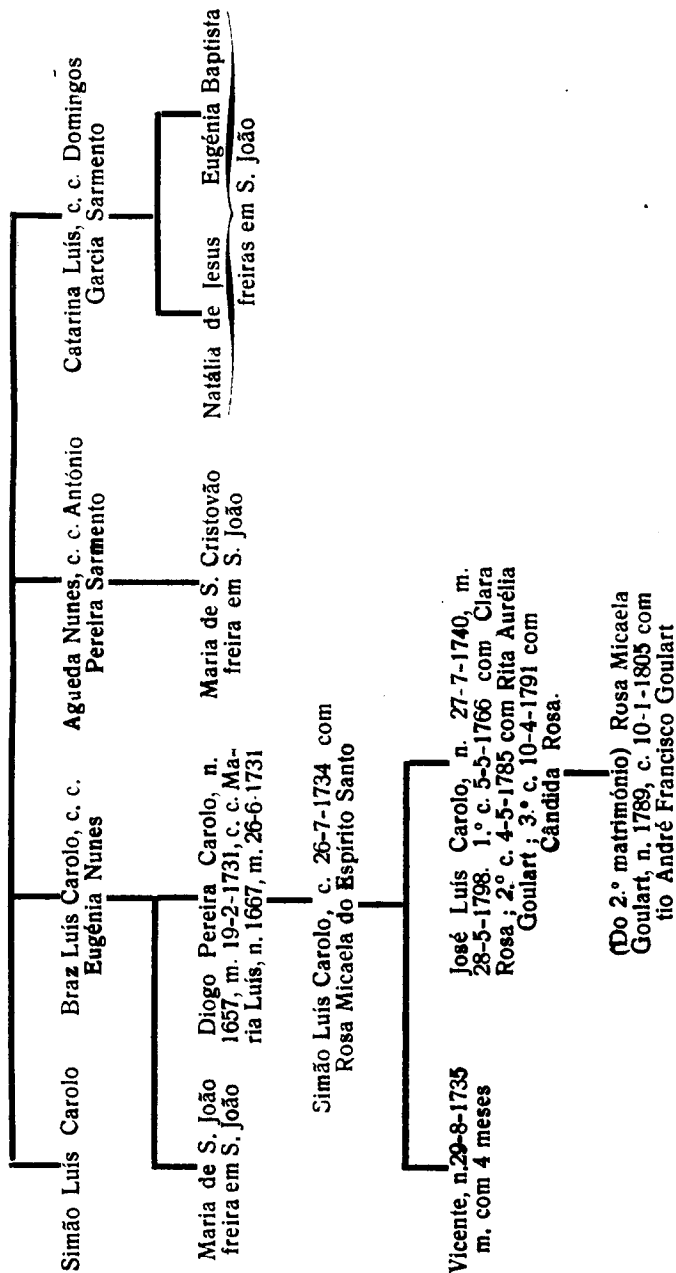
Este espaçado andar de aventura pelas «partes das Indias de Castela» e a fortuna notável que por lá amealhou foram motivo de ficar vulgarmente conhecido pelo *Castelhano*.

Usou braço de armas, desconhecendo-se todavia a carta desta mercê — se a houve. No fecho do arco triunfal da capela-mor de S. Francisco, na Horta, encontra-se um escudo feito de talha dourada

com essas armas que são : — de vermelho com um leão de oiro batilhante, e em orla os cordões de São Francisco ; elmo de oiro fechado e posto de frente.

Por não ter constituído família, herdou o vínculo com suas prerrogativas e encargos o irmão Braz Luís.

Eis a árvore genealógica dos Carolos :



O terceiro casamento de José Luís Carolo foi episódio a modo de comédia, que deu brado.

Cândida Rosa, pela sua humilde condição, filha dum modesto alfaiate, não oferecia idoneidade suficiente para se ligar a Luís José Carolo, pessoa a quem o importante vínculo que herdara dava foros de fidalguia. Ao enviuvar pela segunda vez, cativou-se da menina do alfaiate, e de tal modo embeuçado, que logo concebeu o propósito de casamento. Surgiu-lhe, porém, a parentela architectando entraves, em especial o cunhado, André Goulart, possivelmente, talvez já enviezando olhares cúpidos para a posse (que afinal sempre pilhou) do grosso vínculo. Todos classificavam o intento de José Luís um dislate; — e ninguém condenava a opposição da família, porque, além de razoável, havia ainda o peso da voz geral, que, de há muito, o considerava um simplório. Seria; mas o facto é que ele governara sempre a sua vida com acerto. E por acaso, alegava ele, era crime casar com uma pessoa humilde?

José Luís não temeu os empecilhos. Era senhor da sua vontade. Mas o ouvidor não dava andamento ao enlace, antes se entregava de todo aos indícios justificativos do empedimento...

Teve então uma ideia genial. No dia 10 de Abril de 1791 (por sinal dia de Ramos) ele e Cândida Rosa foram à missa, de madrugada, na igreja da Misericórdia. Escutaram o officio divino muito naturalmente, com a maior unção. Nisto, quando o reverendo, numa mesura, se preparava para o *Benedicamus domino*, José Luís alça-se resolutos, pedindo em voz alta que fossem todos testemunhas daquilo que ia praticar; — e, de mão na mão de Cândida Rosa, clamou:

— Eu, José Luís Carolo, recebo a vós, Cândida Rosa, por minha legítima mulher, como manda a Santa Madre Igreja de Roma!

O sacerdote ainda sem bem compreender o que acontecia, traçava com seu vagar o gesto sacramental da benção.

Um borborinho. Um escândalo!

O ouvidor inteirado da esperteza, dentro de pouco, cêrca das oito horas, manda prender os dois culpados, então já recolhidos a casa maritalmente, e encerra-os a dentro das grades inexpugnáveis do cárcere. No dia seguinte estavam autoados.

Todavia, passados seis dias, considerando o caso mais serenamente, o ouvidor lavrava despacho livrando os reus da prisão, sem

prejuízo de seguimento da devassa, sob pena de excomunhão *ad cautelam* até o delito ser julgado pela entidade superior. Arrastou-se o processo por secretarias e cartórios, numa lentidão burocrática de todos os tempos, que impacienta. Aos prevaricadores, na paz plena da lua de mel, bem pouco lhes importava o excesso da demora. Tinham legalizado ante a igreja a sua união. . .

Cinco anos depois, enfim, a 15 de Maio de 1796, o Tribunal da Legacia pronunciou sentença absolvendo os reus e levantando-lhes a pena preventiva da excomunhão, consequentemente considerando válido o casamento por eles teatralmente efectuado. Nesta data andava Cândida Rosa grávida duma criança que pouco viveu.

Esta história romanesca que aqui deixo resumida pode ler-se com mais explícitos pormenores no processo que a tal respeito correu existente no arquivo da ouvidoria eclesiástica da Horta.

André Francisco Goulart, do seu casamento com a sobrinha Rosa Micaela Goulart Carolo, teve os seguintes filhos :

- 5 — Manuel Francisco Goulart, que segue
- 5 — Rita, n. 20-11-1809, m. criança
- 5 — Maria, n. 4-11-1805, m. criança
- 5 — Rosa Leopoldina Goulart, n. 30-12-1806, c. 21-7-1834 com Mateus Borges Machado Hasse. Tiveram :

6 — Mateus Borges Machado Hasse

- 5 — Rita Clementina Goulart, n. 21-7-1813, m. 1-8-1899, c. 11-10-1834 com Bento Joaquim Cordeiro, m. 10-6-1885, nascendo deste consórcio

- 6 — Simão Cordeiro, n. 1-8-1842
- 6 — Capitolina, n. 22-3-1836, m. 22-4-1836
- 6 — Rita Júlia Cordeiro, n. 2-7-1837, m. 30-10-1890
- 6 — Elvira Amâncio Cordeiro, n. 8-4-1840, m. 9-3-1924. 1.º c. 18-10-1866 com Francisco Dutra Nobrega, m. 17-2-1887 ; 2.º c. 4-6-1888 com o general António Mariano Cesar de Oliveira Ribeiro, m. 8-12-1901.

- 5 — Manuel Francisco Goulart — n. 15-12-1811, c. c. Maria

Alexandrina da Costa, da freguesia dos Flamengos, nascendo deste matrimónio :

6 — Maria Alexandrina Goulart, que segue

6 — Maria Leonor Goulart, n. 9-8-1841, c. 26-7-1862 com Cristiano Frederico de Aragão Moraes, que foi juiz de direito na Horta. Tiveram :

7 — Leonor Goulart de Aragão Moraes, n. 4-7-1864, m. 20-9-1941, c. 27-4-1893 com Francisco dos Santos Silveira, n. 20-10-1863, m. 10-2-1940. Tiveram :

8 — Francisco Frederico de Aragão Moraes, n. 3-1-1894, m. 10-9-1933, c. 30-10-1918 com Maria Adelaide Bárbara Ferreira, de quem houve :

9 — Francisco António, n. 5-12-1929, m. 12-1-1931

9 — Helena Maria, n. 30-11-1921

8 — Margarida de Aragão Silveira, n. 26-12-1899, c. 30-6-1907 com Carlos Alberto Spartley, n. 4-4-1891, havendo deste consórcio :

9 — Marta, n. 21-12-1921, m. 6-5-1936

9 — Luís Spartley, n. 1-2-1920, c. 2-12-1944 com Fernanda Palma Leal, de quem houve :

10 — Maria Margarida, n. 21-11-1945

10 — Marta Maria, n. 19-2-1947

10 — Guilherme Manuel, n. 18-11-1948

10 — Tomás Manuel, n. 18-12-1950

8 — Maria de Lourdes de Aragão Silveira, n. 6-5-1905

7 — Cristiano Goulart de Aragão Moraes, n. 28-5-1869, m. 5-8-1917, c. 9-2-1901 com Elisa Sarmiento Lahmeyer n. 8-5-1870, m. 13-3-1916. Tiveram :

8 — Cristiano Lahmeyer de Aragão Moraes, n. 22-7-1904, c. 28-7-1930 com Maria Emilia Franco Tavares de Medeiros, de quem houve :

9 — Maria Helena, n. 28-8-1931

- 9 - Maria João, n. 19-6-1933
- 9 — José Frederico, n. 3-7-1934
- 8 — Gabriela Lahmeyer de Aragão Morais, n. 7-10-1905, c. 8-12-1926 com Jerónimo José Carneiro, nascendo deste matrimónio :
 - 9 — Tereza Maria, n. 15-9-1928
 - 9 — Jerónimo José, n. 10-3-1930
- 7 — Augusto Goulart de Aragão Morais, n. 26-5-1878, c. 4-5-1905 com Henriqueta Pereira, de quem houve :
 - 8 — Margarida Augusta Pereira de Aragão Morais, n. 13-3-1906, c. 15-9-1941 com Henrique Pires, n. 1-9-1911
 - 8 — Edmeia Pereira de Aragão Morais, n. 30-8-1911, c. 26-12-1944, com António Baptista de Almeida, n. 20-7-1912. Tiveram :
 - 9 -- Maria Leonor, n. 5-12-1947
- 6 — Rosa Adelaide Goulart, c. 26-10-1859 com João Carvalho Goulart, havendo deste matrimónio :
 - 7 — Rosa Carvalho Goulart de Medeiros, n. 8-1-1861, c. c. primo José Bernardo Goulart (V. § 3.º, n.º 3)
 - 7 — Alfredo Goulart de Medeiros, n. 2-3-1865
 - 7 — João Goulart de Medeiros, n. 1-1-1862, c. c. Hortensia da Silveira, de quem teve :
 - 8 — Alfredo Silveira de Medeiros
 - 8 — Maria Silveira de Medeiros
 - 8 — Jacinto Silveira de Medeiros
 - 8 — Olga Silveira de Medeiros
 - 8 — Natália Silveira de Medeiros
 - 8 — João Goulart de Medeiros, c. c. prima Maria Palmira Nobre Goulart de Medeiros (V. abaixo, n.º 8) de quem houve :
 - 9 — Ema Maria Nobre Goulart de Medeiros, n. 26-9-1940

- 8 — Hortensia da Silveira Medeiros, c. c. Erich Max Wolfgang Corsepilus. Tiveram :
- 9 — Johann Max Corsepilus
 - 9 — Ernst Erich Wolfgang Corsepilus
 - 9 — Horst Wolfgang Corsepilus
 - 9 — Yoland de Medeiros Corsepilus
- 6 — Maria Leonor Goulart, n. 22-9-1844, c. 3-3-1869 com José de Betencourt Vasconcelos Correa e Avila. Tiveram :
- 7 — José de Betencourt Vasconcelos Correa e Avila Júnior, n. 29-7-1873 (a), c. 21-11-1904 com Maria Albina de Castro Neves, nascendo deste consórcio :
- 8 — João de Betencourt Vasconcelos Correa e Avila, n. 26-2-1909, c. c. Laura de Matos, de quem houve :
- 9 — Maria Izabel de Matos Correa e Avila
 - 9 — João de Betencourt Matos Correa e Avila
- 7 — Alice Goulart de Betencourt Correa e Avila, n. 9-2-1879, c. 10-10-1900 com José Pacheco da Costa Salema, oficial da marinha de guerra, capitão do porto da Horta. Tiveram :
- 8 — Alice Betencourt da Costa Salema, n. 13-8-1901, c. 15-9-1923 com Manuel Stattmiller de Saldanha e Albuquerque, 4-2-1892, m. 1950. Tiveram :
- 9 — Maria Manuela de Betencourt Salema Stattmiller de Saldanha Abreu e Melo, n. 8-9-1924
 - 9 — Maria Zoraida Betencourt Salema Stattmiller Saldanha, n. 26-3-1927
 - 9 — Carlos Manuel Salema Stattmiller Saldanha Albuquerque, n. 15-11-1929
 - 9 — Alda Maria Betencourt Salema Stattmiller de Saldanha, n. 17-7-1930

- 8 — Augusto de Betencourt da Costa Salema, n. 20-1-1903, c. 19-11-1931 com Estela de Carvalho Simas, n. 6-11-1902, de quem houve :
- 9 — José de Simas da Costa Salema, n. 15-9-1932
9 — Maria Judite Simas da Costa Salema, n. 24-10-1934
- 8 — Sofia Bettencourt da Costa Salema, n. 12-12-1903, c. 5-7-1922 com Filomeno Brazil Bicudo, n. 8-12-1899, havendo deste consórcio :
- 9 — Maria Elisa Betencourt da Costa Salema Brazil Bicudo Decq Mota, n. 8-5-1923
9 — Maria Leonor Betencourt Costa Salema Brazil Bicudo, n. 5-3-1926
9 — Filomeno Salema Bicudo, n. 18-4-1932
- 8 — Maria Herminia Betencourt da Costa Salema, n. 7-2-1906, c. 1-10-1925 com Emidio Casa Nova Barreto, n. 18-9-1899
- 8 — José de Betencourt da Costa Salema, n. 6-4-1909
- 6 — Capitolina Goulart, n. 7-4-1848, c. 13-5-1871 com Augusto Carlos da Silva, oficial da Armada, capitão do porto da Horta
- 6 — Evarista Goulart, n. 22-10-1849, c. 6-6-1868 com Eduviges Hernandez Prieto (a). Tiveram :
- 7 — Eduviges Goulart Prieto, bacharel em direito, n. 27-7-1870, m. 21-8-1916, c. 25-10-1897 com Luiza Soares de Melo (b) de quem houve :
- 8 — Capitolina Prieto, n. 13-5-1904, c. c. Amadeu Ferreira Deusdado, havendo deste consórcio :
- 9 — Maria de Lourdes Melo Simas Prieto Ferreira, c. c. Mario Lopes Seixas Antão

(a) V. do autor *Famílias faialenses*, tit. Pais, § 2.º, n.º 7.

(b) Idem, idem, tit. Soares, § 4.º, n.º 11.

- 9 — Maria de Lourdes Prieto Deusdado
- 9 — Olga Maria Prieto
- 9 — Gabriela Ferreira Deusdado
- 9 — Augusto de Melo Simas Prieto Ferreira
- 8 — Augusto de Melo Simas Prieto, n. 5-5-1909.
- 6 — Hermenegilda Goulart, n. 1850, c. 27-1-1871, c. Francisco Ribeiro Pamplona Corte Real, n. 11-3-1848 (a). Tiveram :
- 7 — Guilherme Goulart Pamplona Corte Real, n. 4-8-1877, c. 25-11-1905 com Judit Terra Mesquita. n. 3-2-1880 (b) de quem houve :
 - 8 — Judit de Mesquita Pamplona, n. 7-9-1906
 - 8 — Maria Ema Mesquita Pamplona, n. 9-11-1908, c. c. Francisco Calheiros Menezes Ribeiro, n. 23-11-1900. Tiveram :
 - 9 — Olga Maria Pamplona Ribeiro, n. 11-6-1931
 - 9 — Maria Judit Pamplona Ribeiro, n. 13-5-1937
- 7 — Albertina Goulart Corte Real, n. 28-12-1887, c. c. Manuel Ribeiro Teles
- 7 — Carlos Pamplona Corte Real, n. 28-11-1890, c. c. Maria Berquó (c) de quem houve :
 - 8 — Maria de Berquó Pamplona
- 7 — Maria Tereza Pamplona, n. 22-8-1872, c. 5-10-1893 com Armando Rocha Bettencourt, n. 26-7-1871 (d) nascendo deste consórcio :
 - 8 — Armando Pamplona Bettencourt
- 6 — Irene Goulart, n. 19-2-1853, c. 30-9-1876 com Fulgêncio Antônio da Costa Brito. Tiveram :

(a) V. do autor *Famílias faialenses*, tit. Ribeiros, § 3.º, n.º 7.
 (b) Idem, idem, tit. Terras, § 3.º, n.º 11.
 (c) Idem, idem, tit. Berquós, § 1.º, n.º 9.
 (d) Idem, idem, tit. Bettencourts, § 3.º, n.º 9.

7 — Irene Zulmira Goulart da Costa Brito, n. 8-7-1877, c. 1906 com Alberto de Carvalho Albuquerque, havendo deste matrimónio :

8 — Vasco Goulart de Brito Albuquerque

8 — Rui Alberto Goulart de Brito Albuquerque

7 — Julio Goulart de Brito, n. 14-5-1879, c. c. Beatriz Rodrigues de Sousa Lopes, de quem teve :

8 — Julio Beirão de Brito

8 — Nuno Alvaro Rodrigues de Sousa Lopes Goulart de Brito

8 — Maria de Lourdes Rodrigues de Sousa Lopes Goulart de Brito, c. c. Luís Fernando de Vasconcelos Pequito Cortez Pimentel

8 — Fernando Beirão Goulart de Brito

8 — Maria Fernanda Rodrigues de Sousa Lopes Goulart de Brito, c. c. Teodósio Roberto Duarte Silva, nascendo deste matrimónio :

9 — Luís Filipe de Brito e Silva.

6 — *Maria Alexandrina Goulart* — c. 21-4-1863 com o doutor Manuel Francisco de Medeiros. Foi D. Maria Alexandrina o ultimo administrador do vínculo instituído por Simão Luis Carolo.

O doutor Manuel Francisco de Medeiros descendia duma família ilustre, e tornou-se no seio da política local figura de grande destaque. O pai, seu homónimo, e também médico, notabilizou-se no exercício das suas funções, realizando curas tidas por maravilhosas, e ainda salientando-se como um dos principais adeptos de D. Pedro IV, no Faial. O avô, José Francisco de Medeiros, foi negociante e cônsul napolitano na ilha. Teve um tio, do nome do avô, que seguiu a carreira da magistratura, falecendo já no cargo de desembargador.

Formou-se Manuel Francisco de Medeiros em filosofia e medicina na universidade de Coimbra. Exerceu sempre os lugares de facultativo municipal e da Santa Casa da Misericórdia, estabelecimento este que teve nele um dos seus mais dedicados patronos. Como homem público — chefe do partido progressista local desde 1879 — foi in-

discutível e invariavelmente, uma entidade escrupulosa, justa, ponderada. Um seu biógrafo dedicou-lhe estas palavras: «Entrou imaculado na política; saiu dela honrado e pelos próprios adversários venerado».

Ao iniciar a vida pública tomou conta do semanário *O Atlântico*, que redigiu durante muitos anos. Foi sócio fundador da associação Grémio Literário Faialense, promovendo ali interessantes serões de Arte, literários, musicais, teatrais, que muito concorreram para a nomeada do grau cultural da sociedade faialense de então.

Do seu casamento teve o doutor Manuel Francisco de Medeiros a seguinte prole:

7 — Manuel Goulart Medeiros, que segue

7 — Alberto Goulart de Medeiros, n. 10-11-1863, formado em medicina pela escola médico-cirúrgica do Porto, c. c. Rosalina Campos, de quem houve:

8 — Alberto Campos Goulart de Medeiros, formado em medicina pela escola médico-cirúrgica de Lisboa, c. c. prima Maria Augusta Goulart Branco (§ 3.º n.º 5) nascendo deste consórcio:

9 — Alberto

9 — António

9 — Maria Clementina

8 — Maria Emilia Goulart de Medeiros

8 — Rosalina Goulart de Medeiros

8 — Manuel Campos de Medeiros

8 — Manuela Goulart de Medeiros, c. c. Julio de Lacerda Nobriga (a) nascendo deste consórcio:

9 — Maria Manuela Nobriga

9 — Maria de Lacerda Medeiros Nobriga

9 — Maria das Mercês Nobriga

7 — Maria Goulart de Medeiros, n. 6-3-1867, c. c. António Teixeira de Aguiar, general de infantaria, havendo deste consórcio:

(a) V. do autor *Famílias faialenses*, tit. Pereiras, § 8.º, n.º 13

- 8 — Mario Goulart Teixeira de Aguiar, formado em medicina
- 7 — Pedro Goulart de Medeiros, n. 10-10-1869, formado em medicina pela escola médico-cirúrgica do Porto, c. c. Maria Ema Nobre de Medeiros, n. 14-7-1871, m. 25-6-1938. Deste matrimónio nasceram :
- 8 — Maria Amélia Nobre Goulart de Medeiros, n. 7-3-1899, c. 22-8-1939 com Luís da Costa Vale. Tiveram :
- 9 — João Goulart Nobre de Medeiros Vale, n. 11-7-1930, m. 2-8-1951
- 9 — Pedro Goulart Nobre de Medeiros Vale, n. 14-7-1931
- 8 — Maria Palmira Nobre de Medeiros, n. 4-4-1905, c. c. primo João Goulart de Medeiros (V. acima n.º 8)
- 8 — Julio Nobre de Medeiros, n. 17-8-1906, c. 1939 com Helena Hidalgo Biscouto, de quem houve :
- 9 — Orlando Julio Hidalgo Goulart de Medeiros, n. 1940
- 9 — Maria Helena Hidalgo Goulart de Medeiros, n. 1941
- 7 — Jaime Goulart de Medeiros, n. 8-3-1872, c. 21-4-1894 com Amélia de Castro, nascendo deste consórcio :
- 8 — Manuel Goulart de Medeiros, n. 5-1-1895, c. c. Graziela Olga Pereira, de quem houve :
- 9 — Jaime Manuel Pereira Castro Medeiros, n. 3-9-1920, m. 1-6-1946
- 9 — Manuel Francisco de Medeiros Junior, n. 12-2-1922
- 9 — Maria Tereza Pereira Castro Goulart de Medeiros, n. 24-11-1927
- 7 — Adolfo Goulart de Medeiros, n. 10-3-1874, c. 18-5-1901 com Carolina Goulart Rosa, n. 18-3-1883, de quem houve :
- 8 — Maria Goulart Rosa de Medeiros, n. 14-2-1902, m. 28-1-1903

7 — Augusto Goulart de Medeiros, capitão de mar-e-guerra, n. 1-2-1878, c. 27-5-1903 com Maria Julia Loureiro de Macedo, da família do barão de S. José de Porto Alegre, de Macau, n. 21-7-1883. Tiveram :

8 — Maria Augusta de Macedo Goulart, n. 19-4-1904, c. 24-2-1930 com Emilio d'Espiney Patricio, bacharel em direito e diplomata, havendo deste consórcio :

9 — António Augusto Medeiros Patricio, n. 3-10-1930

9 — Rui Manuel Macedo Medeiros Patricio, n. 17-8-1932

8 — Maria Amélia Macedo Goulart de Medeiros, n. 13-4-1906, c. 22-6-1939 com António Vitorino de Lacerda e Almeida, bacharel em direito, havendo deste matrimónio :

9 — António Vitorino Goulart de Medeiros Almeida, n. 21-5-1940

8 — Maria Luiza Macedo Goulart Medeiros, n. 1-1-1911, c. 10-12-1932 com Arménio da Fonseca Lopes, n. 4-1-1906, licenciado em sciências económicas e financeiras. Deste consórcio nasceram :

9 — Maria da Conceição Medeiros da Fonseca Lopes, n. 1-12-1933

9 — Augusto José Medeiros da Fonseca Lopes, n. 30-6-1935.

7 — *Manuel Goulart de Medeiros* — n. 24-3-1861, m. 18-2-1947. Era coronel de artilharia, reformado, à data do seu falecimento.

Desde muito novo apaixonaram-no as ideias republicanas, que manteve sempre integras, muito embora o pai fosse um fiel servidor da causa monárquica. Proclamada a República, foi eleito deputado às Constituintes, depois senador, e, nesta qualidade, escolhido para presidente do Senado. Fez parte do ministério formado pelo general Pimenta de Castro, sobraçando a pasta da instrução. Demitido o governo por virtude da célebre revolução de 14 de Maio de 1915, foi exilado para Angra do Heroísmo juntamente com o colega da Marinha e o Presidente do Conselho. Tomou parte muito activa na comissão

comemorativa do centenário do marquês de Pombal; pertenceu ao conselho administrativo da Companhia dos Caminhos de Ferro, assim como também membro da comissão encarregada de estudar a reorganização do exército. Era valioso elemento da Casa dos Açores, da qual foi presidente durante largo tempo. Dedicava-se ainda ao ensino particular das ciências matemáticas.

Casou o coronel Manuel Goulart de Medeiros com Filomena Augusta Braga, de quem houve :

- 8 — Manuel Francisco Goulart de Medeiros, que segue
- 8 — Maria Leonor Goulart de Medeiros, n. 31-7-1893, m. 13-6-1937, c. c. Manuel de Medeiros Tanger.
- 8 — Maria Alexandrina Goulart de Medeiros, n. 20-3-1899, m. 30-6-1815
- 8 — Maria Albertina Goulart de Medeiros, n. 17-12-1891, m. 13-5-1947, c. c. Chester Robert Merrill, havendo deste consórcio :
 - 9 — Charles Henry Merrill, n. 19-7-1918, c. c. Maria Manuela da Costa Alves Leite, n. 25-1-1918
 - 9 — Mary Eleonor Merrill, n. 24-6-1920, m. 14-1-1937
 - 9 — Mary Louise Merrill, n. 15-9-1922, m. 8-5-1923
- 8 — *Manuel Francisco Goulart de Medeiros* — n. 3-9-1895. Engenheiro civil e oficial de artilharia, c. c. Emilia do Carmo Alves de Miranda, n. 11-12-1894, de quem houve :
 - 9 — Manuel Goulart de Medeiros, n. 19-3-1920. Engenheiro civil, c. c. Maria da Graça Pimentel Scarlet, de quem houve :
 - 10 — Maria João Scarlet Goulart de Medeiros, n. 17-2-1949
 - 9 — Fernando Luís Goulart de Medeiros, n. 23-8-1933
 - 9 — Eduardo Augusto Alves Goulart de Medeiros, n. 20-2-1932

§ 2.º

- 3 — *Rita Clara de Jesus Gualarte* — (§ 1.º, n.º 3) c. 4-7-1757 com José Nunes, nascendo deste matrimónio :

4 — *José Nunes da Silveira* — Natural da vila da Madalena, Pico. N. 24-6-1754, m. 16-6-1833, em Lisboa.

Ferreira de Serpa, o açoreanista incansável, de quem (do seu livro *Dois açoreanos no governo interino*) colho as notas que se vão seguir, não sabe explicar porque motivo José Nunes se apelidava Silveira. Nem eu. O primo António Goulart (§ 1.º, n.º 4) também usou da mesma liberdade, não se conhecendo, nem a um, nem a outro, qualquer ascendente assim chamado. Mas eles que assim fizeram lá tinham as suas razões. Quais ?

José Nunes da Silveira notabilizou-se. Em novo, como bom açoreano, genuíno picoense, atraía-o o mar. Um tio materno, residindo como ele na Madalena, possuía um barco — daqueles possantes barcos de dois latinos, característicos da ilha do Pico — que navegam diáriamente, em comércio de passageiros e mercadorias entre as duas ilhas. Habitado àquelas travessias marítimas, a sedução do mar oceano e da aventura por terras estranhas por certo o levaram de abalada.

O destino conduziu longe — a Macau. De sociedade com outro açoreano de nome José Inácio de Andrade, natural da ilha de Santa Maria, teve (já capitão) um navio que fazia carreiras, transportando mercadorias da colónia — chá, sedas, porcelanas, xarões, marfins, etc. — para Lisboa. Ricos carregamentos: grandes lucros. Relacionou-se com o alto comércio macaense. Prosperou. A frota cresceu, chegando a contar vinte navios. É que os carregamentos da metrópole para lá eram também de vulto.

Depois de 1786, para melhor desenvolvimento do negócio, estabeleceu-se em Lisboa com escritório na casa, então n.º 33 da rua Direita do Corpo Santo, onde residia. O seu escritório (escreve Ferreira de Serpa) era como que consulado dos faialenses, picoenses e macaístas.

Teve nomeada. A sua situação de homem endinheirado e de espírito modernista, ou ainda, como se supõe, por influência maçónica, entrou no movimento revolucionário de 1820, e ficou fazendo parte da Junta Preparatória das Côrtes. Não foi deputado, segundo esperava, pela circunstância de tê-lo acometido uma congestão cerebral, de que ficou paralítico, mas de que se restabeleceu. Vitimou-o doze anos

depois um novo ataque, sendo sepultado num coval na igreja dos Mártires.

No seu testamento nomeia como ilegítimos todos os seus filhos, mas excluindo da herança o mais velho, de nome Joaquim, nascido em Macau, talvez de mãe diferente da dos outros.

Andou este filho Joaquim metido nos negócios do pai, matriculando-se como sobrecarga nos navios dele. O repúdio ao testar é, pois, para estranheza. Joaquim intentou uma acção contra os irmãos; mas, a certa altura, um e outros compuseram-se.

Consta do processo, por declaração do irmão Lino, «que a casa de João Nunes sempre foi de grande crédito, mas não de avultados capitais, diminuidos pela decadência do comércio, perda de navios, e pelo flagelo da usurpação».

José Nunes, depois de se expatriar, nunca mais voltou à sua terra; contudo, mesmo de longe, não a esqueceu, e a prova é que mandou edificar em 1787, no sítio da Fajã, freguesia da Praia do Norte (Faial) a ermida de Nossa Senhora da Penha de França, conforme escreveu o governador Santa Rita, num seu relatório, em 1867.

De Rita Clara Pereira, solteira, teve José Nunes da Silveira os seguintes filhos :

5 — Joaquim Nunes Goulart, que segue

5 — Capitolina da Silveira, c. c. Francisco Isidoro Viana

5 — Francisco Silveira

5 — Lino da Silveira, n. 29-9-1796, c. 13-7-1830 com Francisca de Castro Buartein Zuzarte, de quem houve :

6 — Francisca de Castro Freire da Silveira, n. 26-9-1830, c. c. Alvaro Romo de Sousa Tavares.

5 — *Joaquim Nunes Goulart* — n. 1786, em Macau. De mulher desconhecida teve :

6 — José Nunes da Silveira

6 — Joaquim Goulart da Silveira.

§ 3.º

1 — *José Bernardo Goulart* — n. 27-8-1774, c. 22-4-1805 com Maria Micoil Goulart, n. 7-6-1778 (Vide § 1.º, n.º 4).

Há quem assegure, não sei com que fundamento, que José Bernardo Goulart nada é Goulart, mas sim apenas a esposa, sendo dela que colheu o apelido para se categorizar. Verdadeiro êrro que se não deve deixar correr em julgado. Chamava-se ele também Goulart, e tão legitimamente que até provinha da mesma estirpe da consorte. Ora vejam lá ; — e não julguem que invento. Baseio a minha afirmativa, nem mais nem menos, no próprio termo do casamento deles — prova sobejamente incontestável — no qual se declara, para necessário e prévio efeito do noivado, que estavam *dispensados em terceiro e quarto grau de consaguinidade*. Dito isto, está dito tudo. Eram primos. Ignoro, porém, qual o momento em que as ascendências dum e outro se entroncam. E olhem que trabalhei bastante para isso ; mas o filão, já próximo a terminar, escapou-se-me. Sei que José Bernardo Goulart era filho de Francisco Tomás Goulart e de Clara Bernarda dos Santos, neto pelo lado paterno de António Nunes Goulart e de Izabel da Conceição — e pronto. Daqui para trás estou em branco. Subsistem, pois, as interrogativas que eu trazia em equação ; — qual a altura, isto é, qual a pessoa ou pessoas em que se verificou a diferenciação da linhagem ancestral dos dois ? que relação de parentesco existe entre José Bernardo Goulart e a Maria Goularte casada com José Martins (iniciadores desta teia genealógica) bisavós da mulher dele, José Bernardo ? Palpita-me ser aqui que se topa a chave do enigma. Talvez que algum linhagista vindouro, bafejado pela sorte consiga devassar este beco em que me perdi. Nele delego a continuidade de pesquisa que me animou.

A consorte de José Bernardo chama-se Maria Micoil — Micoil, nome excêntrico que não é fácil explicar, e que se me depara pela primeira vez na nossa língua. Cheira um pouco a estrangeirismo. Tenho para mim ser adulteração de Micaela, e tanto assim que encontro este sobrenome, Micaela, adoptado por alguns descendentes seus. Ao primeiro relance pode atribuir-se a êrro ; mas não, porque ela sempre assim o creditou e com ele oficialmente se consorciou. Uma esquisiti-

ce inventada pelos pais, talvez. Ou talvez resultante duma defeituosa pronúncia infantil que, por graça, se perfilhou e pelo hábito se perpetuou. É fenómeno frequente.

Do matrimónio de José Bernardo Goulart com Maria Micoil nasceram :

- 2 — José Bernardo Goulart, que segue
 - 2 — António Bernardo Goulart, n. 24-3-1816, c. 16-3-1855 com Maria Clementina da Silveira, filha de José Vicente da Silveira, capitão de ordenanças na freguesia emão chamada Ribeira dos Flamengos, nascendo deste consórcio :
 - 3 — Clementina Goulart da Silveira
 - 3 — José Bernardo Goulart, c. c. prima Rosa Carvalho Goulart de Medeiros (V. § 1.º, n.º 7) de quem teve :
 - 4 — Maria Clementina de Medeiros Goulart, c. c. António da Costa Campos Branco. Tiveram :
 - 5 — Maria Augusta Goulart Branco, c. c. primo Alberto Goulart de Medeiros (V. § 1.º, n.º 8)
 - 5 — Marília Goulart Branco
 - 5 — Anibal Goulart Branco
 - 5 — Augusto Goulart Branco
 - 5 — Mariano Goulart Branco
 - 5 — António Goulart Branco, c. c. Arminda..., de quem houve :
 - 6 — Armando.
 - 2 — *José Bernardo Goulart* — n. 16-8-1813, m. 16-1-1867, em Macau. 1.º c. 19-9-1837 com Emilia Pereira dos Santos, n. 20-4-1820 ; 2.º c. 9-8-1840 com cunhada Maria Francisca dos Santos, b. 27-1-1815 ; 3.º c. c. Ana Joaquina Gonçalves. As duas primeiras consortes eram netas do conselheiro Manuel Pereira, personagem notável em Macau, ao qual já atrás me referi, ao tratar de António Goulart, tio deste José Bernardo.
- A José Bernardo Goulart deve ter sucedido história idêntica à do tio António Goulart da Silveira. Este foi para Macau sob patrocínio

do primo José Nunes, e lá casou auspiciosamente e se arrumou menos mal na vida. Nestas condições é de crer que induziu o sobrinho José Bernardo a ir para junto de si, e que este se não tivesse feito rogar, pois aos vinte anos de idade já lá estava. A influência do tio António Goulart é manifesta, porque o rapaz, pouco depois de chegar se consorciava também esperançosamente com uma sobrinha da esposa dele — uma menina de 17 anos, neta do citado e riquíssimo conselheiro Manuel Pereira. Como comerciantes buscando fortuna, devemos concordar que não fizeram mau negócio.

É deste José Bernardo Goulart que descende a numerosa prole dos Goularts de Macau.

Do seu primeiro matrimónio com Emília Pereira dos Santos houve :

3 — *Maria Micaela Goulart* — m. 1893, c. c. João Eduardo Scarnichia, m. 1887, no posto de vice-almirante, tendo exercido, durante largo período, o posto de capitão do porto em Macau. Nasceram deste consórcio :

4 — António Scarnichia, c. c. Maria Valente

4 — Maria Emília Scarnichia, c. c. doutor Francisco da Assunção Casa Nova. Tiveram :

5 — Armando Scarnichia Casa Nova

5 — Berta Scarnichia Casa Nova

5 — Carlos Scarnichia Casa Nova, c. c. F... Ferro, de quem houve :

6 — F... (sexo feminino) m. à nascença

6 — Maria Raquel Ferro Casa Nova

Do segundo matrimónio, José Bernardo Goulart houve :

3 — Helena Maria Goulart, que segue

3 — José Bernardo Goulart

3 — Eduardo

3 — Emidio

3 — Capitolina

3 — Emília Maria Goulart, c. c. F... António dos Santos, nascendo deste casamento :

} S. G.

- 4 — Cristina dos Santos Goulart, c. c. doutor Silva Teles
- 4 — António
- 4 — Eduardo

Do terceiro matrimónio, José Bernardo Goulart teve :

- 3 — Daniel
- 3 — Maria Luiza
- 3 — Carlos Maria, C. G. que me não foi possível identificar
- 3 — Ana Tereza, c. c. F... Caldas. Tiveram :
 - 4 — Berta Goulart Caldas, c. c. Luís Fortes
 - 4 — Gabriela Goulart Caldas, c. c. Armindo Fortes. Tiveram :
 - 5 — Helena Goulart Fortes

3 — *Helena Maria Goulart* — Continua a linha directa por se ter extinguido a linha varonil da irmã Maria Micaela Goulart. Casou na Sé de Macau em 24-5-1875 com Eusébio Honorato Aquino, n. 15-12-1846, m. 18-11-1825. Houve deste consórcio :

- 4 — Eneás Goulart Aquino, que segue
- 4 — Eusébio, n. 4-9-1876
- 4 — Helena Maria das Dores Goulart Aquino, n. 21-7-1878, em Hong-Kong, m. 24-2-1942, c. 15-11-1903 com Heitor Teles Jorge, n. 24-6-1877, m. 27-3-1942. Tiveram :

- 5 — Helena Maria, n. 6-1-1905, em Hong-Kong
- 5 — Hortênsia Maria, n. 5-4-1906, c. 15-11-1931 com Guilherme Alfredo Vieira Ribeiro, n. 28-1-1902, nascendo deste casamento :

- 6 — Virginia Maria, n. 22-10-1934
- 6 — Maria Tereza, n. 14-7-1939

- 5 — Heitor Teles, n. 11-12-1907, em Kowloon, m. 31-8-1909
- 5 — Alzira Maria, n. 16-2-1908, m. 27-4-1938
- 5 — Maria Carolina, n. 27-2-1909, c. 7-11-1936 com Julio Carmo Vieira Ribeiro Junior. Tiveram :

- 6 — Julio Carmo, n. 7-11-1937

- 5 — Lucia Heloisa, n. 11-9-1913, em Kowloon, c. 5-5-1940, com Cassiano Ricardo Dias Azedo, n. 3-4-1914. Tiveram :
 - 6 — Olga Maria Tereza, n. 18-10-1941
 - 6 — Loseta, n. 2-1-1944
 - 6 — Gabriel
- 5 — António Jaime, n. 25-9-1914
- 5 — Aquiles Vicente, n. 13-1-1920
- 4 — Alina Maria Paz Aquino, n. 26-1-1881, m. 30-10-1935
- 4 — José Pedro Crisologo, n. 4-12-1882, c. 7-2-1915 com Ana Maria Loureiro, n. 9-3-1888, de quem houve :
 - 5 — Damaso Maria, n. 5-2-1916
 - 5 — José Maria Pompeia, n. 7-5-1919
- 4 — João Acácio, n. 24-11-1885, m. 17-12-1885
- 4 — Luís Cipriano Goulart Aquino, n. 12-10-1886, em Hong-Kong, c. c. Adela Lopez, em Manila (Filipinas).
- 4 — *Eneas Goulart Aquino* — n. 19-11-1879, em Hong-Kong, c. 24-2-1906 com Eugénia Guilhermina Vieira Ribeiro, n. 26-10-1884, de quem houve :
 - 5 — Gastão Fausto Aquino, que segue
 - 5 — Dulce Helena Leticia, n. 7-2-1909, c. em Shangai com Alfredo Maria Aquino, n. 24-9-1908. Tiveram :
 - 6 — Helena Maria la Paz Goulart, n. 4-6-1943
 - 6 — Iria Maria de Lourdes, n. 29-8-1944, em Calcutá
 - 6 — José Estevão Filipe, n. 4-10-1948
 - 5 — José Bernardo, n. 15-3-1911, m. 25-4-1911
 - 5 — Iria Lucília, n. 4-9-1912, m. 9-4-1913
 - 5 — Edris Maria Cristina, n. 13-3-1914, c. 8-6-1935 com Marcos António de Carvalho, n. 4-2-1900. Tiveram :
 - 6 — Raquel Maria Ana, n. 28-3-1936
 - 6 — Rosa Maria, n. 30-8-1937
 - 6 — Mónica Maria da Paz, n. 15-7-1939

- 6 — Marcos António, n. 24-2-1944
- 6 — João André, n. 13-1-1947
- 6 — Tereza Maria, n. 5-11-1948
- 5 — Guilhermina Eugénia, c. c. Alberto Victor Büttner Osório,
nascendo deste casamento :
 - 6 — António Alberto Osório, n. 6-12-1945
 - 6 — Maria Madalena Emanuela, n. 7-12-1946
 - 6 — Manuel Pedro Osório, n. 30-7-1948
- 5 — Margarida Maria, n. 17-10-1919
- 5 — Paulo, m. ao nascer
- 5 — José Estevam António, n. 3-9-1923
- 5 — Eneas Silvio, n. 1-8-1925
- 5 — Eusébio Honorato Diniz
- 5 — Francisco Tomás, n. 5-9-1921, c. c. Maria Socorro da Cruz
Orgueira, n. 18-5-1921, de quem houve :
 - 6 — Berenice Maria, n. 2-2-1949
- 5 — *Gastão Fausto Aquino* — n. 19-12-1906, c. 3-6-1941 em Ma-
nila com Maria de la Paz Sinjian y Soler, n. 6-5-1907, de quem
houve :
 - 6 — Gastão Fausto, n. 27-3-1942
 - 6 — Gabriela
 - 6 — Geraldo.

UM EMIGRANTE AÇORIANO

JOSÉ GONÇALVES CORREIA

por J. AGOSTINHO

A emigração de açorianos para a América do Norte começou no século XVI, muito antes de John Smith ter assentado arraiais com a sua gente na terra que depois veio a chamar-se Virgínia e mais de um século antes dos *Father Pilgrims* terem aportado a Plymouth no *Mayflower*.

Nesse tempo não havia cotas de emigração, nem passaportes. O poder de enviar colonos para a «terra nova» do Ocidente, pertencia a Vasco Anes Corte Real, capitão donatário de Angra, na Ilha Terceira, que recebera do seu soberano, o rei de Portugal D. Manuel I, o senhorio dessas paragens que seus tios Gaspar e Miguel Côte Real haviam descoberto.

Bem sabia Vasco Anes que a terra era inóspita e desolada, coberta de neve no Inverno, renitente às culturas que nas ilhas alimentavam o povo. Bem sabia ele que por ali vagueavam peles vermelhas selvagens e crueis, sem sombra da docilidade dos negros africanos. Mas era necessário povoar a terra para garantir o senhorio da nobre estirpe que o alcançara e a soberania do monarca quase onnipotente



José Gonçalves Correia

que lh'o dera para que firmasse com uma ocupação definitiva essa mesma soberania.

A gente do povo era, nesses tempos rudes, e é ainda hoje, matéria prima para todas as grandes empresas. Os grandes, aliás, não se furtavam também aos riscos e sacrifícios que demandava uma epopeia em marcha. Gente para as caravelas, gente para a labuta dos arsenais e dos portós, gente para a guerra, era tudo recrutado a esmo numa população que ao abrir os olhos vinha já conformada e submissa.

Para povoar as terras distantes não iam só os homens novos, forçados ou aventureiros. Era indispensável assegurar a continuidade dos povoados. Famílias inteiras, de preferência gente nova recém-casada, eram empurradas para as novas terras. Promessas, esperanças, ameaças em último caso, ajudavam a carregar os navios de colonos. E de anos a anos lá iam as levas de casais, para o Brasil, para a América.

Pouco se sabe acerca da sorte dessas levas de gente, desses primeiros emigrantes que foram para o continente americano. E já bem pouco importa hoje que se saiba, senão que desapareceram, que foram sacrificados pelo rigor do clima, pela ingratidão do solo, pela crueldade dos índios. Alguns vestígios parecem ter ficado, mas nunca foram detidamente estudados. Humildes trabalhadores, gente submissa, aceitando com resignação cristã aquilo que lhes era imposto, esses primeiros emigrantes merecem sem dúvida uma referência embora breve, como prólogo a este sucinto trabalho em que se pretende dar relevo ao açoriano transplantado para a América do Norte.

Em 1580, quando o herdeiro dos privilégios dos Côrtes-Reais da Terceira se bandeou com os espanhois, o senhorio da Terra Nova, que já não era senão nominal, desapareceu de direito. As frotas de Isabel I de Inglaterra ficaram senhoras daqueles mares. Correram os tempos. Só no século XIX, quando tudo já tinha mudado da maneira mais assombrosa no Novo Continente, é que os açorianos deitaram de novo o olhar para aquelas paragens.

A emigração de açorianos para a América do Norte recomeçou, mas desta vez os motivos eram outros e as condições bem diferentes.

Em vez da coerção nasceu nos emigrantes açorianos o desejo de procurar vida nova e desafogada em terras onde a iniciativa de cada um tinha largas para se expandir, segura de êxito, ou pelo trabalho

perseverante, ou pela astúcia e pela força. Braços e ânimo era o que se tornava indispensável. Aos ilheus, quando lhes falte este, nunca lhes minguem as forças. Não desfalecem facilmente. Agora já não eram empurrados ao acaso para terras inóspitas e desconhecidas. Eram eles próprios que procuravam de motu próprio fugir do acanhamento e da opressão em que aqui viviam. Em vez de forçados a emigrar, tinham agora de vencer os obstáculos que lhes punham à saída do arquipélago. A emigração açoriana para a América foi desde o início clandestina. Ainda bem recentemente não se dizia — foi para a América, mas sim — fugiu para a América, embora estes fugitivos não tivessem outro crime atrás de si, senão a ânsia de se libertarem duma vida dura e onerosa em terras estagnadas, ricas é certo, mas duma riqueza tantas vezes nas mãos de gente indolente e falha de iniciativa, desejosos de se enriquecerem ainda mais, mas completamente alheios ao progresso da terra e mais ainda ao bem estar daqueles que eram instrumento da sua prosperidade. Não admira que não os quizessem deixar *fugir*.

As condições no Novo Continente eram também muito diferentes. Outros emigrantes de outras nações, ingleses sobretudo, tinham sido bem mais felizes do que os servos de Vasco Anes Corte-Real. Logo que se viu desembaraçada da concorrência da marinha espanhola, Isabel de Inglaterra deu carta branca aos seus flibusteiros para explorarem as costas da América do Norte. Walter Raleigh trás novas espantosas a respeito das terras a que ele, em honra da rainha *imaculada*, chamou Virgínia. Ali se haviam de estabelecer como senhores feudais os partidários de Carlos I, após a decapitação deste. Não era país que conviesse à gente das ilhas. Senhores feudais não lhes faltavam por cá. Mas, mais ao norte, outros ingleses haviam fundado as primeiras colónias da Nova Inglaterra. Foram os puritanos — encabeçados pelos «peregrinos» do Mayflower. Gente dura, mas respeitadora dos direitos da pessoa humana, que ali lançou com a «Câmara dos Burgueses», os fundamentos de uma democracia aberta a toda a gente trabalhadora, submissa e sã. Foi para a Nova Inglaterra que convergiram os primeiros emigrantes dos Açores. Quem os elucidou, quem lhes abriu a porta dessa terra de promessa, não o sabemos.

O que é certo é que a nova chegou cá, ainda antes dos fins do século XVIII. E a corrente emigratória começou.

Começou pelo Faial. Porquê? Vamos tentar averiguar.

*

*

*

Enquadrada entre montes verdejantes, espaiada aos pés de uma cidadezinha formosa e acolhedora, de braços abertos para o Pico que se ergue majestosamente na sua frente e culmina, ali mesmo, numa das mais imponentes montanhas que podem encontrar-se em qualquer ilha, por esse mundo fóra, a baía da Horta oferecia há cincoenta anos um espectáculo de maravilha, sobretudo aos olhos da garotada, sempre curiosa e impressionável.

Ali aportavam de vez em quando as elegantes e imponentes fragatas e corvetas das mais variadas nações. Casco pintado de preto com risca vermelha à linha d'água, mastreação elevada, cruzada de vergas donde pendiam as alvíssimas velas, cordame complicado por onde trepavam os marujos, obras mortas pintadas de branco ou de amarelo claro, incluindo a pequena chaminé perdida no meio da mastreação, e que só se tornava visível pelo breve traço negro que lhe rodeava o tope.

De vários pontos do globo ali afluíam, a receberem ordens, a fazerem aguada, a repararem avarias — às vezes até com passagem para o areal fatal do Porto Pim, cemitério dos barcos condenados — navios de vela do mais variado lote, desde as soberbas galeras do tráfico do chá, até às minúsculas escunas e iates empregados em comércio mais barato. E os pequenos do meu tempo (curto tempo, infelizmente, passado naquele pequenino mundo) discutiam o tipo dos navios, as côres das bandeiras, o fim misterioso das arribadas.

Dentro da doca, ainda em meio, havia a azáfama constante dos bateis que iam e vinham com matalotes de catadura e de linguagem das mais variadas, havia a cantoria monótana dos trabalhadores das lanchas que levantavam as amarrações ou puxavam os cabos da mastreação dos navios que iam querenar.

Por cima de todos estes ruídos do porto em plena actividade, soava de vez em quando o apito do «carro de fogo» que andava no constante vai-vem de rebocar os vagões carregados de pedra para as obras do molhe, ou o silvo do «Açor», o rebocador da casa Silveira Edwards, chamando a tripulação para algum serviço de emergência.

Pelo cais de Santa Cruz — por baixo do castelo —, pela rua que

corre ao longo do porto, e onde ainda hoje se vêem estabelecimentos com seus vistosos letreiros em inglês, havia um bulício constante de marinheiros de várias nações e de várias côres, falando, gritando, cantando. Desde essa tenra idade que conheço a toada do *Yankee Doodle* e do *Home Sweet Home*, canções predilectas da marujada.

Os rapazes do Faial tinham esse espectáculo e essa música do porto constantemente a bailar-lhes nos olhos e a soar-lhes aos ouvidos. A ilha era pequena, mas o Mundo vinha ali ter com eles, trazido naqueles navios. E eles adivinhavam que por eles poderiam ir ver o Mundo.

Essa exaltação da mocidade fatalense tomava maiores proporções quando vinham as baleiras. Nesse tempo as baleias não se apanhavam a tiro, de dentro duma embarcação segura, como hoje é de uso entre os povos industriais. As baleias caçavam-se em canoas, como as que ainda hoje se usam nestas ilhas, embarcações de linhas esguias, equipadas de arpões, lanças, linhas e tudo o mais que é necessário para prender e matar os cetáceos gigantes e pesados. Era na Nova Inglaterra, em New Bedford principalmente, que se armavam os navios baleiros, onde tripulações de gente intrépida e afeita aos riscos e incômodos de tão dura vida, caçava as baleias, derretia o toucinho e arrumava o óleo precioso.

Três anos durava, em regra, a faina de cada navio, sem que voltasse à América senão no fim da árdua campanha. Grande era o número de açorianos que se dedicavam a esse trabalhoso e arriscado mister. Muitos foram os que atingiram os postos mais avançados a bordo das baleiras, arpoadores e capitães, em competência com gente da nação americana. Não pequeno era também o número dos cabo-verdeanos que faziam parte das companhias.

Forçadas a aportar de longe em longe a algum porto para descarregarem óleo e tomarem provisões, as baleiras demandavam todos os anos o porto da Horta e ali se demoravam duas ou três semanas. Aconchegavam-se umas às outras, como um bando de aves. E que lindas aves! Pequenas como eram, desbancavam os navios maiores em elegância e aparato de mastreação. Com uma tripulação forçosamente numerosa, a baleira podia, mesmo numa tonelagem pequena (havia-as de menos de 200 toneladas) emproar-se com uma armação de brigue ou de barca. Isso dava-lhes maior ligeireza na manobra, per-

mitia-lhes voltas mais apertadas e caprichosas do que aquelas de que é capaz um navio de panos latinos, um lugre ou um iate.

A animação dentro da cidade atingia o extremo, quando chegavam as balieiras. As tripulações, recrutadas em parte entre «beach-combers» de Boston, de New Bedford ou da Oestíndias (nos Açores ninguém fala em Antilhas), eram mais turbulentas, gosavam mais à bruta este curto tempo de repouso relativo. Andavam em magotes mais compactos, tomavam bebedeiras mais estrondosas, cantavam, mais alto e mais desafinado.

Muitos dos tripulantes eram dali, do Faial, do Pico, das Flores. Eram mais pacatos. A maioria eram negros, negros retintos, que só o diabo poderia saber donde tinham vindo. Também os capitães e os oficiais eram por vezes destas mesmas ilhas ou de Cabo Verde, gente com quem a população melhor se entendia. Não eram em regra homens de muitas falas, como aliás acontece quase sempre com gente que lida com perigos. Mas não falavam tão pouco que não chegassem a repetir-se nas vendas e nas lojas dos vários ofícios as suas histórias famosas das pescas no Antártico, ou nos mares do Sul, e se soubessem pormenores, muito enredados em confusões, sobre as ilhas do Pacífico, as costas da Patagónia, da Geórgia do Sul, da ilha da Desolação.

Havia balieiras que iam com tanta frequência ao Faial que os seus capitães e muitos dos seus tripulantes eram bem conhecidos na ilha. Os nomes desses barcos eram na maior parte familiares aos faialenses. Uma vez nada diziam à imaginação. Um nome de armador ou de famoso capitão, como era o da *Charles H. Morgan*; ou de uma filha ou esposa, como o da escuna *Alice Chase*. Outras porém os tentavam nomes mais expressivos, como a *Greyhound*, a *Sunbeam*, a *Rising Sun*. Uma delas tinha um nome mais poético talvez do que qualquer outra e arranjava fama de barco afortunado — tinha apanhado âmbar mais duma vez. Talvez fosse esse nome inspirado no daquela Sonseeahray, a famosa heroína de um romance acalentado entre a dureza dos índios apaches. Era *Morning Star*, Estrela da Manhã. Nela embarcou José Gonçalves Correia, com dezanove anos de idade, no dia 9 de Novembro de 1900.

É a história deste rapaz dos Flamengos, que saíu da sua terra a contar unicamente com a sua cabeça e com os seus braços, que vamos

aqui narrar. Sem estudos, sem preparação alguma senão a que lhe deu a dureza do seu viver na terra natal, José Correia educou-se a si próprio. Lutando e trabalhando, aprendeu mais do que numa escola. Desenvolveu a sua habilidade nata, aproveitou cada oportunidade que se lhe ofereceu para realizar mais e melhor. Culminou a sua actividade trabalhando para o Museu Americano de História Natural, um dos mais famosos museus de todo o Mundo. Nesse trabalho foi grandemente auxiliado por sua esposa, natural das Lages, aqui da ilha Terceira. A história deste casal de emigrantes, que hoje vivem vida modesta, mas decente e desafogada, em New Bedford, é digna de ser contada e de ficar arquivada como quadro típico da luta e labuta da nossa gente que vai procurar fortuna para a América. Por aqui se compreenderá porque é que uns vencem e outros sucumbem, porque é que tantos rastejam por toda a vida na mesquinhez de alma dos vencidos e poucos são os que logram trepar a altura donde os avissem, mesmo de longe.

*

José Gonçalves Correia nasceu na freguesia dos Flamengos, na ilha do Faial, a 27 de Janeiro de 1881, filho de gente pobre. Seu pai era, como já o tinha sido seu avô, tanoeiro de profissão. José Correia seguiu a vocação da família : aprendeu a tanoeiro.

Aos sete anos começou a vir com o pai para a tenda ⁽¹⁾, na cidade, e logo entrou a manifestar desejo de trabalhar e imitar o pai. Mal podia com a ferramenta, mas não tardou muito que não se ajeitasse a fazer um balde ou uma pequena celha. Aos estranhos causava espanto ver um rapazinho tão miúdo a sarrafaçar na madeira e alguns censuravam o pai, julgando que ele estragava o material. Mas por fim espantavam-se do trabalho que ele fazia.

Com tal habilidade José Correia aos catorze anos era um tanoeiro feito. Só não podia trabalhar em pipas, porque carecia de força muscular e de largueza de braços. Não se julgue porém que esta aprendizagem foi isenta de precalços. Com poucos ganhos na família e falta de trabalho na tenda em certas épocas do ano, o pai de José

(1) Tenda, nos Açores, é sinónimo de oficina.

Correia tinha de dedicar-se a outros misteres. E o próprio rapaz, com dez anos de idade, foi com outros companheiros dos Flamengos trabalhar para as obras da estrada da Caldeira. Acarretava às costas pedra e massame. Ganhava um tostão por dia...

Voltou ao ofício, mas este era pouco rendoso. Só dava alguma coisa de Maio a Setembro, quando se preparam as vasilhas para o vinho novo. Acabadas as vindimas, só havia algum trabalho de barris para manteiga que ia para Lisboa. Para mais o pai vestia-o e dava-lhe de comer, mas não lhe fazia férias.

José Correia deitava «as unhas» ao trabalho que lhe aparecia, quer fosse carregar carros de areia na Ribeira ou ajudar lavradores na lida do campo. Ganhava pouco, mas sempre ajudava a mãe e ia apurando alguma coisa para o seu projecto de embarcar.

José Correia friza bem este período da sua vida, reconhecendo as dificuldades com que lutava, apesar de ser um operário competente. «Bem diferentes eram esses tempos dos de agora, escreve ele, pois quando voltei ao Faial vi que qualquer que tem ofício já não quer trabalhar fóra dele, embora lhe falte que fazer na oficina... E quem tem ofício já quer andar é de pé calçado, enquanto que no meu tempo nós deitávamo-nos a todo o trabalho e só nos calçávamos nos dias de festa».

Assim levou José Correia a sua vida até ao dia em que abalou na «Morning Star».

*

Porque emigrou José Correia? Porque emigram no geral os açorianos? A resposta está dada em parte no triste quadro que acabamos de traçar da vida deste rapaz inteligente e habilidoso, mas sem meios de aproveitar devidamente as suas faculdades. Mas não é tudo.

Quando se pergunta porque razão emigram os açorianos às centenas e aos milhares, ocorre a resposta fácil da sobrepopulação. A terra não chega para todos. No entanto a Terceira, donde partiam ainda há pouco centenas de pessoas todos os anos para os Estados Unidos e para o Brasil, é agora uma terra para onde tem corrido, aos milhares, indivíduos das outras ilhas e do continente. E há cá mantimento para todos estes e para muitos mais.

Cita-se também o espírito aventureiro da raça. Somos herdeiros da tradição dos marinheiros e colonos enviados pelo Infante D. Henrique e seus mandatários. Quem poderá contudo negar que bom número desses colonos eram forçados a embarcar para aqui contra a sua vontade. Quem assiste ainda hoje ao embarque de emigrantes para o Brasil ou para a América, quem presenciar as cenas comoventes das despedidas, reconhece que na emigração do açoriano o fundo é mais trágico do que épico. Emigra-se geralmente por necessidade, por absoluta necessidade, para aliviar a família de encargos, para alcançar meio de lhe valer no futuro.

Na verdade a terra açoriana presta-se admiravelmente para a cultura, o clima é-lhe propício. Ao camponês e ao operário são garantidas condições de vida bem mais fáceis — apesar do que acima se disse — do que noutras regiões onde a luta com o solo e com o clima é tremenda. Mas os produtos agrícolas são pobres, rendem pouco, e os proventos dos que cultivam por sua conta (os pequenos lavradores, bem entendido) e dos que trabalham para outrem, são escassos.

O dinheiro some-se-lhe nos bolsos e, embora não passe fome, nem lhe falte o indispensável para prover às suas necessidades mais elementares, o homem do campo luta com dificuldades tremendas para fazer face às exigências da vida que só se podem satisfazer com dinheiro.

E elas são muitas. A começar pelo pagamento da renda das terras, das contribuições, das taxas e licenças, e a acabar naquelas despesas que surgem acidentalmente, como é um casamento, uma doença, a morte de uma pessoa de família.

O homem do campo anda sempre a deitar contas à vida. Custa-lhe desprender-se do dinheiro, nem que seja um escudo para deitar uma carta no correio.

*

O estímulo dominante para a emigração é o desejo de juntar dinheiro, que dará vida mais desafogada ao emigrante, se voltar às ilhas, e lhe permitirá ajudar os que cá ficam com o auxílio mais eficaz e que eles mais apreciam.

Na verdade o emigrante açoriano não desampara geralmente os parentes que cá deixa. Milhares de dólares entram todos os anos em lares açorianos, enviados da América. Trocados em escudos; se nem sempre são uma fartura, são pelo menos um *remedeio*, como se diz na linguagem local.

Há anos para cá, além dos dólares vem da América para os Açores peças de roupa usada que representam um enorme benefício para muita gente pobre. Não só pela qualidade dos agasalhos e abrigos para o mau tempo, mas ainda pela economia que representam, pois a gente do campo tem medo que se pela de entrar numa loja de fazendas.

Porque emigra para ganhar dinheiro, o açoriano prefere terra onde o dinheiro abunde. Por isso prefere a América do Norte a qualquer outro país. Por isso também é que a emigração para a nossa Africa o tenta tão pouco. Lá, vai encontrar gado, terras para cultivar, matas para desbravar. Mas gado, terras e matas não lhes faltam nos Açores. No dia em que seja possível traduzir em abundância de escudos a actividade do homem das ilhas que vá para a Africa, a emigração para lá está garantida. Até lá, a América é ainda a tentação da nossa gente. Mesmo apesar das actuais medidas restritivas impostas pelo governo americano à entrada de emigrantes dos países do sul da Europa, a gente dos Açores procura sempre a América do Norte. Fazem-se casamentos, às vezes só para arranjar pretexto para o marido *chamar* a mulher ou vice-versa. Procuram-se todos os pretextos para alcançar entrada legal no país de escolha e ainda há até quem tente por vezes estratagemas para iludir as leis americanas...

*

Há cinquenta anos ainda não havia medidas restritivas da imigração, nos Estados Unidos. Ia-se para lá com passaporte ou sem ele. As mais das vezes sem papeis de identidade. A porta estava aberta. Para os Açorianos a entrada era geralmente por Boston, New Bedford, Providence ou outro porto da Nova Inglaterra.

A Nova Inglaterra é o berço da grande nação americana. Foi ali que desembarcaram os Peregrinos da *Mayflower* em 1620. O estado de Massachusetts orgulha-se disso e em Plymouth são conservadas

preciosas relíquias dessa aventura que serviu de ponto de partida para a formação da nação portentosa que hoje é tida como sustentáculo mais eficaz da civilização ocidental, que nela tem aliás uma das mais palpáveis provas das suas inestimáveis possibilidades materiais e morais.

Para a gente dos Açores, alheada dos conceitos da Filosofia da História, Massachusetts representa apenas uma terra onde as suas aptidões são lucrativamente aproveitadas — uma terra onde se trabalha e onde se ganha bom dinheiro. Desde Gloucester até Provincetown milhares e milhares de açorianos se tem dedicado à faina do mar, desde a pesca ali mesmo ao pé da costa, até àquela que os leva às costas da Terra Nova e do Lavrador e que outrora atraía as balieiras a mares longínquos.

Para os que não se afazem às lides do mar há as fábricas de fiação, sobretudo em Boston, em Fall River, em Lawton.

*

Hoje em dia emigra-se para a América de avião. O caudal emigratório baixou para uma centena ou duas de criaturas em cada ano, em vez dos milhares que saíam de cá ainda há uns trinta anos. O casamento com americano ou americana facilita a alguns a ida, mas nem todos tem a sorte de arranjarem noivo ou noiva que os arraste. Muitos não querem correr o risco de um consórcio apressado e preferem esperar pela sua vez. A cota é pequena e há quem espera alguns anos pela sua vez. A maioria acaba por desistir, mas os mais teimosos sempre conseguem. Depois de obtida a «chamada» vem a lida dos papeis, em que se consomem muitos meses e muitos escudos. Em compensação, alcançado o passaporte, o avião encarrega-se em poucas horas de pôr o emigrante na América.

Há cincoenta anos não havia cotas, nem papeis. José Correia embarcou com uma fatiota nova e uma saca com a roupa e sem passaporte. Mas levou dez meses na «Morning Star» a chegar a New Bedford. A' maioria dos emigrantes do tempo dele acontecia coisa parecida.

A vida a bordo duma balieira era coisa dura.

Há muita coisa bela por fóra, mas cheia de fel e de espinhos por

dentro. Aquelas lindas balieiras tinham no bojo um inferno. Más acomodações, um cheiro nauseabundo, comidas tão diferentes do pão de milho, do leite e das couves dos Flamengos. Sacudidelas de todos os lados, trabalho duro, riscos e perigos.

Mas, nas balieiras, ou nas fábricas do algodão, tal qual como no Castelo ou na faxina, cá nos Açores, o que houve sempre mais duro de suportar para os rapazes das ilhas foram os empurrões, as falas soezes, as troças e os maus modos de tanta gente com quem lidavam.

A gente dos Açores, mesmo a mais pobre e humilde, é criada com decência. Há nos lares rurais muitas vezes mais respeito dos filhos pelos pais e de vizinho para vizinho, do que em algumas famílias de gente engravatada, nas cidades e nas vilas. O moço açoriano, ao entrar em contacto pela primeira vez com gente estranha, que o há-de dirigir ou o há-de acompanhar no trabalho, vai possuído duma dignidade que tem um fundo bem firme na educação que recebeu em casa e na lida com a gente mais velha da sua freguesia. Infelizmente a dignidade, aos olhos da maioria da gente, tem de andar encadernada num fato bem talhado e engravatada. E, quando um moço se apresenta com cara grave sob uma cabeleira às vezes mal aparada em casa pela mãe, e hirtó nas pernas metidas numa calça mal feitas e apoiadas sob dois pés grosseiros com os dez «mandamentos» à mostra, toda aquela gravidade e rigidez o que desperta infelizmente as mais das vezes é riso e chacota.

Mais duro de sofrer do que subir às vergas debaixo de mau tempo, remar nas canoas até a pele cair aos 'bocados das palmas das mãos, ou derreter o toucinho das baleias debaixo de balanço até o estômago se virar do avesso, era para os ilhéus embarcados nas balieiras, o trovejar do capitão, a viesguice do olhar do contramestre, os chascos rasqueiros vomitados do canto da boca, num inglês ainda mais rásqueiro, pelos «beachcombers» que sempre abundavam em tais navios.

A 15 de Agosto de 1901 a *Morning Star* chegou a New Bedford, tendo apenas tocado na ilha Brava e por fim na ilha de Santa Helena, para aguada, naqueles meses em que José Correia andou a bordo dela.

Estava farto de tal vida. Mas aprendera muito. Convencera-se sobretudo de que não há maior tormento para um homem inteligente, capaz e que tem o sentido da própria dignidade, do que ganhar o pão num trabalho servil, a lidar com gente rude e desnaturada.

Talvez voltasse às balieiras. Quem sabe ? Aqueles horizontes largos, aquele isolamento no meio da solidão do oceano, aquele desprendimento das mil e uma mesquinhezes da vida apertada das cidades, a aventura, o imprevisto, e sobretudo aquele refter misterioso que penetra na alma dos homens que foram criados à beira d'água e se sentiram já amorosamente embalados pelas ondas, tudo isso lhe dizia que talvez um dia voltasse às balieiras. Mas não como moço de convés.

Agora estava ali na América, na grande América, no país sonhado. Mas que diferente tudo aquilo era da sua ilha do Faial. Terra muito plana, canais e mais canais, casario por toda a parte. Navios sem conta, barulho nos cais, nas ruas, gente estranha, fala ainda mais estranha. Que saudades do Faial, dos montes azulados da Caldeira, dos caminhos sossegados, dos carros de bois, da gente que nos dá os bons dias a cada canto, com modos agradáveis, na nossa fala.

Mas nada de esmorecer. Ali mesmo topou à chegada gente do Faial, gente do Pico e da Terceira. Foi com eles, alojou-se num «board». Já não era um caloiro. A sua dignidade já não se apoiava em dois pés descalços. Estava encadernada numa andaina de balieiro e calçada num par de botas de «injarroba». Com vinte anos apenas já podia apresentar uma cara crestada de lobo do mar a muitos daqueles «landlubbers», alguns já de cabelo grisalho, que quase vomitavam só ao lembrarem-se da viagem das ilhas para a América.

Ia empregar-se nas fábricas de algodão, até ver.

Logo apareceram almas benevolentes que o levaram onde podia arranjar trabalho. Foi para a fábrica com confiança e arrogância. Aquilo era uma brincadeira em comparação com o que ele havia suportado.

A indústria do algodão é uma das mais importantes dos Estados Unidos. As extensas planícies do sul, queimadas por um Sol ardente, prestam-se à maravilha para a cultura da planta do algodão. Ali se acumula a maior parte da população negra, apta para suportar o trabalho árduo das plantações, que tem fatalmente de ser mal remunera-

do. A indústria do algodão é no fim de contas uma indústria pobre, porque a maioria dos seus produtos tem de vender-se a preço baixo.

Muitos anos para trás um homem empreendedor lembrou-se de estabelecer uma fábrica de tecidos de algodão no estado de Massachusetts, aproveitando a energia hidráulica do rio Merrimack. Assim se fundou a indústria na Nova Inglaterra e a cidade de Lawton, berço dela, immortaliza o nome do homem que a criou. As fábricas multiplicaram-se, alargaram-se pelo estado de Massachusetts, pelo estado vizinho de Rhode Island.

O trabalho nas fábricas era garantido e fácil. Ali havia lugar para toda a gente. Os menos hábeis, os novatos, entravam a trabalhar nos «yards», no transporte das «balas» de algodão, vindas do Sul, para a fábrica e dos fardos de tecidos prontos para os vagões que os levavam aos quatro cantos do continente e aos cais de embarque.

Muitos desses carregadores chegavam por fim a trabalhos mais delicados, alguns até acabavam por «*correr machines*» e chegavam mesmo às funções de «oversear». Mas aquilo era sempre um trabalho mal remunerado.

Num trabalho que, nesse tempo, decorria das 7 da manhã às 5 da tarde, com duas horas de intervalo para o jantar, um carregador ganhava 6 a 8 dólares por semana, gastava 4 no «board» e portanto pouco amanhava. Os que trabalhavam nas máquinas sempre ganhavam mais, mas não muito, pois mesmo um «oversear» tinha à roda de 14 dólares por semana.

Um recurso era casar, pois as fábricas empregavam mulheres, principalmente nos «spools» (carretes), tinham férias razoável e, a dois, as despesas eram comparativamente menores e portanto mais se economizava.

O trabalho nas fábricas é monótono e enfadonho. Naquele sistema de divisão de trabalho, o operário leva o dia a dedilhar sempre as mesmas peças de maquinismo, com movimentos automáticos, mas que não dispensam uma atenção constante. O esforço monótono e a uniformidade dos movimentos durante horas seguidas, sob os olhos do vigilante, que sem piedade manda despedir qualquer que habitualmente se distraia, são verdadeiramente um tormento para indivíduos que não sejam naturalmente dotados de preguiça mental.

José Correia tinha um espírito versátil, uma vivacidade, e uma

imaginação que não poderiam adaptar-se àquela rotina de movimentos automáticos e ao ruído enlouquecedor das maquinarias. Em Maio de 1905 voltou à sua ocupação de tanoeiro.

A arte de tanoeiro requer muita habilidade. Talhar e ajuntar as aduelas, seja de um balde de caiador ou dum barril para óleo, exige arte e destreza, pachorra no aplicar das bitolas, no ajuntar daquelas variadas partes da obra, que deve ficar perfeita, pois se há uma grossura a mais ou a menos, um arquear defeituoso, o demo da vasilha dá logo a saber que o artista pecou. Receoso a princípio com a novidade da ferramenta usada na América, bem diferente daquela que seu pai utilizava, José Correia acabou por decidir-se. Em qualquer ofício não é geralmente a ferramenta que atrapalha o operário. Quem dispõe de habilidade e de tino — ambos não faltavam a José Correia — acaba sempre por fazer obra de jeito, mesmo com ferramenta a que não esteja habituado.

A arte de tanoeiro tinha particular interesse na pesca da baleia. Naquele tempo não havia *bidons* feitos à máquina, para transportar o óleo. Usavam-se os clássicos barris, que tinham de ser de ótima construção e muito bem vedados. Por isso a bordo de cada balieira havia sempre um tanoeiro e bom. O «cooper» (assim se designa o oficial deste ofício, na língua inglesa) era tripulante privilegiado. Dormia na cabine de ré, comia à mesa com o capitão e o primeiro oficial, e nunca era chamado para serviços que não fossem coerentes com a particular situação que tinha a bordo.

José Correia casou a 23 de Setembro de 1903 com Rosa Silva, oriunda das ilhas, e teve a infelicidade de enviuar a 28 de Abril de 1906. Em 13 de Maio de 1908 embarcou de novo, mas desta vez como «cooper», no brigue *Daisy* do capitão Cleveland. Brigue e capitão deixaram fama. O capitão Cleveland, a quem nasceram as barbas na pesca da baleia, era filho e irmão de balieiros. Seu irmão mais velho, o primeiro capitão com quem ele embarcou, ainda como moço, foi arrastado pelo mar num temporal nessa primeira viagem. A tragédia não fez desanimar o moço, que passou o resto da sua vida naquela labuta. Conhecia todos os mares onde se pescavam baleias, todos os portos onde se engajavam tripulantes e onde se fazia aguada. Farto de pescar baleias, o capitão Cleveland lançou-se na caça aos elefantes marinhos, cuja gordura dava tão bom óleo como o da

baleia. Foi o primeiro a fazer esta caça na ilha da Desolação (Kerguelen) e a Geórgia do Sul era-lhe familiar.

José Correia acompanhou-o nessas andadas pelas terras do Antártico, respirou o ar gelado daquelas regiões, enrijeceu o corpo e a alma nas caçadas cruentas e extenuantes daquelas moles monstruosas que são os elefantes do mar, correu os perigos dos gelos flutuantes e suportou os desconfortos daquelas viagens demoradas, em regiões onde não existia o mínimo recurso que não pudesse ser transportado com prudente providência dentro do bojo do navio.

Todos esses trabalhos e fadigas, toda essa autêntica epopeia dos balieiros e caçadores de elefantes do mar, por terras inóspitas, ficariam esquecidos, se no ano de 1911 o Dr. F. A. Lucas, director do Museu Americano de História Natural, famosa instituição de Nova York, não tivesse resolvido aproveitar a ousada iniciativa do capitão Cleveland para promover um estudo científico da fauna das regiões antárticas visitadas pelo *Daisy*, especialmente das aves que por ali vivem, muitas das quais nunca se afoitam a latitudes habitualmente visitadas por seres humanos.

Acabara pouco antes o bacharelato na universidade de Brown um jovem de vinte e poucos anos, que ambicionava antepôr um Dr. ao seu nome e necessitava para isso de fazer qualquer coisa que valesse em matéria de investigação científica. Chamava-se Robert Cushman Murphy. Foi pelo Dr. Murphy, hoje director da Secção de Aves do Museu, que há alguns anos tive conhecimento da sua expedição à Geórgia do Sul no *Daisy* em 1911. E foi por ele também que soube da existência de José Correia, o rapaz do Faial, trabalhador ignorado, engenho perdido, que veio a ser prestimoso e apreciadíssimo colaborador do Dr. Murphy e do Museu de História Natural.

O Dr. Murphy imortalizou mais recentemente essa aventura do *Daisy* em um livro precioso ⁽¹⁾ que ficará para todo o sempre como o mais fiel, o mais empolgante e o mais cru documento do viver e do lidar da gente das balieiras, livro como só o poderia escrever uma pessoa de refinada cultura, a quem a preocupação e escrúpulo de

(1) *Logbook for Grace*, by Robert Cushman Murphy, The MacMillan Company, New York, 1947.

cientista não embotaram de modo algum a faculdade de sentir e de ter os olhos abertos. A espicaçar a natural sensibilidade do autor, havia a saudade de Grace, a esposa deixada atrás, após uma brevíssima lua-de-mel. A ela eram aquelas páginas mais do que dedicadas, endereçadas.

Nessa memorável viagem do *Daisy*, que nos revelou o José Correia dos Flamengos, havia 38 tripulantes a bordo, fóra o capitão e o Dr. Murphy. Dos 27 embarcados em New Bedford só três não eram portugueses; e dos onze que o brigue tomou nas Antilhas, ainda assim um era um José Gaspar, cujo nome não nega a origem. Braço direito do capitão Cleveland e principal oficial na lida da baleia, no mar e no convés, era um José da Lomba, homem já experimentado em viagens anteriores. Tinha 21 anos de idade e era natural de Cabo Verde.

Bem mereceria um tal livro ser traduzido para português. E as referências que lá se encontram a José Correia, o «cooper», seriam melhor documento abonatório do seu merecimento, do que estas linhas que estou escrevendo.

Correia era a pessoa com quem o Dr. Murphy conversava usualmente a bordo. Com ideias bem assentes sobre o valor das instituições democráticas, que defendia com calma e argumentação racional, José Correia era além disso um leitor voraz de obras literárias e históricas. «A nossa conversa, escreve o Dr. Murphy, era um *pot-pourri* em que se misturavam as *Mil-e-uma-Noites*, Victor Hugo, Garibaldi, Júlio Verne, Francisco Ferrer, o Clericalismo e o Tribunal da Haia».

José Correia, que tinha então 29 anos, era também já um veterano das campanhas balieiras, e muitas histórias suas aproveitaram ao Dr. Murphy. Uma delas, a da morte de um trancador, Antão Enes, numa viagem anterior, descreveu-a ele tão ao vivo, que o Dr. Murphy a reproduz *verbatim* no seu livro.

Não é para aqui reproduzir as peripécias da viagem do *Daisy*. Leia o *Logbook for Grace*, quem quiser saber bem o que era andar à baleia ⁽¹⁾. Agora só nos interessa a pessoa de José Correia e como

(1) A quem não puder alcançar o *Logbook for Grace*, aconselhamos a leitura do livrinho do escritor faialense, Sr. Manuel Greaves, *Aventuras de*

ele, tendo saído de New Bedford tanoeiro de uma balieira, chegou ali de regresso, transformado em preparador de aves.

No decurso da longa viagem para o Antártico, o Dr. Murphy foi sempre ocupado com observar, apanhar e preparar aves. A breve trecho passou a ter como coadjuvante voluntário o «cooper», cuja habilidade logo se revelou. Na verdade José Correia não só aprendeu a preparar peles, como manifestou excelente aptidão para desenhar fielmente as aves que observava, reproduzindo atitudes, proporções e até as côres, tudo com uma precisão que assentava em um engenho e probidade artística naturais, bem mais valiosos elementos para um colaborador científico do que aqueles que se adquirem nas escolas à custa de esforço tantas vezes a brigar com a habilidade e até com a vocação.

Bem recentemente a esposa do Dr. Murphy, em um livro que todas as esposas de homens de ciência deveriam ler, faz várias referências a José Correia, a quem chama o homem que no Mundo prepara as mais lindas peles de aves (1).

As regiões do Antártico já eram nesse tempo visitadas por balieiros noruegueses, que ali iniciaram o novo sistema de pesca que anos mais tarde havia de generalizar-se e matar a indústria na América (2)

Balieiros, que no dizer de José Correia é um excelente repositório de episódios verídicos.

Menos acessível, mas sapinamente interessante é também o livro de Mr. William H. Tripp, director da Biblioteca Pública de New Bedford, intitulado *There Goes Flukes* (Reynolds Printing, New Bedford, editor, 1938).

Injustiça seria deixar de mencionar a imortal obra de Herman Melville, *Moby Dick or The White Whale*, tida hoje como clássica.

(1) *There's Always Adventure*, by Grace E. Barstow Murphy, Harper & Brothers, New York, 1943.

Sobre o trabalho científico feito na viagem à Geórgia do Sul publicou o Dr. Murphy 67 artigos diversos e os resultados da expedição e da exploração subsequente de José Correia, isoladamente, contem-se na monumental obra do mesmo autor *Ocean Birds from South America* (1936).

(2) A última viagem de um navio balieiro americano foi a da escuna *John R. Manta* na Primavera e Verão de 1925 e deu prejuízo. Comandava-a o capitão Antonio J. Mandly (Mendes), natural dos Açores, último abencer

Quando o *Daisy* esteve na Geórgia do Sul, já havia lá um estabelecimento permanente de uma companhia balieira norueguesa.

Logo após o regresso do *Daisy* à América conseguiu o Dr. Murphy que José Correia fosse contratado pelo Museu para voltar às regiões antárticas, afim de fazer mais abundante colheita de aves. Deram-lhe todos os preparos necessários e, por combinação feita com a companhia balieira que tinha o estabelecimento permanente na Geórgia do Sul, foi José Correia tomar a Buenos Aires um vapor da companhia, que o levou novamente àquela ilha, onde chegou a 22 de Novembro de 1913. De passagem visitou o Rio de Janeiro.

Correia foi recebido pelos noruegueses já não como o tanoeiro do *Daisy*, ocupado nas horas vagas em ajudar um naturalista, mas como um colector de aves, dextro e instruído no seu mister, trabalhando por conta própria.

Manteve-se na Geórgia do Sul até 8 de Março de 1915 data em que teve de retirar-se por causa de dificuldades sobrevindas em consequência da primeira guerra mundial. Não só fez uma excelente colheita de aves para o Museu de Nova York, como também a instâncias do superintendente da companhia norueguesa, preparou muitos exemplares para a Noruega. Sir Ernest Shackleton, quando passou na Geórgia do Sul, a caminho do Antártico, na célebre expedição do *Endurance*, teve oportunidade de apreciar a habilidade de José Correia, que para ele preparou várias aves ⁽¹⁾.

rágem da magna epopeia dos balieiros de New Bedford e da gente das ilhas que nela tão relevante papel desempenhou.

Adquirida pelo capitão Albertino J. Sena, da Brava, perdeu-se em viagem de New Bedford para Cabo Verde, com 32 pessoas do arquipélago, entre tripulantes e passageiros, em um naufrágio que bem poderia figurar na História Tragico-Marítima.

O último dos navios balieiros, há muitos anos inactivo, a barca *Charles W. Morgan*, com oitenta e três anos de flutuação, foi adquirida por um magnate americano, o coronel E. H. R. Green e, assente em um leito de cimento, com toda a sua armação em cima, jaz em um cais da propriedade do coronel Green em South Dartmouth, não longe de New Bedford, como o mais vivo monumento da extinta indústria balieira. (V. o livro de Mr. Tripp atrás citado).

⁽¹⁾ Shackleton veio a morrer em 1922, na Geórgia do Sul, na expedição a bordo do *Quest*.

Em Março de 1914 foi de visita à Geórgia do Sul, que é uma colónia inglesa, o governador da Colónia do Cabo, que teve igualmente ocasião de ver a habilidade de José Correia e recebeu dele a oferta de um pinguim preparado a primor.

A primeira guerra mundial forçou o Museu a limitar as suas actividades e José Correia, de regresso à América, voltou ao trabalho na indústria do algodão, em New Bedford.

Em 1919 veio de visita aos Açores e aqui se demorou quatro meses, para matar saudades, após uma ausência de dezanove anos. Achou tudo mudado. A doca estava acabada, mas os navios escasseavam. As balieiras já não vinham por ali e todo aquele lindo quadro que a formosa baía dantes patenteava, quando por lá iam os navios de vela, não era agora mais do que um sonho. Apenas um ou outro vapor aportava à Horta, sempre numa pressa, para tomar carvão, e a baía ficava dias e dias deserta.

Também na terra muitas mudanças. Menos trabalho e mais luxo. A guerra tinha transformado a pequena cidade, «civilizando-a», mas tirando-lhe quase todo o encanto antigo. Até a areia que dantes corria do lado da Espalamaca por defronte de Santa Cruz e saía livremente pela muralha da doca, ainda em começo, ficava agora engarrafada dentro do porto, formando extensa praia em frente do castelo e asso-reando completamente o antigo cais, abaixo da fortaleza, onde dantes acostavam até os barcos do Pico.

Correia abalou de novo para New Bedford e ali se consorciou pela segunda vez, em 11 de Outubro de 1920. Sua segunda esposa, Virgínia Gonçalves Aguiar, nasceu nesta ilha Terceira, na freguesia das Lajes (1). As raparigas da Terceira, criadas no campo, mas poupadas a todos os trabalhos rudes, amimadas da família, bem vestidinhas e sempre calçadas, às vezes até com sua ponta de luxo, são excelentes donas de casa. O lar camponês é um lar modelar, em ordem, em economia, em asseio e, acima de tudo, em moralidade.

Transplantada para os Estados Unidos, a mulher da Terceira — podemos dizer, dos Açores — conserva as excelentes qualidades que daqui levou. O seu «home», na Nova Inglaterra ou na Califórnia, é sempre talhado à semelhança do lar familiar das ilhas. Os agregados

(1) Onde veio mais tarde a construir-se o famoso aeródromo.

de açorianos são refúgios de pacatez, de ordem, de trabalho e de seriedade, no meio do tumulto da vida agitada da América. Ali não penetra, senão por rara excepção, o banditismo, a roubalheira, o rega-bofe e o divórcio.

Contudo a mulher açoriana, mais ainda do que o homem, é inimiga da aventura, dos lances arrojados, dos ímpetos mal calculados, que levam num momento à fama e à riqueza tanta gente americana, ou os arrastam com a mesma facilidade à miséria ou à desgraça. Por natureza o homem e a mulher dos Açores não são gente para correr riscos.

É por esta razão que, se o exemplo de José Correia constitui excepção, o de Virgínia Aguiar, sua esposa, ainda mais notável é. Na realidade, dada a preponderância que a mulher tem nos destinos da família, nos Açores, e acomodadas como são as açorianas à vida sossegada e monótona, de esperar seria que o casamento tivesse por consequência pôr ponto final nas andanças de José Correia.

Ele tinha já perto de quarenta anos, já percorrerá todos os lugares e passara todos os trabalhos que aqui relatámos, tinha lugar assegurado nas fábricas de fiação e em boa categoria, como a sua habilitade impunha. Esperávamos vê-lo ficar ali por New Bedford, gosando do viver pacato de um operário, descansando das aventuras passadas. Mas tal não era o seu feitio. E sua mulher compartilhava do seu estímulo. Mais ainda, em vez de ficar em New Bedford, enquanto o marido seguia a sua vida de árduo trabalho de naturalista prático, por países exóticos, por terras inóspitas, sujeito a riscos e a doenças, Virgínia Correia acompanhava-o. E não só para o confortar com a sua presença, mas também para o ajudar nos trabalhos profissionais, em que se tornou exímia.

É grande exemplo o desta rapariga das Lajes, cujo nome não pode ficar apagado ao pé do do homem que ela sempre acompanhou como esposa dedicada e a quem ajudou sempre com todas as suas forças. Exemplo aliás fortalecido ao calor da amizade de outro casal, igualmente firmado na mais completa harmonia espiritual: o de Robert Murphy e Grace Emelin, o eminente naturalista e sua culta e dedicadíssima esposa.

Para aqueles que tomam para bitola da vida familiar americana os exemplos vistos nas «fitas» e as novidades sensacionais sobre os

escândalos das «estrelas», seria bom travar conhecimento com o sentir destas duas personalidades, oriundas de velhas famílias do país e bem distintas, como felizmente acontece com milhares e milhares de famílias americanas, dos aventureiros da última hora que, à força de reclame e de escândalo, pretendem fazer-se passar por autênticos representantes do viver e do sentir do povo americano ⁽¹⁾,

A estas esposas — e bem grato nos é poder usar o dito a respeito de Virgínia Correia, bem pode aplicar-se o que da sua deixou, escrito um outro naturalista insigne do Museu de Nova York, Frank Michler Chapman: «ela tomou por primeiro objectivo da sua vida ajudar-me a realizar as minhas ambições ⁽²⁾.

*

A 19 de Junho de 1921 José Correia partiu, comissionado pelo Museu, para uma expedição às ilhas do Atlântico Oriental, com o fim especial de reunir exemplares e colher observações acerca das aves marinhas dessas ilhas, o que não impediu que tivesse também apanhado e estudado outras. Fez algumas colheitas no Faial e no Pico, seguiu depois para a Madeira, onde teve também pouca demora, e chegou finalmente a Cabo Verde, que era o arquipélago em que o Museu tinha mais interesse, nos princípios de Maio.

Aí colheu e preparou José Correia trezentas aves, pertencentes a vinte espécies distintas, segundo se vê do trabalho que sobre as peles por ele preparadas e com base nas suas observações, publicou o Dr. Murphy ⁽³⁾.

Desse trabalho extractamos as seguintes notas :

«(José Correia) chegou a S. Vicente a 4 de Maio (de 1922) e durante o resto desse mês visitou a ilha de Santa Luzia e os ilhéus

(1) Para tanto bastaria ler os dois livros atrás citados, de que são autores respectivamente o Dr. Robert C. Murphy e sua esposa, Mrs. Grace E. Barstow Murphy.

(2) Frank Michler Chapman, by Robert C. Murphy, in-The Auk, Vol. 67, July, 1950, p. 311.

(3) The Marine Ornithology of the Cape Verde Islands, with a List of All the Birds of the Arquipélago, by Robert C. Murphy, Bulletin of the American Museum of Natural History, Vol. L, Art. III, pp. 211-278.

Branco e Raso. Partindo novamente de S. Vicente no primeiro dia de Junho, fez a travessia num barco à vela para a Brava, tocando durante a viagem nas ilhas de S. Tiago e Fogo. A 14 de Junho foi da Brava para os ilhéus Rombos, onde permaneceu até 4 de Julho. Mais dez dias de trabalho na Brava e outros dez em S. Vicente, até 26 de Julho em que embarcou para as Canárias ⁽¹⁾.

•Correia observou a criação de muitas das aves marinhas indígenas e colheu ovos e aves novas de várias espécies... O «Diário» de José Correia provou ter não menor importância do que os espécimes que colheu e, nas páginas que se seguem, traduzimos livremente os trechos mais importantes das notas que ele tomou. Em alguns casos, em que podem as suas afirmações conduzir a conclusões não definitivas, apresentamos o seu testemunho exactamente como está no original» ⁽²⁾.

Não nos furtamos a apresentar um desses trechos extraídos do Diário de José Correia, a respeito da cagarra de Cabo Verde, afim da ave que, com o mesmo nome, ou o de cagarro, vive nos mares dos Açores.

•A cagarra, escreve José Correia, é uma das aves mais curiosas que temos encontrado. Leva uma vida inteiramente diferente da das outras aves marinhas. Durante o dia o seu estar é no mar largo, mas se por acaso alguma fica em terra, não há olhos que a vejam, porque se esconde nos buracos fundos das rochas.

•Antes do romper do dia as cagaras saem dos buracos que lhes serviram para descansar durante a noite e, quando se tem ajuntado em bandos grandes (no que às vezes levam meia hora ou mais a voarem de um lado para o outro ao pé das rochas), seguem para o mar às vezes quinhentas ou seiscentas todas juntas. Tudo isto se passa antes do nascer do Sol. Aquelas a quem aconteça ficarem nos esconderijos depois do crepúsculo, já não saem nesse dia, esperando

(1) Não chegou a trabalhar nas Canárias, por ter sido chamado a Nova York para seguir para o Pacífico, como adiante veremos.

(2) É interessante que José Correia, vivendo tantos anos na América e convivendo nos seus misteres com gente americana, nunca deixou de escrever na língua pátria, e nela redigia sempre as notas que tomou nas suas múltiplas expedições.

pelo dia seguinte ; nem aquelas que voaram para o mar voltam senão depois do pôr do Sol.

«Quando as cagarras voltam, ao anoitecer, não vão logo para os esconderijos. Algumas ficam perto da costa a voarem horas e horas ; outras voam para o interior das ilhas e, enquanto não pousam, nunca se calam com o seu gunhau-gunhau constante. Mas, quando a noite ainda não vai muito adeantada, pousam todas para dormir e assim ficam em silêncio até à hora do alvorecer. Nem todas procuram um buraco para passarem a noite, algumas contentam-se com os beirados das quebradas ou com recôncavos das rochas. Muitos destes lugares onde elas dormem, afinal, parecem ser bem diferentes das cavidades e buracos em que chocam e descascam os ovos.

«Outra circunstância curiosa é que estas aves vem a terra sòmente nas noites escuras, excepto quando estão a criar. Nas noites de luar elas ficam geralmente no mar, tanto de dia como de noite, e só depois da lua se ter escondido é que começam a voltar em bandos para dormirem em terra.

«Eu observei que as cagarras se ajuntam, macho e fêmea, no mar. Pousam no mar em grandes ajuntamentos, muito chegadas umas às outras, cobrindo cem pés quadrados de água ou mais e nessas ocasiões é que os machos cortejam as fêmeas com muitas carícias do bico e do pescoço. Quando os machos andam assim na perseguição das fêmeas, surgem brigas que às vezes envolvem mais de um par. Vi até combates porfiados entre grupos de aves.

«As cagarras apanham a comida a voarem em bandos sem ligação aparente. A comida consta inteiramente de peixe, de que pude reconhecer nos papos de aves que apanhei, quatro espécies : cavala, sardinha, chicharro e peixe-voador.

«Durante o tempo em que o único ovo está no buraco ou furna da rocha, a fêmea está sempre no choco e o macho trás-lhe a comida à noite, quando volta do mar. Não trás o peixe no bico, como as aves dos trópicos, mas sim no papo, deitando-a para a boca da companheira mesmo com esta no choco. Observei tudo isto numa noite em que estive à espreita para ver como era a vida íntima das cagarras. Tinha uma lanterna que descobria sòmente quando uma das aves pousava no ninho e, à distância de um metro ou tal, vi as aves que

chegavam e que eu reconhecia por trazerem as pés molhados, vomitarem o peixe no bico das companheiras».

As observações e colheitas de José Correia conduziram a um conhecimento muito adiantado da fauna ornitológica de Cabo Verde, até então ainda incompletamente estudada.

*

Depois de regressar de Cabo Verde, seguiu José Correia para as ilhas do Pacífico, fazendo parte da «Whitney South Sea Expedition», notável empreendimento de um grande alcance científico, de que se tiraram notáveis resultados para o conhecimento da História Natural das ilhas do Pacífico. Apoiada e subsidiada por importantes corporações científicas, esta expedição contou com a colaboração de naturalistas e peritos em vários trabalhos. José Correia figurou como o mais valioso destes últimos, na parte respeitante a aves, sobretudo aves marinhas.

A expedição durou de 1923 a 1927. O jornal de New Bedford «The Sunday Standard» de 30 de Janeiro de 1927 celebrou na primeira página o regresso do casal Correia em artigo encimado por uma fotografia de José Correia e de sua esposa, cada um deles com o tradicional *lei*, colar de flores que os indígenas de algumas ilhas do Pacífico lançam ao pescoço dos visitantes em sinal de amizade.

Desse artigo traduzimos os seguintes fragmentos, que bem exprimem a importância do trabalho desse casal e o apreço que merecem.

«Depois de durante quatro anos desbravarem florestas e matos perigosos, treparem montanhas e quebradas, arrostarem as febres e os riscos da vida tropical, Mr. e Mrs. José G. Correia, membros de uma expedição do Museu Americano de História Natural às ilhas do Pacífico, regressaram ontem à sua pequena casa em Harrison Street, no. 23.

«Mr. e Mrs. Correia, que partiram de Nova York na escuna «France» ⁽¹⁾, justamente faz hoje quatro anos, estavam de volta em S. Francisco da Califórnia há pouco mais de uma semana, trazendo uma

(1) Pequeno navio adquirido pelo Museu para esta expedição.

estranha colecção de novos espécimens para o Museu. O grosso da colecção ficou em Nova York, mas Mr. Correia trouxe para casa numerosas curiosidades, mudo testemunho do que ele e sua esposa viram e viveram na sua jornada de 12.000 milhas.

«A Sociedade Histórica de Old Dartmouth receberá frechas, maças, arcos, esteiras e artigos de vestuário dos indígenas das ilhas de Fiji e de Tonga.

«Artigos desses e numerosíssimas fotografias, tiradas durante a longa viagem, foram ontem mostradas a vários amigos por Mr. Correia.

«Pelos seus trabalhos, nesta e noutras expedições feitas para o Museu, tem Mr. Correia recebido numerosos elogios. Um dos mais recentes diz assim: «Mr. e Mrs. José G. Correia, que tem estado a trabalhar no Pacífico, continuam a prestar um excelente concurso ao Museu, muitas vezes defrontando-se com grandes dificuldades. A esposa de Mr. Correia, que não tinha experiência destes trabalhos, revelou excepional perícia nos trabalhos confiados ao casal; as peles de aves por ela preparadas contam-se entre os melhores espécimens recebidos pelo Museu».

Neste mesmo número do «The Sunday Standard» vem uma outra fotografia de Correia e da esposa, tirada a bordo da escuna «France» com o comandante desta, e uma terceira fotografia, mostrando uma grande variedade de armas e utensílios usados pelos indígenas das ilhas por onde passaram.

Num outro número do «Standard-Times, de New Bedford, de 16 de Setembro de 1936, encontramos a resenha detalhada do itinerário de José Correia e da esposa, na expedição a que nos estamos referindo e que abaixo descrevemos pormenorizadamente. Pode afiançar-se que poucos exploradores terão tido oportunidade de visitarem detidamente uma tão grande série de ilhas do Pacífico e com tão grande demora em cada grupo. Visitas que não foram de simples turistas, mas de naturalistas interessados em miudamente prescrutarem os mais recônditos lugares dessas terras maravilhosas, a que estão ligados não só os nomes de grandes navegadores, e de homens de ciência, mas até de artistas como Gauguin e poetas como o infeliz Robert Louis Stevenson.

Evidentemente que só facilidades alcançadas à custa dos largos

fundos de que dispõe uma instituição de renome como o Museu de Nova York, é que poderiam trazer a possibilidade de um empreendimento destes. E não esqueçamos também que, para o Museu dispender tão larga soma numa expedição como esta, era preciso que tivesse confiança ilimitada na iniciativa, na experiência e na perícia de José Correia como colector e preparador de aves, e de mais três ou quatro companheiros seus dedicados a outras especialidades. Foi tão larga e tão importante a colheita de aves, que monta já a 37 o número de monografias publicadas pelo Museu, àcêrca delas, e exemplares há que ainda agora estão em estudo ⁽¹⁾.

Em homenagem a Correia foi dado o seu nome a uma subespécie nova de *Gerygone flavolateralis*, encontrada por ele na ilha de Epi, nas Novas Hébridas, que foi denominada pelo Dr. Ernst Mayr, que a classificou, *G. f. correiae* ⁽²⁾. Uma outra ave, mencionada em trabalho ainda por publicar, e colhida pelo casal na expedição a Fernando Pó, a que já nos vamos referir, receberá o nome de Virgínia, em homenagem à esposa de Correia, segundo informação de Outubro de 1951, do Dr. Murphy, que temos presente. Da subespécie de *Galinula chloropus*, do Paul da Praia, desta ilha Terceira, cognominada *correiana*, falaremos também oportunamente.

Na expedição às ilhas do Pacífico, a que nos estamos referindo, foram sucessivamente visitados os arquipélagos que vamos enumerar, segundo a narrativa do «Standard Times».

Partindo de S. Francisco da Califórnia, dirigiram-se ao Tahiti, percorrendo não só esse arquipélago, como também as ilhas Marquesas (a que está ligado o nome de Gauguin), as ilhas da Sociedade

⁽¹⁾ Segundo uma comunicação feita pelo Dr. Robert Murphy perante a Secção de Ciências da Associação Americana de Museus na Ac. de Ciências Naturais de Filadélfia, e publicada na revista «Science», boletim da Ass. Am. para o Progr. das Ciências, Dez. 9, 1938, Vol. 88, No. 2293, p. 533-539, haviam já sido publicados trinta e sete artigos, respeitantes aos trabalhos desta expedição, na publicação do Museu de História Natural de Nova York denominada *American Museum Novitates*, formando os vinte e cinco primeiros um volume intitulado «Birds Collected During the Whitney South Sea Expedition», I-XXV e os restantes ainda avulsos (artigos XXVI a XXXVII).

⁽²⁾ «American Museum Novitates», No. 486, Aug., 29, 1931, p. 23.

e o arquipélago de Tuamotu, término da recente viagem famosa do Kon-tiki ⁽¹⁾.

De lá dirigiram-se às ilhas de Cook, afastadas de todas as rotas usuais e por isso pouco visitadas.

Dessa dependência da Nova Zelândia passaram às ilhas de Samoa, muito conhecidas e visitadas, mas onde havia ainda muitos segredos por desvendar, pois Correia e os seus companheiros não se limitaram a visitar a capital Apia, único lugar por onde tem passado muitos dos que podem gabar-se de terem ido até lá ⁽²⁾.

Outro tanto pode dizer-se das famosas ilhas de Fiji, cujos habitantes já não são canibais, mas que ainda vivem em estado de perfeita barbárie nas ilhas mais afastadas de Viti Lev, a que os viajantes mais conhecem.

De Fiji dirigiu-se a expedição a outro grupo também remoto, Tonga, e de lá à Nova Zelândia, oásis de civilização após esta primeira etape entre populações na maioria ainda selvagens, com as quais ninguém ainda há um século se atrevia a ter contacto para não correr o risco de ser assado e comido.

Na Nova Zelândia, já muito explorada, não havia pretexto para grande demora, por isso a expedição seguiu para as ilhas dos Antípodas e outras circunvizinhas, já na latitude 50° S, contrastando por isso bastante de clima com os grupos de ilhas tropicais anteriormente visitados. Felizmente a demora não foi longa e de lá seguem para outra ilha isolada, a ilha de Norfolk, onde houve trabalho interessante a fazer. De Norfolk caem novamente em ilhas que foram de antropó-

(1) O autor desta notável obra e principal figura na arrojada travessia do Pacífico, entre o Chile e as ilhas de Tuamotu, em uma jangada, o norueguês Heyerdahl, tinha já anteriormente passado a lua de mel na ilha de Fátuiva, Marquesas, onde viveu um ano com a esposa (V. «Geographic Magazine», January, 1941).

Sobre estas ilhas publicou também o conhecido autor francês T'Serstevens, uma notável obra *Tahiti et sa Couronne* (Albin Michel, Paris).

Também nestas ilhas se situam as aventuras descritas no «Typee», de Melville.

(2) Na ilha de Opola, que faz parte deste arquipélago, encontra-se sepultado o poeta escocês Robert Louis Stevenson, sob um monumento ornado com a flor do cardo e a do hibiscus, em que está gravado o epitáfio que ele próprio para si escolheu («Geographic Magazine», Dez., 1921).

fagos, hoje humanizados, os arquipélagos da Lealdade e das Novas Hébridas.

Daqui seguiram ainda para as ilhas de Salomão, com escala pelo pequeno grupo de ilhas de Santa Cruz e finalmente para a Austrália, onde passaram o Natal de 1926, antes de regressarem a S. Francisco.

Esta viagem, assim brevemente relatada nalgumas linhas durou quase quatro anos. Pouca gente terá tido oportunidade de fazer uma visita tão extensa e tão longa àquelas paragens, nem mesmo os nossos antigos mareantes que aliás meteram as proas nos mais recônditos esconderijos das ilhas Malaías, que ficam mais ao Norte da derrota de José Correia. Parece que estas ilhas do Pacífico se escondiam dos nossos antigos navegadores, por tal modo que até Fernão de Magalhães atravessou todo aquele oceano tendo avistado apenas uma única ilha, ao que parece ⁽¹⁾.

Estava José Correia destinado a ser o primeiro homem desta nossa raça de navegadores e exploradores de terras, a percorrer detidamente as ilhas que tinham ficado para trás nas extensas viagens de dezenas e dezenas de marinheiros portugueses, muitos e muitos deles ignorados.

*

De regresso a New Bedford, José Correia resolveu em breve vir matar saudades dos Açores e chegou ao Faial em 13 de Abril de 1927, tendo vindo a seguir com sua esposa à Terceira, para visitar os parentes desta, nas Lajes ⁽²⁾.

(1) Segundo o «Diário» de Francisco Albo, Fernão de Magalhães passou junto duma ilha isolada, a que chamou ilha de S. Paulo e que é porventura a ilha hoje denominada Paka-Paka, a nordeste do arquipélago de Tuamotu.

(2) Foi nesta passagem pela Terceira que conheci pessoalmente José Correia, cuja história aliás, o Dr. Robert Murphy já me havia narrado. Eu regia a disciplina de Ciências Naturais, numa interinidade, no Liceu de Angra, e lá me foi procurar Correia para ver as aves do Museu... Impressionou-me a viveza daquele homem e o seu desembaraço, bem estampados num rosto tisonado e resoluto, animado por uns olhos penetrantes. Mais espantado ficou ele, quando soube que eu o conhecia já pelos seus trabalhos para o

Embora no goso dumas férias, Correia não perdeu tempo e fez uma razoável colheita de aves, a qual enviou para o Museu e deu aso à publicação de um trabalho de muito interesse para o conhecimento da avifauna do arquipélago pelo Dr. Murphy e pelo seu associado Mr. James P. Chapin. Este trabalho está publicado na série «American Museum Novitates» ⁽¹⁾ e entre as novidades que apresenta vem a nova subespécie da Galinha d'Água açoriana que faz criação no Paul da Praia, nesta ilha Terceira, e que é designada por *Gallinula Chlo-ropus Correiana*. O trabalho referido abrange a descrição ou referência a 36 espécies ou subespécies, colhidas por Correia, entre elas duas subespécies novas, uma a da Galinha d'Água, a que nos referimos, e a outra a forfolha, ou cespina, de S. Miguel, distinta da forfolha ou estrelinha de outras ilhas do arquipélago.

Notável foi também a captura e preparação de uma coruja branca, na ilha do Faial, assim como a confirmação da existência em S. Miguel do verdelhão, desconhecido nas outras ilhas.

Já por ocasião da sua primeira visita aos Açores, em 1919, Correia fizera por sua conta uma pequena colheita de aves, de que o Dr. Murphy deu uma resenha na revista «Ibis» (1923, pp. 44-49 e 190).

*

Ainda nos Açores recebeu José Correia o encargo de ir à África Ocidental continuar nos seus trabalhos para o Museu. Embarcou com sua esposa, a bordo do *Lima*, em 1 de Abril de 1928 e no princípio de Maio seguiu para a ilha de S. Tomé a bordo do *Angola*.

Desta vez o trabalho deteve ambos nas ilhas de S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó, com uma visita curta à Guiné Espanhola (Bata e Baía de Corisco). A rica fauna dessas ilhas deu aso à colheita e preparação de belos e raros exemplares de aves. Infelizmente José Correia não pôde prolongar o trabalho tanto quanto era para

Museu. E, para não acabarem as surpresas, anos decorridos viemos a descobrir que, na nossa meninice (embora Correia seja uns anos mais velho do que eu), havíamos brincado juntos no castelo de Santa Cruz, na Horta, em 1895, quando meu pai ali prestava serviço, eventualmente, no destacamento de artilharia.

(1) No. 384, Nov. 6, 1929.

desejar, pois foi atacado da doença do sono e regressou à América, doente, tendo chegado a New Bedford a 18 de Julho de 1930.

A crise que sobreveiu nos Estados Unidos, logo a seguir, e que ficou conhecida mundialmente pelo bem aplicado nome de «Depressão» não permitiu que após a sua cura José Correia voltasse para a África a continuar o trabalho interrompido. Nem tampouco que se efectivasse o projecto de uma outra expedição, por conta do Museu, à Venezuela.

José Correia deteve-se em New Bedford, empregando a sua actividade⁴ numa padaria. O «rapaz» dos Flamengos continuava como dantes «a deitar a mão ao que aparecia» para ganhar a vida. E as suas múltiplas aptidões não o deixavam ocioso. O «dole», a triste pensão dos desempregados, não se fez para gente da sua tèmpera...

*

Em 1936, porém, a sua actividade de preparador de aves é novamente lembrada. Em Setembro desse ano o Museu volta a chamá-lo para uma viagem de exploração no estado de Arizona, onde uma grande parte do território estava ainda por estudar.

É ainda no «Standard Times», de New Bedford (6 de Junho de 1937), que encontramos desenvolvida notícia sobre essa expedição, dirigida por Mr. Randolph Jenks, de Tucson, Arizona.

Os trabalhos tiveram de ser interrompidos nessa altura, por razões semelhantes às que não permitiram a segunda viagem à África. Apesar disso os resultados obtidos em alguns meses de actividade foram compensadores.

«Mr. Correia, escreve o «Standard Times», foi altamente apreciado por Mr. Jenks devido à sua elevada perícia em descobrir, apanhar e preparar raros espécimens...

«Esta última expedição, nas regiões mais primitivas do Arizona, obrigou a longas jornadas a pé através de montanhas e de ravinas... Só numa parte do território foram colhidas 235 aves de espécies raras, pertencendo 60 a espécies diferentes umas das outras.

«Mr. Correia e os seus companheiros conviveram estreitamente com índios do Oeste e acharam-nos interessantes e com disposição amigável. Correia descreveu-nos com vivos pormenores os ranchos

de gado e as extensas planuras desertas do Arizona. Acha que ali se encontra uma das regiões dos Estados Unidos mais rica em variedade de aves, com muitas espécies ainda desconhecidas. Cita bandos de centenas de codornizes e uma abundância enorme de perús bravos.

«Correia consegue esfolar e preparar sessenta aves em um só dia de seis horas de trabalho, o que constitui um «record». E que perfeição de trabalho...

«Mr. Jenks esclarece: «Não sei como nos poderíamos ter arranjado sem Correia, devido à sua habilidade e rapidez em preparar os espécimens colhidos».

O artigo do «Standard Times» é ilustrado com uma fotografia, tirada no campo, em que figuram Mr. Jenks e sua esposa, juntamente com José Correia, e outra fotografia deste segurando um par de perús bravos.

•

Correia, de volta a New Bedford, foi de novo trabalhar para a velha fábrica de tecidos, de Fall River, continuando porém a residir em New Bedford, onde é tido por cidadão dos que honram a cidade, em que milhares e milhares de açorianos e seus descendentes tem labutado e continuam a labutar. Prova desta estima particular em que é tido Correia, está numa local do «Standard Times», de 30 de Junho de 1937, em que, a par de mais sete personalidades da cidade, a quem o jornal «tira o chapéu» em sinal de apreço, entre eles um compositor musical, uma professora, antiga aluna da Sorbonne, um doutor *honoris causa*, e o devotadíssimo director do Museu e da Biblioteca pública, Mr. George H. Tripp, a quem já tivemos ocasião de nos referir, figura José Correia, lendo-se junto do seu retrato estas elogiosas palavras:

«O «Standard Times» tira o chapéu a José G. Correia porque, desde que findou a era da baleia, New Bedford tem tido poucos cidadãos que tenham ganhado a vida em viagens aventurosas e proveitosas, como ele. Viagens em remotas ilhas tropicais mantiveram Correia e sua esposa, que lhe assiste no trabalho, longe de casa por períodos de alguns anos, desde 1913 para cá... Correia merece admiração pela coragem com que tem arrostado os incómodos, riscos e febres

tropicais nas suas viagens, e pela sua perícia, que lhe tem grangeado os maiores louvores dos chefes das expedições em que tem tomado parte, ele que começou a sua vida como um humilde marinheiro numa balieira».

A última expedição de José Correia realizou-se em 1941, juntamente com o Dr. Murphy, que dele não prescindiu numa exploração altamente produtiva para a Ciência, realizada na região marítima do Panamá e costas da república do Equador. A bordo do pequeno iate *Askoy* partiram de Nova York em Janeiro de 1941, estando de volta em 7 de Junho.

O *Askoy* era um pequeno barco de 40 toneladas apenas, mas a bordo dele foram feitos estudos não só da fauna da região percorrida, como também trabalhos oceanográficos, patrocinados pelo Serviço Geodésico dos Estados Unidos (United States Coast and Geodetic Survey).

Os trabalhos foram realizados entre o golfo do Panamá e o de Guayaquil, e ao largo da costa até uma distância de aproximadamente 300 milhas para Oeste da ponta de Chirambirá. Foram percorridas as costas de Darien, Colombia e Equador, e visitadas a ilha de Malpelo, as ilhas das Pérolas, Gorgona, La Plata e vários ilhéus junto à costa.

O Dr. Murphy, de quem recolhemos estes pormenores, escreveu na primorosa revista «Natural History», publicada pelo Museu Americano de História Natural, uma série de artigos, largamente documentados com belas gravuras, sobre esta expedição (1).

A esposa do Dr. Murphy, que foi visitar seu marido no decurso desta viagem, a ela se refere também em artigo publicado na mesma revista (2). É neste artigo que Mrs. Murphy descreve Correia como «o homem que no mundo prepara as mais lindas peles de aves em menos tempo», recordando também a viagem que, então recém-casada,

(1) «Natural History», Vol. LIII, Nos. 5, 6, 7 & 9, May, June, September and November, 1944.

(2) Ibidem, Vol. LII, No. 2, September, 1943. Esta artigo contém interessantes pormenores sobre uma visita à república do Equador.

fizera em 1912 com seu marido e com José Correia, no *Daisy*, antes da partida deste das Antilhas para a Geórgia do Sul.

Nos artigos do Dr. Murphy há também várias referências a José Correia e ao seu trabalho. E lá encontramos algumas fotografias suas, uma delas mostrando, na tarefa de preparar a pele de um pelicano, José Correia «mestre na arte de preparar lindas peles para estudo das aves marinhas».

O «Standard Times» volta de novo, no seu número de 6 de Julho de 1941, a referir-se largamente a este notável cidadão de New Bedford, que honra a cidade que adoptou para sua terra. Ali encontramos as suas impressões desta viagem que foi a última, ilustrado o artigo com o seu retrato, o mesmo que juntamos a estas linhas de homenagem a este emigrante açoriano, que honra o Faial, sua terra, e Portugal, a sua pátria de origem.

José Correia é bem o representante legítimo daqueles velhos navegadores e viajantes portugueses, que andavam de oceano em oceano, de terra em terra, de ilha em ilha, à procura de novidades, de aventura e de fama, mais do que de prazeres e de riqueza. Fisicamente José Correia é um tipo de português legítimo: mediana estatura, rosto tisonado, severo, modos comedidos mas enérgicos. O contacto com a gente americana, longe de lhe abastardar as mais legítimas características da sua raça, mais lh'as vincou. Fala português, escreve português, sem mistura de americanices. Veste como toda a gente. Tendo admiração e respeito pela nação onde encontrou generoso acolhimento e campo livre para desenvolver as suas fantásticas possibilidades, José Correia mantém-se fundamentalmente português, até sem dar por isso. Vejo isto na sinceridade e desassombro das suas cartas, nas críticas livres ao muito que infelizmente há que criticar no seu país de adopção. Americano por naturalização e por bem fundada gratidão, até no seu lar modesto mas confortável, ele prova as suas qualidades de português. O seu viver familiar é um exemplo de dignidade e de harmonia.

Virgínia Correia, nascida ali nas Lajes, mas com milhares e milhares de léguas percorridas por esse mundo nas mais estranhas terras, é a mesma pessoa modesta, a mesma esposa simples e dedicada que seria se tivesse formado o seu lar ali ao pé da porta de seus

pais. Este casal que tantas voltas deu pelo Mundo, não se deixou contaminar pela «civilização».

Virginia Correia, a nossa patrcia aqui da Terceira, merece bem ser associada aos louvores de toda a classe endereçados a seu marido, o filho do tanoeiro dos Flamengos.

*

Não sabemos como é que os açorianos de New Bedford olham para José Correia. Decerto que o estimam e honram como ele merece, tal qual como aconteceu por aqui das vezes que ele por cá veio. Mas também não nos admiramos de haver alguns que ignoram e continuam a ignorar os seus merecimentos, cá e lá. Ninguém é profeta na sua terra, diz o velho ditado.

Também o Fernão Mendes Pinto, da famosa Peregrinação, foi olhado pela gente do seu tempo e por muitos ainda, séculos e séculos depois, como embusteiro e alardeador. Ao que ele responde no capítulo da sua extraordinária obra com estas palavras, que José Correia bem poderá repetir aos que possam acolher com cepticismo as suas maravilhosas narrativas: «A gente que viu pouco do mundo também costuma a dar pouco crédito ao muito que outros viram».

J. Agostinho.

Cervantes nos Açores

Pelo Dr. LUÍS DA SILVA RIBEIRO

No volume 111.º da revista «O Instituto» (1948) publicou o sr. Amadeu Ferreira de Almeida, nosso antigo Ministro no Chile, uma tradução da notável monografia do erudito escritor chileno D. José Toribio Medina, «Cervantes em Portugal», de onde extractamos a parte referente à tão debatida e controvertida estada nos Açores do autor do «Dom Quichote».

«Saindo deste campo árido de simples indicações de datas, vejamos como discorre, baseado nelas, D. Ramon Léon Mainez no seu livro *Cervantes y su epoca* (Jerez, 1901, fol. p. 119-221):

«Ao regressar Cervantes à pátria, sabendo que seu irmão Rodrigo estava incorporado no seu terço na conquista de Portugal, é muito possível que procurasse ver como normalizava a sua própria situação e se obtinha alguma lícita recompensa dos seus bem provados serviços. Teve de intentar então a viagem ao país vizinho, e deve esta ter-se verificado nos primeiros meses do ano de 81. Talvez, além dos certificados que levava legalizados e em forma, como abonadores indubitáveis dos seus méritos, contasse também com a assistência ao lado do Rei do seu Secretário Vasquez, que seguramente visitaria ainda que não fosse senão em sinal de respeito e como prova de amizade. Não cremos que Cervantes tivesse sido destinado ao seu antigo

terço. Inútil para o serviço activo da milícia, deve ter solicitado alguma ocupação compatível com as suas disposições físicas.

Ainda que no seu Memorial de serviços, escrito no ano 90, fale efectivamente de que «depois de libertados (ele e Rodrigo, seu irmão) foram servir S. M. no reino de Portugal e na Terceira com o Marquez de Santa Cruz», deve-se ter em conta, todavia, que tais palavras se prestam a confusos equívocos, por estarem englobados os feitos de ambos, sem a distinção necessária que os separe.

Que Cervantes esteve seguramente em Tomar e em Lisboa em Maio de 1581, consta com irrecusável testemunho. Foi então, sem dúvida, encarregado de uma missão em Oran...

«Susteve D. Martín Fernandez de Navarrete que Cervantes foi embarcado nas naus que, sob as ordens de D. Pedro Valdés, saíram do porto de Lisboa no verão de 1581, para proteger as frotas das Indias Orientais, e reduzir a Ilha Terceira que se havia declarado em favor de D. António, Prior do Crato, hostil ao dominio de Filipe II. Mas há argumentos que invalidam essa afirmação.»

«Não iam nas naus de Valdés as forças que comandava D. Lope de Figueroa, em cujas companhias servia, como sabemos, Miguel Cervantes desde que esteve na Itália. Os 2.200 soldados que levava D. Lope, uns do seu terço e outros alemães, foram transportados na nova armada que saiu de Lisboa pouco tempo depois da de Valdés.»

«Assim como não era possível que Cervantes tivesse estado no ano 81 nas naus de Valdés nem nas de Fenollet, por estar então desempenhando as missões de que falamos, tão pouco cremos que acompanhasse como soldado o Marquez de Santa Cruz. É mais provável que seguisse ocupado em outros serviços especiais, que até agora se desconhecem. Há razões que parecem indicá-lo.

«Tendo sido tão gloriosa aquela expedição, em que demonstraram a sua costumada heroicidade os espanhois, como é possível, como pode explicar-se, o silêncio que guardou Cervantes sobre tão excepcionais sucessos nas suas obras, tão cheias das recordações da sua vida e das suas íntimas impressões acerca dos feitos de guerra que presenciou e em que interveio, a não ser a razão de não se ter encontrado naquela de que se trata?»

E eis aqui uma citação de Fernandez Duro (*Conquista de los Açores*, p. 43): «Julgaram alguns que, como soldado do terço de

Figueroa, ia nesta ocasião, embarcado no galeão *San Miguel*, Miguel de Cervantes Saavedra; nenhum fundamento escrito o confirma; e seria raro, tendo sido testemunha de tão rara acção, que a não citasse em alguma das suas novelas.»

«... Com toda a certeza deve dizer-se que Miguel de Cervantes não poudo tampouco ter assistido à nova importantíssima expedição preparada para conquista e submissão da Ilha Terceira, no verão de 1583; empreza encomendada ao mesmo Marquez de Santa Cruz, e concluída com grande felicidade e glória.

Quem esteve nela e se distinguiu com singular e bizarro denodo, foi seu irmão Rodrigo, elogiado por tal motivo pelo historiador daquela acção de guerra, o auditor da armada, licenciado Cristobal Mosquera de Figueroa...

As vitoriosas naus do Marquez entraram em Cadiz, aclamadas com júbilo, no dia 13 de Setembro. Sabe-se que Miguel de Cervantes residia então em Madrid...» E cita ter empenhado no primeiro desse mês os cinco panos de tafetá amarelo.

O último dos biógrafos de Cervantes, Fitz-Maurice Kelly, ocupando-se disto mesmo, opina que depois de ter recebido aquele os 50 ducados que lhe entregaram em Cartagena em 26 de Junho de 1581, «até onde é possível conjecturar, voltou de novo para Madrid», «em vista do que no curso do ano ou nos dois immediatos o encontramos ali relacionado com literatos: como Pedro de Padilla, pelo seu soneto inserto nos preliminares do *Romanceiro*; com Rufo (1584); com Galvez de Montalvo, que lhe escreveu um soneto para a sua *Galatea* no ano seguinte». Nega-se, como se vê, que tivesse sequer estado em Portugal; e quanto ao que Cervantes diz no seu Memorial de 1590 sobre a sua campanha em Portugal e nos Açores, na forma em que aparece a frase, «parece antes posta por ele com o fim de designar o seu irmão Rodrigo».

Perez Pastor (Docs. Cervantes I pp. XI-XII) que invoca o autor inglês, depois de fazer esta reflexão, junta: «mas se tivermos em conta... que Miguel está em Tomar por Maio de 1581, em Cartagena em fins de Junho deste ano, ocupado em cousas do serviço de S. M. e em Madrid pelo Outono de 1583; que o Marquez de Santa Cruz, depois de ter reduzido a Terceira e outras ilhas, entrou em Cadiz em

15 de Setembro do dito ano, tornava-se quase impossível que Miguel de Cervantes pudesse assistir à citada jornada*.

Tais são, expostos com a argumentação em que se pretende apoiá-las, as conclusões a que os críticos destes últimos tempos chegam para negar a hipótese da residência de Cervantes naquele tempo em Portugal; e, indo ainda mais longe, para chegar a prestar o menor assentimento à sua declaração formal de ter tomado parte naquela expedição do Marquez de Santa Cruz. Esta doutrina é relativamente nova, na verdade, e afasta-se por completo do que outros biógrafos tinham afirmado sobre esses particulares. Convém que repassemos sumariamente o que eles disseram.

Podiam citar-se dezenas de escritores espanhóis que, sem titubear, e dando-a como coisa indiscutível, afirmam que Cervantes residiu algum tempo em Portugal, e ainda que figurou na armada do Marquez de Santa Cruz à Terceira, mas que temos de omitir, porque não são daqueles que discutem a matéria ou escrevem baseados em documentos; limitamo-nos a recordar que, entre eles, se conta o primeiro, em ordem cronológica, e pelo caudal de informações que adornam os seus escritos, Fernandez de Navarrete. Trata, pois, sem reservas, da estada de Cervantes em Portugal e da sua campanha na Terceira às ordens de D. Lope de Figueroa, a cujo terço havia pertencido antes; recorda o elogio que ao Marquês de Santa Cruz consagrou no *Qui-xote* e no soneto que em seu louvor fez e inseriu Mosquera de Figueroa nos seus *Comentários*; e em terreno mais certo e como resumo das descrições que Cervantes fez nas suas obras de Portugal, e se expressa assim:

Não nos fica mal ter presente o que escritores estrangeiros, mais ou menos conhecedores da literatura castelhana disseram sobre a matéria de que se trata.

Recordemos, primeiro, Ticknor:

Ignora-se quanto tempo permaneceu naquele reino (Portugal), mas sabe-se que esteve em Lisboa, que marchou com o Marquez de Santa Cruz à expedição de 1581, e no ano seguinte à mais importante das ilhas dos Açores, que resistiam a dar obediência a Filipe II.

Viardot, não só aceita como um facto a estada de Cervantes em Portugal no tempo indicado, senão também a sua presença no com-

bate naval da Ilha de S. Miguel e na tomada da Terceira, e reconhece as relações amorosas de Cervantes com uma dama portuguesa.

Merimée, tomando em conta a observação de não ter podido Cervantes exercer por aquela ocasião função activa na milícia, nota que, como a infantaria espanhola, ou parte dela, pelo menos, só usava espada e escudo, a ferida que tinha recebido não o inabilitava de facto para o serviço; e, nessa conformidade, o faz assistir ao combate naval da Ilha de S. Miguel.

De escritores ingleses, basta-nos citar o sumário do cap.^o IV da *Vida de Cervantes*, de Walts: — «Cervantes volta ao serviço militar. — Reincorpora-se no terço de Figueroa. — Invasão de Portugal. — Expedição marítima contra os Açores. — Cervantes serve no *San Mateo*. — Figura nas batalhas da Terceira. — Segunda campanha dos Açores e regresso da armada a Lisboa. — O seu affecto a Portugal. — Intriga amorosa em Lisboa».

Em *La Española Inglesa*, depois de separar-se Ricaredo de Isabela para seguir a rota da Ilha Terceira, paragem em que, de ordinário, se cruzavam naves portuguesas que regressavam das Índias Orientais, encontra com efeito uma delas.

Mas, porque dava lugar entre esses poetas a Don António de Ataide, que nem até então nem depois, chegou a publicar poesia alguma?

Cervantes não alude a semelhante facto e se o recorda é, em nosso entender, por ter figurado no serviço militar, com mais precisão ainda, por ter tomado parte, segundo é de presumir, na expedição do Marquez de Santa Cruz à Ilha Terceira.

Compreender-se-á que nos referimos à asserção feita por ele (Cervantes) no seu memorial ao Conselho das Índias, provido em 21 de Maio de 1590, que convém reproduzir à letra: «... e depois de libertados (ele e Rodrigo seu irmão) foram servir Vossa Majestade no reino de Portugal e na Terceira com o Marquez de Santa Cruz...» Recordaremos que alguns criticos, em vista desta frase, pronunciam-se por que «parece antes posta por ele com o intuito de designar o seu irmão Rodrigo...»

Francamente, não logramos atinar com o fundamento de semelhante interpretação.

Cervantes não faz distinção alguma entre ele e seu irmão na

participação que lhes coube naqueles sucessos ; ambos foram, diz. Porque, por conseguinte, eliminá-lo a ele de semelhante participação ?

Em abono da não presença de Cervantes em tais jornadas, tem-se insistido em que, contra o que era o seu uso nos seus escritos, não as recorda neles. Certamente que não, diríamos, na extensão com que procede quando se trata da de Lepanto, porque, seguramente também, não alcançou para ele a transcendência desta, na qual perdeu o uso da mão esquerda combatendo com o denodo que sabemos ; mas não as mencionará ele de maneira mais ou menos indirecta ? Aí está ; para demonstrar o contrário do que se afirma o elogio que ao Marquez de Santa Cruz tributou, no capítulo XXXIX da Primeira parte do *Quichote*, chamando-lhe «raio da guerra, pai dos soldados, venturoso e jamais vencido capitão».

Anos mais tarde, quando em 1615 publicava as suas *Comedias y ocho entremeses*, na que intitulou *El gallardo español*, tem também uma recordação para o Marquez na jornada III :

Don Alvaro Bazan, otro excelente
Caballero famoso y de ventura...

Un Don Alvaro Bazan
Terror de naciones fieras
A pesar de tus goleras
Ha dado socorro a Oran...

E isto não é nada comparado com o que lhe dizia no soneto que pôs (fol. 177) em seu elogio no *Comentario en Breve compendio de disciplina militar, em que se escreve a jornada das ilhas Açores*. De Cristobal Mosquera de Figueroa, impresso em Madrid em 1596, e por algum motivo, sem dúvida, foi chamado pelo autor para escrevê-lo, e que começa assim :

No ha menester el que tus hechos canta,
Oh ! gran Marquês, el artificio humano,
Que a la mas sutil pluma y docta mana
Ellos le ofrecen al que al orbe espanta.

E pelo que respeita aos lugares em que se desenvolveram os

feitos militares de que falava no seu memorial, não os esqueceu tão pouco, como bem o manifesta aquella passagem de *La Española inglesa* em que menciona a Terceira, e que já tivemos occasião de ver.

Chega agora o momento de examinar se, como julgava o erudito Perez Pastor, Cervantes não pôde de facto figurar na campanha dos Açores. Dissemos que para chegar a esse resultado se baseou em que Cervantes se encontrava em Cartagena em fins de Junho de 1581; que estava, igualmente em Madrid pelo Outono de 1583, e que tendo entrado o Marquez de Santa Cruz em Cadiz, depois dos seus triunfos naquelas ilhas em 15 de Setembro desse mesmo ano, se tornava quase impossível que Cervantes tivesse podido tomar parte nela.

Mas de onde pode deduzir-se que Cervantes permanecesse até então a bordo de alguma das naves na esquadra de D. Alvaro de Bazán? Pelo contrário, não faltam antecedentes dignos de consideração para crer que depois da sua campanha, — digamos já da primeira realizada nos Açores — teve que ficar em Lisboa. E ainda mais; se a data de Setembro de 1583, que se julga, com probabilidade aquella em que se torna a encontrar Cervantes em Madrid, fosse exacta, ella não pode ser obstáculo para que se aceite que ali chegara logo depois da sua entrada em Cadiz, no dia que se indica. Mas tudo induz a pensar que o caminho que Cervantes tomou para trasladar-se de Lisboa a Madrid foi outro muito diverso.....

O exame da obra de António Herrera, já apontada, cremos que permite assinalar com perfeita claridade, a possível participação de Cervantes na primeira das gloriosas campanhas do Marquez à Terceira. D. Lope de Figueroa, que comandava o terço a que antes tinha pertencido Cervantes, partiu de Lisboa em direcção àquella ilha em 25 de Julho de 1581 (fol. 155), e já sabemos que Cervantes estava em Cartagena havia um mês, de modo que se opõe a que tivesse podido incorporar-se nesse seu antigo terço. Herrera adverte que nas naves de Figueroa iam «quatro companhias de terço de Nápoles, soldados velhos»; e este é o outro antecedente para crer que bem pode contar-se entre elles Cervantes. Chega D. Lope à Ilha de S. Miguel, onde nada pode fazer por falta de gente e pouca harmonia com D. Pedro de Valdez, e regressa a Lisboa.

Em 10 de Julho do anno seguinte (1582), parte de Lisboa o Mar-

quez de Santa Cruz com 31 navios e 5 patachos, em que iam 5.000 soldados espanhóis, a cargo do mestre de Campo D. Lope de Figueroa e D. Francisco Bobadilla, e no dia 25 triunfa na Ilha de S. Miguel, para achar-se de regresso a Lisboa em 10 de Setembro (fol. 183).

Dando por assente que Cervantes estivera em Madrid no Outono do ano seguinte, tempo teve de sobra, até vários meses, para tornar certa a sua afirmação, e manifestada nada menos que ao monarca, — «de ter ido servir V. M. no reino de Portugal e na Ilha Terceira com o Marquez de Santa Cruz».

Ao chegar a este ponto, parece necessário insistir em que as efemérides cervantinas não registam nada de bem averiguado até ao 1.º de Fevereiro de 1581, em que lhe foi assinada em Madrid a licença para impressão da *Primeira Parte da Galatea*. Esta indicação confirma ser muito provável que o seu autor escrevesse essa obra, ou grande parte dela, em Lisboa.

Do papel que coube a Rodrigo de Cervantes na jornada a que se referiu seu irmão Miguel não é preciso falar, pois tão brilhante foi que o Marquez o notou e em 1584 foi promovido a alferes. E sendo isto assim, perguntamos, como aventurar-se a dizer que a frase em que Cervantes fala de si e do seu irmão, a introduziu com o fim de designar este, que pelo seu comportamento na jornada não necessitava que lhe fosse feito elogio no memorial de 1590?

E ainda mais, quando lemos que Fritz-Maurice Kelly — sempre disposto a deprimir e apoucar de maneira disfarçada e hipócrita, com aparência de imparcialidade, o autor do *Quichote*, — vêmo-lo afirmar, ao referir-se a essa frase, que não pode em rigor aplicar-se ao próprio Cervantes: ele não saiu de Argel senão quando a campanha de Portugal havia terminado, que é o mais a que se pode chegar em materia de errada interpretação dos documentos, e sabe Deus se de boa fé; para continuar em seguida dizendo: «e ainda não temos uma relação precisa da sua actividade durante a expedição aos Açores, — note-se aqui a flagrante contradição com o que acaba de dizer, e como se aproxima já da verdade, ainda que o faça de maneira depreciativa, — quando acrescenta: «parece provável que por essa ocasião ocupava o seu tempo em tarefas menos pitorescas que o serviço militar». Sem que nos diga quais elas foram, deixa entender que aludia a

certos amores de Cervantes. Tal será também o último ponto de que nos occuparemos neste, por todas as razões, ingrato exame.....

Em conclusão temos, pois :
.....

Segundo : que a sua qualidade de soldado do antigo terço de Nápoles, comandado por D. Lope de Figueroa ; a presença de seu irmão Rodrigo no exército expedicionário aos Açores; as datas em que tiveram lugar alguns dos successos militares daquelas campanhas, que de maneira alguma discordam da que se pensa deve corresponder à sua primeira estada em Madrid depois de sair do cativeiro ; tudo induz a crer que a afirmação que fez ao monarca de ter assistido a elas é perfeitamente aceitável e de modo algum abusiva. São a seu irmão Rodrigo.

São estas as passagens do mencionado estudo, referentes às ilhas, que vem lançar bastante luz sobre a, por muitos títulos aliciante questão de saber se Cervantes veio ou não aos Açores.

Necrologia

Dr. Joaquim Bensaúde

No dia 7 de Janeiro do corrente ano faleceu em Lisboa, na sua casa da Rua de São Domingos, à Lapa, o eminente historiador da época dos descobrimentos, senhor doutor Joaquim Bensaúde.

Nado em Ponta Delgada em 1859, no seio de uma família à qual São Miguel ficou devendo boa parte do seu desenvolvimento económico, mas onde a cultura do espirito occupou sempre o melhor lugar, fez na Alemanha a sua educação científica, diplomando-se engenheiro civil na Escola Superior de Hanover, e cêdo começou a sentir-se atraído pela investigação histórica e a dedicar-se ao estudo do brilhante período da nossa expansão ultramarina.

Graças ao seu labor conseguiu, por forma irrefragável, revindicar para a ciência peninsular as origens da astronomia náutica empregada pelos nossos navegadores, atribuídas até aí no concenso geral, mesmo entre nós, aos estrangeiros Martinho de Behaim e Regiomontano.

Em meados do século XIX D'Avezac pretendia transferir aos comerciantes de Dieppe a prioridade no reconhecimento das costas africanas; mas o eruditissimo Visconde de Santarém, com larga cópia de argumentos e perfeito conhecimento do assunto, conseguiu oppor-se-lhe triunfalmente.

A ciência alemã, estribada no alto prestígio de Alexandre Humboldt, ao princípio inclinada à opinião D'Avezac, continuou a chamar a si a origem da astronomia náutica dos nossos navegadores. Foram alemães os fundadores da geografia moderna e foram Behaim e Regiomontano que ensinaram aos portugueses a arte de navegar.

Após profundos estudos, Ravenstein reduziu a justas proporções

a capacidade e o papel do famoso Behaim, concluindo pela sua nenhuma influência nas viagens e ciência náutica da época dos descobrimentos.

Faltava, todavia, provar a origem dessa ciência e foi a tenacidade e a elevada competência do Dr. Joaquim Bensaúde, que demonstrou pertencer-nos.

A' *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grands déconvertis*, publicada em Berne em 1912, seguiram-se outros profundos e valiosos trabalhos como *Histoire de la science nautique portugaise. Résumé* (1917), *Les legendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises* (1917-1920), *Origine du plan des Indes* (1929), acompanhados da reprodução fac-similada de documentos — *Regimento do Estrolabio* (Exemplar de Munich), *Regimento do Estrolabio* (Exemplar de Evora), *Almanch perpetuum* de Zacuto, de 1496, *Arte de marear* de Faleiro, de 1535, etc.

Altamente apreciados na própria Alemanha, na Inglaterra, Bélgica, Holanda, Espanha e França, puseram termo às ambiciosas e pouco seguras afirmações de Humboldt e sua escola, ficando assente a origem peninsular da ciência náutica dos nossos navegadores.

A' época de D. João II dedicou também a sua actividade, reunindo minuciosos elementos de estudo, e pena foi não haver concluído a obra, há muito em preparação, sobre ela.

A Ilha Terceira e o seu papel nas viagens de oeste mereceram-lhe particular atenção e ao nosso Instituto, que se honrava contando-o no número restrito dos seus sócios honorários, não regateou aplausos e estímulos.

Sobre a alta importância científica e histórica da obra magnífica do Dr. Bensaúde publicou o distinto professor do Liceu de Angra e sócio do Instituto, sr. Dr. Corte-Real e Amaral, uma elucidativa e documentada monografia, onde se põem em relevo os méritos do abalizado investigador. A ela nos reportamos e para ela remetemos quem mais desenvolvidamente queira conhecê-los.

Estas palavras são apenas a homenagem comovida da saudosa veneração do Instituto à memória do grande sábio.

L. Ribeiro.

Ferreira da Rosa

Por J. AGOSTINHO

No dia 8 de Março de 1952 faleceu na sua casa no Rio de Janeiro, rua do Jardim Botânico, número 81, o sócio honorário do Instituto, Francisco Ferreira da Rosa, professor jubilado do Colégio Militar do Rio de Janeiro e tenente-coronel honorário do Exército Brasileiro.

Nasceu Ferreira da Rosa a 20 de Maio de 1864 em uma casa da rua da Guarita, mesmo ao pé do Hospital ⁽¹⁾, e foi o primogénito do casal, Estevão José Espínola e Maria Júlia Ferreira da Rosa. Seu pai era natural da Graciosa e sua mãe nasceu em Angra. Era filha única de Francisco Ferreira da Rosa, oriundo da freguesia das Lajes, e de Mariana... nascida na Agualva.

Por ser o primogénito de filha única, recebeu o neófito, na pia de baptismo da igreja da Conceição, o nome completo de seu avô materno, segundo, ao que parece, era uso daquele tempo. Levaram-no seus avós maternos para sua casa, na rua da Rosa número 6, com idade de um ano, quando acabara de nascer o segundo filho do casal ⁽²⁾. Ali viveu até embarcar para o Brasil, em 1878.

⁽¹⁾ Os pormenores biográficos, aqui referidos, foram-nos há anos comunicados por Ferreira da Rosa, a nosso pedido.

⁽²⁾ Deste casal houve ao todo doze filhos, dos quais o primogénito foi o último sobrevivente.



Francisco Ferreira da Rosa

Frequentou a Escola primária de Dona Joaquina Augusta, na rua do «Infante D. Fernando» (antiga rua dos Cavalos) ⁽¹⁾; a seguir frequentou o Colégio Instituto Angrense, de que era proprietário o Dr. Oliveira Brasil e professor Augusto César Pacheco. Funcionou este colégio na rua de Jesus e mais tarde no Alto das Covas ⁽²⁾.

Em 1877 matriculou-se Ferreira da Rosa no primeiro ano do Liceu Nacional, que ao tempo funcionava no mesmo edificio onde hoje se encontra, no antigo convento de S. Francisco, mas ocupando apenas a parte ocidental do mesmo, pois a parte restante era ocupada pelo Seminário Diocesano ⁽³⁾.

Chegara no entanto à ilha, de regresso do Rio de Janeiro, onde fôra comerciante, um tio materno do jovem estudante, Manuel Caetano de Mello, que no Brasil havia angariado meios de fortuna e estava bem relacionado com algumas dignidades da Capela Imperial.

Ferreira da Rosa manifestara já nos seus tenros anos invulgares qualidades de inteligência e de amor ao estudo. Filho e neto de gente pobre, não lhe seria possível prolongar os estudos por muito tempo. Ainda hoje, felizmente em menor grau, o rapaz pobre que sente aquele

⁽¹⁾ O nome attribuído à rua dos Cavalos (actualmente rua do Rio de Janeiro) mostra um lapso de memória de Ferreira da Rosa. Aquela rua denominou-se em tempo rua do Infante D. Luís e não do Infante D. Fernando. Foi-lhe attribuído para comemorar a visita do futuro rei D. Luís a Angra do Heroísmo, quando era guarda-marinha.

⁽²⁾ Com este mesmo nome de Colégio Instituto Angrense funcionava em 1898 no canto da rua dos Cavalos para a rua do Barcelos, uma excelente escola de ensino primário, sob a direcção do professor Francisco Luís da Rocha, que mais tarde a mudou para a casa da rua da Sé que faz canto para o teatro. Luís da Rocha, passados alguns anos, foi residir para Lisboa e o Colégio encerrou-se.

⁽³⁾ O convento de S. Francisco foi attribuído ao Liceu de Angra em 1845, quando o mesmo foi criado. Em 1862, tendo sido instituído o Seminário da Diocese Angrense, uma parte do edificio do Liceu foi dado ao Seminário. No ano de 1900, a pretexto de uma epidemia aparecida entre os alunos do Liceu, mudou-se este para o solar do visconde de Betencourt, por detrás da Sé, onde hoje funciona o Arquivo Distrital. O Seminário passou então a ocupar todo o edificio de S. Francisco. Suspenso o funcionamento do Seminário, após a proclamação da República, foi o edificio novamente attribuído ao Liceu, que ali continua a funcionar.

fervilhar da inteligência e a propensão para o estudo, que são próprios dos que nasceram para as elevadas ocupações do espírito, luta com dificuldades muitas vezes insuperáveis para realizar as suas aspirações.

Para mais, naquele tempo de bem arreigada distinção de classes, um pobre diabo que se atrevesse a esboçar uma ambição mais larga, era mal olhado, troçado até, por aqueles que dispunham de nobreza de sangue ou de meios de fortuna. O filho devia seguir a condição do pai. Aos filhos de gente pobre, que revelavam talento, só se abriam as portas do seminário, do quartel, ou do estabelecimento comercial.

Entre o avô de Ferreira da Rosa, que ambicionava para o neto um futuro melhor do que o seu, e o cunhado brasileiro, forjou-se um plano que devia trazer contentamento a todos: embarcar o moço para o Rio de Janeiro. Mas não para mourejar no comércio, como o tio Manuel Caetano. Ferreira da Rosa, amparado pelos cônegos da Capela Imperial, entraria para o seminário e viria talvez a ser um ornamento do Clero do Brasil.

Depois das férias do Natal do seu primeiro ano de Liceu, Ferreira da Rosa não voltou às aulas. Em Janeiro de 1878 embarcou no vapor *Lidador*, a caminho do Brasil. Ali mesmo na baía de Angra começaram seus infortúnios. O *Lidador*, ao manobrar para sair do porto, bateu numa restinga, por fóra do Castelinho, e fez um rombo. Julgou-se que não era coisa de importância, mas já ao largo a água começou a invadir o navio, que teve de voltar para trás, vindo afundar-se, segundo ouvi contar, ali perto do cais da Figueirinha. Toda a gente teve tempo de salvar-se. Se alguns se amedrontaram com aquele desastre, Ferreira da Rosa não foi desses. Embarcou para Lisboa e ali tomou o vapor alemão *Argentina*, que o levou ao seu destino, tudo por conta da empresa do malfadado *Lidador* ⁽⁴⁾. Chegou ao Rio no dia primeiro de Abril de 1878.

Tinha o Sr. Estevão Espínola, pai de Ferreira da Rosa, um compadre, José Correia da Silva, que havia regressado do Brasil a Angra e ali tinha amizade estreita com outro açoriano, José Augusto, gerente e co-proprietário do Hotel Globo. Avisado a tempo da vinda do pe-

(4) O naufrágio do *Lidador* foi muito falado na Terceira, durante anos, e até romances populares foram compostos a tal respeito.

queno Francisco, foi buscá-lo a bordo e instalou-o no seu hotel, que para mais ficava mesmo ao pé da Capela Imperial.

O rapazinho, porém, durante a viagem, ruminara no que viria a ser a sua vida como eclesiástico. Após reflexão muito prolongada, duvidando da própria vocação, receoso de que tal vida não lhe trouxesse a ele próprio senão uma opressão acabrunhadora e à Igreja apenas desse um ruim sacerdote, disparou nas bochechas do Sr. José Augusto a declaração formal de que não queria ir para o seminário.

— Pois então trata de arranjar emprego e vamos a ver o que dizem lá da Terceira.

Da Terceira não veio recriminação. Mestre Francisco, seu avô, era bondoso. O seu lidar de sacristão havia-lhe feito compreender bem que o escrúpulo do neto era razoável, um indício de bom carácter. O tio, Manuel Caetano, esse parece que nem lamentou o dinheiro que gastara com a ida do moço. Tudo boa gente.

Empregado no comércio para ganhar a vida, Francisco Ferreira da Rosa não esmoreceu no seu desejo de se instruir e alcançar vida mais consentânea com o seu feitio. Frequentou aulas públicas nas horas que lhe sobravam do seu labor e, logo que ponde, começou ele próprio a dar lições. Em 1883, com dezanove anos de idade e cinco de permanência no Brasil, conseguiu já começar a manter-se unicamente com o produto de lições que dava a rapazes e a raparigas.

Com a nova situação veio-lhe o desejo de frequentar estudos superiores. Matriculou-se na Escola Médica primeiro, depois, reconhecendo que não tinha vocação para a profissão, matriculou-se na Escola Politécnica, no curso de engenharia. Mas, nem as preocupações e o trabalho de ganhar o sustento lhe permitiam seguir o curso com regularidade, nem essa era ainda a sua verdadeira propensão. Fiel ao que lhe ditava a sua consciência, preso por ela ao princípio tão salutar de que ninguém se deve forçar a uma ocupação para que se não sente inclinado, Ferreira da Rosa deixou a Politécnica. Ele sentia-se bem era a ensinar e a sua vocação era para professor.

Ferreira da Rosa nasceu efectivamente para educador. Essa propensão acompanhou-o até à morte. Olhando em volta de si, examinando o viver dos outros, reconheceu bem cedo que a educação é a

pedra basilar daquela justiça social, daquele viver equilibrado e sereno, daquela estabilidade fundada em sãos princípios morais, que são o alicerce das colectividades bem ordenadas.

Ele via bem que o Brasil, nação jovem, rica, cheia de vigor e de seiva, mas frequentemente sacudida por estremeções e crises, provenientes dessa mesma exuberância, o Brasil necessitava muito e muito de educadores.

Foi portanto ao ensino e às obras educativas que Ferreira da Rosa em boa hora dedicou inteiramente a sua actividade. Dos seus livros, dos seus artigos para os jornais, das suas cartas, ressalta sempre esta preocupação salutar: instruir e educar a mocidade,

Em 1884 começa a leccionar num dos melhores colégios do Rio, o Colégio Abílio, do Barão de Macahubas. Pouco depois é admitido como professor no Liceu Literário Português, publicando para este, em 1888, uma série de três livros de leitura. Já antes havia um método seu, para aprender a ler.

Em Maio de 1889 o seu Terceiro Livro de Leitura é adoptado oficialmente no Colégio Militar do Rio de Janeiro ⁽¹⁾. Foi esse o primeiro prémio de palpável valor, que o jovem terceirense obteve na sua carreira.

Nesse mesmo ano de 1889 foi proclamada a República no Brasil e, por um decreto de 14 de Dezembro desse mesmo ano, foram considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que à data da proclamação tivessem residido continuamente no país por mais de dois anos. Ferreira da Rosa adquiriu por esse motivo, e nessa data, a cidadania da nação irmã.

Entrara no entanto a colaborar nos jornais e em 1893 fazia parte da redacção de «O Paiz». Colocou-se este jornal ao lado do presidente da República, marechal Floriano Peixoto, contra os fomentadores da revolta da Armada. Quando esta foi por fim dominada, foram dadas patentes militares a alguns dos mais fogosos redactores de «O Paiz». A Ferreira da Rosa foi dado o posto de major honorário.

(1) O Colégio Militar do Rio de Janeiro é um estabelecimento de ensino, considerado modelar. Fundado em 1870, ali tem recebido instrução secundária e preparação militar para as diferentes especialidades, alguns milhares de oficiais do Exército e da Marinha do Brasil. Em muitas outras profissões se encontram também alunos distintos do Colégio.

sidade tem dos seus sermões. Os que muito teriam a lucrar com eles, esses não os ouvem e, se lhes cai nas mãos escrito doutrinário, deitam-no para o lado com enfado, quando não é ainda com desprezo e ironia.

Mas Ferreira da Rosa nunca desanimou. As últimas cartas que me escreveu, poucos meses antes do seu falecimento, vinham acompanhadas sempre de desabaços contra a desmoralização dos costumes, contra a ganância, contra a hipocrisia, a falta de caridade, a libertinagem...

Embora não tivesse lançado novos princípios orientadores da vida social, Ferreira da Rosa foi contudo um precursor de certas novidades que hoje tem foros de aceitação. Referindo-se por exemplo ao sistema parlamentar, Ferreira da Rosa clama contra a abundância de legisladores e a falta de estadistas. «Mais fervilham as intrigas da política do que prosperam os interesses dos povos».

Há cinquenta anos o mister de professor de primeiras letras era no geral olhado com comiseração e completa falta de interesse, para não dizer coisa pior. Nos jornais de caricaturas apareciam os mestres-escolas com figuras esqueléticas, mortos de fome, mal podendo sustentar nas mãos a famigerada palmatória, herança dos padres mestres. Nesse tempo, em que só os bezerros de ouro mereciam adoração, Ferreira da Rosa revolta-se contra o aviltamento a que estava condenada uma classe que devia merecer carinho e respeito e tece ao professor primário um hino de louvor que bem poderia figurar nas antologias.

Foi Ferreira da Rosa um dos primeiros paladinos da unificação da ortografia da nossa língua. Adoptada em Portugal, em 1913, a reforma ortográfica, Ferreira da Rosa combate vivamente todas as críticas que a reforma provocou no Brasil e desde 1917 todos os seus escritos seguem a ortografia adoptada no país onde o nosso idioma teve a sua origem. Só em 1945 é que a unificação havia de vir a ser oficialmente sancionada no Brasil.

Ferreira da Rosa alcançou completo triunfo, na sua pátria de adopção, pela sua inteligência, pelo seu labor, pela sua integridade

cívica e moral. Não a um brasileiro nativo, mas sim a este açoriano de nascimento, foi confiada em 1916 a missão de representar o seu país no 1.º Congresso Americano da Criança, realizado em Buenos Aires. Foi ainda ele quem representou os rotários brasileiros no Congresso de Montevideu. Na verdade poucos brasileiros poderiam vencer Ferreira da Rosa em saber e autoridade, quando se tratava de assuntos tocantes à educação da juventude e à boa harmonia social.

Estudioso da geografia do seu país adoptivo, publicou descrições de cidades e lugares interessantes do Brasil, para fins turísticos, a começar por um trabalho muito notável sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Saudoso da Terceira, saudoso de Portugal, como todos os portugueses de boa raça que vão fixar-se fóra do país, Ferreira da Rosa veio duas vezes à Europa. Duma delas, em 1907, alongou a viagem até à Terceira, para matar saudades e mostrar a sua terra à esposa e a dois filhos. Da segunda vez, em 1938, não passou do continente. Desta última viagem resta um livro de título bem sugestivo: «Por Amor de Portugal».

*

Ferreira da Rosa foi casado duas vezes. Do primeiro matrimónio teve uma filha, Heloisa, casada com o Dr. Estevão José Pires Ferrão, médico.

A segunda esposa chama-se D. Maria Leonor e é neta de um antigo professor do Colégio D. Pedro II, o Dr. João da Cruz Santos. Deste matrimónio, contraído em 1897, há dois filhos: Anibal, actualmente director de uma agência do Banco Boavista, e o Dr. Amílcar Ferreira da Rosa, médico.

BIBLIOGRAFIA

- 1887 — Método analítico e sintético de Aprender a ler.
 1888-90 — Série de três livros de leitura gradual e instrutiva.
 1892 — Análise Ortográfica.
 1893 — Explicador de Aritmética Prática.
 1894 — A Redentora (Romance).
 1895 — Excursões Escolares (livro didático).
 1896 — O Lapanar (estudo sociológico).
 1900 — O Rio de Janeiro em 1900 (Visitas e Excursões, com prefácio do Barão Homem de Melo).
 1901-1903 — Anuário Fluminense.
 1902 — Arte de ser caixeiro.
 1903-1906 — O Comentário (Revista mensal de acontecimentos que interessam à história da civilização no Brasil).
 1905 — Rio de Janeiro (livro descritivo da cidade, feito por encomenda da Prefeitura).
 1913-1917 — Revista da Liga Brasileira contra a Tuberculose.
 1913-1920 — A Mocidade (revista mensal da Associação Cristã de Moços).
 1916 — Cidades brasileiras servidas pela Estrada de Ferro Central, do Brasil (Memória apresentada ao 5.º Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade da Bahia).
 1916 — Colégios Militares (Memória apresentada ao 1.º Congresso Americano da Criança, em Buenos Aires).
 1918 — Catecismo Cívico (Edição da Associação Cristã de Moços).
 1922 — Rio de Janeiro (Descrição da cidade, ilustrada, edição do «Jornal do Comércio», do Rio de Janeiro).
 1924 — Por Amor de Portugal (Impressões de excursionista).
 1926 — Brasil (História e Geografia).
 1927 — Imprensa e Educação (Memória apresentada ao 1.º Congresso de Educação em Curitiba).
 1930 — Meio Século (História da A. C. M.).
 — Meu Livro Predilecto (Leitura para escolares).
 1931-1946 — Prosas Sãdías (Oito volumes contendo em grande parte artigos já anteriormente publicados sobre os mais variados assuntos).

BIBLIOGRAFIA

Capitão Boid. O Distrito da Horta, que compreende Faial, Pico, Corvo e Flores. (Tradução dos capítulos VI, VII, VIII, IX e X da obra A Description of the Azores or Western Islacds, Londres, 1835, por João H. Anglin). Angra do Heroísmo. Tipografia Andrade, 1952.

Prosseguindo no seu meritório trabalho de verter para português as obras dos escritores ingleses que, fazendo parte do corpo expedicionário nas lutas liberais, andaram pelos Açores na primeira metade do século XIX, e a eles se referem, o sr. Dr. João Anglin, competentríssimo professor-reitor do Liceu de Ponta Delgada e escritor bem conhecido e apreciado, dá-nos neste opúsculo a parte da obra do Capitão Boid, relativa ao distrito da Horta. As partes respeitantes aos outros dois distritos foram já publicadas na revista *Insulana*, órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, e neste *Boletim*.

Escritos desta natureza, devidos a estrangeiros que por aqui andaram e souberam ver-nos, embora por vezes contenham inevitáveis deslises, constituem depoimentos de suma importância histórica, sobretudo quando traduzem impressões recebidas do novo e para eles desconhecido meio. Há factos e pormenores, que escapam aos nossos olhos, por demais habituados a vê-los, e prendem a atenção dos estranhos.

O sr. Dr. João Anglin, que alia ao perfeito conhecimento da

língua inglesa, os dotes de primoroso escritor nosso, e já nos deu outras traduções semelhantes, a salientar a do livro dos irmãos Bullar, obra das mais interessantes que se tem escrito sobre os Açores, muito de útil poderá ainda dar-nos se continuar neste caminho encetado com tanta competência e brilho.

Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral. *O historiador Francisco Ferreira Drumond, a sua vida e a sua obra.* Angra do Heroísmo. Tipografia Andrade, 1951. (Edição da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo).

Contém este opúsculo o discurso proferido pelo autor, como Presidente da Câmara Municipal desta cidade, na homenagem prestada na antiga Vila de São Sebastião, por louvável iniciativa camarária, ao insigne historiador terceirense Francisco Ferreira Drumond, autor dos *Annaes da Ilha Terceira*, e ao mesmo tempo natural daquela vila, à qual prestou relevantes e inesquecíveis serviços.

Já no volume nono deste *Boletim* se fez referência à justa homenagem e ao discurso, agora editado, em que a vida e a obra de Ferreira Drumond foram devidamente estudadas e apreciadas.

O sr. Dr. Corte-Real e Amaral, com perfeito domínio do método das ciências históricas, documenta com segurança as suas afirmações, sem leviandades, põe o máximo cuidado no escrupuloso apuro da veracidade dos factos, e, desta forma, o discurso, em boa hora editado pela Câmara, não é mera peça de circunstância, mas importante contributo para o estudo da história das ideias e da literatura insulares, ainda tão imperfeitamente conhecidas.

P.^e J. Plácido Pereira — *Padre Fernando Augusto da Silva. Historiador.* Funchal, 1952.

Tem sido tão estreitas as relações entre os dois arquipélagos, Madeira e Açores, durante cinco séculos, é tão perfeito o paralelismo do desenrolar da vida em ambos, que tudo o que àquele respeita, embora a este se não refira, nos interessa particularmente.

Ora a Madeira, sob múltiplos aspectos, tem sido excelentemente estudada tanto por estrangeiros que a visitam e deslumbrados com a natureza e a improba luta do homem para vencer o meio, formoso mas hostil, lhe têm consagrado a sua atenção, como por nacionais e sobre tudo madeirenses naturalmente inclinados às cousas do espírito. Entre os modernos, principalmente no campo da história, sobressai com toda a razão e justiça, o ilustre sacerdote P.^e Fernando Augusto da Silva, há pouco desaparecido, fecundo investigador, cultíssimo escritor, cuja vasta obra é digna do maior apreço, avultando nela o copioso «Elucidário Madeirense», repositório seguro de quanto se conhece a respeito do arquipélago, em particular da sua história, prova evidente do vasto saber do P.^e Fernando, da sua honestidade científica, da excelência dos seus processos de trabalho, e da clarividência do seu espírito privilegiado.

No sr. P.^e Plácido Pereira, encontrou o distinto madeirense um crítico sagaz, possuidor da obra criticada, que na conferência promovida pelo Instituto Cultural Madeirense, agora publicada, nos dá uma bela síntese da actividade intelectual do saudoso historiador.

Homenagem à sua memória, por isso um tanto panegírica, a conferência mostra, todavia, imparcialidade crítica digna de apreço e põe no devido lugar o labor do P.^e Fernando.

Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo.
Vol. 1.^o, N.^o 2, 1950.

Já no volume oitavo do *Boletim* do Instituto Histórico se deu conta do aparecimento desta publicação periódica, e se pôs em relevo o seu alto valor cultural e quanto nos honra; mas não pode passar sem especial referência a publicação do número segundo, cuja importância, a nosso ver, excede muito a do primeiro.

Além dum minucioso e elucidativo relatório das actividades do Arquivo em 1950, e de outra colaboração, insere o «Boletim» uma notícia bio-bibliográfica do P.^e Manuel Luís Maldonado e da sua obra *Fenix Angrense*, precioso manuscrito durante dezenas de anos em parte extraviado e agora, felizmente, recolhido no Arquivo, graças as diligências do seu infatigável director, sr. Dr. Manuel Coelho

Baptista de Lima, e benemerência duma ilustre dama terceirense, a Ex.^{ma} sr.^a D. Palmira de Noronha Bruges, viuva do capitão Teotónio Octávio de Ornelas Bruges, filho primogénito do segundo Conde da Praia da Vitória, detentor do famoso códice.

Com rigoroso método científico trata a notícia do estado da historiografia terceirense nos séculos XVI e XVII, até à elaboração da obra de Maldonado, para fixar o lugar que nela lhe compete, da vida e educação literária do autor e, por último, da análise externa e interna do manuscrito, abrangendo as duas partes da *Fenix*, a genealógica e a histórica.

Pelo modo como está feito, o estudo do competentíssimo Director do Arquivo bem pode considerar-se padrão de trabalho neste género. Não é, todavia, apenas por este prisma que deve ser encarado. A valorização da obra de cada um dos historiadores açoreanos anteriores a Maldonado, Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra*, Frei Diogo das Chagas. no *Espelho Cristalino*, Frei Agostinho de Mont'Alverne nas *Chronicas da Provincia de S. João Evangelista*, embora em forma condensada, está completa e solidamente estabelecida e dá justo relevo à *Fenix*.

Ê, sem exagêro, um estudo luminoso.

L. R.

Quatro plantas úteis nas tradições populares açorianas por Carreiro da Costa. Ponta Delgada, 1952.

Separata do N.º 15 do nunca assaz elogiado «Boletim» da Comissão Reguladora dos Cereais no Arquipélago dos Açores, é este mais um valioso contributo do autor, apaixonado e competente etnógrafo, para o conhecimento das tradições populares das nossas ilhas.

Trata ele do alecrim, arruda, salsa e murta, e, no fim do opúsculo, em nota, do *bicho da cidade*, nome dado em S. Miguel à crisálida do *Spinax convolvuli*, o mesmo, segundo cremos, dito na Terceira *bicho charvão*.

Já no N.º 10 do mencionado «Boletim», o sr. Dr. Carreiro da Costa se havia ocupado da romania, do feto de cabelinho e dos cubres.

Fiel ao seu método, já mais de uma vez aqui devidamente elogiado, não se limita à ilha de S. Miguel e procura estender as suas investigações a todas as outras dos Açores, distinguindo o que nelas há de comum das formas ou variantes locais ou peculiares.

A's tradições terceirenses registadas podemos acrescentar duas, aliás simples variantes das micalenses. Na Terceira diz-se ao alecrim — «Quem passa pelo alecrim e o não depenica, seu amor se entisica»; e ao passar pela murta apanha-se uma folha e diz-se-lhe: «Murta! Mal haja quem te não furta».

O autor não reúne só tradições ou superstições relativas às plantas indicadas; menciona o seu emprego na medicina popular tão digna de estudo e ainda tão pouco estudada nas ilhas.

Continuando os seus trabalhos neste campo, teremos em breve apreciável conjunto de factos e observações sobre o folclore botânico e entomológico açoriano, e será caso para felicitar o autor e a nós próprios.

L. R.

Sobre as capas das mulheres nos Açores, pelo Prof. Dr. Wilhelm Giese, separata da revista «Açoriana», vol. IV, pág. 302. Angra do Heroísmo, 1949.

O autor, professor de línguas celto-românicas e etnografia na Universidade de Hamburgo, e sócio honorário deste Instituto, é um iberista apaixonado e competente.

Bastava a completa e excelente síntese sobre a cultura hispânica publicada no *Handbuch der Kulturgeschichte* para o confirmar, se muitos outros trabalhos não tivesse a assegurar-lhe honroso posto entre quantos se consagram a estes assuntos. Ainda recentemente na *Revista de História* de Tenerife, inseriu desenvolvido estudo sobre a linguagem dos guanches, comparando-a com os dialectos berberes do Norte de Africa, e assim resolvendo dúvidas e dando esclarecimentos em ordem a pôr diversas questões no seu devido lugar.

A assuntos portugueses tem dedicado alguns magníficos trabalhos. Lembraremos entre eles o consagrado à nomenclatura medieval das armas na *Revista da Universidade de Coimbra*, volume de

homenagem a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, os artigos publicados no *Boletim do Centro de Estudos Filológicos* e na *Biblos* sobre açoteias algarvias e nomes de dias da semana, na *Revista Lusitana* sobre linguagem de prêto.

Filólogo consumado, mas talvez mais ainda etnógrafo, não pode ser esquecida a bela comunicação ao Congresso do Mundo Português (Congresso de Ciências da População realizado no Porto) de 1940, sobre costumes de casamento — *Portugiesische Hochzeitssitten im Rahmen romanischen Brauchtums*, bem como, abrangendo, porém, só a península, o exaustivo estudo — *Los tipos de casa de la Peninsula Ibérica* — publicado há pouco na *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares* de Madrid.

Não o deixou indiferente o arquipélago açoriano e, além de numerosas referências a ele em diversos trabalhos, dedicou-lhe em especial dois pequenos mas substanciosos artigos sobre janelas de ralos e o presente, ambos na «Açoriana».

Neste trata do manto, do capote e capelo, da saia de ombros, do capote micaelense e das ilhas de oeste, comparando-os com antigos trajos semelhantes de França, Alemanha, Dinamarca, Itália, Espanha e Portugal, para concluir que os tipos de capas das nossas mulheres se explicam pela tradição portuguesa e não oferecem elemento desconhecido em Portugal ou na vizinha Andalusia.

Esta conclusão, baseada em tão vasta informação e tirada por um professor estrangeiro da categoria mental do Dr. Wilhelm Giese, é mais um forte argumento a favor da tese de que, a bem dizer, tudo quanto hoje se encontra nas ilhas, particularmente na Terceira, de Portugal veio, trazido pelos primeiros povoadores ou introduzido depois.

 L. R.

Almanaque Açores

Após alguns anos de suspensão voltou a publicar-se este excelente almanaque, edição da Livraria Andrade.

O volume 38.º relativo ao ano de 1953, além de copiosa informação actual sobre o arquipélago, contem, com intuitos de vulgariza-

ção, notícias de carácter histórico e etnográfico, motivo pelo qual cabe aqui fazer menção dele.

Raposo Marques. *Os Açores*. Conferência proferida no Instituto de Coimbra em 5 de Junho de 1952. Coimbra, 1952. (Separata do vol. 116 da revista «O Instituto»).

O autor favorável e justamente conhecido como director do Orfeão Académico e da Tuna da Universidade de Coimbra, artista e compositor de mérito, é micalense e, embora há muito viva em Coimbra, não esquece a distante terra de origem para comovidamente a recordar nesta conferência.

Nela encara o assunto em conjunto, dando uma síntese da história e da vida do arquipélago em linguagem clara de acentuado cunho literário, que torna atraente o seu trabalho.

Como diz, mal toca em muitos pontos que poderia aprofundar e desenvolver, tantos, tão interessantes e complexos eles são. Prefere porém, fazer essa rápida excursão pelas nove ilhas a fim de pintar relanceado panorama de todas elas.

Nunca se deve pedir a um autor cousa diferente daquela que quis dar-nos, e, assim, a conferência do sr. Raposo Marques não pode ser encarada como estudo de investigação destinado a revelar novos factos ou novas interpretações dos já conhecidos. É trabalho de síntese e de vulgarização, mas é justo salientar que, para o escrever, o autor estudou conscienciosamente o seu assunto e se valeu de extensa e escolhida bibliografia. Se um ou outro ponto é susceptível de discussão, se nem tudo pode passar em julgado como verdade definitivamente assente, não provém o mal do conferente mas das fontes onde bebeu; e há na conferência tanta cousa boa, anima-a um tão forte sopro de simpatia e amor ao torrão natal, tão bonita forma literária, que os ínfimos pormenores discutíveis, ficam assaz compensados.

L. R.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Por oferta e por troca com o Boletim do Instituto, receberam-se, e muito se agradecem, as seguintes publicações :

- «Arquivo do Distrito de Aveiro» — N.ºs 67 e 68 — Ano de 1951 e N.º 69 — Ano de 1952.
- «Trujillo» por Abelardo R. Nanita — 1951.
- «El Museo de Pontevedra — Entregas n.ºs 21 e 22 — 1951.
- «Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul» — Ano I — N.º 1 — Porto Alegre — 1951.
- «O Historiador Francisco Ferreira Drumond», por Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — 1951.
- «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores» — N.ºs 15 e 16 — 1.º e 2.º semestres de 1952.
- «Planta da Praça de Bissau e suas Adjacentes» — Academia Portuguesa de História — 1952.
- «Anais» — Academia Portuguesa de História — Vol. 3 — II Série — 1951.
- «Anales» — Universidad de Santo Domingo — N.ºs 49 a 52 e 53 a 56 — Anos 1949 e 1950.
- «Leis, Decretos e Atos» — Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Anos de 1951 e 1952 — 5 volumes.
- «Das Artes e da História da Madeira» — Revista de Cultura da Sociedade de Concertos da Madeira — N.ºs 1, 5 a 12.

- «Revista de Guimarães» — Sociedade Martins Sarmento — 3-4 — 1951 — 1-2 — 1952.
- «El Museo Canário» — Revista da Sociedade de Las Palmas de Gran Canária — N.ºs 23-24 — Ano de 1947 — N.ºs 29-30 — Ano de 1949.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral» — Vol. VII-VIII-IX — 1951-1952.
- «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Fasc. 3-4 — Vol. XIV — 1951 — Fasc. 1-2 — Vol. XV — 1952.
- «Índice Cultural Espanhol» — N.ºs 69 a 80 — 1951-1952.
- «Guia del Índice Cultural Espanhol» — N.ºs 60 a 71.
- «Ediciones Cultura Hispanica» — Catálogo 1952.
- «Relatório do Município de Porto Alegre» — Vol. 1 e 2 — 1951.
- «Geographical Review» — N.ºs 1, 2, 3 e 4 — 1952.
- «Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares» — Cadernos 3.º e 4.º — 1951 e Caderno 1.º — 1952.
- «Revista de História» — São Paulo — Brasil — Vol. IV — N.º 10 e Vol. V — N.º 11 — 1952.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.ºs 7 a 10 — 1951 e 1 a 6 — 1952.
- «Agronomia Lusitana» — Estação Agronómica Nacional — N.º 4 — 1949 — Vol. 12 — 1-2 — Vol. 13 — 1-2-3-4 — 1950-1951.
- «The Geographical Review» — Vol. XLI — 1951.
- «Anuário do Museu Imperial» — Petropolis — Vol. VII — VIII — IX e X — Anos — 1946 — 1947 — 1948 e 1949.
- «Boletim de Trabalhos Históricos» — Arquivo Municipal de Guimarães — Vol. XIII — N.ºs 3-4 — 1951 — Vol. XIV — N.ºs 1-2 — 1952.
- «Impressões» — Espanha — por Vasco Cesar de Carvalho — 1951.
- «Revista de Ensino» — Luanda — N.º 4 — 1951 — N.º 5 — 1952.
- «A Cidade de Evora» — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — N.ºs 25 e 26 — 1951 — N.ºs 27 e 28 — 1952.
- «Revista Genealógica Latina» — Federação dos Institutos Genealógicos Latinos — São Paulo — Brasil — N.º 4 — 1952.
- «Anuário Genealógico Latino» — São Paulo — Brasil — Vol. 4 — 1952.
- «Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore — Florianópolis — N.ºs 1 a 5 — 1949 e 1950.

- «Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore» — Florianópolis — N.ºs 9 e 10 — 1951 — N.ºs 11 e 12 — 1952.
- «Como alguns artistas viram o Porto» — Publicação da Câmara Municipal do Porto — 1952.
- «Almanaque Açores» do ano de 1953 — Ano 38.º.
- «O Documento LLOYD» — Separata do Boletim n.º 21 do Arquivo Histórico Militar — 1951.
- «Higher Education in the United States», por Francis Millet Rogers — 1952.
- «Um episódio da História Terceirense», por Cândido Pamplona Forjaz — 1952.
- «Revista do Instituto Histórico de Petropolis» — Vol. I — 1950.
- «Insulana» — Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. VII — N.ºs 3 e 4 — 1951.
- «Boletim do Arquivo Histórico Militar» — Vol. XXI — 1951.
- «Evolucion de la Democracia em Santo Domingo — 1950.
- «Os Açores» — Conferência por Raposo Marques — 1952.
- «Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul» — Ano 1 — N.º 2 — 1952.
- «Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Orfãos de N. S.ª da Graça» — Edição da Câmara Municipal do Porto — 1951.
- «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» — Instituto de Antropologia — 1950.
- «O Distrito da Horta», por João H. Anglin (Tradução) — 1952.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» — N.ºs 11 e 12 — Ano de 1951.
- «Discurso pronunciado por El Generalísimo Dr. Rafael L. Trujillo Molina, ante el Congreso Nacional», em 27 de Fevereiro de 1952.
- «Padre Fernando Augusto da Silva» — Conferência do P. J. Plácido Pereira — Funchal — 1952.
- «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul» — N.ºs 113 a 116 — 1949.
- «Estudos Etnográficos, filológicos e históricos» — Junta de Província do Douro Litoral — Vol. 6.º — 1951.
- «La Biblioteca de Benito Perez Galdos» — El Museu Canario — 1951.
- «Sobre as capas de mulheres nos Açores» — Dr. Wilhelm Giese — Separata da «Açoreana» — 1950.

- «Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga» — Vol. II—N.º 2—1951.
- «Brasília» — Vol. VI — 1951.
- «Actualidades» -- Florianópolis — N.ºs 11 e 12 — 1948.
- «Agronomia Lusitana» — Vol. 12 — N.º 3 — 1950 e Vol. 14 — N.º 1 — 1952.
- «Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares» — Tomo VIII — 1952.
- «Germanistik» — Catálogo 95.

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1952.

No dia 2 de Janeiro de 1952 reuniu-se na Sala das Sessões da Junta Geral de Angra do Heroísmo, pelas 20h.30m. o Instituto Histórico da Ilha Terceira, nos termos do art.º 2.º do Regulamento, achando-se presentes os seguintes sócios: José Agostinho, secretário, que presidiu, por o Presidente, Dr. Luís da Silva Ribeiro não ter podido comparecer por motivo de doença; Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr., João Carlos Moniz, Dr. Teotónio Machado Pires (tesoureiro) e Major Frederico Lopes, que serviu de secretário.

Foram tratados os seguintes assuntos:

1. Foram aprovados o relatório e contas da gerência finda.
2. Manifestou-se pesar pela doença do presidente, Dr. Luís Ribeiro, exprimindo o Instituto votos pelas suas melhoras e o desejo de que a sua saúde lhe permita continuar a sua actividade plena no cargo que exerce, a qual considera vital para o prosseguimento da missão desta instituição.
3. Resolvido agradecer à Junta Geral do Distrito a atenção que continua a dispensar ao Instituto e o subsídio concedido.
4. Foi comunicado que o Presidente tem em organização o 10.º

volume do Boletim, para o qual dispõe já de um trabalho seu sobre a poesia popular, cópia do Livro de Avaliações dos Offícios, e várias notas de etnografia, assim como contribuições do sócio Dr. Cândido Forjaz e do sócio honorário, Dr. João Anglin, instando por mais contribuições dos restantes sócios.

5. Pelo Presidente foi igualmente comunicado que a publicação de 500 exemplares da «plaquette» com as canções terceirenses compiladas pelo sócio, Sr. João Moniz, deve custar 5.808\$00. Embora a publicação esteja já autorizada pelo Instituto o Presidente deseja obter confirmação, em virtude do elevado preço da publicação. Foi resolvido manter a deliberação anterior, aprovando-se igualmente que seja feita também a publicação no *Boletim*, se o excesso de despesa fôr comportável, tendo sido apresentada proposta neste sentido pelo sócio Major Frederico Lopes. Absteve-se de votar o sócio Sr. João Moniz.

6. Resolvido mandar pagar à firma Perlino, desta cidade, a importância de 2.184\$00, respeitante a 364 ampliações 18x24 do microfilme da «História do Prior do Crato nos Açores», manuscrito da Torre do Tombo, que, segundo a opinião de Batalha Reis na Numaria do Rei D. António, é obra de grande importância, porventura do punho de Ciprião de Figueiredo ou do Frade Mil-Homens.

Resolvido igualmente instar junto do sócio, Dr. Baptista de Lima, como a pessoa mais competente para tal tarefa, que prepare o texto respectivo para publicação no *Boletim*. Igualmente se manifestou novamente o desejo de que o mesmo sócio aproveite para idêntico fim outros textos de grande interesse para a história local, de que já existem elementos suficientes para publicação, como sejam os livros sexto e seguintes das *Saudades da Terra, Espelho Cristalino e Fenix Angrense*.

7. Enviou também o Dr. Luís Ribeiro comunicação de estar organizando o índice dos dez primeiros volumes do Boletim, trabalho este de altíssima utilidade e que demanda grande esforço. O Instituto manifesta por isso o seu agradecimento ao seu Presidente por mais esta prova de extrema dedicação.

8. Por proposta enviada pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro, recebida e aprovada com aplauso pelos sócios presentes, foi eleito sócio honorário do Instituto o Dr. Wilhelm Giese, professor em Hamburgo, lusófilo entusiasta, filólogo e etnógrafo, que no *Boletim* da Sociedade

Afonso Chaves já publicou vários trabalhos de muito interesse sobre assuntos etnográficos relativos aos Açores.

E, não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a sessão pelas 22 horas.

(assinados) — *José Agostinho*
Frederico Lopes

SEGUNDA REUNIÃO ORDINARIA DO ANO DE 1952

No dia 2 de Junho de 1952 realizou-se a segunda sessão ordinária do ano corrente, do Instituto Histórico da Ilha Terceira, nos termos do artigo 2.º e para os fins do artigo 4.º do Regulamento aprovado em 25 de Março de 1943.

Presentes os sócios: Dr. Luís Ribeiro (Presidente), Dr. Manuel de Menezes, Dr. Teotónio Pires, Raimundo Belo, Maduro Dias, João Carlos Moniz e José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão pelas 21 horas, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior, passando seguidamente a tratar-se dos assuntos que vão adiante enumerados.

1. Pelo Presidente foi comunicado o falecimento dos sócios honorários, Dr. Joaquim Bensaúde e Professor Ferreira da Rosa, lançando-se na acta um voto de sentimento pela morte de ambos.

O Presidente leu um breve necrológio do Dr. Joaquim Bensaúde, historiador notável, a quem se devem trabalhos de incalculável valor sobre a ciência náutica dos descobrimentos marítimos dos portugueses.

O sócio José Agostinho fez um resumido elogio do Professor Ferreira da Rosa, natural desta ilha, à qual conservou sempre acendrado amor, e que no Brasil se consagrou à educação da mocidade com proficiência e brilho.

2. O Presidente apresentou trabalhos entregues por vários sócios para publicação no *Boletim* relativo ao ano corrente e bem assim um

estudo genealógico do escritor faialense, Marcelino Lima, aprovando-se a inserção de todos esses trabalhos no *Boletim*.

3. Pelo Presidente foi comunicada a aquisição pelo Museu Regional de um tríptico de especial valor artístico, sendo resolvido apresentar ao Director do Museu, Dr. Baptista de Lima, congratulações pela aquisição feita.

4. Pelo sócio, Dr. Manuel de Menezes, foi feita uma exposição pormenorizada do pedido apresentado pelo professor do Conservatório de Lisboa, Sr. Artur Santos, para o Instituto lhe facilitar a vinda aos Açores para recolha de música popular segundo a técnica moderna. Deu igualmente conta o Dr. Menezes da troca de impressões já havidas, a tal respeito, com a Junta Geral da Horta e o Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Foram aprovadas as condições apresentadas pelo Professor Artur Santos, bem como a realização da despesa com a sua vinda e de sua Esposa, que o auxilia no trabalho referido.

Votou-se ainda que, no caso de vir a ser assente a sua ida à Horta e a Ponta Delgada, posteriormente à realização da sua tarefa nesta ilha e porventura nas outras do distrito, se combine com as entidades interessadas dos outros dois distritos o modo como hão-de ser repartidas as despesas a realizar.

A despesa, por parte do Instituto, fica condicionada a subsídio que o sócio Dr. Manuel de Menezes, como Presidente da Junta Geral do Distrito, vai solicitar deste Corpo Administrativo.

Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a sessão pelas 23 horas.

(assinados) — *Luís da Silva Ribeiro*
José Agostinho

V Á R I A

GRAVAÇÃO DE CANÇÕES POPULARES

Conforme deliberação do Instituto e de acordo com a Junta Geral do Distrito, durante o período de férias, esteve nesta ilha a proceder à gravação de canções populares e estudo do nosso folclore musical, o competentíssimo professor do Conservatório de Lisboa, sr. Artur Santos.

Possuidor de vasta e completa cultura musical e etnográfica, dotado de rigoroso espírito científico e de insaciável curiosidade, inteiramente absorvido pelo seu trabalho e insatisfeito com o resultado dele, em busca de mais e melhor, seleccionou as versões mais puras das nossas canções que ainda foi possível encontrar, e, investigando em profundidade, conseguiu ressuscitar algumas, havidas já por perdidas, e descobrir outras até aí ignoradas, mas cuja autenticidade está assegurada pela sua forma arcaica.

Graças a esta orientação e esforço, à sua sagacidade e persistência, o canto dos folhões do Espírito Santo, do peditório para as almas, das novenas do Menino Jesus, há muito esquecidas, uma canção do bérço antes diligentemente procurada em vão, uma versão diferente do rancho dos Reis, o Pèzinho dos bezerros, até uma melodia modal desconhecida, foram registados na máxima perfeição, o que sem dúvida constitui ótimo serviço prestado à cultura insular e mesmo nacional.

Por obra de várias circunstâncias o canto popular tradicional, mais ou menos por toda a parte, mas entre nós com incrível rapidez, está condenado a desaparecer dentro de curto prazo. Daqui a duas dezenas de anos o máximo pouco ou nada dele restaria, se não fosse o trabalho agora efectuado, e seria total a perda desse rico tesouro de tradições, elemento de primeira grandeza para o conhecimento da arte popular e da alma açoriana que espelha.

Seria injustiça flagrante deixar de dizer que estes excelentes resultados da actividade do sr. Prof. Santos se devem à Junta Geral, que os tornou possíveis, custeando toda a importante despesa, e muito em especial à claviciviente e entusiástica acção do seu Presidente, devotado sócio do Instituto, sr. Dr. Manuel de Sousa Menezes, que, em Lisboa, se entendeu com o sr. Prof. Santos e aqui aplanou todas as dificuldades, o acompanhou sempre e forneceu os meios necessários à realização do seu trabalho. Embora por intermédio do Instituto com a concordância da Junta, foi ele que tornou possíveis os brilhantes e áteis resultados da missão deste Professor.

VELÓRIOS

No n.º 7 do excelente Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore, publica o distinto historiador e etnógrafo do Rio Grande do Sul, nosso presado colaborador,

Prof. Walter Spalding, uma curiosa nota sobre o costume de velar os cadáveres, e diz: «É realmente, uso quase exclusivo do Brasil este de passar a noite em claro, com outras pessoas, na residência do que faleceu, seja homem, mulher ou criança — anjinho neste caso».

Refere ainda a prática seguida em certas regiões da República Argentina de fazer uma festa fúnebre, com cantares e danças rituais, quando o morto é criança de tenra idade. Couisa semelhante se usa na Venezuela, Chile, Colombia, México e São Domingos, mas nem sempre com dança (*Velorio del angelito*).

No Brasil, continua o mesmo autor, não há práticas idênticas, salvo em batuques (imitação dos candomblés), onde a polícia às vezes tem de interferir porque deixam o morto não raro 3 ou 4 dias insepulto, dançando, comendo e bebendo em torno do cadáver.

Fora de tais casos, hoje raros, os velórios são simples e respeitados por todos, embora na classe pobre, e também na média, muitas vezes sejam motivo para jogatina e bebedeiras. No geral, porém, a reunião é realmente fúnebre; não se conversa em voz alta, passando-se a noite toda fumando e tomando cafezinhos ou chimarrão, velando o defunto em homenagem à família e último preito às qualidades do que morreu.

A's vezes há doces e bolos e, se o velório é no inverno, chá, licores e outras bebidas. Nas classes média e pobre não falta a cachaça.

O costume de velar os defuntos está generalizado por toda a parte e nos Açores veio do continente.

Na ilha Terceira os vizinhos, parentes e amigos reúnem-se em casa do falecido onde passam a noite em vigília, na companhia da família e, durante ela, tomam chá, café, às vezes caldo de galinha mandado de fora, pois na casa não se acende lume desde o falecimento até ao enterro, e também bebidas espirituosas.

Sentam-se em cadeiras à roda do cadáver, principalmente as mulheres e rezam por alma do defunto ou conversam em voz baixa. Os homens, por via de regra, estão noutro quarto mais à vontade.

Em São Miguel há costumes análogos (Mendonça Dias, *A Vila*, IV-42).

Em Mondim da Beira cada pessoa leva, ou manda, uma candeia ou candieiro cheio de azeite, cujo resto, bem como a torcida, se deita fora depois (Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, V-141, e Leite de Vasconcelos, *Tradições*, 40); no Sabugal passa-se coisa semelhante (*Revista Lusitana*, XIV-249), e no Barroso o cadáver é velado por turnos de vizinhos de toda a aldeia, que, no inverno, vão de vez em quando à cozinha para se aquecerem ao lume (*Revista Lusitana*, XXV-281).

Comer e beber em tais circunstâncias constituem necessidades por elas criadas, mas podem também ser restos de antigas práticas e ideias, cada vez mais alteradas e esquecidas.

Em Vilarinho da Furna a família do morto oferece, a quem vai velá-lo, um bôlo e, no dia seguinte, uma posta de bacalhau, vinho e pão (Dr. Jorge Dias, *Vilarinho da Furna*, 143); em Idanha-a-Nova há jantar em ca-

sa do falecido no dia do enterro (*Etnografia da Beira*, V-141); no Barroso dá-se a quem vela o cadáver pão de centeio e vinho e, oito dias depois, um jantar aos homens que o levaram ao cemitério (*Revista Lusitana*, XVII-80); em Santo Tirso no domingo seguinte ao óbito faz-se o oferetório ao padre e, depois dele, há um banquete com os parentes e outras pessoas (*Revista Lusitana*, XVIII-196), e cousa semelhante se pratica em Vila-Cova, que Leite de Vasconcelos relaciona com antigos costumes pagãos (*Ensaies Etnográficos*, I-81).

Na Bretanha francesa destina-se, no banquete fúnebre, um lugar para o morto (Jobbé Duval, *Les idées primitives*, II-88) e, refere Teófilo Braga na *História da poesia popular* (I-270) a existência em França, durante a vigília, de cantos fúnebres elogiando ou censurando o morto por suas qualidades e defeitos, cousa, em seu entender, afim das *endechas* peninsulares, como para exemplo as do *Santo Condestabre*, julgadas, todavia, apócrifas por D. Carolina Michaelis (*Saudade Portuguesa*, 143).

Na península do Cabo Sizum (Ponta do Raz) houve danças só penosamente abolidas pelo clero em 1922 (Jobbé Duval, loc. citado).

De longe vem tais costumes ligados a antigas crenças.

Segundo Appiano, em quanto incineravam o cadáver de Viriato, os soldados armados corriam em volta e dirigiam-lhe louvores, e, acabada a cerimónia fúnebre, simularam sobre a sepultura combates corpo a

corpo. (Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, III-14).

Por todo o Portugal chamam anjinho à criança baptizada falecida em tenra idade. A alma dela vai direita para o céu ter com os anjos, por isso a morte não é motivo de tristeza.

Na Terceira, em vez de condolências, dão parabens aos pais por terem um anjo no céu a pedir por eles.

A crença de que as almas ficam na terra leva a tratar de alimentá-las e explica reservar um lugar para o falecido no banquete fúnebre (Fustel de Coulanges, *La cité antique*, 7), bem como o costume de Guimarães de colocar nos beirais das casas pratos de comida para não lhes faltar alimento (Alberto P. Braga, *De Guimarães*, 299).

O costume de velar o cadáver, segundo Paulo Sebillot (*Le paganisme contemporain*, 176) não é simples mostra de afeição ou piedade, tem mais por fim livrá-lo da acção dos espíritos ruins. A tradução esta ideia está certamente a designação usada em Guimarães guardar, por velar, o morto.

Na Girona receia-se mesmo que o diabo se apodere da alma.

Na Islândia põem sal junto do corpo e as pessoas, que vão velá-lo, levam sal consigo. Em Vila Franca do Campo, São Miguel, dão-se esmolas de sal, pois se crê limpar a alma.

Na Terceira acreditam na presença de espíritos bons e maus ao pé do agonizante à espera da morte para lhe roubar a alma, e, por isso, aspergem o quarto com água benta,

sobre tudo os cantos onde os espiritos maus melhor se podem esconder.

Ainda ideia semelhante leva a colocar junto do cadáver um copo com água benta e um ramo de alecrim dentro para, quem o visita, o aspergir (*Revista Lusitana*, XXX-285).

L. Ribeiro.

FESTAS DE SÃO MARTINHO

As festas de São Martinho, hoje quase esquecidas, existiam em todas ou quase todas as ilhas dos Açores, com o mesmo carácter, paródia das festas religiosas, com procissão, sermão, novenas, vésperas e oitavas, e para elas organizava-se uma pseudo irmandade.

Encontram-se descritas, quanto a São Miguel, na *Revista dos Açores*, vol. I (ano de 1851), pág. 181, e quanto à Terceira na *Revista Lusitana*, vol. XXXIII, pág. 82.

Devido à amabilidade do sr. P.^o Francisco da Terra Faria, vigário das Manadas, estudioso das cousas referentes à sua paróquia e arguto prescrtador da vida popular, damos aqui um diploma da irmandade na ilha de São Jorge, cujo interesse para conhecimento da popular festa, claramente se mostra.

«Fr. António da Coelho, venerável

da muito notável e insigne irmandade de S. Martinho, Grão Mestre da muito respeitável ordem da Pipa, comendador da nobre ordem do Garraão e cavaleiro de todas mais ordens Bachicas havidas e por haver, etc., etc., etc., etc., etc., etc.

Fazemos saber ao nosso caríssimo e respeitável irmão Alvaro Soares d'Albergaria Mesquita que em consistório de 2 do corrente mês (1.^o dia da novena do nosso glorioso Patrono) vos foi conferido o grau de Jaiz da Irmandade pela perícia com que sabeis devorar os leitões e atacar os cangrões.

Juntamente com este diploma receberéis a respectiva insígnia que devereis usar em todos os actos solemnes da nossa irmandade.

O nosso glorioso Patrono vos conserve sempre menineiro e risonho e permita que nunca deslustreis a distinção que hoje vos é conferida.

Dado e passado na nossa Bachica sessão de 2 de novembro de 1905.

O venerável Frei António da Coelho.

O secretário António Pamplona.

Pago os cagões do estilo. Santos Cordeiro».

Tem colado o selo em papel côr de rosa com uma pipa no centro.

Igual pipa serve de timbre no alto do diploma.

ÍNDICE

Autores

Agostinho (J.)

- Um emigrante açoriano. José Gonçalves Correia 204
—— **Necrologia.** Ferreira da Rosa 250

Anglin (Dr. João H.)

- De Belle-Isle aos Açores. Excerto da obra «Narrative of the Expedition to Portugal en 1832, por G. Lloyd Hodges». Tradução 105

Forjaz (Dr. Candido Pamplona)

- Um episódio da história terceirense narrado pelo Dr. Francisco J. da Silva 1

Lima (Marcellino)

- Goularts. Monografia histórico-genealógica. 167

Menezes (Dr. Manuel de Sousa)

- Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina . . . 40

Ribeiro (Luís da Silva)

— Cervantes nos Açores	239
— Necrologia. Dr. Joaquim Bensaúde	248
— Vária. Velórios	274

Assuntos**Artigos**

Um episódio da história terceirense narrado pelo Dr. Francisco J. da Silva, pelo Dr. Candido Pamplona Forjaz	1
Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina, pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes	40
De Belle-Isle aos Açores. Excerto da obra «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London. 1833)», traduzido por João H. Anglin	105
Goularts. Monografia histórico-genealógica, por Marcelino Lima	167
Um emigrante açoriano, José Gonçalves Correia, por J. Agostinho	204
Cervantes nos Açores, pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro	239

Necrologia

Dr. Joaquim Bensaúde, por L. Ribeiro	248
Ferreira da Rosa, por J. Agostinho	250

Bibliografia.	259
Publicações recebidas	266
Vida do Instituto	270

Vária

Gravação de canções populares	274
Velórios — L. Ribeiro	274
Festas de São Martinho	277

Este número, que é o décimo, do
«Boletim» do Instituto Histórico da
Ilha Terceira, acabou de se imprimir
na Oficina da Tipografia Andrade aos
31 de Dezembro de 1952.

